

ELEIÇÕES 2018_Seleção

Balanço e Perspectivas

"INCONSEQUENTE, GOLPISTA E IRRESPONSÁVEL!"



(Do ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, sobre as declarações do deputado Eduardo Bolsonaro de que "para fechar o STF basta um soldado e um cabo", segundo O Antagonista)



Índice

Introdução

1.0 Tempo não acabou

[Ricardo Timm de Souza](#)

Sou a favor da justiça, esperança, vida, ética, diversidade, AMOR, enfim. Não sou filiado a partido político, mas creio que 50 anos de leitura, vivências em muitos lugares do Brasil e do mundo e participação ativa por causas democráticas desde a campanha das Diretas Já, 1984, pelo menos, me autorizem a exprimir, excepcionalmente, meu parecer sobre o momento que vivemos do ponto de vista geo-bio-político, no Brasil.

- 1 - O Brasil não tem 48 milhões de fascistas convictos;**
- 2 - Os brancos e nulos são muitos milhões indiferentes, etc., a serem conquistados pelo campo democrático;**
- 3 - A questão não é racional, mas, antes, EMOCIONAL em boa parte; a manipulação de MEDOS das massas pela direita tradicional e arrivistas; a extraordinária votação proporcionalmente de Daciolo, e não a de Bolsonaro, mostra isso; mas não importa, agora, investigar as razões disso, e, sim,**

**combater essa indigência geral (melancolizada,
psicanaliticamente falando);**

4 - Em pesquisa realizada há 2 semanas, diferentemente de todos os outros candidatos, que atraíam seus eleitores por causa de suas idéias ou projetos, o eleitor médio de B é atraído pela "segurança" prometida pelo candidato - "limpar as ruas de bandidos", etc.

5 - Os fascistas convictos não têm idéias, apenas \$\$\$, armas, ódios e medos; é isso que eles passam para o rebanho que os segue, que replica infinitamente esse mantra; por isso, não adianta contra-atacar com argumentos, como costumamos fazer nós, os intelectuais; há que localizar os medos e trabalhá-los POSITIVAMENTE;

6 - O combate no âmbito das idéias é importante, porém, nesse momento, muito mais importante é uma ASSERTIVIDADE, POSITIVIDADE e CONFIANÇA - acima de tudo - que possam ser expressas com CLAREZA e SIMPLICIDADE; há MUITA gente insegura da escolha que fez e/ou pretende fazer;

7 - Se os campos progressistas acreditam no que dizem e professam, têm que realmente se unir num ideal positivo COMUM. O momento é ATÍPICO, e não adianta o recurso a lógicas típicas. Já se perdeu tempo demais por vaidades, ressentimentos, etc.. As dissensões em grupos chamados "unidos contra..." provam isso (energia e paixão jogadas no lixo);

8 - Já há a percepção clara de que estamos em meio a uma onda de "entusiasmo" que precisa ser constantemente alimentada para se manter e, em qualquer hipótese, tende em pouco tempo a se diluir e rarificar; há multidões de eleitores erráticos que entraram na onda, e logo que passar a euforia, vão se sentir novamente desamparados; há que aproveitar esse extraordinário momento criativamente;

9 - Não perder tempo com espantos. Sim, nossa população média é primitiva, deseducada, atrocemente ignorante, psicologicamente muito mal-resolvida, cheia de recalques, doente como a sociedade brasileira como um todo. Isso não vai mudar por uma pedagogia atabalhoada. O que resta é SALVAR o que pode ser salvo por agora.

10 - Finalmente, tudo o que querem é que as pessoas de boa vontade percam as esperanças; porém, isso é impossível, pois não "temos" esperanças, e sim "somos" feitos de esperança (Bloch). Portanto, hora de transformar CRISE (extrema) em CRÍTICA (extrema), de ser radical indo às RAÍZES, de se reinventar nas agruras do pântano e de ver que VALE A PENA. Pois o tempo ainda não acabou.

P.Timm – org.

Eleições 2018 – Um novo Brasil? Paulo Timm -

http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/181031111043ELEICOES_Novo_Br2.pdf

ÍNDICE

Introdução

Alberto Carlos Almeida -

<https://www.facebook.com/alberto.c.almeida.7/videos/10212181501672749/?t=30>

Momento importante de nossa democracia, que tem que ser tratado com moderação e respeito. Miriam Leitão defende o PT e critica Bolsonaro no que diz respeito à defesa da democracia

Virginia Botelho

<https://www.facebook.com/virginia.cunha.9655/videos/1927917077502117/?t=21>

Com assessoria do estrategista de campanha de Trump, Steven Bannon, a campanha bem sucedida do capitão candidato, comentada por Marcelo Lins, jornalista de política da GloboNews.

Video bem curtinho.

AS MÍDIAS SOCIAIS NO VÉRTICE DAS ELEIÇÕES DE 2018 – PONDÉ

https://www.youtube.com/watch?v=g3hLgOPK_4A

Analistas O GLOBO

– M.Pereira /B.Mello Franco

<https://oglobo.globo.com/brasil/jornalistas-do-globo-analisam-segundo-turno-entre-jair-bolsonaro-fernando-haddad-23138827>

Balanço e Perspectivas Eleições

Breno Altman

<https://www.youtube.com/watch?v=NFNokuKDQ-I>

A Resistência: Chauy, Safatle

<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/FMfcgxvzLWwLRkGnwSHStlWJGnGBdmXz?projector=1>

Capítulos

1. “Só uma frente apartidária conterà um governo de ocupação” .

Wanderley G. dos Santos

2. Um segundo turno de cacos - -

Wanderley G. dos Santos

3. Não sou resistente. Sou oposição - -

Saldanha, jornalista -

Milton

4. Onda mudancista abala sistema político .

Aldo Fornaziere

5. *Bolsonaro avisou: vem aí a ditadura*

_Teresa Cruvinel

**6.O candidato do
colapso**

Marcos

Marcos Nobre

7.Sonhos e realidade

Fernando Gabeira

8. O grau zero da Política

Marcos Nobre

9.Os próximos dias do resto da nossa vida

Marco Aurelio Nogueira

10. A disputa não é entre dois candidatos, é entre dois projetos!

Raul Kroeff Machado Carrion

11. Além das culturas que dividem

Luiz Sérgio Henriques

12. Transtorno obsessivo

Antonio Prata

13. O dever dos neutros

Rubens Ricúpero

14. “O ódio deitou no meu divã”

Eliane Brum

15. Maria Hermínia Tavares - Entrevista

16. BOLSONARO É O 'ANTISSISTEMA' E HADDAD É A 'ANTIEXPLORAÇÃO'

ALBERTO CARLOS ALMEIDA

17. Última oportunidade de Haddad corrigir os erros maiores de seu partido e construir um amplo governo de coalizão anti nazifascismo.

Paulo Endo

18. O vendaval conservador

Marco Aurelio Nogueira

19. Ao vencedor, as batatas

Luiz Werneck Vianna, sociólogo

20. O resultado das eleições e para que serve fascismo

M. Geraldes

us Giraldes

21. Impactante – Vladimir Safatle

22. Sonhos e realidade – Fernando Gabeira

23. Nas entrelinhas: Oposição antecipada

Luiz Carlos Azevedo

24 Três cenários de Bolsonaro –

**25. O Brasil na onda da ciberintoxicação e da
contrainsurgência permanente**

Mario Sergio Conti –

26. A bolsonarização da vida pública

27. Mano Brown e a música do PT- Carlos Mello

28. O Governo enxuto . LC. Azevedo

**29. Frente pela democracia deve ser feita pela
sociedade, defende André Singer**

30. Bolsonaro fará guerra aos pobres

Celso Rocha Barros

31. Antes do apagar das luzes - Alvaro Vasconcelos

32. 'Ciro não contribuiu para nossa derrota', diz

Manuela D'Ávila

33. A hora mais escura

André Singer

34. O guarda da esquina

Daniel Aarão Reis

35. Entrevista, Timothy J. Power, especialista em Brasil e diretor da *Oxford School of Global and Area Studies*

36. Marcelo Zero: Trump está adorando o novo Brasil

37. O que levou Bolsonaro ao Planalto: um balanço das eleições de 2018 . João Brandt

DEPOIMENTOS

ARTIGOS PAULO TIMM – Eleições 2018

1, “Só uma frente apartidária conterà um governo de ocupação”

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

<https://www.valor.com.br/politica/5955315/so-uma-frente-apartidaria-contera-um-governo-de-ocupacao>

Cientista político defende que esquerda procure PSDB e se fie no Supremo Tribunal Federal

- Valor Econômico 29 Oct 2018 Wanderley Wanderley

Wanderley Guilherme dos Santos: “Acreditar que mais de 50 milhões de brasileiros sejam fascistas é um delírio”

Wanderley Guilherme dos Santos passou os últimos tempos recebendo insultos e apelos. Insultos por ter advertido, no início de 2017, que a esquerda não ganharia a eleição com o PT à frente. E apelos por não ter aderido às frentes que se formaram no segundo turno em apoio a Fernando Haddad.

Decano da ciência política brasileira e uma das principais referências do pensamento de esquerda no país, Wanderley Guilherme não deu ouvidos ao

assédio. Manteve-se longe do segundo turno da mesma maneira que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, um amigo de décadas, que a política afastou.

Já lhe parecia muito concreta a ideia de que o ex-presidente assustava a direita quando Luiz Inácio Lula da Silva e Wanderley Guilherme se encontraram no Rio, no início do ano, no apartamento de um amigo comum. Com a prisão, continuou a advertir contra a ideia de que eleição sem o líder petista seria um golpe. Depois bateu-se contra a obsessão de se levar ao limite a defesa de sua liberdade como plataforma de campanha. Uma hora cansou.

Optou por Ciro Gomes, sumiu do debate público e se voltou para tentar entender o que deu no Brasil. Aos 83 anos, o pensador que um dia previu o golpe de 1964 diz que um outro pode vir a ser evitado com uma frente, acima dos partidos, que reúna esquerda e centro, para proteger as instituições democráticas contra o que chama de um governo de ocupação.

Não contem com ele para teorizar sobre o fascismo no Brasil. O que vê em curso, diz, é um ataque à democracia pela própria democracia. “É bom informar o público que um governo reacionário é uma possibilidade democrática”, diz.

A seguir, a entrevista, realizada durante um almoço, no Rio, na semana passada, e arrematada ontem, com o fim do segundo turno.

Valor: É um Brasil fascista que emerge das urnas?

Wanderley Guilherme dos Santos: Fascismo é uma expressão bastante trivializada que esquece aspectos fundamentais como o da organização paramilitar, toda a população organizada com uma hierarquia estabelecida e com uma estratégia de ação de violência, mas sob coordenação. Nada disso existe no Brasil.

Valor: A violência que emergiu desse Brasil miliciano não caracteriza isso?

Wanderley Guilherme: As milícias não estão subordinadas ao Bolsonaro. Se ele tentar pacificar o país, certamente enfrentará as estruturas de violência existentes, as milícias e o crime organizado. Tanto o nazismo quanto o fascismo já se constituíam como tal quando chegaram ao poder. Tanto Mussolini quanto Hitler tinham organizações paramilitares prévias, que promoviam atos de violência localizada. Isso não existe no Brasil.

Valor: Mas a afronta às minorias, a ameaça contra opositores e o constrangimento ao Supremo não sinaliza essa escalada?

Wanderley Guilherme: Isso não é novidade no Brasil. A questão é saber por que venceu agora. O preconceito contra as chamadas minorias, que, aliás, não são, como negros e mulheres, é de sempre. Seus assassinatos estão todos os dias nos jornais, desde sempre.

Valor: Mas a novidade não é que alguém com esse discurso ganhe uma eleição?

Wanderley Guilherme: Mas por que? Seus eleitores não estão interessados nisso. Acham que sempre aconteceu e vai continuar a acontecer.

Valor: A campanha de Haddad acusou a campanha de Bolsonaro de ter trabalhado sua chegada ao poder pelo falseamento da realidade. Isso também não caracteriza um regime totalitário?

Wanderley Guilherme: A repercussão dos discursos absolutamente delirantes de Bolsonaro na Câmara jamais tiveram a mesma repercussão do impacto e do clima anti-política que foi feito pela imprensa tradicional brasileira e pelas televisões contra o PT. Foi muito pior. Durante o período petista, a quantidade de notícias falsas foi permanente. Há um caldo de cultura fascistóide no sentido trivial, não no sentido político do fenômeno

Valor: E que fenômeno político foi esse que deu nascimento ao governo Bolsonaro?

Wanderley Guilherme: A esquerda não se perguntou até agora como é que depois de 12 anos de votação maciça no PT, do Nordeste ao Sudeste, à exceção de São Paulo, 40 e tantos milhões de pessoas, inclusive aqueles que recebem menos de dois salários mínimos, passaram para o outro lado. O problema fundamental é esse. O que fez com esse capital político da esquerda deixasse de ser majoritário em quatro meses de campanha?

Valor: Haddad disse que foram as 'fake news'. Não foram?

Wanderley Guilherme: Esta é a opinião dele. Acho uma análise sociológica e política pobre e crua, de quem está bastante impactado por aquele apoio que parecia prometido para ele na hora em que Lula dissesse que o candidato não era ele, era Haddad e que se revelou uma falsidade. Certamente o PT não se recuperou de ter quase ganho no primeiro turno quando, na realidade, quase perde. E isso aconteceu em 15 dias. Acreditar que mais de 50 milhões de brasileiros sejam fascistas é entrar num discurso delirante semelhante aos discursos delirantes de Jair Bolsonaro. Não existem 50 milhões de fascistas no Brasil. Valor: E o que foi que aconteceu? Wanderley Guilherme: O que aconteceu foi que esses 50 milhões deixaram de votar nos seus candidatos e votaram em Bolsonaro. É isso que tem que ser entendido e não qual foi o efeito da 'fake news'. O que precisa ficar claro é que se trata de um governo de ocupação, como o candidato do PSL deixou claro nos discursos dele.

Valor: O que é um governo de ocupação?

Wanderley Guilherme: Quando ele estima considerar movimentos de sem-terra como organização terrorista ou diz que os vermelhos ou vão embora ou vão para a cadeia isto é um governo de ocupação que transforma toda a oposição em inimigo. A visão que Bolsonaro transmitiu é que seus opositores são estrangeiros ao Brasil. Não são brasileiros propriamente ditos. São estranhos ao Brasil. É importante entender que um governo de ocupação não é necessariamente fascista. Ele vai usar as leis que existem. Leis que estão no código penal e na Constituição e que podem ser aplicadas de uma forma perfeitamente violentadora daqueles direitos que supúnhamos adquiridos mas que não têm respaldo institucional nas leis do país. A legislação brasileira é extremamente conservadora. E até mesmo Fernando Henrique Cardoso se valeu dela, ao dar início ao seu governo enquadrando uma greve na Petrobras na Lei de Segurança Nacional.

Valor: Bolsonaro não precisará fazer mudanças legislativas para reprimir movimentos e opositores?

Guilherme: Não. Basta se considerar um governo de ocupação. Basta ouvir sua concepção de poder. Ele vai ocupar o país. E vai expulsar todos aqueles que gozavam de liberdade, pela benevolência da interpretação das leis por parte dos governos democráticos. Não será necessário violentar a legislação para se exercer um governo de ocupação. Ele vai tratar seus adversários como opositores do país.

Valor: É plausível a ideia de que ele se fie no respaldo militar, e no sistema de informações que foi recentemente centralizado na Abin, para coagir e constringer sua base política a votar como lhe convém?

Wanderley Guilherme: Talvez seja desnecessário. De saída, ele já começa com 243 deputados se somar os votos dos partidos que formarão a maioria com ele. E não se incluem aqui os adesistas que virão do MDB, do DEM ou do PSDB. Já

tem maioria absoluta. Faltam uns cento e poucos votos para a maioria constitucional. Ele não terá muita dificuldade nem precisará um esforço maior para ter aquiescência parlamentar. É um Congresso que foi eleito na onda do Bolsonaro, bem como os governadores. Certamente vão surgir as cobranças, como em qualquer outro governo, mas esta próxima Câmara será muito mais fácil para Jair Bolsonaro do que foi para os governos do PT.

Valor: Ele resistirá ao loteamento dos cargos estratégicos do governo por esta base, como prometeu?

Wanderley Guilherme: Tenho dúvidas. Em 2016 tivemos uma coalizão entre Executivo, Legislativo, imprensa, empresariado e Supremo. Foi esta coalizão que, dentro da lei, sem violência alguma, destituiu [a ex-presidente] Dilma [Rousseff]. Esta coalizão tem vários interesses contraditórios mas tem um comum que é o de impedir que a centro-esquerda volte ao poder. E isso foi feito. Agora estão com tudo na mão, com um elemento novo que é a infiltração de militares para o exercício do poder executivo. Não importa se são da reserva. É uma convocatória. Ao que parece o que Bolsonaro pretende fazer é blindar todas as áreas estratégicas de governo, de infraestrutura, com os projetos que estão sendo elaborados por engenheiros e toda a elite tecnológica do Exército. Estão organizando, fazendo seminários, propostas e vão ocupar os cargos. O comando dessas áreas pelos militares é fundamental para o sucesso do governo. É um passo complicadíssimo para romper aquela coalização conservadora que continua majoritária e firme sempre que se trata de atingir a esquerda.

Valor: É com o Exército que ele vai conter o loteamento?

Wanderley Guilherme: Imagino que sejam esses seus planos. Se vai funcionar ou não é outra coisa. Porque a agenda de problemas, fosse quem fosse o presidente, é muito complicada. Mesmo havendo uma retomada sólida do desenvolvimento econômico via investimento privado ou público será no sentido do mundo moderno e da revolução tecnológica por investimento na automação. Não haverá lugar para 13 milhões de desempregados.

Valor: Uma população gigantesca como esta mantida à margem não vai gerar muita conturbação social?

Wanderley Guilherme: Certamente. No período petista esses problemas foram minimizados com crescimento e políticas sociais modestas, diria até vergonhosas porque são o índice de extensão da nossa miserabilidade. Você ter como algo meritório um programa como o Bolsa Família de R\$ 83 por mês é uma vergonha.

Valor: Qual será o papel da oposição?

Wanderley Guilherme: Se eu tivesse algum papel político tentaria romper essa coalizão via Supremo Tribunal Federal. Como instituição democrática, o histórico do STF é pífio, menor. Porém, sempre tem grandes nomes capazes de chamar à razão. Valor: Mesmo na ditadura? Wanderley Guilherme: Não, na ditadura sempre foram subservientes ao poder. Com toda a pompa e circunstância do discurso, sempre concederam o que lhe pediram, exceto quando os governos estavam no fim. Este é o histórico do nosso Supremo. Mas nunca deixou de ter, por outro lado, personagens ímpares, nos períodos democráticos, como Vitor Nunes Leal e Adauto Cardoso. As estruturas partidárias estão destruídas do ponto de vista do crédito. É urgente e importante que se crie uma instância extrapartidária, civil, para se contrapor a um governo de ocupação, capaz de ir englobando pessoas e não instituições.

Valor: Mas de que natureza seria essa instância?

Wanderley Guilherme: Incluiria toda a oposição, mas não como representantes dos partidos, como pessoas, a integrar uma instituição civil não partidária. Valor: Uma frente, então? Wanderley Guilherme: Sim. E tem que trazer o PSDB. Uma grande frente anti-governo de ocupação que englobe todos os derrotados nessa eleição.

Valor: Mas foi muito difícil formar uma frente democrática neste segundo turno. Isso não antecipa as dificuldades de vir a fazê-lo depois?

Guilherme: Não. Não é uma frente partidária e ninguém entra partidariamente. E tem instâncias nacionais e locais.

Valor: Quais seriam os pressupostos dessa frente?

Wanderley Guilherme: A defesa da democracia. O país não é fascista. Pode ser conservador e ter um conceito limitado de democracia, mas fascista não é. Vamos ter muitos motivos de continuada intranquilidade social. Esta eleição não vai acabar. Agora é que vai começar porque os conflitos não vão ser resolvidos. Não tem nada que permita antecipar que essa polarização vá diminuir. Muito pelo contrário. Por isso é preciso tentar retomar um modo de interpretação da legislação coercitiva que já existe e que vai ser usada na sua literalidade. Por isso é importante a pressão sobre o Supremo Tribunal Federal.

Valor: Mas de que maneira a gente pode acreditar que o Supremo vá agir nessa direção se o presidente da Corte, ainda que tenha reagido a ameaças, colocou um general no seu gabinete e já chama a ditadura de 1964 de movimento?

Wanderley Guilherme: O histórico recente não autoriza otimismo, mas o Supremo, como instituição, não tem caráter, é suscetível a pressões. Por isso é importante que haja essas pressões sobre nomes do Supremo e de outras instâncias para que chamem a ordem. Dentro de lugar nenhum vai acontecer nada sem pressão. Conto com a imprensa.

Valor: Com a entrada dos militares em setores da infraestrutura, com planejamentos de longo prazo, não vai ser difícil tirá-los de lá? Vão montar tudo isso e entregar para um governo eleito que precise, novamente, compor sua base?

Wanderley Guilherme: Por isso acho que é muito importante a lição que a gente aprende em diretório acadêmico. Um novo presidente do diretório acadêmico precisa aproveitar a primeira oportunidade que surja para ganhar a batalha contra as autoridades. Senão ele está perdido. Com isso quero dizer que tem que haver um primeiro ministro militar demitido. E aí você joga.

Valor: Mas um presidente como Bolsonaro vai demitir um ministro militar?

Wanderley Guilherme: E por que não? As coisas não são inamovíveis e invencíveis. Essa era vai ser longa? Em princípio, sim, mas pode não ser. Não sei se o governo Bolsonaro termina.

Valor: Como é que o senhor distribui a responsabilização do resultado entre PT e PSDB?

Wanderley Guilherme: É difícil falar sobre isso logo depois de uma derrota. Ainda é uma coisa obscura se essa estratégia do PT foi imposta sobre Lula ou o inverso. De onde veio essa maluquice da campanha de fazer de Lula candidato e substituí-lo de última hora? A bipolaridade da campanha, a esquizofrenia. Essa coisa de xingar o Judiciário de tudo. Tudo errado. É o que o Ciro falou, Haddad foi o candidato escalado para perder.

Valor: E qual será o papel do Ciro daqui por diante?

Wanderley Guilherme: Vai ter que participar, senão é 'fake'. E não na condição de candidato em 2022. O candidato presidencial pode ser qualquer um. Não dá

para entrar num movimento com cartas marcadas. É uma coisa muito séria para ser comprometida por projetos pessoais. Não pode tirar casquinha. Valor: O lulismo acabou? Wanderley Guilherme: Haddad não seria Lula. Dilma foi Lula. Fez um grande governo. Agora o Lula está acabado. Não lidera mais a esquerda. Quando deixou de ser candidato, passou uma semana ali no noticiário depois ninguém mais falou nele. E ele sabia que isso ia acontecer. Ninguém mais disse 'Eu sou Lula'. Acho que ele leu isso.

Valor: O partido entrou na campanha disposto a manter o mito do Lula vivo e acabou por enterrá-lo?

Wanderley Guilherme: Acho que sim. A análise do que aconteceu vai ser pouco elucidativa do que se deve fazer. Constatar que o lulismo acabou não deve nos levar a xingar o Lula. Acabou. É daqui pra frente que se deve planejar o que fazer para recuperar a democracia. Num governo que não precisa violar as leis para ser antidemocrático. É o problema que o mundo inteiro está discutindo só aqui que não. As democracias estão sendo corroídas pelas leis democráticas, depende como estas são aplicadas. Dependendo como se usa a lei essa nossa conversa aqui pode ser considerada um atentado contra a democracia. As instituições democráticas, pelas suas virtudes, de tolerância interpretativa, abrem um espaço para se governar autocraticamente em nome da democracia.

Valor: Dessa onda de direita que agora chegou ao Brasil, dá para vislumbrar uma reação da sociedade?

Wanderley Guilherme: A base da sociedade não está em aí porque o custo de participação política é muito elevado, a não ser que estejam protegidas porque o custo do fracasso é elevadíssimo. O que não é para segmentos como os intelectuais. Se o povão quiser fazer passeata vão levar pancada e vão ser demitidos. Por isso é que tem que começar por nós. É papel dos intelectuais pôr as ideias em circulação e fazer contatos. Estamos nos acertando com o passo da história da pior maneira possível. O modo de organizar, as relações sociais, o tempo que se gasta na internet está acabando a interação pessoal. Não há de se ficar contra porque não tem jeito. A questão agora é ver o que dá para fazer para não se perder a humanidade.

O lulismo acabou; a esquerda terá que se reunir pela democracia sem cartas marcadas para 2022” “Os militares vão ocupar a infraestrutura e conter o loteamento de cargos; não dá para saber se vai funcionar”

2. UM SEGUNDO TURNO DE CACOS

<http://insightnet.com.br/segundaopiniaio/>

11 de outubro de 2018 Segunda Opinião – Wanderley G. dos Santos

Difícil vislumbrar onde Fernando Haddad desencavará votos para superar a diferença com que Jair Bolsonaro o derrotou em sete de outubro. Dentro da margem de erro, os primeiros números da pesquisa Datafolha (10/10) indicam a mesma distância estampada ao final do primeiro turno: dezesseis pontos percentuais em favor de Bolsonaro. O segundo turno não promete uma nova

eleição; antes, a projeção do primeiro turno, com vitória do candidato sobre o qual a população nada sabe além de discursos e declarações sem lastro na realidade. Governar não se resume a distribuir armas à população, recusar apoio do Estado a instituições de promoção social ou leiloar o patrimônio público. Na realidade, nem creio que possa fazê-lo, a menos de um autogolpe preventivo, no País em que os oximoros salvam a face da ilegalidade. Há desastres bem mais à mão e mais ao sabor dos reacionários nacionais e internacionais.

Na ponta do lápis, o Guilherme Boulos, o PCdoB, incapaz de atender às exigências da nova lei eleitoral, e os desgarrados do PSB, não têm votos. A esperança de cooptar os marinistas residuais, além de infundada, acrescentaria praticamente nada, uma votação inferior à do cabo bombeiro. A ampla frente democrática se resumirá a manifestos, declarações de artistas e reuniões de autoajuda. O departamento de propaganda remunerada insistirá na divulgação de pesquisas incompetentes. Provavelmente, inútil.

Só quem dispôs de votos até o fim do primeiro turno, além de Bolsonaro e Haddad, foi Ciro Gomes. Ocorre que, ao contrário do que os fanáticos difundiram, Ciro não é um coronel, tampouco um caudilho, e os que nele votaram decidirão como fazê-lo, agora, no segundo turno, alheios aos protocolares acordos que PDT, PT, PCdoB e PSB acreditam tenham significativo valor. Infelizmente, não têm quase nenhum. E os sinais dos eleitores ciristas não parecem amistosos. As projeções dos institutos de pesquisa apontavam reiteradamente vitória de Ciro sobre Bolsonaro no segundo turno. Mas Ciro foi derrotado pelo PT no primeiro.

Fernando Haddad buscará raptar votos de Jair Bolsonaro, eis o seu destino. Para tanto, fará todas as promessas exigidas pelos conservadores instalados nos bancos e nas empresas. Apresentada pelos violentos centuriões petistas, para variar, como genial estratégia, na realidade inverterá as ênfases do Lula de 2002: ao contrário de acenar à direita, apoiado em sólido projeto de resgate dos pobres e miseráveis, Haddad ofertará joias preciosas, reservando ao antigo povo de Lula miçangas de consolação. E Lula, preso, conhecerá, se tanto, as costas dos seus fieis bajuladores. Que o diga José Dirceu.

Ganhem ou não, Jair Bolsonaro jamais escapará do século XIX, reacionário em costumes e avesso aos trabalhadores na economia; Fernando Haddad enterrará a esquerda petista na decadência do século XX, e com ela a pompa da hegemonia.

3. Não sou resistente. Sou oposição

Milton Saldanha, jornalista - jornaldance@uol.com.br

A diferença entre as duas coisas não é pequena. Se num sintoma de resfriado corro a tomar um antibiótico possante, o que farei depois se pegar uma pneumonia?

Em política é preciso dosar os passos e as doses. Sem queimar etapas.

Bolsonaro foi eleito pela maioria, numa eleição democrática e legítima, sem nenhum risco de fraude, ao contrário do que afirmava sua corrente, querendo criar confusão e como forma velada, ou explícita, de coação. Mas agora isso é página virada.

O que interessa, não importa o resultado, é que as instituições continuam preservadas e a democracia não está abalada, pelo contrário, está prestigiada. Goste-se ou não, e eu não gosto, mas impõe-se aceitar como natural e constitucional a escolha do povo brasileiro. Observando que na regra democrática os 47 milhões de votos de Haddad, passada a votação, continuam fortes e respeitáveis, mas não são majoritários. O que conta agora são os 57,8 milhões que depositaram confiança em Bolsonaro. Seja ou não por anti-petismo, isso também agora página virada.

Ou seja, temos que aceitar, sem resistência, o que estabelece a lei. Sem, por isso, abdicar do direito de ser oposição. Mais que direito, dever, no meu caso, visto que as teses do bolsonarismo são incompatíveis com meus princípios.

Isso não significa que não se possa negociar ou concordar com o novo governo em questões pontuais. O maior exemplo, no caso Petrobrás. Se o governo preservar o monopólio estatal terá minha irrestrita concordância. Sem nenhum prejuízo da discordância em outros campos.

Fui resistente à ditadura. Aí sim usando a palavra certa, naquele que foi o momento certo. Mas nunca deixei de reconhecer que eles preservaram e protegeram a Petrobrás, para mim um bem intocável do povo brasileiro. Sobretudo no governo Geisel, que deixou declarações sobre isso que nenhum homem de esquerda deixaria de aplaudir.

Outro ponto delicado se refere à demarcação das terras indígenas. Essa discussão é séria, e nisso concordo com Bolsonaro, em situação rara: o risco no futuro de uma potência estrangeira reconhecer um território desses como independente e patrocinar a criação de um Estado estrangeiro em plena Amazônia. Isso é um risco real. Requer muito cuidado.

Eu não posso ser resistência a um governo que sequer começou. Isso retira, ou dificulta, a flexibilidade de opinião. Oposição sim. Esta pode negociar.

Como brasileiro, só posso desejar que o governo dê certo. Lembrando que desejo e senso de realidade não são sinônimos

4. Onda mudancista abala sistema político

ALDOFORNAZIERI

SEG, 29/10/2018 - ATUALIZADO EM 29/10/2018 - 08:21

A principal característica das eleições de 2018 foi a onda mudancista de natureza antissistêmica ou contrária ao sistema político-partidário vigente estabelecido no início da década de 1990. Na maior parte do tempo, esse sistema arruinado pelas eleições tinha a marca da polarização PT-PSDB. Essa marca se desfez no plano nacional mas, ao menos nesse nível, o PT

permaneceu nela como antagonista do pólo de extrema-direita. A onda mudancista levou o Brasil para a direita, não porque a maioria dos eleitores são de direita, mas porque os candidatos de direita representavam melhor a ideia de uma oposição antissistêmica, a ideia de uma varredura dos partidos e dos políticos tradicionais. Mas, sem dúvida, desde 2013 vem se constituindo uma extrema-direita política, que se fortaleceu no golpe e, agora, chega ao poder.

A onda mudancista de natureza antissistêmica foi consequência da profunda crise política, econômica, social moral que atingiu o sistema político e os partidos que dele faziam parte como protagonistas desde a Constituição de 1988. O PT, mesmo tendo sido tirado do poder por um golpe, fazia parte desse sistema, tendo governando o país por 13 anos e alguns meses. Em boa medida, tanto no primeiro quanto no segundo turno, foi apontado como o principal responsável pela crise do sistema.

Em que pese ter sofrido uma dura derrota, o PT, contudo, não saiu destruído. Duas razões foram determinantes para que isto não ocorresse: a herança positiva dos governos Lula e o fracasso retumbante do governo golpista de Michel Temer. Como o governo sempre é o ponto de referência principal numa disputa eleitoral, o PT também se apresentou como força de mudança das eleições, mas como, em boa medida, o contexto político do presente tem também determinações dos governos petistas, a candidatura petista não incorporava uma ideia de mudança tão forte como aquela agregada por Bolsonaro e a direita, aos olhos do eleitorado. E como a conjuntura era extraordinariamente mudancista, as forças que mais representavam essa aspiração protagonizaram a polarização final. Em suma: o fracasso do governo Temer manteve o PT no jogo, destruiu as chances do centro político e viabilizou Bolsonaro.

Além disso, o PT elegeu quatro governadores no Nordeste e conta com mais cinco governadores aliados na região. O Nordeste poderá ser o bastião da defesa da democracia se Bolsonaro descambar para o autoritarismo. Mesmo com a redução do número de deputados, o PT conseguiu eleger a maior bancada e obteve 47 milhões de votos no segundo turno, o que lhe dá uma enorme força de oposição. Fernando Haddad saiu fortalecido como liderança nacional. Mas terá que consolidá-la e, para isto, terá que enfrentar problemas internos ao PT e definir que tipo de relação estabelecerá com Ciro Gomes, que saiu vivo das eleições e disposto a ser um polo de oposição ao governo Bolsonaro. Tanto Haddad, quanto Ciro terão que encontrar maneiras de ter uma presença política nacional permanente para não sofrerem o efeito Marina Silva que aparecia apenas de quatro em quatro anos, mingando seu capital político. Ainda no campo da esquerda, o PSol, que aumentou sua bancada parlamentar, precisa avaliar o seu insucesso na eleição presidencial.

Dentre todos os partidos do sistema, o mais atingido foi o PSDB, mesmo contando as vitórias em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. No Rio Grande manteve-se a maldição de Borges de Medeiros: até hoje, nenhum governador conseguiu se reeleger depois que este instituto foi implantado. Mas o PSDB amargou o quarto lugar na eleição presidencial e foi o partido que mais perdeu deputados - 20 ao todo. Terá também enormes problemas internos para

enfrentar, principalmente com João Dória, que traiu Alckmin e aspira tornar-se dono do partido.

O PSL de Jair Bolsonaro, sem dúvida, conseguiu um feito inédito ao constituir-se em partido nacional saindo praticamente do nada. Além do presidente, elegeu 52 deputados federais (a segunda maior bancada), quatro senadores e três governadores. A sua bancada na Câmara deverá tornar-se a maior, com novas adesões. A vitória de aliados de direita nos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais também fortalecem o presidente-eleito. Se o PSL se consolidará como um partido forte de forma permanente ou se apenas é um epifenômeno que surfou na onda mudancista é algo que terá que se ver no futuro. Bolsonaro e o PSL ou reformarão o sistema ou capitularão a ele. Tudo indica que a segunda alternativa é a mais provável.

Como será o governo Bolsonaro é uma grande incógnita. Mas o que é óbvio é o risco que ele representa para a democracia. Risco que pode se traduzir em violência dos seus partidários, em censura, em perseguição à oposição, e ataque aos direitos sociais e no reforço dos preconceitos contra os negros, mulheres, LGBTs e pobres em geral. A oposição terá que ser intransigente na defesa das liberdades, dos direitos e da democracia. Duas instituições poderão ter um papel relevante na contenção dos arroubos ditatoriais de Bolsonaro e dos bolsonaristas: o Judiciário e a cúpula das Forças Armadas.

O Judiciário teve uma atuação desastrosa em vários episódios no passado recente e violou a Constituição e as leis. Alguns generais fizeram pressões e manifestações indevidas no que tange às decisões judiciais envolvendo o ex-presidente Lula. Mas agora, momento em que os riscos são grandes, o que se espera e se exige é que o Judiciário defenda a Constituição e que as Forças Armadas se mantenham dentro de uma linha legalista e que impeçam Bolsonaro de agredir a Constituição e as liberdades.

O PT perdeu a eleição presidencial no primeiro turno. Os erros foram vários: a definição tardia de Haddad como vice e como substituto de Lula; a campanha errou a mão em como apresentar Haddad ao eleitorado como um mero reflexo de Lula; o programa trazia propostas confusas, principalmente na economia; não havia uma estratégia de combate às mentiras e fake news e Bolsonaro foi subestimando, sendo que o PT veio a atacá-lo praticamente na última semana do primeiro turno. Alguns desses erros não havia como consertar e outros foram superados na campanha do segundo turno, com ataques mais duros e diretos a Bolsonaro e com a definição de três propostas que tocavam na vida das pessoas: reajuste do Bolsa Família em 20%, gás de cozinha a R\$ 49 e reajuste do salário mínimo acima da inflação. Haddad, por sua vez, apareceu com mais energia, vigor e autoridade.

Mas a campanha do PT enfrentou e não resolveu um problema que vem se arrastando nos últimos anos: o antipetismo fincado na questão da corrupção e dos erros do governo Dilma. Se o PT não enfrentar estas questões de forma clara e resoluta elas continuarão a contaminar as futuras campanhas até que as gerações que vivem hoje desapareçam. O PT precisa examinar, sem fugir de suas responsabilidades, as razões que, após 13 anos de governos seus, levaram

a direita ao poder no Brasil. Em resumo: o PT precisa despir-se das vestes do triunfalismo e da arrogância.

Ademais, o PT precisa renovar-se. A sua bancada parlamentar é constituída por parlamentares das antigas, analógicos, acomodados em seus esquemas de poder, com baixa combatividade e caminhando para o ocaso. Se o PT não se renovar com urgência, apoiando jovens e empoderando-os dentro do partido, o Tempo erodirá o seu poder. Na última eleição, por exemplo, os candidatos jovens e de primeira candidatura receberam migalhas do fundo eleitoral, enquanto que os deputados antigos receberam os maiores nacos, numa clara política de manutenção de uma aristocracia gerontocrática.

Por fim, o PT precisa tirar duras lições das sucessivas derrotas que vem sofrendo desde 2015. Não é mais possível que o partido continue anunciando triunfos vindouros e colhendo derrotas. O partido precisa olhar mais para as dificuldades e as advertências para, prudentemente, prevenir-se, preparar-se e planejar estratégias. Precisa perceber que sem força organizada poderá até ter vitórias eleitorais, mas serão efêmeras, e, nos momentos de crises e confrontos decisivos, sem forças organizadas, principalmente nas periferias, será derrotado. As forças progressistas serão derrotadas. É preciso saber que sem a virtude da organização, do comando e do combate, o Tempo, a Fortuna e os inimigos arruinam todas as coisas do poder político.

Aldo Fornazieri - Professor da Escola de Sociologia e Política (FESPSP)

5.*Bolsonaro avisou: vem aí a ditadura*

Por _Teresa Cruvinel_ Jornal do Brasil 23/10/2018

Depois deste final de semana, ninguém poderá alegar inocência no futuro, quando cair sobre nós a escuridão anunciada por Jair Bolsonaro e seu grupo, se confirmada sua eleição no domingo.

Eles mesmos nos avisaram de que haverá desprezo e talvez violência contra as instituições democráticas, de que o regime será tirânico, perseguindo adversários, mandando-os para o exílio ou para a prisão. O nome disso é ditadura.

Começando pela fala do deputado eleito Eduardo Bolsonaro, de que o STF poderia ser fechado por um soldado e um cabo, dispensado até o uso de um jipe.

Isso haveria caso o STF impugnasse a candidatura de seu pai, embora a matéria seja afeta ao TSE.

O ministro Celso de Mello, decano da corte, qualificou-a de “inconsequente e golpista” e o presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, afirmou em nota que atacar o Judiciário é atacar a democracia.

Palavras enérgicas mas insuficientes para o tamanho da afronta.

Como disse a senadora Gleisi Hoffmann, presidente do PT, “o tempo dos tribunais deve ser o tempo de salvar a democracia”.

“Já adverti o garoto”, disse o pai.

A fala foi em julho mas não vem ao caso.

O que ela expressa é a ideologia do grupo que integra, que transpareceu também, neste final de semana revelador, em declarações do senador *Magno Malta, fiel escudeiro do candidato: “O Brasil tem bandidos também nos tribunais superiores. O Supremo Tribunal Federal deste país, cada um tem o seu bandido de estimação”.*

O repúdio enérgico de Mello e Toffoli é insuficientes porque Eduardo Bolsonaro incorreu em crime previsto pela Lei de Segurança Nacional, como lembrou o ministro Alexandre de Moraes.

Caberia um pedido de abertura de inquérito, talvez pela Procuradoria Geral da República.

A LSN trata de crimes “contra o regime representativo e democrático, a Federação e o Estado de Direito”, além dos que atentem contra a integridade e a soberania nacionais, e contra a pessoa dos chefes de poderes.

O deputado eleito blasfemou contra o Estado de Direito, segundo previsão da lei, ao “fazer, em público, propaganda de processos violentos ou ilegais para a alteração da ordem política ou social”. Fechar o Supremo é isso, e portanto, caberia uma ação. Mas o Judiciário, que ajudou a criar o monstro, agora lida com ele cheio de dedos, temendo ser devorado.

Foram também indicadoras da tirania que nos espera, se Bolsonaro for eleito, suas próprias declarações, em mensagem por vídeo aos apoiadores reunidos na avenida Paulista: * “Vamos varrer do mapa esses bandidos vermelhos do país. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia.”*

Não duvidemos: os adversários serão perseguidos, forçados ao exílio ou a prisões arbitrárias.

Na mesma fala, ele falou de um Brasil “sem Folha de São Paulo”, em outro aviso macabro, este à imprensa livre que tanto contemporizou com ele. E proclamou que o ex-presidente Lula vai mofar na cadeia, explicitando a intenção de controlar o Judiciário, pois não cabe ao Executivo decidir sobre a execução da pena de nenhum preso.

Avisou ainda que o líder do PT no Senado, Lindbergh Farias, será preso e fará companhia a Lula, juntamente com o atual candidato do partido, Fernando Haddad.

Bolsonaro aponta para o terror de Estado, com o governo decidindo quem prender, fora do devido processo legal, fora do Estado de Direito. Quem for capaz, que arranje outro nome para esta ditadura anunciada.

Não podem os democratas brasileiros comungar da resignação do ministro do STF Roberto Barroso, para quem “os países, como as pessoas, passam pelo que tem que passar, para amadurecerem e evoluírem”.

Isso equivale à teoria espírita do karma, que não pode ser aplicada às Nações.

*O Brasil que venceu uma ditadura há de evitar o seu retorno, se os democratas saírem de seu imobilismo.

.------

6.0 Candidato do colapso

Marcos Nobre – Revista PIAUI

- https://piaui.folha.uol.com.br/o-candidato-do-colapso/?fbclid=IwAR1RIZimoygMccSKWrMMK8Lo_XZc7cncr95jgYyFnuLjswPUB-PaY9qHPTOg

Bolsonaro canalizou a desesperança e o medo em prol de sua candidatura. Depois da facada que sofreu, passou a dar as cartas. Passou a pautar sozinho a eleição, começou a moldá-la como o não-debate em que se transformou. Bolsonaro não promete coisa alguma a não ser: as maldades vão parar. Para quem já não acredita em nada que soe “político”, prometer mais do que isso soa falso, mentiroso. Mesmo debater soa falso, mentiroso, soa “político”. Por isso, de pouco vai adiantar a candidatura de Fernando Haddad insistir em debater enquanto não tocar no que está na base do sucesso do capitão-candidato.

Bolsonaro se colocou como defensor das últimas trincheiras de qualquer pessoa, daquilo que é a sua identidade mais básica. Disse mais ou menos o seguinte: “Tiraram tudo de vocês e agora querem tirar até o mais fundamental, que é a sua vida, que é acreditar em Deus, em si próprio e nas pessoas mais próximas.” Muita gente acredita que as coisas mais preciosas estão em risco. Bolsonaro prometeu protegê-las acima de tudo e de todos. Não por acaso, conseguiu fazer um amálgama das únicas três instituições que ainda encontram apoio, respaldo e aprovação na terra arrasada atual e que não são consideradas “políticas”: família, igrejas e Forças Armadas.

É como se Bolsonaro estivesse dizendo ao eleitorado: “Você tem toda a razão de não confiar em nenhuma instituição a não ser na sua família, na sua igreja e nas Forças Armadas de seu país. E eu sou o único que pertence a essas três instituições, sou o único que pode lhe defender, sou o único em condições de prometer que vou lhe defender. Ninguém tirará de você a sua vida, a sua família, a sua crença e o seu direito de acreditar em si mesmo.”

O estranho é ter gente que ache isso pouco. É da sobrevivência física, mental e social de muitas pessoas que se está falando. Toda a discussão sobre a divisão do eleitorado entre PT e antiPT, que é real, obscurece muitas vezes o fato de que uma parcela do eleitorado está se sentindo existencialmente ameaçada e que vê no sistema político a fonte dessa ameaça.

Negar que parte muito relevante do eleitorado esteja se sentindo dessa maneira é se recusar a entender o voto em Bolsonaro. É se recusar a entender por que discutir o dia seguinte se tornou secundário. É se recusar a entender por que debater se tornou secundário, tornou-se “político”.

Acontece que Bolsonaro não apenas depende dessa devastação social para vencer a eleição. Ele também vai depender dela para se manter no poder. Bolsonaro surfa a onda do colapso das instituições. Precisa do colapso para se eleger. Mas precisará ainda mais do colapso para se manter no poder.

Porque a parte relevante do eleitorado que se sente existencialmente ameaçada não permanecerá para sempre na posição defensiva extrema em que se encontra hoje. Em um momento não muito distante vai precisar sentir que a ameaça extrema passou e será então a hora de buscar algo positivo, construtivo. E, nesse momento, Bolsonaro nada terá a mostrar.

Porque mostrar algo positivo e esperançoso depende de reconstruir as instituições políticas. Depende de fazer voltar a funcionar um sistema político que entrou em parafuso. E, mesmo que se visse obrigado a isso, Bolsonaro não dispõe de condições políticas e pessoais de realizar uma tarefa dessa magnitude. Não se elegeu com base nisso, não tem base social e política para isso. Ao contrário, ele é o candidato do colapso.

Se eleito, a única opção para Bolsonaro permanecer no poder será manter ativamente em estado de colapso as instituições políticas do país. Porque o sistema político fará certamente esforços para se reorganizar, tanto do lado da centro-esquerda como da centro-direita. Mas qualquer reorganização como essa, se bem-sucedida, acontecerá contra um eventual governo Bolsonaro – e não a seu favor. Bolsonaro só poderá governar minando permanentemente toda forma positiva de reorganização das instituições.

Sonhos e realidade

O Estado de S. Paulo. 2 de novembro de 2018 FERNANDO GABEIRA

A vitória de Bolsonaro não é idêntica à de Trump. Mas antes e depois das duas eleições há pontos de contato. Não servem para explicar tudo, mas ajudam. Um dos livros em que encontro as semelhanças é de Mark Lilla, uma crítica aos liberais com um subtítulo interessante: Depois das políticas de identidade. A julgar pelo livro de Lilla (The Once and Future Liberal: After Identity Politics), a vitória de Trump suscitou o mesmo movimento nos EUA e no Brasil: resistência. Lilla põe essa palavra entre aspas, pois significa uma oposição a tudo o que Trump representa, sem ainda uma visão clara de futuro.

A vitória de uma figura controvertida acabou despertando nos EUA uma grande solidariedade entre os derrotados, campanhas, marchas, abaixo-assinados. Mas ainda são raras aqui, no Brasil, onde Bolsonaro acaba de vencer, as visões críticas do período que abriu o caminho para que ele triunfasse.

Lilla fala no descaminho dos democratas por se terem fixado nas políticas identitárias: mulheres, homossexuais, indígenas e negros. Não que seja contra essas lutas.

Sua análise da campanha republicana mostra que na maior parte do tempo ela se fixava em temas nacionais, que interessam a todos. O exame do site

democrata, no entanto, revela grande peso às lutas fragmentárias, que interessam a setores bem específicos do eleitorado.

Lilla considera um erro a fixação nas lutas identitárias porque elas afastam um pouco as pessoas dos temas mais amplos, que envolvem o bem comum. As pessoas mergulhadas nessas lutas têm tendência menor a defender temas nacionais, sair para uma conversa nas ruas sobre o que ele chama o bem comum.

Coincidência ou não, eu já tinha manifestado em artigos a mesma reserva quanto ao alcance das lutas identitárias na eleição brasileira. Também na minha crítica ressaltava a ausência da ênfase no bem comum, só que nos meus textos não usava essa expressão, mas a adesão a um projeto nacional. Num artigo afirmava que as lutas que ainda chamam das minorias tendem a criar a necessária solidariedade de grupo, regras e objetivos próprios. Mas ela se dá em oposição a uma sociedade que ainda não reconhece esses direitos.

Torna-se muito difícil conversar com o homem comum, encontrar um assunto que mobilize todos, e não apenas alguns setores da sociedade. No caso brasileiro, os três grandes temas nacionais em jogo passaram um pouco ao largo das forças de esquerda. Um deles era a corrupção. A esquerda o subestima de modo geral e o escamoteia especificamente quando o PT é o maior acusado.

Um segundo grande tema nacional foi a segurança. A visão clássica e tradicional da esquerda é condicioná-la à melhoria das condições econômicas, da educação, da renda. Como a expectativa é de respostas em curto prazo, o discurso cai no vazio e é facilmente ironizado.

Um terceiro tema, mais intelectualizado, foi a discussão sobre o tamanho e o papel do Estado na economia. Também aí a perspectiva privatizante pareceu mais atraente. E não só pela teoria. As manifestações de 2013, em parte, revelaram a precariedade dos serviços públicos.

A corrupção também passou a ser uma chave para explicar o fracasso do governo. Tenho a impressão de que é a conversa na rua quando não se tem nada a dizer sobre aqueles temas.

Uma das características da luta identitária é a autoexpressão: sou gay, negro ou indígena e tenho orgulho de minha condição. Isso é irretocável na posição pessoal. No entanto, Lilla observa em seu livro que numa campanha eleitoral não é a autoexpressão que conta, mas a persuasão.

O exemplo que usa para definir o comportamento dos liberais nos EUA talvez seja aplicado também à esquerda brasileira. Lilla compara as eleições à pesca. É preciso acordar cedo e pescar até tarde, lá onde o peixe existe, e

não onde você gostaria que estivesse. Se o peixe morde a isca e se debate, dê linha e espere que se acalme.

Mas, para o escritor, os liberais ficaram na praia discorrendo sobre os problemas do mar, sobre a necessidade de a vida aquática abrir mão de seus privilégios. Tudo na esperança de os peixes confessarem coletivamente seus pecados e nadarem mansamente para ser pescados. Se esse é o seu enfoque da pesca, lembra Lilla, o melhor é se tornar vegetariano.

Nesta altura, não se podem comparar totalmente as táticas. No caso brasileiro, se, de um lado, a luta identitária pode ter dificultado um pouco a conquista da maioria, o caminho eleitoral das minorias acabou comprometendo o seu futuro. Isso simplesmente porque no tema central, a corrupção, o PT, embora não seja o único, é o maior acusado. A associação entre o partido e as minorias acabou trazendo para elas também a desconfiança do homem comum.

Não sei ainda como as coisas se vão recompor. Se as lideranças minoritárias fizerem uma análise do que se passou, creio que um dos seus passos será libertar-se de governos. Para isso é preciso ter uma nova visão da importância dos recursos materiais na política. O período que se encerra foi marcado por campanhas milionárias. O PT venceu com uma em 2002 e não reaprendeu o caminho da austeridade.

A vitória de Bolsonaro, a julgar pela de Trump, deve suscitar um grande movimento, que até lembrou aos liberais americanos que eles têm mais energia do que suspeitavam.

Aqui, no Brasil, enquanto estiverem gravitando em torno de um partido acusado de corrupção, os simpatizantes da esquerda podem até descobrir uma energia insuspeitada. No entanto, a chance de essa energia se dissolver em vão é muito grande, sobretudo se as pessoas não pararem um segundo para pensar, achando que o momento é como a Quarta-Feira de Cinzas em Salvador, onde todos saem às ruas cantando e dançando as mesmas músicas do carnaval que passou.

Faria bem um tempo de reflexão, estudos e debates. Foi tudo tão rápido e, para alguns, tão surpreendente que, a rigor, nem o governo nem a oposição sabem precisamente o que fazer.

8.O GRAU ZERO DA POLÍTICA

Sociedade está refém dos cálculos eleitorais de um sistema político destruído

<https://piaui.folha.uol.com.br/o-grau-zero-da-politica/?fbclid=IwAR2eiS6Omfyusf-D7WkSMLDKyN7W8y5z83gslh4UKpk1pTf0FgVFIGeWB4>

MARCOS NOBRE - 31out2018_07h30

O sistema político foi destruído na eleição. A perda de parâmetros na política oficial tem produzido angústia e intranquilidade generalizadas na sociedade. Mas não se vê a mesma angústia e intranquilidade no sistema político.

Mesmo destruído, o sistema saiu da eleição com algumas firmes convicções.

A primeira delas é que o governo Bolsonaro será no mínimo muito precário e no máximo caótico. Apesar disso, mesmo que os discursos públicos sejam de preocupação, ninguém no sistema político de fato considera que a democracia esteja em risco. Daí que quase todas as forças políticas estejam se mexendo em função de cálculos eleitorais para 2020 e 2022, já se preparando para o naufrágio do próximo governo, quando quer que ele venha a ocorrer.

Acreditam que o primeiro rombo no casco do governo virá da precariedade de sua equipe de governo, que não está à altura da grave crise fiscal e do ambiente econômico internacional provavelmente hostil que encontrará. Essa deficiência se agrava ainda mais porque Bolsonaro venceu sem fazer nenhum pacto concreto com o eleitorado. Isso dá o direito a cada pessoa de sonhar com o que quiser, desde segurança na rua até um emprego decente, passando pela eliminação completa da corrupção. E torna impossível que o governo consiga corresponder às expectativas que criou.

Dentro da equipe de governo, haverá uma luta de morte entre pelo menos três vetores. E o desfecho é imprevisível, já que o presidente eleito não demonstrou até hoje qualquer habilidade para arbitrar conflitos. O vetor da relação com o Congresso é representado por Onyx Lorenzoni. É um deputado sem nenhuma capacidade demonstrada de liderança parlamentar e que já entrou em choque direto com a área econômica, representada pelo economista Paulo Guedes, que tem no vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, um aliado de peso.

Esses dois vetores, por sua vez, entrarão em choque com a equipe militar, a mais numerosa, organizada e preparada, e a única que dispõe de algo remotamente próximo de um plano de coordenação de governo. Pensando na hierarquia de patentes, vai querer necessariamente dirigir todo o governo. É uma equipe liderada pelo general Augusto Heleno, que deve ocupar o Ministério da Defesa porque lhe coube a tarefa adicional e decisiva de controlar a tropa.

A segunda fragilidade grave será a incapacidade de reorganizar o sistema político em torno do governo e de seu presidente. Não se trata de dizer que o governo Bolsonaro não terá maioria no Congresso. Trata-se apenas de lembrar que há uma diferença abissal entre ter maioria parlamentar e conseguir vertebrar o sistema político, como fizeram a seu tempo e à sua maneira PT e PSDB.

Para conseguir governar não basta conseguir os votos necessários para aprovar pautas e projetos. É preciso que as forças políticas se deixem também dirigir de alguma maneira e em algum grau pelos polos aglutinadores do governo, de um lado, e da oposição, de outro. O sistema está destruído justamente porque não tem mais esses polos aglutinadores.

E, no entanto, Bolsonaro entende que essa é justamente a grande vantagem de seu governo. Foi eleito sem fazer concessões ou alianças de nenhum tipo e

considera que não terá de se dobrar à lógica de megacoalizações de governo instalada depois do impeachment de Collor. Considera que não terá de ceder àquele pemedebismo a que se dobrou Lula depois do mensalão, em 2005. O mesmo pemedebismo que derrubou Dilma Rousseff e assumiu diretamente o poder na parlamentada de 2016.

De fato, o centrão, a figura mais recente do pemedebismo, perdeu muito em força e em organização. Mas, mesmo que o pemedebismo não seja mais aquele, permanece a diferença crucial entre entregar votos e aceitar a liderança de quem recebe esses votos. As duas coisas estiveram juntas nos governos FHC e Lula e começaram a se separar já no primeiro governo de Dilma Rousseff.

É preciso ter claro e levar a sério que Bolsonaro se entende como o líder de uma revolução conservadora. Especialmente depois de ter sobrevivido ao atentado que sofreu. E essa será uma fonte de instabilidade e de tensão permanente.

No entanto, não existe nem existirá algo parecido com um “bolsonarismo”, essa não é uma opção para sair do impasse em que se encontra o futuro governo. Não foi um pretense bolsonarismo que o levou ao poder, mas uma confluência de movimentos e grupos que encontraram nele um ponto focal, mas não um líder, muito menos um catalisador. **Bolsonaro foi capaz de produzir muita mobilização, mas não foi capaz de produzir organização.** Não se trata de um movimento, mas de vários. Movimentos diferentes, heterogêneos, incompatíveis entre si.

Toda a campanha eleitoral de Bolsonaro impede que ele se entregue ao centrão. Ao mesmo tempo, o fato de não ter capacidade de dirigir o sistema político ou de criar algo como um bolsonarismo vai produzir um governo acuado. É a pior coisa que pode acontecer a um governo. Especialmente no caso de um governo liderado por um presidente que elogia ditaduras e um vice-presidente que acha natural invocar a hipótese de um autogolpe.

Esse é basicamente o quadro que o sistema político traçou do futuro do governo Bolsonaro. De um lado, o centrão aguardará pacientemente a rendição do capitão-presidente. Dentro do mesmo campo, Luciano Huck já deu início a sua campanha presidencial. Vai tentar aglutinar a centro-direita longe do governo Bolsonaro, dando início a uma mobilização nas redes que tenha também contrapartida em figuras e forças do sistema político, mas sem se confundir com elas.

Do outro lado, a oposição já está em guerra aberta para recolher os destroços do naufrágio que considera certo. Ciro Gomes se convenceu de que é impossível qualquer composição com o PT. E está tentando convencer também outras forças (PSB, PCdoB, além de figuras do PSDB, da Rede e mesmo do MDB) a formar um polo capaz de competir abertamente com o PT pela liderança da centro-esquerda. O PT está atravessado por lutas internas, sem perspectiva até agora de encontrar o caminho da radical renovação sem a qual irá definhar.

Se esses cálculos todos do sistema político estiverem certos, a sociedade vai ficar espremida entre um governo acuado, a caminho do naufrágio ou da saída autoritária, e uma oposição em guerra, cada grupo lutando para se estabelecer como os novos polos do sistema, à margem do governo. Uma vez mais, a sociedade fica refém dos cálculos eleitorais do sistema político. Acontece que, desta vez, os riscos são proibitivos e a instabilidade, permanente.

Dado seu alto grau de mobilização, é possível que a sociedade tenha força suficiente para resistir aos riscos e à instabilidade sozinha, mesmo sem poder contar com o apoio de um sistema político que continua pensando apenas em termos de cálculos eleitorais. Mas a miopia da política oficial para a urgente necessidade da criação formal de uma amplíssima frente de defesa da democracia pode custar muito caro. Bem mais caro do que o sistema político pode calcular.

MARCOS NOBRE

É professor de filosofia da Unicamp e autor de *Imobilismo em Movimento*, pela Companhia das Letras, e *Como nasce o novo*, pela Todavia

9.Os próximos dias do resto da nossa vida

O Brasil não terá como ser governado sem uma pacificação geral dos espíritos

<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,os-proximos-dias-do-resto-da-nossa-vida,70002566775>

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA, O Estado de S.Paulo
27 Outubro 2018 | 03h00

Seja qual for o resultado das urnas de amanhã, uma constatação está dada: protagonizamos a mais tensa e desqualificada disputa presidencial da História nacional. Poderemos gastar um bom tempo de pesquisa para interpretar o uso que se fez das redes e das fake news, os erros e acertos das campanhas, mas nada será mais desafiador do que compreender o terremoto que abalou as estruturas políticas da sociedade e alterou de forma substantiva a cabeça dos brasileiros.

Como foi possível que, na segunda década do século 21, a disputa presidencial transcorresse como se o País ainda estivesse no século 20? Suas elites políticas e intelectuais ignoraram os sinais de que algo estava a fermentar nos subterrâneos da vida social. Nada se discutiu de substantivo, nenhum mapa cognitivo saiu dos debates, nenhuma luz iluminou o eleitorado, que chegou às

urnas enfeitado por pregações mágicas e regressistas, alheias ao razoável, mudas diante dos desafios que se abrem para o futuro.

O resultado foi a ampliação dramática das divisões políticas e do desentendimento social.

Tornamos inviável o centro político, a inteligência e a moderação, em benefício da estridência reacionária, da agitação irresponsável, do apelo a um passado mitificado. O oportunismo, a demagogia e a prevalência de interesses mesquinhos tomaram o palco de assalto, marginalizando as demais candidaturas. Sobraram os antípodas, que se escolheram reciprocamente, impelidos por uma ordem social despedaçada e sequiosa de “segurança”, um o espelho invertido do outro.

Nenhuma vitória terá força suficiente para desprezar esse quadro social. O vencedor e sua oposição terão de negociar, dialogar, contemporizar. Um pacto terá de ser costurado.

Se Haddad vencer, será uma vitória da resiliência democrática e do poder das redes. Na semana derradeira, as mensagens pró-Haddad e uma militância determinada deram-lhe o gás que faltava. Não será uma vitória do PT. O partido, porém, cuidou de armar uma nova narrativa para si: sai o Lula perseguido pelo golpe, entra o “fascismo fraudulento” de Bolsonaro, impulsionado pelo pânico que impregnou a alma de muita gente.

Se o vitorioso for Bolsonaro, pode-se esperar qualquer coisa, um enigma. A nova narrativa petista encontrará ressonância numa sociedade machucada por tantas divisões políticas e partidárias. Será como acender um fósforo diante de um baú de dinamite. O governo Bolsonaro não terá sossego. Mas a esquerda que a ele se opuser desse modo também não conseguirá reorganizar-se para cumprir uma função democrática e reformadora. Permanecerá amarrada numa cultura

negativa, de “resistência”, vocacionada para dividir e diferenciar mais do que agregar e unificar.

Não dá para cravar que o eventual governo Bolsonaro levará o Brasil para uma ditadura fascista. Os componentes fascistoides exibidos durante a campanha terão de passar pela prova dos fatos. Uma escolha terá de ser feita: ou jogar o País num regime de força e na histeria social desagregadora, ou buscar a reconciliação. Neste segundo caso, Bolsonaro terá de arquivar a retórica belicista e reacionária. Sem isso seu governo submergirá. Precisarão dissolver sua própria folha de serviços hostil aos direitos e às liberdades civis. Terá de ser o estadista que não apareceu durante a campanha.

Uma Presidência mais democrática, como a que promete Haddad, deixará o País parecido com o que se conhece, mas não necessariamente trabalhará para qualificar a democracia. Primeiro, porque trará consigo outro “mito” igualmente nefasto – o do Lula perseguido e santificado –, que fará a balança pender mais para o Estado do que para a sociedade. Depois, porque o PT poderá voltar ao poder com sangue nos olhos e desejo de vingança, o que ensejará uma reação social ruim para a governança democrática. Também aqui o presidente terá de ser muito mais do que um homem de partido.

O Brasil do próximo ciclo não terá como ser governado sem uma pacificação geral dos espíritos, para a qual o papel do presidente será estratégico.

O novo chefe do Executivo começará a trabalhar com uma democracia de má qualidade, que funciona e tem suas instituições, mas produz poucos resultados naquilo que deveria ser seu alvo principal: educar a cidadania e satisfazer sua expectativa de que as escolhas governamentais sejam justas e eficazes.

O País está despedaçado, os nichos políticos estão “empoderados” de modo insano, cegos para o outro, sem disposição para o diálogo, as divisões ameaçam

se prolongar no tempo. Nada disso ajuda a preservar e fortalecer a democracia. Os problemas econômicos, infraestruturais, educacionais, relacionados à saúde e à proteção social são desafiadores. A próxima legislatura parlamentar é uma incógnita: os partidos estão enfraquecidos e a composição do Congresso Nacional combina a manutenção de algumas famílias tradicionais com uma chusma de novas figuras de quem não se conhecem o perfil e a densidade democrática.

O País continuará surpreendendo, com sua força, sua população, suas conquistas. Foi assim durante todo o século 20. De algum modo, ainda que por vias tortas, haverá política. E nela os democratas haverão de depositar suas fichas. A “pequena política” – concentrada no jogo miúdo do poder, na destruição dos adversários, na chantagem – terá de se encontrar com a “grande política”, voltada para a recomposição da comunidade política.

O futuro será comprometido se perdermos essa perspectiva e continuarmos a alimentar as divisões perfunctórias, a competição pelas migalhas do poder, a lógica partidária que mal consegue permanecer de pé, a retórica de “guerra”.

O importante é que nossa emoção sobreviva, amanhã há de ser outro dia, dizem os poetas. Somente a perspectiva da política democrática resolverá o problema de saber quem somos, por que estamos juntos e o que queremos alcançar.

*PROFESSOR TITULAR DE TEORIA POLÍTICA E COORDENADOR
DO NÚCLEO DE ESTUDOS E ANÁLISES INTERNACIONAIS DA UNESP

10. A disputa não é entre dois candidatos, é entre dois projetos!

Raul	Kroeff	Machado	Carrion	Carrion
Presidente da FMG/RS, ex-prespo político, ex-vereador de Porto Alegre, ex-deputado do RS				

Dentro de 2 dias o povo brasileiro irá às urnas para escolher entre dois projetos antagônicos para o Brasil. De um lado, o projeto de um país livre e soberano, respeitado no concerto mundial das nações, que defende as suas riquezas e as coloca a serviço do seu povo. Um país democrático, que combate todo o tipo de racismo ou discriminação, que respeita as diferenças e fomenta uma cultura de paz e tolerância.

Um país que enfrenta as profundas desigualdades sociais existentes, que assegura uma efetiva igualdade de oportunidades para todos, promove empregos e salários dignos e uma aposentadoria justa, cria um ambiente saudável para as atividades econômicas e retoma o desenvolvimento nacional.

Um projeto que contempla a necessidade de um Estado eficiente, que presta serviços de qualidade à população – como saúde, educação, segurança, moradia digna, transporte público –, fomenta a ciência e a tecnologia, apóia as atividades produtivas e salvaguarda a soberania nacional.

Por outro lado, o projeto de uma nação subjugada pelo capital financeiro nacional e internacional, submissa aos interesses dos Estados Unidos, que vende a “preço de banana” o imenso patrimônio do país (construído por gerações de brasileiros) – como a Petrobras, a Eletrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Embraer – e entrega suas fabulosas riquezas naturais – o Pré-Sal, o Aquífero Guarani, as jazidas minerais, seu potencial hidroelétrico, a Amazônia – à exploração predatória das multinacionais.

Um projeto antidemocrático, nazi-fascista, intolerante, discriminatório, que tem por lema a “lei do mais forte”, baseado na violência e no ódio a quem pensa diferente. Um projeto que faz da mentira o seu alimento diário, que apela para os mais sórdidos sentimentos humanos, que cultua torturadores e assassinos – como o Coronel Brilhante Ustra –, crítica a ditadura militar por “não ter matado pelo menos 30 mil opositores”, ameaça fechar o Congresso e o STF, diz que vai prender ou banir os “vermelhos” e reprimir e enquadrar como terroristas os movimentos sociais! Um projeto ultra-neoliberal, que propõe a liquidação dos poucos direitos trabalhistas que ainda restam – salários iguais para homens e mulheres, aposentadoria digna, 13º salário, estabilidade do servidor público –, defende o fim do SUS e de todos os programas sociais e apóia o congelamento por 20 anos dos serviços essenciais para os mais pobres. O primeiro projeto – PATRIÓTICO, DEMOCRÁTICO E IGUALITÁRIO – é representado pela chapa HADDAD-MANUELA e incorpora neste segundo turno todos aqueles que defendem a democracia contra o fascismo, o Brasil contra os vende-pátrias e os direitos do povo contra os reacionários e obscurantistas!

O segundo projeto – ANTINACIONAL, NAZI-FASCISTA e OPRESSOR – é representado pela outra chapa, formada por um capitão e um general, que representa os interesses do capital financeiro internacional, dos que desprezam a Liberdade e a Democracia e daqueles que sonham em

exterminar com os direitos sociais e trabalhistas, conquistados ao longo dos séculos! Apresentam-se como “anti-sistema”, mas em tudo apoiaram o desgoverno Temer, aliaram-se ao “Centrão” de Eduardo Cunha e defendem o sistema de exploração que há séculos oprime o povo brasileiro.

Por tudo isso, impõe-se forjar uma grande unidade, do que há de melhor no nosso povo – independente de filiação partidária ou confissão religiosa – para salvar o Brasil da ameaça nazi-fascista! Fruto da postura fascista e ditatorial do candidato do PSL – recentemente denunciado por captar ilegalmente milhões de reais (“Caixa 2”) de empresários, para “disparar” whatsapps caluniosos aos eleitores – importantes personalidades e lideranças políticas de partidos contrários ao PT têm vindo à público para repudiar a candidatura do PSL e anunciar o seu apoio a HADDAD e MANUELA. Tal é o caso de Ciro Gomes (candidato à presidência pelo PDT), Marina Silva (candidata à presidência pela REDE), Boulos (candidato à presidência pelo PSOL), Alberto Goldman (ex-Presidente Nacional do PSDB e ex-Governador de SP), Paulo Afonso Vieira (ex-Governador de SC pelo PMDB), João Gilberto Lucas Coelho (ex-vice Governador do RS pelo PSDB), José Carlos Dias (ex-Ministro de FHC), Jarbas Vasconcelos (Senador eleito pelo MDB na Bahia), João Carlos Brum Torres, “Caçapava” (Filósofo e ex-Secretário do Governo Pedro Simon, do PMDB), Rogério Cezar de Cerqueira Leite (físico de fama mundial, apartidário) e Arnaldo Jabor (jornalista reconhecidamente conservador), entre tantos outros. Inclusive, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez duras críticas ao candidato do PSL por seu discurso raivoso e por suas ameaças a quem pensa diferente dele.

Nesse momento, nenhuma divergência passada ou menor pode ser argüida para justificar a omissão ou a indiferença diante do perigo do fascismo e de uma inimaginável regressão civilizacional, que inevitavelmente mergulhará o Brasil no caos social, com o risco nos levar a uma guerra civil aberta!

Há tempo para salvarmos o Brasil e a Democracia!
Depende unicamente de nós!

11. Luiz Sérgio Henriques: Além das culturas que dividem

A persistência das divisões atuais somente nos garantirá uma continuada decadência

Pode suceder que culturas políticas fortemente divisivas, mais perto do seu ocaso, descubram a pertinência de ideias que superem ou pelo menos subordinem a linguagem de parte ou facção. O comunismo do século 20, uma expressão desse tipo de cultura, ainda nos anos 1930 teve momentos positivos, como nas frentes populares, quando, com idas e vindas, firmou a aliança com os liberal-democratas e muitos outros, contribuindo para a derrota do nazi-fascismo. E saltando algumas décadas, já a caminho do fim, do interior da sua vertente ocidental brotaria a “heresia” eurocomunista, que afirmava, dessa vez com consistência, a universalidade da democracia política.

O panorama, assim, abriu-se para a recomposição com os social-democratas. No Ocidente, com suas instituições progressivamente ampliadas e sua “sociedade aberta”, se se quisesse manter o uso do termo “socialismo”, então não haveria dúvida: a democracia passaria a ser o caminho do socialismo, não para o socialismo. A “meta final” ficava em segundo plano ou mesmo desaparecia. A travessia era tudo, e para percorrê-la devia-se deixar de lado a bagagem autoritária do passado.

Idealmente, um partido como o PT, criado no momento em que se saía de uma ditadura e, ao mesmo tempo, se renunciava o fim do comunismo, deveria ter tido nesse conjunto de valores um alicerce bem assentado. A formação de seu grupo dirigente e a educação de seus militantes se valeriam dos recursos inéditos que o País redemocratizado podia oferecer. Nada de culto à personalidade nem formação de subculturas dogmáticas e excludentes – ou, para usar termos mais atuais, o encerramento em “bolhas eletrônicas”, que desprezam a dúvida e erguem muros tão ou mais altos do que os de pedra e cal.

Não foi o que aconteceu. O novo partido permaneceu atado a um sistemático espírito de cisão que o impediu de participar positivamente de momentos cruciais da transição. Chegou a votar contra o texto da Constituição! Parecia cuidar de si próprio, absorvido na dialética interna de grupos e correntes que só se uniam em torno do líder promovido a mito e, posteriormente, a mártir. Sua excepcionalidade estava garantida a priori e dela viria o resgate de um país perdido em séculos de História infeliz. A recusa de alianças era marca registrada. E suas atitudes

anunciavam uma guerra “contra tudo”, muito próxima, por sinal, dos populismos contemporâneos, inclusive de direita.

Pode-se perguntar sobre as razões do crescimento eleitoral até o grande êxito de 2002. Haveremos de convir que prometer um novo início em tempos de mal-estar da democracia é uma jogada de mestre. Essa mesma sabedoria tática levou à assimilação do programa de bolsas e à demonização do adversário, sem que se tornasse, no entanto, uma visão estratégica de Estado e de sociedade. Mas houve coisa mais séria, se cuidarmos do nexos nacional-internacional. O novo partido associou-se, e aí já sem sabedoria alguma, ao caudilhismo latino-americano de viés “nacional-popular”, que hoje, entre outros fracassos, nos põe diante da catástrofe sem fim da Venezuela.

E foi assim que o petismo, um neologismo sem força para designar uma cultura política amadurecida, viria a ressuscitar a concepção maniqueísta da velha esquerda, ainda que sem o pathos revolucionário. Acossado por dificuldades judiciais, iria mais adiante entrincheirar-se numa visão redutivamente classista do Estado “burguês”, de cujos mecanismos supostamente monolíticos passou a se dizer vítima. E as consequências não se deteriam nas fronteiras partidárias: a linguagem “radical” terminou por gerar, como reação quase automática, um antipetismo avassalador, regressivo e autoritário.

Em ambos os casos, sucessos eleitorais à parte, podemos reconhecer a mesma dificuldade de articular um discurso complexo sobre o País e, afinal, dirigi-lo com o método do consenso. De fato, opondo agressivamente mito contra mito, doutrina contra doutrina, a emergente “narrativa” antipetista tem análogas pretensões refundadoras, que num certo momento chegaram a expressar-se na ideia estranha de uma Constituinte de sábios. O hibridismo vem a ser sua marca constitutiva e o sinal de alerta para os mais atentos: o ultraliberalismo de seu expoente econômico não combina com o histórico estatista da liderança máxima e seu entorno de militares reformados. A política que apregoa é a antipolítica dos nossos tempos: uma razzia dirigida contra o “sistema”, sem que se saiba ao certo, ou sem que se saiba absolutamente, qual material será empregado na reconstrução. Não é certo que tenha qualidade melhor.

Este vazio que acompanha toda incursão populista contra sistemas políticos em crise também aqui se busca recobrir com o apelo ao antimoderno no plano das crenças, dos costumes e orientações de valor. O motivado interesse por tudo o que define o perfil de uma sociedade tolerante – direitos humanos, pluralidade

de estilos de vida, respeito aos valores de crentes e não crentes – se vê abafado pelo fragor de uma “guerra cultural” inédita entre nós, mas já testada, e aprovada, em outras latitudes. A sensatez parece bater em retirada diante de ideólogos que simulam viver ou, o que é mais grave, acreditam viver nos tempos sombrios da contraposição mortal entre capitalismo e comunismo.

Se quiser ir além do petismo, a esquerda terá pela frente uma longa temporada de autorreforma – na verdade, um verdadeiro processo constituinte, que ela irresponsavelmente andou receitando para o País. Com métodos, categorias e linguagem renovada, poderá então contribuir para um diálogo vivo entre culturas e tradições, e até para a mútua “contaminação” entre elas, como convém às sociedades da diversidade. De resto, a persistência das divisões atuais só nos garantirá uma continuada decadência para a qual – até hoje – nosso país não parece ter sido talhado.



Luiz Sérgio Henriques

Tradutor e ensaísta, editor do site Gramsci e o Brasil (www.gramsci.org)

12. Transtorno obsessivo compulsivo

Da FOLHA - Por ANTONIO PRATA

— Ele disse numa entrevista que fechava o Congresso no dia em que tomasse posse.

— Rapaz... Sou contra fechar o Congresso. Mas é melhor do que a roubalheira do PT.

— Ele também disse que tinha que matar 30 mil pro Brasil dar certo.

— Feio matar 30 mil. Mas é melhor do que a roubalheira do PT.

— Aqui ele fala que prefere filho morto a filho gay.

— Qualquer filho é melhor do que a roubalheira do PT.

- Sua frase não tem muito sentido.
- Melhor não ter muito sentido do que a roubalheira do PT.
- Aqui ele falando que é a favor da tortura.
- Sou contra tortura. Mas é melhor do que a roubalheira do PT.
- Será? Aqui, 2018, ele falando que o livro de cabeceira dele é do Brilhante Ustra, o torturador que levou duas crianças de 5 e 4 anos, pelas mãos, para verem o pai e a mãe torturados numa sala do DOI-Codi. A mãe estava nua e vomitada, presa à cadeira do dragão.
- Melhor levar criança pra ver pais torturados do que pra ver a roubalheira do PT.
- Frase da mãe torturada: “Minha filha perguntava: ‘Mãe, por que você ficou azul e o pai verde?’ Ela continua: “Meu filho até hoje lembra do momento em que eu falava ‘Edson’ e ele olhava para mim e não sabia que eu era a mãe dele. Estava desfigurada”.
- E quem desfigurou o Brasil? A roubalheira do PT!
- Se só roubalheira conta... Ele tinha uma funcionária fantasma na Câmara, paga com dinheiro do povo para dar água aos cachorros dele, na casa de praia em Angra dos Reis.
- O que é uma funcionária fantasma perto da roubalheira do PT?
- Ele e os filhos, que se dedicam unicamente à política, têm 13 imóveis no valor de R\$ 15 milhões de reais. Não é estranho?
- Muito mais estranho é a roubalheira do PT.
- Em um só ano, um dos filhos dele gastou R\$ 40 mil reais de verba parlamentar com passagens pro Rio Grande do Sul, onde morava a namorada e para Santa Catarina, onde tem amigos.
- O importante é acabar com a roubalheira do PT. Tudo menos a roubalheira do PT!
- Não é o que acham os principais órgãos de imprensa do mundo. Olha essa lista de jornais e revistas alertando pro perigo desse cara ser eleito. The Economist, New York Times, The Guardian, Deutsche Welle.
- Tudo mídia comunista comprada com dinheiro da roubalheira do PT.
- Ué, por que a roubalheira do PT comprou toda a mídia internacional e se esqueceu da brasileira, que continua tratando o cara como um candidato normal e um risco à democracia igual ao de Haddad?

— Tática de guerrilha da roubalheira do PT. A mídia brasileira está como os vietcongs, escondida debaixo da terra, disfarçada de arbusto para atacar de surpresa no final e garantir a boquinha na roubalheira do PT.

— Sei. Mas vamos supor só por um momento que a imprensa global não esteja comprada pelo dinheiro da roubalheira do PT. Vamos supor que eles estejam certos em apontar o abismo que ele representa. Vamos supor que ele ganhe e ponha em prática o que vem dizendo que porá desde que começou na política. Vamos supor que ele persiga minorias ou faça vista grossa para quem perseguir. Que ele censure. Torture. Mate.

— Importante é acabar com a roubalheira do PT.

— E se for você o torturado? Você na cadeira do dragão.

— Enquanto eu tiver meu crânio esmagado pelo menos não vou pensar na roubalheira do PT.

— E se você for morto?

— Estarei livre, finalmente, da roubalheira do PT.

O dever dos neutros

É preciso lutar por uma frente democrática

Rubens Ricupero

Diplomata, ex-embaixador do Brasil em Washington (1991-1993) e Roma (1995); ex-ministro do Meio Ambiente e da Fazenda (1993-1994 e 1994, governo Itamar)

“Entre os que destroem a lei e os que a observam não há neutralidade admissível”. Rui Barbosa (1849-1923) pronunciou essas palavras em Buenos Aires (1916) no contexto da Primeira Guerra Mundial. Neutralidade, explicava, “não quer dizer impassibilidade: quer dizer imparcialidade; e não há imparcialidade entre o direito e a injustiça”.

A clareza da distinção pode ajudar-nos a enfrentar o dilema eleitoral na definição do dicionário: situação embaraçosa com duas saídas difíceis ou penosas. Vejamos em concreto se há diferença entre essas saídas.

Não há lugar, creio, para imparcialidade entre quem quer retirar o Brasil do Acordo de Paris sobre clima e quem deseja honrá-lo. Tampouco sou imparcial entre quem defende a proteção dos ecossistemas tal como prescrito na lei e os que atacam

suposta indústria de multas do Ibama contra desmatadores ilegais.

Os mesmos que tencionam suprimir o Ministério do Meio Ambiente e subordiná-lo ao da Agricultura em ótica meramente produtivista, sem olhar as consequências de devastação ambiental e da concentração de renda.

Entre os defensores da Constituição, da democracia liberal, da tolerância, da diversidade, da civilidade na vida política e seus detratores, escolho sem hesitar os primeiros. Coloco-me ao lado dos promotores dos direitos humanos, da prioridade de combater a desigualdade, suprimir a miséria; sou contra os críticos de tais posições.

Prefiro diplomacia que preserve o papel construtivo do Brasil como fator de moderação e equilíbrio no continente e no mundo aos que advoçam atitudes que nos isolariam da

maioria da humanidade.

Um exemplo é a intenção de Bolsonaro de transferir a Jerusalém nossa embaixada em Israel na ausência de acordo com todos os interessados. Isso nos relegaria a situação ridícula, abaixo do Paraguai, que teve o bom senso de recuar dessa tresloucada ideia.

Entre valores e contravalores não tenho o direito de ser neutro. Darei meu voto ao candidato que encarnar valores absolutos e inegociáveis como os mencionados acima.

Dito isso, penso que o dever dos neutros é ir além do voto e lutar por uma frente democrática que una o mais amplo espectro de opinião possível.

Concordo com os pontos levantados por Celso Rocha de Barros no artigo publicado por esta Folha na última segunda-feira (8). Por definição, uma aliança não deve refletir hegemonia de nenhum partido. Tem de acolher a exigência popular de combate à corrupção, ajuste fiscal, responsabilidade no uso de recursos escassos — o que falta no programa do PT, além da autocritica.

Não se vai ganhar só com o PT e a esquerda. Reconhecer esse fato obriga a ter um programa de mínimo denominador comum que conquiste os moderados.

E, no caso de difícil vitória, dê garantia a todos de que se terá um governo não sectário, pacificador e unificador da sociedade brasileira.

14. “O ódio deitou no meu divã”

Eliane Brum – EL PAIS

Relatos de psicanalistas revelam a violência que cresce e se infiltra no Brasil com a possibilidade de Jair Bolsonaro chegar à presidência da República

ELIANE BRUM

11 OUT 2018 -

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/10/politica/1539207771_563062.html?id_externo_rsoc=FB_CC

Ele entra sem dizer uma palavra e logo começa a chorar. Pergunto o que aconteceu e ele me diz, assustado, que foi abordado por um cara da faculdade, com as seguintes palavras:

– E aí, seu *viadinho* de merda, já viu as pesquisas? Vai aproveitando até o dia 28 pra andar de mãozinha dada, porque, quando o mito assumir, acabou essa putaria e você vai levar porrada até virar homem.

Depois, é a menina que já entra chorando e me diz:

— Sil, me ajuda... não sei o que fazer... você não vai acreditar no que aconteceu comigo hoje... Eu estava na escola e fui pegar um livro no meu armário... Tinha uma folha de papel...

Aí ela me mostra uma foto no celular, porque entregou a tal folha na diretoria, com esta mensagem aqui:

– Achou mesmo que era só sair gritando [#elenão](#) pra parar o bolsomito, feminazi??? Perdeu, escrota!! E daqui a pouco você vai ter motivo pra gritar de verdade!!!

O relato, feito pelas [redes sociais](#), é da psicanalista Silvia Bellintani, pouco antes do primeiro turno das eleições. Devidamente autorizada pelos pacientes, ela conta o que escutou de dois deles no seu consultório, numa mesma tarde: ele, homossexual, 19 anos; ela, heterossexual, 17 anos, feminista.

Nos últimos dias, começaram a circular posts de psicanalistas e psicólogos que decidiram levar para o debate público o que escutam no seu consultório. Sem expor os pacientes, mas apontando o que vem acontecendo na sociedade brasileira apenas pela possibilidade, bastante grande, de um homem como [Jair Bolsonaro](#), defensor da ditadura, da tortura e da violência, assumir a presidência do país.

"Desde o final do primeiro turno, o ódio tomou mais corpo. Mais corpos"

Em um post intitulado "Ser analista sob o ódio", Ilana Katz escreveu:

“Alguém, dilacerado, conta que apanhou em casa por defender suas posições e, na sessão seguinte, outro alguém refere como *fake news* o que a colega conta sobre amigos homossexuais sofrerem agressões. Alguém diz que não pode votar em corrupto, xinga os corruptos, odeia os corruptos e se inflama ao dizer que as instituições da República vão controlar a misoginia e o racismo de Bolsonaro, e então renova seus votos. Entra depois a menina que sofreu constrangimento público no metrô por vestir #EleNão, e nem pessoa nem instituição nenhuma correu em seu socorro. Essas não são conversas de WhatsApp. Nas duas últimas semanas, o ódio deitou no meu divã e não saiu mais. Entra e sai gente: criança, adulto, adolescente, e esse é o tipo de afeto que circula. Desde o final do primeiro turno, o ódio tomou mais corpo. Mais corpos”.

"Palavras que incentivam a negação absoluta do outro são como balas perdidas: encontrarão um ponto de parada para perfurar"

Várias instituições de psicanálise fizeram manifestos pela democracia —e contra a opressão representada pela candidatura de extrema direita. Entre elas, a Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano:

“A política da psicanálise se associa à ética do bem-dizer e nos leva a fazer frente ao discurso do ódio ao outro, em pleno Estado democrático. O discurso do analista deve circular na pólis e, quando nos dirigimos ao mundo, o silêncio do ‘terror conformista’ não nos cabe”.

Psicanalistas da Escola Brasileira de Psicanálise também posicionaram-se, propondo “um movimento de circulação de breves relatos do que tem sido escutado nas ruas do país sobre os efeitos nefastos que a ameaça do fascismo é capaz de provocar”. Em texto veiculado nas redes, afirmam:

“Quando o valor das palavras é banalizado, a ponto de o pior poder ser dito por um candidato à presidência da República, como se fossem apenas palavras ao ar, perdemos a noção de que estamos escrevendo, com elas, nossa história. Perdemos a noção de que palavras se cravam na história, nos ouvidos e nos corpos de um país. Palavras que incentivam a negação absoluta do outro são

como balas perdidas: encontrarão um ponto de parada para perfurar. E nunca se sabe ao certo, de antemão, onde será. Não será sem consequências nos fazermos de surdos para o pior. Escutemos, pois”.

Em seguida, enumeram alguns relatos escutados nas ruas do Brasil nos últimos dias:

“Uma amiga estava amamentando seu filho, que tem menos de um ano, em uma padaria próxima à sua casa, quando passaram dois caras e um deles gritou, olhando pra ela: ‘Quando ele ganhar, essas vagabundas não vão mais poder fazer isso!’”;

“Um casal de meninas anda na rua e ouve de um passante: ‘Aproveita, porque o 17 vem aí!’”;

“Depois de uma longa conversa com alguém, na tentativa de argumentar contra o que representa o ‘Coiso’, o alguém perde os argumentos e enuncia a verdade velada. ‘Ah, quer saber, foda-se se ele defende a tortura. Comunista pode ser torturado!’”;

“Meu enteado andando na rua com camiseta da faculdade (UERJ) ouviu de cinco homens passando de carro: isso vai acabar quando o mito ganhar, você estuda nessa merda e nunca vai ganhar dinheiro”;

“Minha filha, ontem, na saída da escola, foi abordada por um cara, que, por conta do adesivo do [Haddad](#), que ela trazia colado na camisa, mandou essa: ‘Fica esperta que eu sou do exército Bolsonaro que esfola comunista’”.

A crise no Brasil não é só política e econômica, mas uma crise da palavra

Tenho escrito há anos que a crise do Brasil não é só política e econômica, mas [uma crise da palavra](#). Quando tudo pode ser dito, nada mais diz. As palavras, no Brasil, [se tornaram palavras fantasmas, porque nada movem](#). Essa realidade ficou explícita quando Jair Bolsonaro, ao votar pelo impeachment de [Dilma Rousseff](#), homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um

dos mais sádicos torturadores da ditadura, responsável pela morte de pelo menos 50 pessoas e pela tortura de centenas –e nada aconteceu.

Nesta eleição, seus filhos e apoiadores vestiram camisetas com o rosto do torturador e as palavras “Ustra vive!” – e, mais uma vez, nada aconteceu. Enquanto isso, mães ainda choram por seus filhos assassinados por Ustra – e mulheres torturadas por ele, que levaram choques elétricos nos seios e vaginas e tiveram baratas e ratos enfiados nos seus corpos, ainda acordam gritando à noite.

Se as palavras se tornam cartas extraviadas, cartas que não chegam ao seu destino, o diálogo é interdito, e o ódio se instala. O fenômeno Bolsonaro pode ser compreendido também a partir do esvaziamento das palavras. É uma resposta possível para o fato de que [quase 50 milhões de brasileiros](#) foram capazes de votar em alguém que diz o que Bolsonaro diz. Muitos deles, inclusive assistindo a vídeos em que ele diz o que diz, negam que ele disse o que diz. Veem, mas não veem. Ouvem, mas não escutam.

Sem diálogo, as palavras perfuram os corpos. É urgente que as palavras voltem a dizer no Brasil –ou elas serão cada vez mais balas perdidas. E sabemos que balas perdidas acham corpos. É este o movimento dos psicanalistas que escolheram não se omitir neste momento de tanta gravidade para o Brasil, certamente o momento mais grave da história recente do país, talvez o momento mais grave desde o golpe de 1964.

Algo muito profundo, muito tenebroso, se infiltra mais e mais nos ossos deste país

O [ódio ao PT](#), explicação dada por parte dos que votam em Bolsonaro e por muitos que pretendem votar em branco ou anular o voto ou se abster de votar não é a doença, mas o sintoma. Algo muito profundo, muito tenebroso, se infiltra mais e mais nos ossos deste país. É no divã dos psicanalistas, em que a palavra tem espaço e carne, que essa escuridão emerge em todo o seu horror.

Ao iniciar o seu relato, Silvia Belintani afirma: "Eu poderia dizer que estou sem palavras para descrever o que testemunhei hoje no meu consultório. Mas tive o dever de encontrá-las, para não deixar que algo assim, gravíssimo, fique sem registro". E, mais adiante: "O cenário das eleições sequer foi definido, mas já encoraja o sadismo e promete ser palco do terror. Fico imaginando o que vem pela frente".

Em seu post, Ilana Katz faz uma análise profunda sobre o papel de um analista também neste momento (abaixo reproduzo o post). E afirma: "O antipetismo é um dos nomes para o ódio. De novo, palavras que encurtam o dizer: autocrítica, criminoso, preso, poste. São palavras que falam de todos e de tudo ao mesmo tempo. Mas, o que dizem para quem diz de quem diz?"

E termina:

"Por força e por exercício do ofício, um psicanalista não pode recuar no espaço público diante da ameaça à democracia. Não pode se curvar ao ódio, e não deve responder especularmente ao ódio. Para que os odiadores e os odiados possam seguir se deslocando de seus lugares e posições, para que possamos achar palavra e movimento, hoje desdobro minha condição de psicanalista em direção à cidade para dizer #DemocraciaSim".

"SER ANALISTA SOB O ÓDIO"

Alguém, dilacerado, conta que apanhou em casa por defender suas posições e, na sessão seguinte, outro alguém refere como "fake news" o que a colega conta sobre amigos homossexuais sofrerem agressões. Alguém diz que não pode votar em corrupto, xinga os corruptos, odeia os corruptos e se inflama ao dizer que as instituições da República vão controlar a misoginia e o racismo de Bolsonaro e então renova seus votos. Entra depois a menina que sofreu constrangimento público no metrô por vestir #EleNão, e nem pessoa nem instituição nenhuma correu em seu socorro.

Essas não são conversas de WhatsApp.

Nas duas últimas semanas, o ódio deitou no meu divã e não saiu mais. Entra e sai gente: criança, adulto, adolescente, e esse é o tipo de afeto que circula.

Desde o final do primeiro turno, o ódio tomou mais corpo. Mais corpos. Ouço as histórias, tento escutar, procuro as sutis diferenças. No esforço de escutar esses sujeitos, brigo comigo para abandonar o ritmo do WhatsApp. Aqui, assim como lá, não há trégua porque não há outro tema. Há odiados e odiadores. E eu aprendo, mais uma vez, que ódio varia pouco, e permite poucas variações também.

As palavras, em looping, não permitem que o sujeito possa se dizer. São as mesmas palavras que ocupam o discurso de uns (corrupção-ladrão- quadrilha-dinheiro-justiça. Eu-não-sou-idiota), e o mesmo medo que distribui os termos dos outros (fascismo-direitos sociais-apanhar-fugir-lutar. Medo-pânico-medo).

O antipetismo é um dos nomes para o ódio. De novo, palavras que encurtam o dizer: autocrítica, criminoso, preso, poste. São palavras que falam de todos e de tudo ao mesmo tempo. Mas, o que dizem para quem diz de quem diz?

O estancamento do dizer é uma tarefa do analista na clínica. É preciso fazer isso trabalhar. É preciso procurar a ligação particular entre esses termos em cada história. Drenar o ódio e oferecer a chance da subjetivação das experiências. Como direção, tocar o gozo, alçar responsabilidade subjetiva.

Por força e exercício do ofício de psicanalistas, sabemos o que a palavra quer dizer como possibilidade para o sujeito e para suas formas de laço. Para que seja possível um viver com os outros. É assim que aprendemos que psicanálise e democracia se fazem valer do mesmo princípio condicionante, que é a circulação livre das palavras. A diferença entre clínica e espaço público guarda a também fundamental diferença dos níveis de tratamento que a palavra que circula deve receber. A tão famosa neutralidade do analista só vale se, sustentada no Desejo do Analista, garantir a possibilidade de que aquele que fala seja o mais livre possível na sua relação com o que diz.

No exercício do seu ofício, um psicanalista suporta, em sua clínica, a hiância entre o singular e o coletivo que o sintoma sustenta. Por força e exercício do ofício, um psicanalista se responsabiliza pelo que a psicanálise e a clínica lhe ensinam sobre o que é o controle do dizer, que é também o controle do pensar e do limite do gesto de um outro. Por força e por exercício do ofício, um

psicanalista não pode recuar no espaço público diante da ameaça à democracia. Não pode se curvar ao ódio, e não deve responder especularmente ao ódio.

Para que os odiadores e os odiados possam seguir deslocando-se de seus lugares e posições, para que possamos achar palavra e movimento, hoje desdubro minha condição de psicanalista em direção à cidade para dizer #DemocraciaSim.”

(Ilana Katz, psicanalista, São Paulo)

18- “Acusaram o PT de imitar a Venezuela, mas é Bolsonaro quem se espelha no processo de lá”

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/08/politica/1539001055_896195.html?id_externo_rsoc=FB_CC

Maria Hermínia Tavares, pesquisadora do CEBRAP, diz que Bolsonaro é o risco do chavismo com o sinal inverso. Para ela, Haddad precisa “tirar a camisa vermelha e colocar a branca da conciliação”

FELIPE BETIM - Jornalista | Periodista - El País

Rio de Janeiro 8 OUT 2018 - 19:03 CEST

O primeiro turno das **eleições brasileiras de 2018** materializou a indignação de um país farto de seus dirigentes políticos, incapazes de dar resposta ao tema da corrupção e questões cotidianas, como a segurança pública. O resultado não foi apenas a ascensão da extrema direita e de **Jair Bolsonaro** (PSL), que foi para o segundo turno dos comícios eleitorais com 46% contra **Fernando Haddad** (PT), que ficou com quase 30%, mas também "a implosão de um sistema apoiado na Constituição de 88 desde 1994". A avaliação é de Maria Hermínia Tavares de Almeida, professora titular de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

•

A cientista política se apoia no fato de que o PSL de Bolsonaro [conseguiu a segunda maior bancada da Câmara](#), com mais de 50 deputados, apesar de não possuir estrutura partidária nem dinheiro. Ao mesmo tempo, importantes lideranças, como os senadores Romero Jucá e o Eunício de Oliveira, entre outras, não renovaram seus mandatos, enquanto que novatos na política chegaram ao segundo turno em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

[Trata-se de uma onda conservadora difícil de conter](#), uma vez que, segundo diz, "a racionalidade não é um dique forte" contra ela. Para Haddad, resta percorrer um caminho que passa por deixar seu padrinho político de lado e assumir o papel central. "Tem que deixar de ir para Curitiba, porque isso o enfraquece enormemente. Um candidato a Presidente da República não pode ser visto como alguém que vai perguntar o que tem de fazer para um líder que está preso". Apesar não conseguir definir exatamente como seria um governo Bolsonaro, ela vislumbra um processo parecido ao que aconteceu na Venezuela de Hugo Chávez e [Nicolás Maduro](#): "O maior risco é um governo civil autoritário com apoio militar. O que está acontecendo no mundo vai nessa direção".

Pergunta. Como chegamos até aqui?

Resposta. É um caminho longo. Começa em 2013 com as enormes manifestações espontâneas para as quais os dois partidos que organizavam a disputa eleitoral, PT e PSDB, foram incapazes de dar uma resposta. Isso passou por 2014, onde a radicalização dos dois grupos aumentou muito. Passou pelo impeachment e pelas manifestações do impeachment. Sempre tivemos uma disputa entre centro esquerda e centro direita. É uma bobagem dizer que o PT é de extrema esquerda. Mas tem um tema que os dois principais partidos não sabem lidar, que é a corrupção.

P. PT, PSDB e o sistema político como um todo se blindaram das ruas. Isso gerou uma raiva ainda maior?

R. Acho que sim. O PT passou esse tempo negando o seu envolvimento com atos importantes, mas o PSDB também. Os dois leram mal o que estava acontecendo na sociedade, que está mais atenta a esse tipo de questão e que foi tratada forma bastante intensa pelos meios de comunicação, e depois, pela candidatura de extrema direita [de Bolsonaro]. A dimensão da corrupção foi muito grande, mas a maneira como foi tratada também criou essa ideia de que é o principal problema do país. Quando não é, né? O país tem coisas muito graves a se resolver, apesar de a corrupção ser algo grave. Essa ideia de que as coisas não acontecem porque o governo é corrupto... A mídia teve um papel fundamental nisso. Eu não estou demonizando a mídia, tem que divulgar e contar a história, mas nos momentos de abertura das acusações, o *Jornal Nacional* ocupava uma hora com esse assunto, mostrando um cano do qual saía o dinheiro... Era muito impactante. Não acho que a corrupção foi inventada pela mídia: ela existia, é muito grave e não pode acontecer. Mas ela se transformou na cabeça de muita gente como algo associada ao PT e, depois, ao PSDB. O que nós estamos assistindo é a implosão de um sistema apoiado na Constituição de 88 desde 94.

P. Que dimensão tem isso? Não só Bolsonaro foi para o segundo turno como também o PSL tornou-se o segundo maior partido da Câmara.

R. É uma mudança muito importante no sistema político. Revela o fato de como o PT e o PSDB não souberam lidar com o tema da corrupção, também não souberam lidar com o tema da segurança. Isso acabou se transformando num discurso da extrema direita. Mas Bolsonaro é quase uma tela em branco, porque ele não diz nada. Ele diz uma meia dúzia de chavões. Tem algo vagamente nacionalista e antissistema. Os diversos grupos da sociedade que votaram nele foram projetando... Ele dá um marco de extrema direita.

P. Mas agora ele vai ter que ir aos debates com Fernando Haddad, vai ter mais tempo de televisão... Em suma, terá de falar mais. É um desafio para a campanha dele?

R. Veremos se isso tem um efeito importante. O que estamos assistindo é uma onda. E, às vezes, a racionalidade não é um dique forte pra conter essa onda. Então, eu espero, como brasileira, que ela possa ser contida. Ela é muita maléfica para o país.

P. O que o PT e o Haddad precisam fazer para conter essa onda?

R. Haddad já acenou com a ideia de que vai trazer outros candidatos e fazer uma espécie de frente pela democracia, trazendo o centro junto. Mas tem coisas difíceis que ele terá que fazer. Tem que deixar de ir para Curitiba, porque isso o enfraquece enormemente. Um candidato a Presidente da República não pode ser visto como alguém que vai perguntar o que tem de fazer para um líder que está preso. A segunda coisa é tirar a camisa vermelha e colocar a camisa branca da conciliação, da paz, da negociação. Vai ter que lidar com grupos dentro do PT que não entendem qual é a situação. Ele vai ter que mudar o seu programa econômico, mas não é isso que vai decidir agora a eleição. Seria bom que ele acenasse agora para não parecer que deu um cavalo de pau depois. Mas a minha sensação é que o PT, quando fez aquele programa, estava se preparando para perder as eleições para o [Geraldo] Alckmin. E aí fizeram um programa pra cerrar fileiras e juntar a militância, porque ele é inviável. Se você conversa com petistas mais esclarecidos, eles dizem que não dá, que tem que fazer reforma da Previdência e coisas do tipo. Então, há vários movimentos complicados que ele terá de fazer. Vai ter que trazer o [Fernando Henrique Cardoso](#) para dentro. Ele não tem mais poder dentro do PSDB, mas tem uma liderança moral importante no país.

P. Caso o PT, ao invés de ter esvaziado a candidatura do Ciro Gomes, tivesse se aliado a ele desde o começo, quais seriam as chances de neutralizar desde já a candidatura Bolsonaro?

R. Basta somar os votos. O Ciro conseguiu quase 12%, é bastante. Agora, para trazer o Ciro, terão de fazer grandes concessões, não só de agenda mas também de espaço dentro do governo caso o PT ganhe.

P. E caso Bolsonaro ganhe? É possível vislumbrar o que seria um governo dele?

R. Não tenho nenhuma condição prever. Na melhor das hipóteses ele vira um governo Collor. Na melhor. Mas não é isso o que ele está fazendo. Ele está formando uma base parlamentar significativa. Ele pode ter maioria no Congresso para fazer coisas muito danosas para o país. Acho muito difícil saber e acho melhor não pagar para ver (risos).

P. O Exército vem pairando em cima da política brasileira e também das eleições, com ameaças veladas, uma movimentação do Toffoli em direção a instituição... Devemos temer algum tipo de intervenção ou interferência do Exército?

R. Os apoiadores de Bolsonaro por enquanto são generais de pijama. Não sabemos como a instituição e a hierarquia vão atuar. Mas é lógico que, caso se forme uma situação de muita instabilidade, existe o risco sim do Exército atuar. Mas o maior risco é um governo civil autoritário com apoio militar. O que está acontecendo no mundo vai nessa direção. Como foi na Venezuela, inclusive. Acusaram muito o PT de querer imitar a Venezuela, mas é o Bolsonaro que está espelhando esse processo que aconteceu lá, onde o sistema tradicional, fundado na corrupção, ruiu. E apareceu uma liderança fora do sistema que foi destruindo a democracia. Se tem algo parecido ao chavismo, mas com outro sinal, é essa ameaça do Bolsonaro.

P. O PT apostou fortemente em manter o discurso da perseguição contra o partido e manter a candidatura de Lula até o último momento. Essa estratégia acabou se virando contra ele?

R. O que está claro é que a expectativa de que a transferência de votos fosse grande não se materializou. Lógico que ela aconteceu, Haddad não era conhecido por ninguém, e o fato de ser apoiado por Lula facilitou sua entrada. Mas isso ocorreu onde o PT tinha bases fortes e seguras. As pesquisas sobre identificação com partidos (que não sabemos exatamente o que significam,

mas indicam uma tendência) mostram que cerca de 20 e poucos por cento da população apoiam o PT. É o único que tem esse apoio em escala nacional. E foi mais ou menos o que Haddad teve de votação. A votação do Lula é muito acima disso. E nem sei o que aconteceria com o Lula se ele fosse candidato.

P. O PT terá de fazer um *mea culpa* e pedir desculpas pela corrupção que cometeu?

R. O partido estava numa situação muito complicada, com seu principal líder na cadeia a partir de um processo controverso na maneira como foi conduzida. Essa coisa de prender depois da segunda instância também é controverso. Ele foi submetido a processos que dão espaços para a narrativa da perseguição. Nesse contexto, é muito difícil pedir pro PT admitir que fez mesmo tudo aqui. Ele estava numa situação complicada. Mas vai ter que fazer [um mea culpa]. Não sei se durante a campanha eleitoral ou depois, mas tem que fazer. E, sobretudo, tem que acabar internamente com esses procedimentos [de corrupção].

Agora, o eleitorado puniu muito fortemente não só o PT, mas o sistema como um todo. Lideranças muito importantes ficaram de fora, como os senadores Romero Jucá e o Eunício de Oliveira. Entraram candidatos de fora do sistema, entre aspas. No Rio, o [ex-juiz-federal] Wilson Witzel tá disputando. Em Minas, Antonio Anastasia (PSDB) dava sinais de que iria se eleger tranquilamente. A rejeição ao arranjo político anterior é enorme. Como as lideranças políticas de centro, de centro esquerda e centro direita não se deram conta do tamanho disso, Bolsonaro acabou canalizando melhor [essa insatisfação].

P. Qual é o papel do PSDB nesse processo? O que prejudicou o partido? Tem a ver com o fato de ter questionado o resultado das urnas em 2014 e, depois, ter participado do impeachment, como dizem alguns analistas?

R. Eles fizeram a crise política. Eles aprofundaram a crise, é uma responsabilidade muito grande. O grande derrotado do impeachment é o PSDB, que deu viabilidade ao processo. Sem ele não se teria conseguido

fazer. Mas a centro direita se fragmentou e o PSDB se enfraqueceu demais. Se a vitória em São Paulo não se materializar, ele perde uma força importante. Ele perdeu espaço para a extrema direita e é o grande perdedor do impeachment. Ele imaginava que com o impeachment teria benefícios, mas fez um cálculo equivocado. A crise política se acirrou muito com o processo.

P. O PSDB fez acordo com o centrão, conseguiu o maior tempo de TV... Parecia se blindar contra Bolsonaro, mas isso também não funcionou.

R. Eles acharam que o jogo ia ser o mesmo de sempre. Era o cálculo que todos faziam nas eleições anteriores. E agora um cidadão que tinha poucos segundos na TV teve um sucesso impressionante. Por outro lado, o horário eleitoral funcionou muito bem para o Haddad. Sua votação não veio com rede social.

P. Acredita que Bolsonaro entendeu melhor o mal estar que veio à tona em 2013?

R. Não sei se entendeu, porque ele pensa aquela meia dúzia de coisas simples e erradas. Se o problema da segurança se resolvesse matando as pessoas, o Brasil não teria problemas de segurança, porque aqui a polícia mata com muita tranquilidade. E ele não tem nada a dizer sobre outras coisas. Mas ele expressa de maneira muito sintética a rejeição a isso tudo, a esse sistema que se afundou. Ele canalizou aquele sentimento.

16.BOLSONARO É O 'ANTISSISTEMA' E HADDAD É A 'ANTIEXPLORAÇÃO', DIZ CIENTISTA POLÍTICO ANTONIO CARLOS ALMEIDA

[5https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/371489/Bolsonaro-%C3%A9-o-'antissistema'-e-Haddad-%C3%A9-a-'antiexplora%C3%A7%C3%A3o'-diz-cientista-pol%C3%ADtico.htm](https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/371489/Bolsonaro-%C3%A9-o-'antissistema'-e-Haddad-%C3%A9-a-'antiexplora%C3%A7%C3%A3o'-diz-cientista-pol%C3%ADtico.htm)

O cientista político Alberto Carlos Almeida afirma que "o segundo turno será uma disputa entre o candidato antissistema e o candidato antiexploração"; ele diz que "política é símbolo" e que "propostas e planos de governo não importam". "O que vale é a visão que o eleitor tem de cada candidato", afirma o cientista político; para Almeida, "Bolsonaro formou em torno de si a imagem do candidato que mudará para melhor tudo o que está aí. Fez questão de mostrar que está decidido, que tem pulso forte para fazer isso"

8 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 08:21 // [INSCREVA-SE NA TV 247](#) 

247 - O cientista político Alberto Carlos Almeida afirma que "o segundo turno será uma disputa entre o candidato antissistema e o candidato antiexploração". Ele diz que "política é símbolo" e que "propostas e planos de governo não importam". "O que vale é a visão que o eleitor tem de cada candidato", afirma o cientista político. Para Almeida, "Bolsonaro formou em torno de si a imagem do candidato que mudará para melhor tudo o que está aí. Fez questão de mostrar que está decidido, que tem pulso forte para fazer isso".

[Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo](#), Alberto Carlos Almeida destaca que a imagem que vale para o eleitor tem mais a ver com subjetividades políticas do que com propostas concretas: "ainda que tenha sido deputado por sete mandatos, teve a sua imagem pública absolvida pelo ministro aposentado do Supremo Joaquim Barbosa quanto ao envolvimento com corrupção. Eleitoralmente, isso vale muito mais do que uma proposta detalhada de reforma da Previdência".

E pondera sobre os significados da candidatura progressista: "já Haddad tem em torno de si a imagem do candidato que irá restaurar direitos perdidos pelos trabalhadores, assim como aumentar a capacidade de consumo dos eleitores e o acesso a bens e serviços providos pelo governo e pelas empresas. Para isso, uma imagem com Lula vale mais do que mil palavras de um plano de governo".

17. Última oportunidade de Haddad corrigir os erros maiores de seu partido e construir um amplo governo de coalizão anti nazifascismo

<https://jornalggn.com.br/noticia/a-oportunidade-de-haddad-corrigir-os-erros-do-pt-por-paulo-endo>

por Paulo Endo*

Não há a menor possibilidade de levantar a bandeira isolada ou mesmo preponderante do PT no segundo turno. O trabalho de Haddad deve ser o de montar, de forma realmente sincera, um governo de coalizão não apenas com as forças de esquerda pelas quais já se nutre proximidade programática e simpatias mútuas, mas procurar ativamente aproximar setores como Rede e parte do PSDB antibolsonarista para evitar a vitória iminente do nazi fascismo no Brasil. Não é

apenas a cara de Haddad que deve prevalecer nas mídias, mas de todos os que apoiarem a luta contra o retrocesso evidenciando uma posição de conjunto.

Se conseguirem passar a imagem de que o próximo governo não será apenas do PT, mas de todos os que estiverem em coalizão, como uma frente ampla e inédita contra os retrocessos do governo golpista e capaz de obstaculizar a escalada do nazifascismo no país, as possibilidades são amplas e muito exequíveis no segundo turno.

Tal aliança, se houver, motivará muitos, de diferentes espectros, a arregaçarem as mangas para que esse novo governo seja eleito. Um governo realmente popular e diverso, demonstrando a todos que a curta experiência democrática brasileira conseguiu engendrar políticos capazes de defender a democracia a todo custo, apesar de tudo e para além dos próprios interesses.

Só tal aliança seria capaz de conseguir convencer os eleitores que votaram em Bolsonaro porque rejeitam o PT, e não porque conhecem e compreenderam o que significa a candidatura nazifascista no poder, de que as tendências petistas, pedetistas, pessebistas, da Rede, do PCdo B, do PSOL e de partes do PSDB e pouquíssimos, mas significativas figuras do PMDB realmente farão um governo conjunto em nome da maioria da sociedade brasileira e pela democracia que poderá ser, esta sim, apunhalada.

Isso exige que o PT abra mão, desde as primeiras horas da campanha para o segundo turno, de ser o mandante absoluto do governo e, juntamente com outros partidos e candidatos, procure convencer a população disso. Se isso ocorrer o índice de rejeição cairá e será menos difícil convencer o eleitor indeciso, e mesmo aquele que votou em Bolsonaro no primeiro turno como arma contra o PT. A primeira aparição pública de campanha não pode ser apenas uma campanha do PT e do Lula. Ela será decisiva para o eleitor saber se estará votando numa frente ampla ou no PT.

Se isso não ocorrer o PT terá de enfrentar as imensas dificuldades de vencer as eleições no segundo turno e, depois, de enfrentar as enormes resistências que advirão para assumir a presidência no dia 01/01/2019 (ver o artigo de Paulo Endo em artigo anterior publicado no PPD em 02/10/2018).

Não há tempo para hesitação, o tempo é de extremos e mesmo à candidata Marina, deve-se pedir por um ato de grandeza unilateral, que o PT não soube ter quando atuou contra sua candidatura nas eleições de 2014. Tal ato poderá contudo reconquistar a confiança de eleitores de esquerda de Marina que a abandonaram definitivamente, após sua pusilânime atuação nos episódios do impeachment.

Marina que, como única candidata mulher, desferiu a mais eficaz enxovalhada em Bolsonaro na frente de milhões de brasileiros durante debate entre candidatos na Rede TV; Marina que conhece profundamente a realidade dos grotões amazônicos e atuou lado a lado com Chico Mendes pelos povos da floresta. Essa Marina pode vir a compor um governo de coalizão anti nazifascismo, ultrapassando rancores profundos do passado quando o partido dos trabalhadores se comportou de modo suspeito e desrespeitoso contra sua candidatura, recebendo, em troca, o lamentável apoio que ela concedeu ao impeachment de Dilma Roussef.

Precisamos de Marina, de Ciro de setores antibolsonaristas do PSB, do PSDB e mesmo de figuras chave do PMDB e de todos os que nesse momento acreditam na possibilidade concreta de não vivermos mais numa democracia (hoje aos pedaços) num futuro próximo.

É a união contra a calamidade e o caos; é a união para manter vivos os sonhos de um Brasil possível no futuro; é a união possível para todos aqueles que estejam dispostos a colocar os próprios narcisismos de molho em nome da preservação do sistema representativo alquebrado, e das poucas liberdades democráticas que ainda se pode usufruir no Brasil.

Não há outra possibilidade. Hesitar agora em nome de veleidades partidárias e interesses carreiristas é por tudo a perder. A competência de Haddad será demonstrada agora. Seu primeiro teste como estadista começa hoje. Será capaz de unir todas as forças anti nazifascistas e conclamar a todos que lutem agora, nos próximos dias, nas próximas semanas para evitar a queda?

Muitos brasileiros esperam essa sinalização de todos os candidatos para encaminharem seu voto, e os que pretendem trabalhar no segundo turno esperam essa sinalização, para reunirem argumentos suficientes para convencer as pessoas de que o próximo governo será sobretudo pela Democracia e contra o nazi-fascismo, e não pelo PT.

No primeiro turno foi jogada na lata de lixo pelos partidos a possibilidade de uma coalizão que teria grandes chances de diminuir muitíssimo a ascensão do candidato nazifascista. Logo no início da campanha foi cogitada a chapa Ciro-Haddad que sairia certamente vitoriosa no primeiro turno. Cedo foi descartada pelo PT. Dar-se ao luxo de, mais uma vez, jogar fora as condições que hoje permitem que haja partidos, candidatos e sistema parlamentar e representativo será a maior imbecilidade jamais vista e indicará que não há políticos a altura no país para um projeto de Brasil democrático e, doravante, navegaremos por muito tempo à deriva e sem horizontes. 20 anos mais talvez?

Está nas mãos primeiro de Haddad e de seu partido a luta para manter a democracia de pé, ainda que alquebrada, a despeito de setores de seu partido mais preocupados com a sobrevivência e a preservação do PT no poder. Mas também de cada um dos candidatos derrotados no primeiro turno que terão a oportunidade de revelar a importância que conferem ao sonho da construção de um país republicano.

Os partidos a quem foi dado o privilégio de ocuparem os cargos eletivos tem de compreender que amanhã, sua própria existência como partido poderá estar ameaçada. Seguir com o modus operandi dos partidos e seus projetos fracionados e corporativos será mergulhar a pouca chance que temos no lodo das gangues que esperam, ansiosamente, o momento para tomar conta do país.

Muitos votos terão de ser retirados de Bolsonaro. É preciso criar os fatos que contribuirão para isso de modo enfático e um enxame de mulheres e homens devem buscar a conversa política, sem medo, correndo algum risco ante o enorme risco que todos corremos. Argumentar em todos os lugares em que haja alguma possibilidade de mudança é imperativo.

A hora para todos e, para todas (que já entenderam isso muito antes), é agora e o momento é esse.

***Paulo Cesar Endo** é psicanalista, pesquisador e professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo, pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (FFLCH-Diversitas) e do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia, Política e Memória do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) Instituto de Psicologia (IPUSP).

18.O vendaval conservador

8 de outubro de 2018 [Marco Aurélio Nogueira](https://marcoanogueira.pro/o-vendaval-conservador/) - <https://marcoanogueira.pro/o-vendaval-conservador/>

A essa altura, a constatação já foi feita por todos os observadores. Resta agora buscar as razões, entender as determinações.

Independente do que vier a acontecer no segundo turno, o Brasil influiu para a direita nas eleições de 2018. Não necessariamente para a extrema-direita, mas seguramente para um polo hostil à esquerda e problematizador da democracia política tal como a temos construído desde o final dos anos 1980.

Foi um vendaval, que varreu o País de cima a baixo, desidratou o centro e empurrou o PT para seu nicho mais tradicional, o Nordeste, onde se manteve firme e forte, mas numa dimensão incômoda para um partido que se quer de esquerda. O eleitor petista da região não é ideológico, não é de esquerda nem tipicamente “democrático e racional”: orienta-se pelos hábitos do coração, pelo agradecimento, eventualmente pelo pragmatismo e pela defesa dos próprios interesses e fantasias. Lula é seu farol, não o PT. O resto do apoio vem por força da ação dos políticos tradicionais, dos grandes caciques e das famílias poderosas, com suas coligações.

A dimensão do “agradecimento” não qualifica uma postulação de esquerda, já que incentiva uma postura de “assistencialismo”. Mas não é verdade que o nordestino é pura paixão e o resto é razão. Como poderia haver “razão democrática”, por exemplo, em um estado como São Paulo, que elege uma bancada de deputados federais liderada por gente que não se posiciona democraticamente? Ou no voto raivoso que impulsionou Bolsonaro no Sul e Sudeste do País? O voto com raiva é uma estupidez, e com certeza é ainda mais primário do que o voto por agradecimento. A raiva tensiona e empobrece a democracia, ao passo que o agradecimento pode ser a base de uma postura dialógica.

O avanço do conservadorismo, mais à direita ou menos, foi expressivo não somente na disputa presidencial. Desenhou-se um novo Congresso, os alinhamentos nos estados foram alterados, inúmeros parlamentares tradicionais sofreram derrotas acachapantes, de Eunício de Oliveira e Romero Jucá a Dilma Rousseff e Eduardo Suplicy, sem falar em Cristovam Buarque e Roberto Requião. É como se um novo tempo estivesse sendo inaugurado. Teremos de esperar um pouco para ver se será isso mesmo.

Bolsonaro foi impulsionado por um tipo de conservadorismo curioso: parte de seus votos veio de pessoas interessadas em “mudar o que está aí”. Houve votos ideológicos, de extrema-direita, fanatizados, evidentemente, mas não há como saber em que proporção. O grosso não foram votos “fascistas”. Parcela da votação obtida foi composta por pessoas que optaram por viver o paradoxo de mudar para experimentar uma conservação, que buscaram um tipo de “proteção” que deixou de ser oferecida nos últimos tempos: proteção contra a violência, contra a má qualidade dos serviços públicos, contra a indiferença governamental e os excessos das “narrativas”, contra a insegurança, contra o desemprego. O antipetismo foi o ingrediente que “racionalizou” o veto a práticas governamentais tidas como avessas ao bom governo, a repulsa ao descaso dos políticos e dos partidos.

Tratou-se de um conservadorismo de fundo moral, voltado para os costumes, tanto os que florescem na base da vida social (família, gênero, religiosidade, cultura) quanto os que se reproduzem no plano estatal, de onde se espalham pela sociedade. Ele se voltou, também, contra a prevalência e a retórica das pautas identitárias, vistas como produtoras de divisões e fraturas sociais.

A pregação bolsonariana valeu-se da efervescência de certas vertentes que agitaram os rios subterrâneos da sociedade. Soube perceber o efeito político-eleitoral delas e as manipulou com eficácia.

A repulsa aos políticos e ao modo usual de se fazer política foi a primeira. Traduziu-se em termos “antipolíticos”: desvalorização dos entendimentos e da negociação, dos debates públicos típicos da democracia, dos jogos parlamentares estendidos no tempo, do respeito às minorias e a seus procedimentos parlamentares.

O desejo de “renovação” foi a segunda vertente. Das práticas políticas e governamentais antes de tudo. Renovação da classe política, vista como amarrada a um universo político pouco “decisionista”, refratário à produção de políticas resolutivas. Renovação dos discursos políticos.

O repúdio à corrupção veio por extensão e em atendimento a uma pregação que contagiou o País nos últimos anos, ao menos desde os primeiros passos da Operação Lava-Jato. Aqui a metralhadora girou freneticamente.

O “antipetismo” foi a vertente que recebeu tratamento mais intenso, com direito a todo tipo de mentiras e manipulações. Foi assim em parte porque o PT esteve exposto na vitrine governamental durante a última década e meia, em parte porque o fracasso do governo Dilma calou fundo e produziu muitos estragos, em parte porque o PT não conseguiu se livrar de suas “narrativas” típicas, não fez qualquer autocritica e optou por se separar dos ânimos de setores importantes da opinião pública.

A dinâmica da polarização “nós” contra “eles”, ora na versão esquerda vs. direita, ora como oposição democracia vs. autoritarismo, fechou o pacote, capturando eleitores que nenhuma aproximação tinham com o bolsonarismo.

É difícil imaginar que País iniciará o ano de 2019, seja quem for o vencedor do segundo turno.

Mas é fácil perceber o que o vendaval já produziu. O conservadorismo moral ganhou corpo. As redes ocuparam o espaço da TV. Os marqueteiros perderam força. Uma direita (extrema e moderada) adquiriu base popular, de massas, esgrimindo um discurso que, se conseguir ser mais bem elaborada, irá organizar todo um novo campo. As grandes organizações partidárias (PT, PSDB, MDB) atingiram o fundo do poço e não se sabe como e se voltarão à superfície. Uma nova classe política encontra-se em plena gestação.

O novo governo federal terá de conviver com uma sociedade em crispação e com um Congresso fragmentado como nunca antes nesse País.

O sistema político mostra-se esgotado, trocando de pele e de cultura.

Vença Bolsonaro ou vença Haddad, a situação não deverá ser fácil nem tranquila.

19. Ao vencedor, as batatas

Nós, os perdedores nessa disputa eleitoral, não poderemos abdicar de feroz autocrítica

Luiz Werneck Vianna, sociólogo

07 Outubro 2018 | <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral/ao-vencedor-as-batatas.70002535997>

Um canal de TV de larga audiência transmite a sessão de abertura da Assembleia-Geral da ONU. Como é da tradição, cabe ao chefe de Estado do Brasil, o sr. Michel Temer, abrir os debates. O presidente Temer realiza seu pronunciamento com palavras ponderadas, desenvolvendo o tema da importância daquela organização para a paz e a cooperação solidária entre os povos, tal como tem sido a posição brasileira nas relações internacionais, que ele ali, mais uma vez, reafirmava, honrando os valores e princípios da nossa Carta constitucional e das nossas melhores tradições. O terceiro orador, o sr. Donald Trump, presidente da República dos Estados Unidos, um dos países fundadores da ONU, há décadas um dos principais protagonistas da cena mundial, em nome de um princípio de sua lavra, America first, confronta com um nacionalismo primitivo o espírito que animava aquela assembleia e que nos vem de duas grandes revoluções do século 19, a americana e a francesa, com que

se abre a modernidade e aprendemos com Kant a manter viva a utopia realista da paz perpétua.

Volte-se ao canal televisivo e a palavra passa a seu comentarista político, jornalista de meia idade, com os cabelos encanecidos, que desqualifica sem mais o oportuno e feliz pronunciamento do presidente Temer, passando ao largo do patético discurso de Trump, merecedor do justo sarcasmo com que foi recebido por sua audiência. Cenas como essas falam mais que mil palavras, estava ali a revelação da estupidez política que nos trouxe ao miserável cenário da sucessão presidencial, que ora somos obrigados a purgar.

Lamenta-se, agora, a sorte nessas horas aziagas do nosso encontro com que as urnas nos esperam. Impreca-se contra o destino que nos teria roubado o futuro, posto em mãos desastradas de estrangeiros que não conhecem nem respeitam nossa História e seus feitos. O destino é inocente, fomos nós que criamos passo a passo a armadilha, salvo milagres - creio, embora seja absurdo -, que não temos mais como evitar. Fomos nós os autores da lenda urbana de que a corrupção estaria na raiz dos nossos males, criminalizando a política e os políticos com a arrogância de messiânicos refratários à avaliação das consequências dos seus atos, a proclamarem fiat iustitia, pereat Mundus.

O centro político, lugar estratégico em que se operou a bem-sucedida modernização burguesa do País, tornou-se um espaço vazio, recusando-se ao governo Temer, com sua história de dirigente do MDB, um clássico partido do centro, com sua natural inscrição nesse lugar reconhecida, em duas consecutivas eleições presidenciais, pelo PT - partido identificado como de esquerda pela crônica política, carimbo, aliás, recusado por seu principal dirigente -, que com ele se coligou, confiando-lhe a Vice-Presidência da República. Pranteia-se agora, com lágrimas de crocodilo, a má e imerecida sorte

do finado centro político, que ora comparece às urnas, tudo indica, sem uma candidatura competitiva.

Contudo, o que é é. O artifício de negar a identidade ao centro político, de existência comprovada empiricamente em nossa sociedade há décadas, não tem como resistir ao império dos fatos. A iminência de um segundo turno eleitoral nos devolve, em clima de pânico, com o tempo fugindo das mãos, a busca pelo centro perdido. Sem ele como vencer as eleições, pior, como governar? Com Haddad teremos o indulto de Lula e a convocação de uma Assembleia Constituinte? Faltaria combinar com os russos, que, aliás, são muitos. Que economia nos espera com Bolsonaro, a do Pinochet, neoliberalismo com fuzis?

Como o gênio militar de Napoleão advertia, quando avaliava mapas de campanha, se o natural fosse arbitrariamente desconsiderado num plano, ele voltaria em galope. Nem sempre, pode-se acrescentar, em manobras afortunadas, difícilimas para os candidatos que devem disputar o segundo turno desprovidos como estão, contando apenas com seus preconceitos, de projetos de governo bem definidos. Tem-se pela frente um quadro de turbulência até que o novo governo consiga encontrar uma linha de ação compatível com o novo Congresso e com os novos governadores que nascerão das urnas. Na prática, essa incomum situação significa a abertura de um terceiro turno eleitoral, de tramitação exclusiva nos bastidores, quando só então serão conhecidos os rumos do novo governo.

O centro político, banido do salão, volta com força por todas as janelas. Tanto barulho por nada, retornamos ao ponto de partida, salvo se os estrategistas de plantão dos dois lados do tabuleiro já tenham decidido, no caso de vitória, levar a cabo o que ruminaram ao longo dessa paupérrima campanha eleitoral. O desenlace infeliz dessa imprudência, se vier, não deve tardar, e mente quem nega a força das nossas instituições, provada em tantos outros momentos

críticos da nossa história recente. Os 30 anos da Carta de 88, a mais longeva da República, não foram em vão, a sociedade saberá preservá-la das sanhas dos cavaleiros da fortuna, ela já conhece o que perderá sem ela.

Mente igualmente quem se recusa a admitir a possibilidade de a nossa democracia estar sob risco, pois está, aqui e alhures. Sem triunfalismo, joga-se, nesta sucessão presidencial brasileira bem mais do que nossos negócios internos. Nossa presença no mundo importa para a paz, em particular para nuestra America. Nós, os perdedores nessa disputa eleitoral, não poderemos abdicar de uma feroz autocrítica, uma vez que não havia nada de inevitável nessa derrota que reconhecemos. Somos mais necessários que nunca, e fizemos nascer uma nova esquerda capaz de se articular com o liberalismo político, cuja missão desde agora é nos devolver aos eixos que nos são naturais.

Pelo andar da carruagem, pode-se prever que isso não deve demorar muito. Por fim, glória a Deus, há os milagres.

*LUIZ WERNECK VIANNA É SOCIÓLOGO, PUC-RIO

20 . Alô, companheiros de elite

RICARDO SEMLER, autor de “Virando a própria mesa”.

Na Fiesp, quando eu tinha 27 anos e era vice do Mario Amato, convidávamos outsiders para uma conversa no bar. Chamei o FHC, que estava na mídia com a pecha de maconheiro. Chamamos os 112 presidentes de sindicato, vieram 8. Ninguém topava falar com "comunista". Alguns anos depois, fui ao Roda Viva para alertar contra a eleição do Collor, queridinho passional das elites.

Recentemente, realcei que a ida das elites à Paulista para derrubar a Dilma equivalia a "eleger" o Temer e seus 40 amigos. Ninguém da elite quis ir às ruas para pedir antecipação de eleições. Erraram feio, como no passado, ou como quando deram as chaves da cidade ao Doria. Quanta ingenuidade.

Agora, estremeço ao ouvir amigos, sócios e metade da família aceitando a tese de que qualquer coisa é melhor do que o PT. Lá vamos nós, de novo. As elites avisaram que 800 mil empresários iriam para o aeroporto assim que Lula

ganhasse. Em seguida, alguns dos principais empresários viraram conselheiros próximos do homem.

Sabemos que, em vencendo Haddad, boa parte da Faria Lima e da Globo se recordará subitamente que foi amiga de infância do Fernandinho --"tão boa pessoa, nada a ver com o Genoio, gente!".

A reação de medo e horror da esquerda, Ciro incluso, é ignorante. Vivemos, nós da elite, atrás de muros, cercados de arames farpados e vidros blindados, contratando os bonzinhos das comunidades para nos proteger contra favelados. Oras, trocar vigias com pistolas por seguranças com fuzis é um avanço? Ou é melhor aceitar que o país é profundamente injusto e um lugar vergonhoso para mostrarmos para amigos estrangeiros?

Vamos continuar na linha do projeto Marginal, plantando ipês lindos para desviar a atenção do rio?

Não compartilho com os pressupostos ideológicos do PT e —até pouco— fui filiado a um partido só, o PSDB. Nunca pensei em me filiar ao PT, nunca aceitaria envolvimento num Conselhão de Empresários, por exemplo.

Apenas reconheço que as elites deste país sempre foram atrasadas, desde antes da ditadura, e nada fizeram de estrutural para evitar o sistema de castas que se instalou.

Nenhum de nós sabe o que é comprar na C&A e ser seguido por um segurança para ver se estamos para roubar, por sermos de outra cor de pele. Todos nós nos anestesiámos contra os barracos que passamos a caminho de GRU, com destino à Champs Élysées.

Este é um país que precisa de governo para quem tem pouco, a quase totalidade dos cidadãos. Nós da elite, aliás, sabemos nos defender. Depois do susto, o dólar cai, a Bolsa sobe, e voltamos a crescer. Estou começando três negócios novos neste mês.

Qual de nós quer pertencer ao clube dos países execrados, como Filipinas, Turquia, Venezuela? É um clube subdesenvolvido que foi criado à força, mas democraticamente, bradando segurança e autoridade forte. Soa familiar?

Quem terá coragem, num almoço da City de Londres, de defender a eleição de um capitão simplório, um vice general, um economista fraco e sedento de poder, e novos diretores de colégio militares, com perseguição de gays, submissão de mulheres e distribuição de fuzis à la Duterte?

Lembrem-se desta frase do Duterte, a respeito de uma australiana violentada nas Filipinas: "Ela era tão bonita —eu deveria ter sido o primeiro". Impossível imaginar o Bolsonaro dizendo isso?

Colegas de elite, acordem. Não se vota com bÍlis. O PT errou sem parar nos 12 anos, mas talvez queria e possa mostrar, num segundo ciclo, que ainda é melhor do que o Centrão megacorruputo ou uma ditadura autoritária. Foi assim que a Europa inteira se tornou civilizada. Precisamos de tempo, como nação, para

espantar a ignorância e aprendermos a ser estáveis. Não vamos deixar o pavor instruir nossas escolhas. O Brasil é maior do que isto, e as elites podem ficar, também. Confiem.

Ricardo Semler

50. O resultado das eleições e para que serve o fascismo

Marcus Giraldes

Arte: Caroline Oliveira

<http://www.justificando.com/2018/10/19/o-resultado-das-eleicoes-e-para-que-serve-o-fascismo/>

Uma vez eleito, Bolsonaro irá se integrar ao “eixo do mal” da ultradireita global, representado por figuras nefastas do porte de Trump, Netanyahu, Viktor Orbán, Salvini, Erdogan, General el-Sisi, Príncipe bin Salman, Narendra Modi, Duterte e, na nossa fronteira, Iván Duque Márquez

Politicamente o ano de 2018 no Brasil começa com os assassinatos de Marielle e Anderson, passa pela prisão inconstitucional de Lula e pelo incêndio neoliberal do Museu Nacional (holocausto de nossa memória) e caminha para terminar com a eleição da extrema direita para a presidência da República. Este é o desfecho iminente, a não ser que as forças da civilização realizem uma heroica obra de superação. Vistos em perspectiva, os quatro fatos mencionados não são aleatórios, pois guardam uma nítida correspondência entre si como elos de um mesmo processo. O atentado de 14 de março veio nos avisar sobre tempos de horror para a sociedade brasileira.

É o anúncio do encontro triste da violência cotidiana, sobretudo contra pobres, negros e índios, e o terrorismo político aberto e exibicionista contra as vozes que ousam defender os oprimidos. Aliás, como todos sabem, Jair Bolsonaro foi o único dos candidatos à presidência que não se manifestou e não condenou os assassinatos. O crime não foi esclarecido, o que diz muito do momento em que estamos vivendo. Mas, sejam quais forem os indivíduos que tramaram e executaram aquele ato covarde, será que alguém tem dúvida em quem votam os assassinos de Marielle e Anderson? Por meio de suas declarações e seus

silêncios, o candidato da extrema direita não esconde quem é, mas ainda assim tem enganado muita gente.

Tudo já estava claro, mas mesmo assim predominou na esquerda (campo no qual podemos incluir a centro-esquerda) a tendência de subestimar o crescimento de tendências de direita na sociedade. Trataram o fenômeno como se estivesse restringido ao ressentimento preconceituoso de uma classe média que perdeu status social com a relativa ascensão dos mais pobres. Contra os ressentidos e preconceituosos, criou-se um apelido jocoso, eles são os “coxinhas”, e com isso se deixou de refletir sobre o que estava realmente acontecendo.

A guinada da classe média para a direita é um fato e foi sobretudo da classe média que vieram os contingentes que tomaram as ruas nas manifestações de massa que se levantaram contra a vitória eleitoral do PT no final de 2014 e se mantiveram mobilizadas até o afastamento de Dilma Rousseff em maio de 2016. Naquelas manifestações, com suas cenas de *selfies* com a PM e gritos pela volta da ditadura militar, Bolsonaro era tratado como um *pop star* enquanto outros políticos presentes eram hostilizados. Quando, após a troca de governo aquelas massas recuaram das ruas, teve-se a impressão de que o impulso de direita havia perdido força.

[+JASSINANDO O +MAIS JUSTIFICANDO VOCÊ TEM ACESSO À PANDORA E APOIA O JORNALISMO CRÍTICO E PROGRESSISTA+](#)

No ano do golpe de Estado parlamentar-jurídico que derrubou Dilma Rousseff, ocorreu um grande movimento espontâneo de ocupação de escolas públicas secundaristas por estudantes de vários municípios e estados, que reivindicavam mais democracia e qualidade de ensino. Este é o lado bonito da história, que encantou a esquerda brasileira em um ano de derrota. Mas o que pouca gente deu atenção é que contra aquelas ocupações também se organizaram grupos de ação direta populares que praticavam violências e tentavam desocupar pela força as escolas. Claro que essas gangues contavam com a conivência, mais ou menos explícita, da polícia e de autoridades locais. Contudo, já eram o sinal de que o ódio ideológico de direita havia encontrado uma recepção em parte das classes subalternas.

Em paralelo, já se verificavam pelo país episódios de estudantes gravarem professores em sala de aula para denunciá-los por suas posições intelectuais, o que não ocorria apenas em escolas de classe média, mas também em escolas

públicas da periferia e do interior. Adolescentes pobres declararam-se de direita e fãs de Bolsonaro. No mais, as eleições municipais daquele ano mostraram resultados ruins para a esquerda em grandes centros urbanos, inclusive entre os trabalhadores pobres. Entre 2012 e 2016, o PT perdeu 60% das prefeituras.

As redes sociais têm sido um campo fértil para a propagação do discurso de direita e desde 2014 aparecem vídeos de YouTube em que Bolsonaro é apelidado de “*mito*”, o que mostra um uso competente da propaganda via internet bem anterior a esta eleição. Alguns com centenas de milhares e até milhões de visualizações, poderíamos considerar esses vídeos muito toscos de acordo com os nossos gostos, mas isto seria auto-enganação. Eles reproduzem para os adolescentes e jovens a linguagem dos videogames, dos clipes de música *pop* e dos *Youtubers*.

O trabalho nas redes sociais e em parte da mídia televisiva contribuíram para a construção de uma imagem social de Bolsonaro para certa audiência: agressivo, durão, sem papas na língua e freios sociais, “descolado” e até um pouco malandro, debochado, divertido. O mais puro ódio social, representado numa figura completamente desprezível, foi embalado na forma da piada e do tapinha nas costas, porque Bolsonaro não apenas diz coisas intoleráveis, xinga e tem expressões raivosas. Ele também gargalha alto e se apresenta como “engraçado” nos termos do senso comum rasteiro, num misto de leão de chácara do submundo e bufão.

Apresentando-se como o inimigo número 1º do PT, da esquerda em geral e de suas mais diversas pautas emancipatórias, já desde o ano passado, pelo menos, Bolsonaro começava a sua aproximação com indivíduos e frações da classe dominante. Primeiro, ao que tudo indica, foram alguns capitalistas do comércio varejista, sensíveis a um discurso de ordem e retirada de direitos trabalhistas. Depois, ele passou a ser “tietado” em reuniões com investidores do mercado financeiro, quando declarava publicamente sua intenção de avançar nas privatizações e metralhar a favela. Pelo topo e pela base da sociedade, ocorria um avanço da ideologia de extrema direita.

Assim como Lula é mais que um indivíduo, é uma “*ideia*”, Bolsonaro, mais que uma candidatura eleitoral, é um movimento social. Como já dizia o jovem Marx em *A Miséria da Filosofia*, todo movimento político é também movimento social. Se não entendermos por que o discurso da extrema direita vem influenciando largas parcelas das massas trabalhadoras dos grandes centros urbanos, não

estaremos preparados para enfrentar o perigo e a realidade do fascismo, independente de qual seja o resultado das eleições.

Leia

mais:

[A ditadura arquivada: a construção estratégica da transição para a democracia](#)

[Pedir ditadura não é ignorância, é medo de perder privilégios, diz historiadora](#)

Não adianta ficarmos apenas lamentando a propaganda contra o PT por parte da mídia, da Lava Jato de Curitiba e das igrejas evangélicas. A propaganda tem cumprido um papel fundamental nos últimos anos, mas apenas descrever esse fato não explica nada de seu sucesso. Também não adianta ficarmos apenas repetindo indícios e hipóteses sobre CIA, Cambridge Analytica, Steve Bannon etc. Evidente que não se pretenda subestimar a potência de manipulação de novas tecnologias de comunicação aplicadas à dominação política.

Por outro lado, é ingenuidade acreditar que um país com o tamanho e as riquezas do Brasil não seria alvo de interesses imperialistas articulados por meio de serviços de inteligência e empresas de marketing de última geração. É e sempre foi assim; contudo, a migração para a propaganda política das tecnologias de informação já utilizadas na espionagem e no marketing de produtos das empresas traz novas dificuldades para a democracia. Steve Bannon busca articular uma Internacional da Extrema Direita e a candidatura de Bolsonaro está inserida nesse contexto global. É relevante identificar e apontar essas conexões para que se possa mensurar as forças adversárias, mas por si só tal mensuração não é capaz de explicar nossa dinâmica social.

O discurso de Bolsonaro atrai grande parte dos mais pobres (proletários e subproletários) porque apela aos medos num contexto de crescimento da insegurança econômica e física. Ele promete ordem e oferece respostas simples e diretas (e falsas) a problemas reais, graves e complexos. A crise econômica trouxe quatorze milhões de desempregados, salários mais baixos e a volta da fome como um problema social. A crise leva insegurança econômica às pessoas, que temem a degradação das suas condições de vida ou a não recuperação de um padrão de vida perdido. Bolsonaro responde dizendo que o problema é a corrupção; que os políticos são corruptos e os políticos de esquerda os mais corruptos de todos; que a esquerda saqueou o país e quer corromper nossas crianças com a chamada “ideologia de gênero”; que os ativistas sociais

(mulheres, negros, LGBT) e os artistas são vagabundos que corrompem os valores da família e parasitam o Estado porque ganham muito dinheiro por meio de ONGs e da Lei Rouanet; e que os índios e quilombolas recebem terras e não trabalham, enquanto o agronegócio é impedido de produzir alimentos e gerar empregos. Bolsonaro aponta e nomeia culpados pela crise a fim de ocultar a ganância da burguesia por mais lucros em detrimento de direitos.

Como sempre ocorre em situações de crise econômica em sociedades muito desiguais, a violência urbana explodiu. E antes da crise e desse aumento, a barbárie da violência urbana já era uma realidade por demais opressiva na vida cotidiana dos mais pobres, tanto de parte das polícias quanto de grupos criminosos armados. Em certos aspectos, a vida sob a tirania do narcotráfico, das milícias e das polícias já é comparável à experiência do fascismo. A esquerda sempre teve dificuldade em debater o problema da segurança pública diante da demagogia que a direita faz sobre esse tema. E muitas vezes falta à esquerda reconhecer a dimensão da violência na vida dos mais pobres.

Diante do aumento da insegurança física das pessoas, que temem a morte, o estupro ou serem roubadas no pouco que possuem e que é fruto de trabalho duro, Bolsonaro responde com a promessa de uma gestão de extermínio em massa. Não importa para esse discurso as dezenas de milhares de assassinados todos os anos e as centenas de milhares de encarcerados, ele promete mais mortes e mais encarceramento. A truculência das polícias, a que mais mata e morre no mundo, e que é parte do problema da violência, é vendida como a solução possível. Se a barbárie é inevitável, ele sugere que as pessoas escolham qual violência desejam. Mas é ainda pior do que isso, pois na medida em que promete facilitar a compra de armas pela população, o que está sendo proposto é a guerra de todos contra todos.

Quando as pessoas se sentem inseguras e com medo, muitos buscam pontos de apoio e passam a idealizar certas estruturas comunitárias: valores compartilhados, família, religião, nação, raça etc. A família é tanto fonte de opressão quanto de amor e as pessoas buscam encontrar nela um alento para uma vida de exploração e insegurança. Bolsonaro promete defender com força os valores da família, do cristianismo e da pátria. A defesa da pátria deixa de ser a construção de um projeto de nação soberana e democrática e se restringe a uma exaltação identitária das cores nacionais contra os inimigos internos e os países “comunistas”. O fato de a bandeira nacional ter se transformado em monopólio da direita nos últimos anos é um dano simbólico para a esquerda.

Diante disto, a coordenação de campanha de Haddad acertou em adotar o verde-amarelo como suas cores no 2º turno a fim de demonstrar de que lado está o patriotismo (o que não afasta que mantenhamos nossas bandeiras vermelhas hasteadas).

Leia **mais:**
[Ele não porque eu sou Evangélica TSE considera campanha política dentro de igrejas como abuso de poder econômico e crime eleitoral](#)

O crescimento das igrejas evangélicas e a influência de pastores no voto popular é um fenômeno das últimas três décadas. Essas igrejas são espaços poderosos de socialização e organização da vida cotidiana dos mais pobres fora do trabalho. Nelas se organiza inclusive o lazer e é onde pessoas se conhecem e se encontram. E seus pastores e missionários realizam um trabalho cotidiano de base nas favelas e periferias, que, em grande medida, a esquerda desaprendeu ou negligenciou.

Apesar de tentativas esforçadas nesse sentido, a esquerda brasileira ainda não conseguiu encontrar canais de diálogo direto com a comunidade evangélica nacional. Durante os anos do PT no governo, acreditou-se muito ingenuamente que bastaria cooptar algumas lideranças fisiológicas e a questão estaria resolvida. Nas eleições de 2014, parte dessas lideranças já havia se debandado para o lado adversário, no decorrer do processo de impeachment não sobrou nenhuma delas. Hoje são um poderosíssimo trunfo eleitoral para a extrema direita, manipulando massas pauperizadas a votarem num projeto que irá lhes retirar direitos e meios de vida e que eticamente é a completa negação dos princípios fundantes do cristianismo.

Sabemos que nem todos que votam em Bolsonaro o fazem porque são misóginos, racistas, homofóbicos e defensores da tortura. Claro que muitos o são e estes estão cada vez mais agressivos. Há aqueles que entendem quem foi Coronel Ustra, torturador de crianças e ídolo de Bolsonaro, e desejam o fascismo, mesmo que não saibam nomeá-lo como tal, assim como no passado havia os que desejaram Hitler. Não podemos subestimar a função de preconceitos e perversões nos processos de identificação narcísica diante de lideranças autoritárias, como nos ensina a psicanálise. Os indivíduos reconhecem no líder alguém que lhes é semelhante ou apresenta atributos de personalidade que admiram e desejam possuir.

Mas mesmo a ativação desses processos de identificação depende do contexto social. Isto vale também para a chamada classe média, que é de onde vem o maior clima de exaltação militante em favor do candidato da extrema direita. Embora possua meios de vida e redes de proteção bem superiores aos dos pobres, a classe média também sofre com a insegurança. Um pequeno comércio pode vir à falência, um assalariado de nível superior e boa renda pode ser demitido. E ao contrário da alta burguesia, que governa o mundo de jatinhos, iates e palácios, a pequena burguesia circula pelas ruas da cidade e está vulnerável à violência urbana. Originalmente, antes de se tornar um porta-voz raivoso dos interesses econômicos dos capitalistas brasileiros e estadunidenses, a visão de mundo de Bolsonaro expressa os medos e preconceitos dessas camadas médias.

Em uma sociedade tão violentamente desigual como a brasileira, o ódio de classe que predomina tem o sentido de cima para baixo e, neste aspecto, a campanha de Bolsonaro é a encarnação do espírito da hierarquia social. No entanto, caso se apresentasse dessa forma pura não haveria qualquer possibilidade de se tornar maioria política. Consequentemente, o discurso da extrema direita não incentiva apenas os preconceitos e fobias sociais, mas também manipula a aspiração do povo por igualdade, o que aparece toda vez que o candidato afirma não ver gênero, cor e classe social, apesar de todas as ofensas verbais que costuma proferir. As desigualdades são dissolvidas artificialmente no ideal de uma comunidade constituída por famílias de “cidadãos de bem” cristãos e patriotas, o que tem o sentido de isolar aqueles que lutam contra as desigualdades, que são acusados de promoverem a divisão da sociedade. Por óbvio, a desigualdade econômica não é negada, mas é aceita como algo natural toda vez que decorra do trabalho individual “honesto”. O discurso da extrema direita não propõe a si o desafio da coerência, desde que o inimigo esteja apontado com clareza.

Leia **mais:**

[PL de Eduardo Bolsonaro é caminho para criminalização de ativistas, ONGs e movimentos sociais](#)

[Nem patriota, nem honesto, nem cristão: desmitificando Jair Bolsonaro](#)

O bloco golpista de 2016 incluía o capital, o *lumpen* parlamentar e os setores do aparelho repressivo do Estado (Judiciário, MPF e PF) envolvidos nas operações anticorrupção, cabendo à mídia empresarial a função de mediação político-ideológica e ao STF a função de mediação político-institucional entre essas

forças. A presença desses setores do aparelho repressivo do Estado era instável desde o início, pois havia uma tendência de oposição geral aos políticos em nome de uma ideologia moral e tecnocrática do Estado.

Contudo, a minha hipótese é que a ofensiva das Organizações Globo e do Grupo Abril, em maio de 2017, pela saída de Temer da Presidência já estava relacionada, em parte, com a consciência do avanço ideológico de uma nova direita na sociedade. A mídia investiu no discurso anticorrupção contra o PT, ajudou na mobilização de massa pela derrubada de Dilma Rousseff e manteve relações privilegiadas com o Judiciário, o MPF e a PF. Entretanto, a guilda que assumiu o governo desmoralizava completamente todo o discurso ideológico anticorrupção e alguma legitimidade seria necessária para a estabilização ao longo do tempo de todo o programa voltado para retirada de direitos sociais e trabalhistas do povo. Do contrário, a esquerda poderia se fortalecer para voltar ao governo ou este seria dominado por uma nova direita que havia saído do controle ideológico. Contra a esquerda, a prioridade foi toda a campanha midiático-judiciária para que Lula fosse impedido de ser candidato. Por outro lado, os meios de comunicação empresariais se viram disputando uma mesma base social contra uma direita em ascensão que conjugava um discurso de apelo populista contra o “sistema” e reacionarismo nos costumes. Ambas coincidem na defesa de um ultraliberalismo econômico, mas essa nova direita ataca a grande mídia por seu liberalismo cultural.

Caso ocorra, a vitória de Bolsonaro em 28 de outubro é portadora de uma tentativa de reunificação, ainda que precária, do bloco golpista de 2016, afetado pelo conflito de 2017 entre *lumpen* político, FIESP e CNI *versus* setores do aparelho repressivo do Estado, Globo e Grupo Abril, o que levou ao esgotamento da agenda do governo Temer. Por ser do PSDB e pela quantidade de partidos que reuniu, a candidatura de Alckmin foi uma esperança de reunificação menos traumática, mas ninguém associado ao governo Temer poderia ter votos suficientes. Apesar das preferências da grande mídia estarem com Alckmin, Bolsonaro começou a campanha já tendo conquistado os corações e mentes de parte da burguesia e da massa de pequeno-burgueses e, quanto mais crescia nas pesquisas, mais atraía em seu favor as traições de políticos de vários partidos da centro-direita.

A tentativa de reunificação do bloco golpista de 2016 traz para o meio do palco político uma nova personagem, as Forças Armadas, porém, ainda não está claro até que ponto o oficialato militar está completamente ganho para a agenda

privatizante extremada de Paulo Guedes (espécie de Hjalmar Schacht subdesenvolvido). Também não está muito claro como será a participação do oligopólio midiático nessa nova configuração (talvez porque as negociações ainda estejam em andamento), salvo no que diz respeito à Rede Record, que já se pretende porta-voz do novo governo. No entanto, o programa de pauperização e retirada de direitos que Bolsonaro se comprometeu a executar é muito agressivo, as consequências sociais serão cruéis e desestabilizadoras, o que poderá levar a vacilações ou fissuras no seu bloco de poder em formação, daí o recurso do autogolpe schmittiano é uma saída que estará desde o início sobre a mesa.

Salvo exceções, os analistas políticos demonstraram uma dificuldade em identificar o processo em curso. Como eles se acostumaram a olhar apenas para as instituições e para as elites das instituições, mas não olham para a sociedade, não conseguiram identificar o movimento ideológico na base. Não foram poucos os que acreditavam num “teto” para o crescimento eleitoral de Bolsonaro. Muitos intelectuais e políticos de esquerda repetem a bobagem de que tanto essa nova direita quanto a Lava Jato e o discurso da mídia contra a corrupção são a “antipolítica”. Mas eles afirmam que há uma antipolítica apenas porque a noção de política em que se baseiam é limitada. A equação deles é bastante simples: política = sistema político existente = políticos do sistema. Assim, quando aparece alguém atacando os políticos e o sistema político existentes, concluem que essa pessoa está se colocando contra a “política”. E uma esquerda que se agarra ao sistema existente arrisca-se a sucumbir junto dele. Até mesmo a defesa da força normativa da Constituição de 1988, em seus direitos e garantias, prioridade de nosso tempo, apenas se torna efetiva na medida em que se coloca criticamente contra a realidade política existente. Ora, todo discurso antissistema é político, inclusive porque permite a fundação de outras ordenações da sociedade.

A ordenação proposta pelo bolsonarismo é politicamente autoritária e socialmente regressiva e ele se apresenta com a imagem de uma revolta popular conservadora, conjugando um apelo ao mal estar do povo em face do sistema político e a certos “valores” apresentados como necessários diante da insegurança.

Em tempos de confusão nunca é demais repetir o óbvio. O centro do discurso contra Bolsonaro deve estar localizado em questões econômico-sociais e a campanha de Haddad demonstra estar consciente disso. Em resumo, **o que nos**

resta diante de um quadro tão adverso é explicar pedagogicamente os direitos que serão expropriados e no plano moral apelar para os bons sentimentos das pessoas contra a pregação da barbárie.

Não há possibilidade política (e matemática) de vitória eleitoral se não ocorrer uma atração dos pobres que se abstiveram, votaram nulo e também dos que votaram em Bolsonaro. Há um clima de euforia agressiva entre os eleitores da extrema direita que somada à indústria das *fake news* dificulta qualquer abordagem e diálogo, mas é preciso ir atrás daquela franja de eleitores pobres que estariam suscetíveis a votar em Lula, mas acabaram votando em Bolsonaro.

Leia

mais:

[Fake News: sua tia foi vítima de uma organização criminosa](#)
[Tudo sobre fake news: projetos de lei, políticas das redes sociais e mais](#)

Esse comportamento não é tão paradoxal quanto parece, pois uma mesma pessoa pode conciliar em si a nostalgia de uma fase em que vivenciou alguma melhoria e, ao mesmo tempo, admitir, na impossibilidade da volta de um pai tolerante que se encontra no presídio, sejam aceitas as promessas de um pai brutal. Assim como foi um erro o PT não ter começado antes a apresentar uma imagem de Haddad que lhe fosse própria, tampouco o caminho passa por esconder seu vínculo com Lula diante desses potenciais eleitores, que é o que tem aconselhado o oligopólio midiático para o 2o turno.

Contudo, a centralidade da questão econômico-social também passa pela abordagem do problema da corrupção. Iludem-se ou querem iludir os que tratam a corrupção como um assunto apenas moral ou uma preocupação restrita à classe média, como se as pessoas mais simples que trabalham honestamente por salários baixíssimos também não fossem capazes de se indignar. Tornou-se recorrente ouvir e ler em nosso campo que o discurso anticorrupção é de direita e serve para ocultar a luta contra a desigualdade e que, portanto, não pertence à esquerda. Alguns tem feito a autocrítica de que o problema, em vez da corrupção, foi o PT ter alimentado um discurso “punitivista” durante muitos anos. Deveriam antes culpar os jacobinos e uma longa tradição da esquerda desde então. A corrupção não é apenas um problema moral, embora a sua recusa sincera sempre pressuponha alguma noção de virtude pública. A corrupção é um problema econômico-social porque significa desigualdade e privilégios. Maquiavel já dizia que *“a corrupção e a inaptidão para a vida em liberdade*

provêm da desigualdade que se introduziu no Estado” (Discorsi, I, Capítulo XVII). Nada mais atual do que esta frase na conjuntura que estamos enfrentando.

Em termos práticos, independente da compreensão que cada um tenha do tema, a corrupção está presente nestas eleições, sobretudo como uma acusação contra o PT. É fundamental sair da defensiva e construir uma resposta quanto a isso. Não se trata de esperar ou exigir, com treze anos de atraso, uma autocrítica muito elaborada em meio à reta final da campanha e a todo o bombardeio judiciário, midiático e da máquina de propaganda do adversário. A tarefa é atacar a imagem antissistema da candidatura de extrema direita, que é de onde vem parte importante da confiança que desperta. A força ideológica de Bolsonaro perante as massas passa por se apresentar ao mesmo tempo como antissistema e conservador, mas hoje Bolsonaro é o ponto de atração para corruptos e corruptores de todos os tipos, o preferido de políticos e empresários e, portanto, é ele o representante mais fiel do sistema existente. O corte de direitos sociais anunciado tantas vezes por Bolsonaro é para favorecer os endinheirados que o apoiam e serão membros de seu governo.

Historicamente, fascismo é sinônimo de corrupção. Dizer que a esquerda deve abandonar a luta anticorrupção porque há uma manipulação de direita da justa indignação do povo seria o mesmo que, nos anos 30, um comunista quisesse abandonar a crítica do capitalismo porque os nazistas tinham um discurso retórico contra o capitalismo.

Como a memória do fascismo tem despertado muito interesse, cabe lembrar essa história. Os nazistas assumiram o poder para reprimir o movimento operário e retirar direitos em favor dos lucros capitalistas, e assim preparar a Alemanha para uma nova guerra imperialista. Mas, antes de chegarem ao governo, eles diziam que eram tanto contra o capitalismo quanto opositores do comunismo. O discurso fascista não costuma apresentar coerência alguma, o que levou Mussolini a admitir que *“o fascismo é um super-relativismo”*. Uma vez no poder, os nazistas governaram para os capitalistas e, episódio pouco lembrado nos dias de hoje, chegaram a privatizar algumas empresas e participações acionárias do Estado nos ramos siderúrgico e bancário, como aborda bibliografia clássica sobre o nazismo (Franz Neumann, Charles Bettelheim, Paul Sweezy, Nicos Poulantzas etc.). No entanto, no contexto da crise de 29, eram antiliberais e estabeleceram um estrito comando totalitário sobre a economia, que não deixou de ser capitalista, pois continuou assentada na propriedade privada e nas relações contratuais. Ao mesmo tempo em que ordenavam tal controle da

economia no sentido da preparação para a guerra, foi conferido aos cartéis das empresas alemãs prerrogativas administrativas estatais. Ou seja, os nazistas conciliaram totalitarismo e privatização do Estado. Daí um crítico do nazismo como Franz Neumann escreveu que o nazismo era um não-Estado, ou seja, uma outra espécie de maquinaria de poder.

Leia mais:
[Por que precisamos pensar sobre o fascismo?](#)
[Mas afinal, o que é fascismo?](#)

Pelo que já tem aparecido na imprensa, Bolsonaro irá lotear seu governo a interesses privados sem qualquer mediação pública. Anuncia-se um financista investigado por fraude na bolsa de valores para o comando da economia, um empresário do ensino para o ministério da educação, o chefe da UDR para uma pasta unificada envolvendo agricultura e meio ambiente, provavelmente um empresário do setor hospitalar para a saúde, e assim por diante. Já para os ministérios políticos, da infraestrutura e do aparelho repressivo, são esperados “brucutus” da elite política e do Exército.

Algumas características de um eventual governo Bolsonaro já se apresentam delimitadas para o seu início. A eleição de uma grande bancada de deputados e senadores para o seu partido e a adesão em massa dos parlamentares da centro-direita, uma parte vinda antes das eleições e o restante com entusiasmo após a oficialização de sua vitória no 2o turno, irão lhe conferir uma ampla maioria parlamentar para a aprovação de leis e medidas de exceção que retirem direitos econômicos e sociais do povo e garantam o reforço repressivo que for necessário. Por outro lado, ele receberá o suporte dos inúmeros juízes, membros do Ministério Público e delegados de polícia que tem assumido uma postura anti-esquerda.

Quem olha apenas para a militância política de Sergio Moro e da Força-tarefa de Curitiba, evidentemente anti-PT, não olha para o movimento repressivo mais geral de membros dessas instituições contra movimentos populares e até debates políticos em universidades. Com o apoio desses setores estará garantida a interpretação política e repressiva das leis já existentes. Quando mudou a maré política, o processo em curso demonstrou que não eram tão sólidos os vínculos do Poder Judiciário e dos ministérios públicos com a Constituição Federal. Podemos remeter essa insuficiência a dois fatores principais: o caráter oligárquico dessas instituições, corrompidas por privilégios

legais e extralegais de toda sorte; e a intensa colaboração que existiu entre ditadura militar e Poder Judiciário, não tendo a transição brasileira passado este poder a limpo. Na verdade nenhuma instituição do Estado foi passada a limpo, nem mesmo a cúpula das Forças Armadas. Até 2003 ainda havia ministro do STF nomeado pela ditadura militar.

A propósito do STF, os ministros até poderão tentar estabelecer, sem muito sucesso, algum limite que preserve sua função de mediação institucional (ou moderação, como ambiciona Toffoli). Contudo, ninguém deve alimentar qualquer ilusão de resistência, pelo menos da maioria dos ministros, pois a força com que Bolsonaro iniciará o seu governo tornará dispensável essa função.

Já andou circulando nas redes sociais um vídeo de propaganda de Bolsonaro em que membros do STF são fisicamente ameaçados. Antes, a nomeação de um general como assessor de Toffoli, assim como a declaração do político-magistrado de que em 1964 não ocorreu um golpe e seu discurso de “*nunca mais comunismo*” mostram que o STF já se encontra sob algum nível de tutela militar oculta. E se o STF já decidiu, quando do julgamento sobre a Lei de Anistia em 2010, que há uma continuidade entre a ordem jurídica da ditadura e a Constituição de 1988, não haverá nenhuma incoerência lógica caso venha afirmar uma continuidade da mesma ordem constitucional e o que no futuro se apresentar de sua ruptura aberta.

Ademais, o STF é parte do ativismo político-eleitoral, inclusive indo contra as liberdades de imprensa e de informação, e sua própria jurisprudência, ao censurar qualquer possibilidade de Lula ser entrevistado. E se para assuntos penais o STF está dividido, com uma ou outra exceção, entre uma bancada da Globo, liderada por Barroso, e uma bancada dos políticos ligados ao governo Temer, liderada por Gilmar Mendes, em matéria de apoio à retirada de direitos sociais e trabalhistas há uma ampla unidade majoritária na corte (contra os trabalhadores Barroso e Mendes são irmãos).

Sobre as Forças Armadas, devemos simplesmente desconsiderar como irresponsáveis todas as declarações otimistas, vindas de nosso campo, de que não haveria receptiva no alto oficialato para ações de quebra da ordem constitucional. Primeiro, aquele famoso áudio de Romero Jucá (“*com o Supremo, com tudo*”) já mencionava conversas com generais. Segundo, o fato de o comandante do exército ter que vir regularmente a público dar declarações políticas é sinal de inquietação no interior da caserna. Terceiro, alguns generais

prestigiados, saídos há pouco da ativa e de onde comandavam tropas, estão na coordenação da campanha de Bolsonaro. Quarto, há uma direitização ideológica geral das camadas médias da sociedade, o que se reflete, por exemplo, nas corporações médicas e jurídicas. Não há nenhuma razão para se acreditar que o baixo e médio oficialato estaria imune a essa tendência ideológica, ainda mais considerando a ausência de um acerto de contas pedagógico e punitivo no Brasil com o passado da ditadura militar. Até o início do primeiro governo Dilma os quartéis comemoravam oficialmente o golpe de 64.

Leia

mais:

[Por que grupos minoritários votam em candidatos de extrema direita? É exagero afirmar que a estratégia eleitoral da extrema-direita é fascista? A Constituição diz que não](#)

Uma vez eleito, Bolsonaro irá se integrar ao “eixo do mal” da ultradireita global, representado por figuras nefastas do porte de Trump, Netanyahu, Viktor Orbán, Salvini, Erdogan, General el-Sisi, Príncipe bin Salman, Narendra Modi, Duterte e, na nossa fronteira, Iván Duque Márquez. O governo Trump é uma mudança na conjuntura internacional, que anuncia uma perspectiva mais agressiva e imprevisível para o imperialismo estadunidense. Na reunião da Assembleia da ONU, ocorrida há algumas semanas, Trump voltou a defender a alternativa de uma intervenção armada na Venezuela e conclamou os militares venezuelanos a darem um golpe de Estado. Em 2002, no governo de Bush Junior ocorreu um fracassado golpe militar contra Chávez; durante o período de Obama ocorreram em Honduras, Paraguai e Brasil golpes de Estado protagonizados pelo parlamento e judiciário. Agora com Trump a conjuntura volta a ser mais favorável a soluções político-militares no continente.

Como a história nos mostra que a melhor forma de manter uma agitação social reacionária é por meio da guerra, deve-se considerar com muita seriedade a possibilidade de que um governo Bolsonaro arraste o Brasil para alguma aventura militar externa, especialmente se tiver como alvo as nações irmãs de Venezuela e Bolívia, sem contar que também poderá ser tentado a fornecer tropas para missões lideradas pelos Estados Unidos fora do continente. Há um risco real que a vitória de Bolsonaro traga a guerra para a América do Sul. Se a guerra externa é um desdobramento possível do caráter belicoso do bolsonarismo, no que se refere à política interna o discurso é explícito em prometer a primazia da lógica da violência armada.

Na vida cotidiana dos mais pobres em favelas, periferias, campos e aldeias indígenas, as polícias e as Forças Armadas estarão ainda mais estimuladas a praticarem violações de direitos humanos, no que contarão com a colaboração de gangues locais e seguranças privados. Concomitante a esse aumento das chacinas, cuja dimensão bárbara não temos como prever, essas forças de repressão também estarão voltadas contra aqueles que se manifestarem contra o programa de retirada de direitos que será executado. Acrescenta-se que os militantes bolsonaristas que já se sentem autorizados e impunes o suficiente para agredirem militantes de esquerda, feministas, gays ou qualquer um que paranoicamente pensem se encaixar em algum desses perfis, irão se tornar ainda mais agressivos e não causará surpresas caso venham a ser organizados em grupos paramilitares, no que serão favorecidos pela flexibilização da lei do porte de armas de fogo. Há no ar um tenebroso clima de promessa de vingança política e social. Fascismo?

O fascismo é uma categoria que se tornou difícil de ser operada em análises de conjuntura tendo em vista o uso banalizado do termo na retórica política de esquerda. Nem todo político reacionário e de direita é fascista. E os historiadores poderão destacar as várias determinações históricas concretas que permitiram o surgimento das ditaduras fascistas clássicas. Por outro lado, podemos preservar uma categorização do fascismo em termos sociológicos e destacar suas determinações principais. Mais do que uma ideologia política, embora também o seja, o fascismo é uma tendência imanente ao capitalismo a partir de um determinado nível de desenvolvimento econômico e social em que há a presença de massas na esfera pública. Neste sentido, o fascismo é uma reação, em tempos de crise ou em processos de modernização acelerada, ao movimento dos trabalhadores e aos direitos políticos e sociais que lhes são associados, em favor dos interesses econômicos da burguesia. Portanto, a tendência fascizante se direciona à constituição de uma ditadura aberta e terrorista do grande capital.

Em termos burgueses, a função do fascismo é se valer da violência para destravar ou acelerar os processos de acumulação de capital contra os direitos da classe trabalhadora. Entretanto, como se afirma em confronto com uma classe trabalhadora que alcançou algum patamar de socialização política, o fascismo submete a nação a um levante de massas reacionário quando consegue manipular a insegurança contra algum inimigo interno que apresenta como o culpado de alguma crise, derrota ou ameaça. Como tal clima de agitação de massas, ainda que de direita, é potencialmente perigoso para os próprios

interesses econômicos da burguesia, na medida em que há o risco de que saia do controle, essa energia necessita ser canalizada para a guerra, seja externa ou interna. Daí há ditaduras terroristas do grande capital, como foi o caso de várias ditaduras militares que, indispostas em levar adiante experiências de guerra, freiam e desmobilizam sua própria base social e, neste sentido, não são fascistas em sua existência de movimento e regime de massas, embora compartilhem com o fascismo uma mesma essência de classe social e uma função histórica análoga.

A questão sobre a possibilidade de uma associação entre fascismo e liberalismo econômico é de interesse teórico e prático. Sabe-se que no início Mussolini tinha um discurso e uma política econômica liberal, depois abandonados, e que conquistou o apoio de liberais econômicos italianos (os chamados *liberistas*) que diziam que o liberalismo havia sido destruído pela democracia (Domenico Losurdo é um autor que resgata essa história). Por sua vez, a primeira experiência de aplicação do projeto neoliberal em todo o mundo foi na ditadura de Pinochet no Chile, que, embora tenha sido uma ditadura terrorista, não mobilizava massas. Aliás, além de autor de crimes contra a humanidade, Pinochet, que é ídolo de Bolsonaro, também foi um corrupto que enriqueceu no poder, conforme se comprovou judicialmente no Chile.

Qualquer análise de conjuntura que vislumbre o futuro trabalhará apenas com tendências, contra-tendências e possibilidades. O voo da coruja de Minerva só é preciso ao se deparar com o passado. Não há futuro definido. Nem todo líder fascista eleito pelo voto popular logra estabelecer uma ditadura fascista, mas a pregação da violência é uma constante na atuação desses políticos. Voltemos ao Brasil. Não há dúvida que o não esclarecimento do crime que vitimou Marielle e Anderson é mais um fator de incentivo à exacerbação do clima de agressividade política.

São inúmeros os relatos de violências e ameaças da parte de militantes e eleitores da extrema direita, sendo que uma liderança da cultura negra e popular foi morta na Bahia com doze facadas nas costas, e dias depois uma travesti foi morta em São Paulo aos gritos de “Bolsonaro, ele sim”. Durante o discurso do candidato associado a Bolsonaro ao governo do Rio de Janeiro, brutamontes rasgaram uma placa em homenagem a Marielle diante de uma plateia que gritava em êxtase. Aquela imagem parecia saída de algum comício das SA na Berlim de 1932 ou, na Espanha, de qualquer demonstração de força das Falanges franquistas, cujo lema era “*viva a morte!*”

O futuro é sempre dialética aberta que se constrói nas lutas entre os sujeitos sociais inseridos nas condições objetivas de cada tempo e lugar. Entretanto, não é um delírio pessimista, ou talvez o seja apenas na medida em que os pesadelos vão se tornando cada vez mais reais, antever a possibilidade que daqui a alguns anos, em alguma existência realmente fascista, quando tiver sido dado um ponto final a todos os ativismos emancipatórios e todas as esperanças estiverem subjugadas, que os assassinos de Marielle e Anderson sejam revelados ao público, não para receberem a punição que merecem, mas para serem homenageados pelo governo. Não aceitaremos! Precisamos derrotá-los, seja nas urnas, seja nas ruas.

***Marcus Giraldes** é advogado, analista da Fiocruz e autor do livro *O acaso e o desencontro: das manifestações de 2013 ao golpe de 2016* (Editora Garamond, 2017).*

Leia mais:
[Ditadura militar no Brasil: o golpe de ontem e seus defensores de hoje](#)
[Brasil e o infeliz retorno à 1964](#)
[OAB repete 1964 e se torna a coveira da democracia](#)
[O ódio como política](#)

O **Justificando** não cobra, cobrou, ou pretende cobrar dos seus leitores pelo acesso aos seus conteúdos, mas temos uma equipe e estrutura que precisa de recursos para se manter. Como uma forma de incentivar a produção de conteúdo crítico progressista e agradar o nosso público, nós criamos a **Pandora**, com cursos mensais por um preço super acessível (R\$ 19,90/mês).

[Assinando](#) o plano [+MaisJustificando](#), você tem acesso integral aos cursos Pandora e ainda incentiva a nossa redação a continuar fazendo a diferença na cobertura jornalística nacional.

21. EXTREMAMENTE IMPACTANTE!

Leia e releia (ler somente uma vez é insuficiente) este texto de Vladimir Safatle.



"Agora, outra coisa que queria terminar lembrando: é muito evidente e quando a gente começa a falar com

as pessoas percebe, que muitos de nós entraram numa situação de profunda melancolia, devido ao que está acontecendo.

Eu gostaria só de falar uma coisa a essas pessoas: um dia essa luta iria ocorrer. Não era possível nosso país passar mais tempo sem que essa luta um dia ocorresse. Essa é uma luta que está sendo esperada há muito tempo. Não seria possível o país se constituir enquanto país, se nós, enquanto uma verdadeira sociedade inclusiva, igualitária e com uma luta constante no sentido de justiça social, se nós não nos confrontássemos com esses grupos, com esses discursos, com essas pessoas. Não havia um outro caminho a fazer.

Agora, coube ao processo histórico que fôssemos nós, neste momento, as pessoas a ter que fazer essa luta. Muitos já lutaram essa luta antes, de uma maneira ou de outra, mas nunca com todo esse drama, essa força, esse jogo que está aqui disposto. Por alguma contingência, agora somos nós. Não tem mais ninguém. Se nós perdermos, vão ser gerações e gerações que vão perder.

Nós sabemos, isso não é uma brincadeira. Nós sabemos qual é a gravidade da situação e o que vai acontecer daqui pra frente. Então, não há como esmorecer até o dia 28. A sorte está lançada. É vencer ou vencer!"

NOSSO PRESENTE, O FUTURO DE NOSSOS FILHOS E NETOS DEPENDE DE NÓS!

LUTEMOS COM TODAS AS NOSSAS FORÇAS NESTE SEGUNDO TURNO E DEPOIS DELE!

QUIS O TEMPO QUE COUBESSE AOS DEMOCRATAS DE NOSSO TEMPO DERROTAR ESTES MONSTROS!

22. Sonhos e realidade

O Estado de S. Paulo. 2 de novembro de 2018 FERNANDO GABEIRA

A vitória de Bolsonaro não é idêntica à de Trump. Mas antes e depois das duas eleições há pontos de contato. Não servem para explicar tudo, mas ajudam. Um dos livros em que encontro as semelhanças é de Mark Lilla, uma crítica aos liberais com um subtítulo interessante: Depois das políticas de identidade. A julgar pelo livro de Lilla (The Once and Future Liberal: After Identity Politics), a vitória de Trump suscitou o mesmo movimento nos EUA e no Brasil: resistência. Lilla põe essa palavra entre aspas, pois significa uma oposição a tudo o que Trump representa, sem ainda uma visão clara de futuro.

A vitória de uma figura controvertida acabou despertando nos EUA uma grande solidariedade entre os derrotados, campanhas, marchas, abaixo-assinados. Mas ainda são raras aqui, no Brasil, onde Bolsonaro acaba de vencer, as visões críticas do período que abriu o caminho para que ele triunfasse.

Lilla fala no descaminho dos democratas por se terem fixado nas políticas identitárias: mulheres, homossexuais, indígenas e negros. Não que seja contra essas lutas.

Sua análise da campanha republicana mostra que na maior parte do tempo ela se fixava em temas nacionais, que interessam a todos. O exame do site democrata, no entanto, revela grande peso às lutas fragmentárias, que interessam a setores bem específicos do eleitorado.

Lilla considera um erro a fixação nas lutas identitárias porque elas afastam um pouco as pessoas dos temas mais amplos, que envolvem o bem comum. As pessoas mergulhadas nessas lutas têm tendência menor a defender temas nacionais, sair para uma conversa nas ruas sobre o que ele chama o bem comum.

Coincidência ou não, eu já tinha manifestado em artigos a mesma reserva quanto ao alcance das lutas identitárias na eleição brasileira. Também na minha crítica ressaltava a ausência da ênfase no bem comum, só que nos meus textos não usava essa expressão, mas a adesão a um projeto nacional. Num artigo afirmava que as lutas que ainda chamam das minorias tendem a criar a necessária solidariedade de grupo, regras e objetivos próprios. Mas ela se dá em oposição a uma sociedade que ainda não reconhece esses direitos.

Torna-se muito difícil conversar com o homem comum, encontrar um assunto que mobilize todos, e não apenas alguns setores da sociedade. No

caso brasileiro, os três grandes temas nacionais em jogo passaram um pouco ao largo das forças de esquerda. Um deles era a corrupção. A esquerda o subestima de modo geral e o escamoteia especificamente quando o PT é o maior acusado.

Um segundo grande tema nacional foi a segurança. A visão clássica e tradicional da esquerda é condicioná-la à melhoria das condições econômicas, da educação, da renda. Como a expectativa é de respostas em curto prazo, o discurso cai no vazio e é facilmente ironizado.

Um terceiro tema, mais intelectualizado, foi a discussão sobre o tamanho e o papel do Estado na economia. Também aí a perspectiva privatizante pareceu mais atraente. E não só pela teoria. As manifestações de 2013, em parte, revelaram a precariedade dos serviços públicos.

A corrupção também passou a ser uma chave para explicar o fracasso do governo. Tenho a impressão de que é a conversa na rua quando não se tem nada a dizer sobre aqueles temas.

Uma das características da luta identitária é a autoexpressão: sou gay, negro ou indígena e tenho orgulho de minha condição. Isso é irretocável na posição pessoal. No entanto, Lilla observa em seu livro que numa campanha eleitoral não é a autoexpressão que conta, mas a persuasão.

O exemplo que usa para definir o comportamento dos liberais nos EUA talvez seja aplicado também à esquerda brasileira. Lilla compara as eleições à pesca. É preciso acordar cedo e pescar até tarde, lá onde o peixe existe, e não onde você gostaria que estivesse. Se o peixe morde a isca e se debate, dê linha e espere que se acalme.

Mas, para o escritor, os liberais ficaram na praia discorrendo sobre os problemas do mar, sobre a necessidade de a vida aquática abrir mão de seus privilégios. Tudo na esperança de os peixes confessarem coletivamente seus pecados e nadarem mansamente para ser pescados. Se esse é o seu enfoque da pesca, lembra Lilla, o melhor é se tornar vegetariano.

Nesta altura, não se podem comparar totalmente as táticas. No caso brasileiro, se, de um lado, a luta identitária pode ter dificultado um pouco a conquista da maioria, o caminho eleitoral das minorias acabou comprometendo o seu futuro. Isso simplesmente porque no tema central, a corrupção, o PT, embora não seja o único, é o maior acusado. A associação entre o partido e as minorias acabou trazendo para elas também a desconfiança do homem comum.

Não sei ainda como as coisas se vão recompor. Se as lideranças minoritárias fizerem uma análise do que se passou, creio que um dos seus passos será libertar-se de governos. Para isso é preciso ter uma nova visão da

importância dos recursos materiais na política. O período que se encerra foi marcado por campanhas milionárias. O PT venceu com uma em 2002 e não reaprendeu o caminho da austeridade.

A vitória de Bolsonaro, a julgar pela de Trump, deve suscitar um grande movimento, que até lembrou aos liberais americanos que eles têm mais energia do que suspeitavam.

Aqui, no Brasil, enquanto estiverem gravitando em torno de um partido acusado de corrupção, os simpatizantes da esquerda podem até descobrir uma energia insuspeitada. No entanto, a chance de essa energia se dissolver em vão é muito grande, sobretudo se as pessoas não pararem um segundo para pensar, achando que o momento é como a Quarta-Feira de Cinzas em Salvador, onde todos saem às ruas cantando e dançando as mesmas músicas do carnaval que passou.

Faria bem um tempo de reflexão, estudos e debates. Foi tudo tão rápido e, para alguns, tão surpreendente que, a rigor, nem o governo nem a oposição sabem precisamente o que fazer.

23. Nas entrelinhas: Oposição antecipada

Publicado em 09/10/2018 - 08:37 Luiz Carlos Azedo - <http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-oposicao-antecipada/>

“Hoje, com a volta dos parlamentares a Brasília, o Congresso deve fervilhar em razão do resultado das eleições proporcionais. Será um grande encontro de derrotados”

Derrotados nas urnas, os candidatos Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede) derivam para a oposição antecipada aos dois candidatos que vão disputar o segundo turno das eleições, Jair Bolsonaro (PSL), que obteve 46,3% dos votos, e Fernando Haddad (PT), com 29,8% dos votos. Como outras lideranças do chamado “centro democrático”, entre as quais o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, não pretendem apoiar nenhum dos dois candidatos, com o argumento de que ambos não têm claros compromissos democráticos, nem apoiar o governo a ser formado por eles, seja quem quer que ganhe. É uma espécie de “oposição, já!”.

A mesma posição está sendo discutida no PPS, partido que sofreu duas derrotas importantes: o senador Cristovam Buarque (DF) não conseguiu se reeleger; Roberto Freire (SP), presidente da legenda, também foi surpreendido pelo tsunami eleitoral que afastou do Congresso muitas lideranças políticas de prestígio. “Posso lhe adiantar que, pelo Brasil democrático, defendo que o PPS não apoie nenhum dos dois contendores nesse segundo turno. E se posicione desde logo como oposição responsável respeitando a Constituição de 88 e

lutando pelas reformas, seja qual for o presidente eleito”, anunciou Freire no Twitter.

Bolsonaro, líder da disputa, ontem anunciou que não fará concessões para vencer as eleições. Em entrevista à rádio Jovem Pan, disse que não pode “virar o Jairzinho paz e amor” e se “violentar”, mas falou em pacificar o país e insistiu na plataforma política focada no binômio: mais segurança, menos corrupção. Em entrevista à TV Globo, negou a intenção de modificar a Constituição, proposta do general Hamilton Mourão, seu vice: “Sou capitão, mas quem manda sou eu, serei o presidente”. Bolsonaro se beneficia da onda gerada a seu favor no primeiro turno, que provocou grandes viradas em alguns estados importantes, nos quais seus candidatos obtiveram grandes votações em eleições majoritárias e proporcionais.

O candidato do PT, Fernando Haddad, ontem esteve mais uma vez em Curitiba, para conversar com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como fez em todas as semanas de campanha. Também em entrevista à TV Globo, anunciou que havia reformulado seu programa e que não mais pretende convocar uma Constituinte. Disse que fará emendas constitucionais via Congresso para fazer a reforma tributária e acabar com o teto de gastos. Adiantou que está procurando entendimentos com o PDT, de Ciro Gomes, e com o PSB, o grande aliado nos estados do Nordeste, onde Haddad venceu as eleições. Nos bastidores da campanha, a grande mudança foi a entrada do senador eleito Jaques Wagner, ex-governador da Bahia, no estado-maior petista, para cuidar dos entendimentos políticos. O governador baiano Rui Costa, reeleito com grande votação, anunciou que pretende ampliar ao máximo as alianças de Haddad para o segundo turno.

Bancadas

Hoje, com a volta dos parlamentares a Brasília, o Congresso deve fervilhar em razão do resultado das eleições proporcionais. Será um grande encontro de derrotados. Na Câmara, não se reelegeram 240 dos 513 deputados. A bancada do PT terá 56 deputados e a do PSL, de Jair Bolsonaro, 52 (tinha apenas 8), seguidos pelo PP, 37; MDB, 34; e PSD, 34. A fragmentação aumentou, com a representação de 30 partidos, mas 16 não ultrapassaram a cláusula de barreira.

No Senado, o strike foi ainda maior. A renovação atingiu 74% dos senadores, deixando de fora do parlamento o presidente da Casa, Eunício de Oliveira (CE); o presidente do MDB, Romero Jucá (RR), entre outros. Neste ano, a sigla que mais ganhou cadeiras no Senado ainda foi o MDB, com sete senadores eleitos. Rede e PP têm cinco senadores cada; DEM, PSD, PT, PSDB e PSL, quatro. O PPS elegeu dois, o PTC, um. PMN, PSOL e PCdoB não reelegeram seus senadores.

24.Três cenários para Bolsonaro

Bolsonaro pode aderir ao presidencialismo de coalizão, adotar um autoritarismo legal ou fazer um governo errante



• **ROGÉRIO BASTOS ARANTES**

28/10/2018 19:51 Atualizado em 29/10/2018 às 11:01

Bolsonaro pode ser uma incógnita, mas o contexto institucional e político no qual assumirá a presidência é bastante conhecido, o que nos permite vislumbrar três cenários possíveis para o desenrolar de seu governo.

Antes de apresentá-los é preciso considerar que o Brasil dispõe de um dos sistemas políticos que mais dispersa poder, no quadro dos regimes democráticos contemporâneos. Nos termos do cientista político Arend Lijphart, as democracias podem ser comparadas a partir de dois modelos básicos, o “majoritário” e o “consensual”.

No primeiro, as instituições são desenhadas para encontrar na sociedade uma maioria política, transformando-a em governo e entregando-lhe a maior soma possível de poder político. Do sistema eleitoral ao sistema de governo, passando pela organização do Estado, mas também pelo papel do Judiciário e pelo tipo de Constituição, todas as principais regras e instituições são voltadas a produzir o governo da maioria. Ainda neste modelo, a oposição não dispõe de mecanismos de veto à vontade da maioria e por isso não representa grandes obstáculos ao exercício do governo.

No modelo consensual, ao contrário, o desenho institucional divide e compartilha poder, desde o sistema eleitoral voltado à representação proporcional das forças políticas, passando pelo equilíbrio de poderes, uma organização federativa do Estado e mecanismos de controle constitucional da vontade majoritária. Neste sistema, minorias são incluídas e exercem poder de veto ao longo do processo decisório, seja no Legislativo, seja recorrendo ao Judiciário e a outras instâncias independentes, levando a decisões finais mais consensuais do que majoritárias.

Mais do que consensual, o sistema brasileiro pode ser descrito como ultraconsensual. De fato, a única instituição de escopo nacional e cujo ocupante pode se considerar representante da maioria social é a presidência, eleita pela maioria do eleitorado brasileiro. Todo o restante do arranjo institucional parece ter se erigido para contrabalançá-la, conferindo representação e poder de veto a minorias forjadas politicamente. Aqui temos uma rigorosa separação de poderes, com legisladores e executivo munidos de mandatos fixos e juízes dotados de estabilidade no cargo, todos independentes entre si. Somos um país federativo, com 26 estados e um distrito federal, mais de 5 mil municípios, todos com autonomia política e funções governamentais próprias, algumas exclusivas e outras compartilhadas.

Nossas regras eleitorais e partidárias estimulam o multipartidarismo e mesmo decisões judiciais recentes sobre tais regras não foram capazes de reduzir a fragmentação, de assegurar a fidelidade partidária, de evitar o troca-troca entre

legendas e o comportamento individualista dos políticos. Temos hoje o sistema partidário mais fragmentado do mundo e há quem diga que da história da democracia parlamentar. O maior partido na Câmara dos Deputados em 2019 será o menor maior partido dos parlamentos contemporâneos, contando com pouco mais de 10% das cadeiras, em meio a uma fragmentação de 30 siglas. Aqui temos instituições de justiça e de controle extremamente ativas, que fiscalizam e controlam os políticos, as políticas públicas elaboradas pelos governos, até as leis e atos normativos editados por nossos representantes, que podem ser derrubados por juízes não eleitos, sob alegação de inconstitucionalidade.

E como temos a segunda maior constituição do mundo, não é difícil invocá-la contra atos dos governos (em 30 anos, o STF já foi provocado por mais de 6 mil ações diretas de inconstitucionalidade contra leis e atos normativos, federais e estaduais). Para evitar essa interferência do Judiciário e para submeter a federação às suas políticas, o governo central e o Congresso têm recorrido ao emendamento constitucional, mas ao fazê-lo acabam por aumentar ainda mais a constituição, antes que diminuí-la. Desde 1992, já emendamos a constituição 105 vezes (uma das maiores taxas de emendamento do mundo), e por conta disso o texto atual é 44% maior do que era quando foi promulgado em 1988. Para emendar a constituição são necessários os votos favoráveis de 60% dos deputados e senadores. Ou seja, dificilmente a maioria que emerge das urnas é suficiente para governar depois, e uma maioria maior precisa ser forjada pelo presidente eleito.

Mesmo que tenha êxito neste sentido, governar por meio de emendas não é garantia de predomínio da vontade supermajoritária de 60%. É que a constituição dispõe das chamadas cláusulas pétreas, isto é, cláusulas que não podem ser modificadas sequer por emendamento. Como elas são relativamente abertas e dependem da interpretação dos juízes, estes dispõem de larga margem para declarar a inconstitucionalidade de emendas constitucionais, fazendo com que a última palavra seja do judiciário e não dos poderes políticos eleitos.

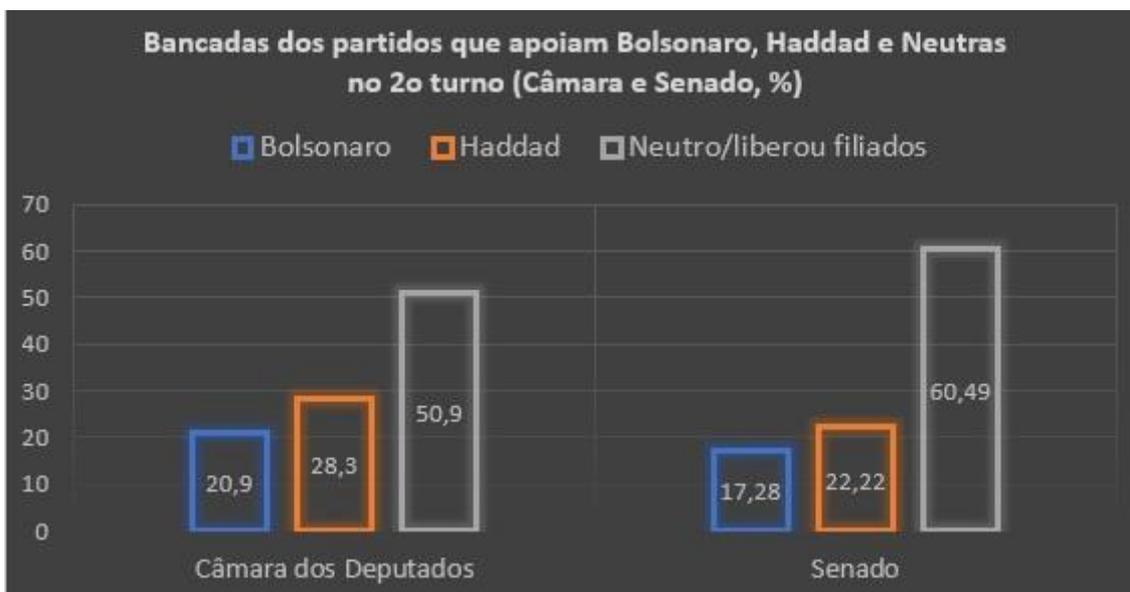
A despeito deste quadro de extrema fragmentação do poder e de múltiplos pontos de veto, também aprendemos com a ciência política que o presidencialismo brasileiro consegue atingir níveis razoáveis de governabilidade se o chefe do poder executivo for capaz de articular e manter uma coalizão majoritária de partidos, dividindo com estes ministérios, cargos e recursos, bem como compartilhando decisões sobre políticas públicas. Uma coalizão disciplinada é capaz de dirigir o processo legislativo de modo centralizado, minimizando os efeitos da excessiva fragmentação partidária e emprestando previsibilidade e apoio às medidas do governo. Trata-se do “presidencialismo de coalizão”, praticado com sucesso por FHC, Lula e Dilma em seu primeiro mandato.

Assim, a eleição presidencial, embora importante, não é capaz de definir isoladamente os destinos da nação. Sob tal quadro institucional, o presidente eleito tem como primeiro desafio montar uma coalizão de partidos que seja suficiente para aprovar leis por maioria de 50% + 1 e emendas constitucionais por maioria de 3/5, na Câmara dos Deputados e no Senado. Manter essa

coalizão por 4 anos ou mais implica compartilhar poder e compartilhar decisões. Ainda assim, terá que respeitar a autonomia dos estados e municípios e aceitar que suas políticas sejam questionadas na Justiça. Mesmo um presidente forte terá que tolerar a atuação das instituições de controle e de investigação empenhadas na fiscalização dos políticos, especialmente os da base governista que estiverem no controle de cargos e recursos.

O PSL, partido de Bolsonaro, conquistou 10,1% das cadeiras na Câmara dos Deputados e terá apenas 4,9% das cadeiras no Senado. Com essas bancadas, não aprovará nem nome de rua. Considerando os apoios partidários recebidos no segundo turno (PTB e PSC, expressamente, e DEM e NOVO, indiretamente por meio de seus presidentes), caso se convertam em base de sustentação do governo no Congresso, elevarão a bancada bolsonarista para apenas 20,9%. Por outro lado, os partidos que hoje apoiam Haddad e constituirão a base da futura oposição, somam 28,3% na Câmara dos Deputados e 22,2% no Senado (vide gráfico). Um pouco mais e eles somarão mais de 2/5 para evitar a aprovação de emendas constitucionais. Nos marcos do presidencialismo de coalizão, a primeira tarefa do presidente eleito seria procurar pelo “centrão” composto por 50,9% dos deputados e 60,5% dos senadores cujos partidos se mantiveram neutros neste segundo turno.

É neste quadro que podemos antever três cenários possíveis para o governo Bolsonaro.



Cenário 1. Bolsonaro adere ao presidencialismo de coalizão

Esqueça todas as bravatas do candidato que se diz antissistema, mas tem três décadas de atividade parlamentar nas costas e que fez da política a sua profissão. Esqueça suas ideias e de seus apoiadores de romper com o status quo político, de subjugar o Congresso ou mesmo de fechar o STF munidos de um soldado e um cabo. Imagine, embora seja difícil, que ele adeque suas intenções e estratégias às instituições e busque governar por meio delas. Em poucas palavras, que respeite as regras do jogo. Considere que suas propostas

dizem respeito a uma série de matérias que não poderão ser reguladas por decreto, mas exigirão de maioria simples a maiorias de 3/5 no Congresso. Não sabemos ao certo quais medidas serão buscadas no Posto Ipiranga, mas dentre as mais claramente anunciadas até aqui, pense como seria possível instituir o ensino à distância para crianças, extinguir a progressão de penas e as saídas temporárias de presos, reduzir a maioria penal para 16 anos, rever o Estatuto do Desarmamento e franquear amplamente o porte de armas a cidadãos comuns, tipificar como terrorismo ações de movimentos sociais ligados à reforma agrária ou de luta por moradia, generalizar o “excludente de ilicitude” aos policiais que matam no exercício da função? Seguramente os embates legislativos serão intensos em torno destes e de outros temas, e a bancada governista terá que ser significativamente ampliada para além do partido do presidente, se quiser ver sua agenda aprovada. E mesmo que o governo obtenha êxito em aprová-las, elas serão questionadas no Judiciário, especialmente no STF.

Saberemos se Bolsonaro evoluirá para este cenário se, nos primeiros dias após a eleição, o candidato eleito disser que pretende procurar os diversos partidos para compor a coalizão supermajoritária, tal como fizeram seus antecessores. Índícios de que Bolsonaro pode se render à lógica do presidencialismo de coalizão foram suas declarações recentes, de que submeteria projetos ao Congresso previamente, de que não pretende mais extinguir os 20 mil cargos de confiança ou fundir ministérios conforme prometera, de que trataria todos os estados de forma “republicana” (inclusive os governados pela oposição) e sua ideia de mandar o filho de 1,8 milhão de votos para a terapia, pelas ameaças que desferiu contra o STF.

Entretanto, três aspectos dificultam a evolução de Bolsonaro em direção a este cenário de adesão às regras e incentivos do presidencialismo de coalizão: Primeiro, seu eleitorado e apoiadores mais próximos considerarão essa fraquejada como estelionato eleitoral, pois Bolsonaro prometera governar o país com mão firme e engatilhada se preciso fosse, à revelia dos partidos e do sistema político supostamente corrompido e incapaz de fazer frente aos desafios do país. Segundo, o círculo militar ao seu redor pressionará pela centralização do poder e não permitirá que concessões sejam feitas em relação a seus planos. Terceiro, é preciso considerar que suas afirmações autoritárias representam suas preferências sinceras e não apenas bravatas para ganhar uma eleição e, neste sentido, orientarão de fato seu governo. Diante de tudo isso, cabe cogitar um segundo cenário.

Cenário 2. Autoritarismo legal ou legalidade autoritária

Considere que Bolsonaro tente cumprir o que prometeu, e na forma como prometeu, desvencilhando-se da política tradicional e de suas instituições. Temos larga experiência também nessa direção e boa tradição jurídica à qual recorrer. Refiro-me ao modus operandi do Regime civil militar que se instalou no Brasil a partir de 1964. Governando pela força, mas sempre buscando algum grau de legitimação processual, os autoritários de 64 tinham em mente “institucionalizar a revolução” e para isso desenvolveram uma tecnologia legal que podemos chamar de legalidade autoritária. Atos, decretos e até uma nova constituição (em 1967) foram redigidos por juristas auxiliares e editados pelos

presidentes, mas sempre que possível recorrendo à chancela do Legislativo. Extinguiram os partidos políticos do período pré-64 mas criaram outros dois em seu lugar. Mantiveram eleições regulares para diversos cargos, acatando sempre os resultados obtidos por meio de regras que eles mesmos manipulavam a cada pleito. Não fulanizaram a presidência na figura de um militar em particular, mas governaram como instituição “Forças Armadas”, até para assegurar a hierarquia da tropa, que prezavam mais do que a ordem do próprio país. Nos 10 primeiros anos, os militares lançaram mão da legalidade autoritária produzida por juristas para recrudescer o regime, e nos 10 anos seguintes, para retardar sua derrocada, em meio ao crescimento da oposição, ao declínio econômico e à perda de apoio social.

No Brasil, o autoritarismo sempre se apresentou como uma força modernizante, dizendo-se capaz de realizar as reformas que a política democrática seria incapaz de fazer. Se adotarmos uma escala evolutiva, Vargas foi o nosso primeiro ditador a se apresentar dessa forma, quando instituiu o Estado Novo em 1937, com o apoio dos militares. Sua ditadura foi unipessoal e praticamente anulou a elite política civil do país, no período. Em 1964 foram os próprios militares que assumiram o poder, mas não tiveram força para monopolizar o espaço da política, uma vez que àquela altura já contávamos com um sistema político pluralista, um federalismo descentralizado e uma sociedade e economia mais complexas. Apesar desses traços distintivos e de contar com uma base de sustentação civil, a repressão foi a arma utilizada contra a oposição, mediante tortura e assassinatos.

Quais as chances de uma terceira experiência autoritária no Brasil sob Bolsonaro? Que o regime democrático vem se esfarelado desde 2014 é algo nitidamente perceptível. Que o autoritarismo legal ressurgiu pelas mãos dos homens de leis é outro sinal aparente. Que militares já detêm posições estratégicas no regime atual, dirigem um estado e se preparam para ocupar lugar no núcleo central do governo Bolsonaro também é algo sabido. O próprio candidato passou 4 anos em campanha reivindicando o retorno a algum tipo de ordem autoritária, evocando a ditadura, elogiando brilhantes-ultra-torturadores e afirmando que faria o que o regime militar não fez, “matando uns 30 mil” (incluindo inocentes). Mais recentemente, o capitão disse que acabaria com toda forma de “ativismo”, que vai “varrer do mapa os bandidos vermelhos”, que (em nova versão de “Brasil: ame-o ou deixe-o”) “essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia”. No limite, vão todos para “a ponta da praia”, gíria militar que designa a base da Marinha na Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro, que funcionou como centro de extermínio de opositores do Regime pós-64.

No limite de uma escalada autoritária, Bolsonaro teria que confirmar as afirmações que fez: de que pelo voto não se muda nada neste país, de que se eleito fecharia o Congresso no primeiro dia, de que aumentaria para 21 o número de ministros do STF, nomeando 10 de sua confiança, e não se comprometeria com a independência do Ministério Público ao escolher sua chefia, dentre outras.

Assim como no cenário 1, este segundo também apresenta obstáculos importantes: primeiro, o eleitorado e os partidos de oposição terão força razoável

para organizar resistência contra medidas de cunho autoritário; segundo, haveria forte pressão internacional contra o fechamento do regime; terceiro e mais importante, é pouco provável que as instituições independentes se curvem ao arbítrio do executivo. Embora nossos homens de leis tenham contribuído para esse estado de coisas e haja fonte da qual extrair a tecnologia para uma legalidade autoritária (o próprio presidente do STF disse recentemente que 1964 não representou golpe ou revolução, mas um “movimento”), é improvável que Judiciário, Ministério Público, Defensorias Públicas e outros órgãos de controle se curvem, como instituições, ao autoritarismo institucional. Da inviabilidade dos dois primeiros cenários pode decorrer, finalmente, um terceiro.

Cenário 3. Um governo errante, porém mobilizador, estimulador da violência na sociedade e beligerante internacionalmente. E provavelmente curto

Os dois primeiros cenários ilustram hipóteses extremas que por suas próprias contradições dificilmente se realizarão por completo. Depois de tudo o que Bolsonaro prometeu, aderir plenamente ao presidencialismo de coalizão seria trair o eleitorado que pretende manter por longo tempo, e instituir uma ordem autoritária esbarraria principalmente nas instituições independentes. Considere, portanto, que o futuro governo pode caminhar para uma situação errática e de paralisia em curto espaço de tempo. Ao tornar-se um governo errante, que busca manter o apoio dos eleitores, mas não consegue dobrar as instituições, Bolsonaro poderá recorrer à mobilização popular direta, com o agravante de que seus elementos aglutinadores, pelo menos até agora, têm sido o ódio e a violência, da qual ele mesmo já foi vítima.

Um governo que acentue a instabilidade do país não deve nos surpreender, já que ele próprio é resultado do processo de desinstitucionalização da democracia iniciado após as eleições de 2014, com a ameaça de cassação da chapa Dilma-Temer, o impeachment orquestrado pelos interessados em secar a Lava Jato, a falência do sistema partidário, a implosão do centro, culminando agora com a ascensão ao poder com base no discurso antissistema e antidemocrático. Capítulo de uma trajetória anunciada, portanto.

Neste cenário, Bolsonaro poderá evoluir para o uso de mecanismos de participação direta, como plebiscitos e referendos, imaginando que dispõe de maioria social para apoiar suas medidas. A pregação de ódio e a identificação de um inimigo interno a ser combatido seguirão como estratégias dominantes, sob o risco de estimular ainda mais a violência na vida política e na sociedade. Enquanto os assuntos econômicos permanecerão sob o domínio de seu núcleo íntimo (não menos contraditório, porque composto de economistas supostamente liberais e militares aparentemente nacionalistas) a agenda plebiscitária deverá se voltar para questões de comportamento social, de hábitos e costumes, assim como segurança pública e autodefesa individual. É bom lembrar de sua frase: “se depender de mim, todo cidadão terá uma arma de fogo dentro de casa”, num país que detém o recorde mundial de mortes por arma de fogo. E é bom lembrar que boa parte de seus apoiadores espera medidas de moralização da sociedade.

Bolsonaro fustigará as instituições independentes, uma vez que não conseguirá controlá-las. Deixará de escolher o Procurador Geral da República indicado pela categoria, nomeará ministros do STF alinhados com suas causas morais, e se a crise política e social se agravar, soltará a tigrada e sinalizará com carta branca para a ação dos agentes de segurança. Haverá alvos prioritários, provavelmente aqueles que seus eleitores recém-saídos do armário gostariam de ver alvejados. Continuará ativo nas redes sociais e o ralo do whatsapp continuará escoando mentiras, mensagens de ódio e manipulação. E da indústria de fake news que alimentou sua campanha, é provável que haja um caixa 2 a pagar. Resta saber o que fará com a grande mídia, ator decisivo na democracia brasileira contemporânea.

O Chavismo solapou as bases da democracia venezuelana ao conspirar o Legislativo e o Judiciário, ao mesmo tempo em que se servia da mobilização direta das massas populares. Como outros analistas têm apontado, estaremos mais próximos da Venezuela com Bolsonaro do que estivemos durante todos os governos petistas. Como questionou recentemente seu filho, haveria reação popular se um ministro do STF for preso?

Além disso, é conhecida a estratégia de governantes fracos internamente de recorrerem à beligerância externa como forma de compensar suas fragilidades. O contexto regional sul-americano encerra possibilidades neste sentido. Seria algo absolutamente inusitado, é verdade, tendo em vista a tradição diplomática e de política externa brasileira, mas inusitado também é a eleição de um candidato com as inclinações e contradições de Bolsonaro.

Por fim, mas não menos importante, nos dois primeiros cenários Bolsonaro terminará seu mandato. Neste terceiro, parodiando o filósofo Thomas Hobbes, sua vida será “solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.” Ao final, sem desprezar a tragédia, nonada.

Estes três cenários são hipotéticos. O futuro, se houver, dirá qual deles há de prevalecer. Mas enquanto isso, observe os sinais do presente. Eles indicarão para qual deles estamos sendo levados. Somente espero que não indiquem a ponta da praia, nem para mim, nem para você ou nenhum de nós.

ROGÉRIO BASTOS ARANTES – Professor Doutor do DCP-USP. Possui graduação em Ciências Sociais (1990), Mestrado (1994) e Doutorado (2000) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Dedicou-se ao estudo das Instituições Políticas.

https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/tres-cenarios-para-bolsonaro-28102018?fbclid=IwAR0_MTRpo2moxu7wqA4xf-nZH9tQ3vBpN7WRXYBUIPUs0wq8ul8ofRG2GTc

COMPARTILHE.....

Os artigos publicados pelo JOTA não refletem necessariamente a opinião do site. Os textos buscam estimular o debate sobre temas importantes para o País, sempre prestigiando a pluralidade de ideias.

25. O Brasil na onda da ciberintoxicação e da contrainsurgência permanente

20.out.2018 - Mario Sergio Conti - Folha S. Paulo

O mundo se curva diante do Brasil. De novo, não foi na Copa. Tal como nos Estados Unidos, na Hungria, na Turquia e nas Filipinas, o apelo à autoridade e ao obscurantismo dá o tom na política. Um tom de ordem unida: difama inimigos, mobiliza fanáticos, intoxica eleitores.

Lá como cá, a cibertecnologia polui a política: debates na TV cedem lugar à disseminação massiva de mentiras pelo WhatsApp.

Cá como lá, militares se achegam ao poder. Vão-se os civis e vêm os generais; vai-se a vassoura e vem a metralhadora (enrustido, o carinho pelo fálico continua).

A singularidade pátria da jabuticaba é um mito. O Brasil é parte de forças planetárias. Ora elas se configuram assim, ora assado. Depende da situação em cada país, da sua história, da sua cultura, das facções que se enfrentam. As lutas numa nação ricocheteiam noutras.

Na raiz dos movimentos mundiais está a produção material da vida —a economia—, que faz com que bilhões de pessoas pendam para lá e para cá. Como o movimento é desigual e combinado, a França elegeu um presidente de centro-direita, Macron, e o México um de esquerda, Obrador.

A tendência dominante hoje, contudo, é autoritária na política, xenófoba no nacionalismo e conservadora nos costumes. Há diferenças entre os que a adotam. Trump não dá bola para religião, enquanto Bolsonaro corteja pastores dinheiristas para angariar votos do rebanho.

O capitão insultou a igreja majoritária, a católica, cuja cúpula comunga com ele a rejeição ao aborto. A CNBB é "a parte podre da Igreja", disse. A alta hierarquia papa-hóstia engoliu o sapo em silêncio. Só D. Mauro Morelli teve peito para falar que ele é "desequilibrado e vulgar".

O afã em submeter o Estado a seus desígnios aproxima Bolsonaro do húngaro Orban e do turco Erdogan. Ambos enrijeceram as instituições para reprimir descontentes e diferentes. Orban pôs mais juízes no Supremo. Aqui, dada a subserviência do STF, talvez nem seja preciso.

Nos Estados Unidos, refugiados e imigrantes servem de pretexto para a xenofobia. O nacionalismo é seletivo: para ganhar as eleições, Trump se apoiou na máquina cibernética de Putin, a quem sempre incensa. Aqui, a campanha do capitão usa o sistema de fraudes bolado por corporações americanas.

Só que o Cavalão lembra muito mais Duterte, o presidente filipino. Clóvis Saint-Clair, autor de "Bolsonaro, o Homem que Peitou o Exército e Desafia a Democracia" (ed. Máquina de Livros, 192 págs.), diz que ele ganhou o apelido

de Cavalão devido ao "vigor físico, fala grossa, frequentemente grosseira, e gestos incontidos". É tal e qual Duterte.

Ambos usam a retórica da ameaça atravancada. Dizem barbaridades e, quando pega mal, voltam atrás, explicam que era brincadeira. Saint-Clair, linguista, diz que se trata de um método expositivo. Há pouco, Bolsonaro usou a palavra "hipérbole" para desdizer o que dissera. Sabia do que falava.

Duterte elegeu os traficantes de drogas como inimigos. Pôs a polícia na rua e a autorizou a mandar bala na bandidagem. Aqui, o capitão promete o mesmo. Se eleito, descerá o pau nos inimigos, mas haverá balas perdidas para todos.

A fuzilaria não acabou com o tráfico nas Filipinas. Isso interessa menos que ter inimigos e manter um estado de tensão permanente. São muitos os inimigos que o Cavalão enuncia: petistas, sem-terra, sem-teto, ambientalistas, ativistas, quem fica de mimimi.

O capitão se apresenta como um militar patriota, o que é uma fake news digna de WhatsApp. Quem o demonstra é ele mesmo, que na sua propaganda na tevê aparece, dengoso e coquete, batendo continência à bandeira americana.

O lema "Brasil acima de todos" é outra fraude. O Cavalão não defende nada de nacional, da cultura às artes e passando pela Amazônia. Delegou a condução da economia a um financista da globalização sem limites. Só a corporação dos fardados estará assegurada.

O recurso aos militares se dá nesse contexto. O pundonoroso Exército de Caxias não ganha uma guerra desde a do Paraguai, na qual um dos seus feitos foi a Retirada da Laguna, ou seja, a fuga. Ele é uma força de uso interno. Tem sido assim de Canudos ao Araguaia à intervenção no Rio.

A estratégia usada pelo Exército foi desenvolvida no Pentágono, onde atende pelo nome de Military Operations in Urban Terrain. Ensinada às tropas brasileiras na "missão de paz" no Haiti, a MOUT é aplicada na Rocinha e na Cidade de Deus.

Contra-insurgência permanente, ela pressupõe a tutela e militarização da sociedade. É esse o Brasil que o Cavalão prega.

A bolsonarização da vida pública

<https://www.youtube.com/watch?v=JrnpiscANN0>

Por Cristiane Agostine | De São Paulo

Angela: "Bolsonaro é um líder que não lidera. Ele libera. O apoio é de natureza difusa. Isso torna esse fenômeno muito perigoso"

Em um bar de Salvador, o mestre de capoeira Romoaldo Rosário da Costa, o Moa do Katendê, foi assassinado com doze facadas depois de criticar o presidencial Jair Bolsonaro (PSL), há nove dias.

O autor do crime disse à polícia ter sido motivado por discordância política. Em Curitiba, um estudante com boné do MST foi agredido, aos gritos de "aqui é Bolsonaro". Em Pernambuco, uma jornalista foi atacada e

ameaçada de estupro. Um dos agressores vestia uma camiseta em apoio ao candidato.

Em duas semanas, foram ao menos 70 ataques, segundo levantamento da agência Pública. Destes, 50 foram realizados por apoiadores de Bolsonaro. Para a professora Angela Alonso, livre-docente do Departamento de Sociologia da USP, a eventual vitória do presidente pode agravar uma onda de violência.

Autora do livro "Flores, votos e balas" e coautora de "Conflitos: fotografia e violência política no Brasil, 1889-1964", Angela analisa que o candidato de ultradireita é um líder que não lidera, mas sim libera. Dá aval à ação, muitas vezes agressiva, de grupos críticos a políticas redistributivas. "Mesmo que adote um discurso mais moderado, Bolsonaro não vai controlar isso aí. Ele permitiu que viesse para o espaço público uma forma de ação direta", afirma.

No atual cenário político, não há clareza sobre quem poderia ser um mediador dos conflitos. É preciso que surjam líderes da direita que falem com responsabilidade: não vamos defender nossas ideias com violência, diz a professora.

A ditadura, afirma Angela, parece não assustar mais, sobretudo aqueles que nunca viveram essa experiência autoritária.

Presidente do Cebrap, instituto criado em 1969 por intelectuais aposentados pelo regime autoritário, a professora pondera que a história nunca se repete, mas diz que certos padrões reaparecem ao longo do tempo.

Neste momento, os atos violentos contra homossexuais e negros, por exemplo, dão um sinal de alerta.

"Essa é a sequência normal dos golpes de Estado, no endurecimento dos regimes", diz. "Primeiro os diferentes na paisagem social; depois os críticos. É de se esperar coisas terríveis. Já vimos essa escalada".

Valor: Há mais de 70 casos recentes de violência por intolerância política. O que pode vir no futuro?

Angela Alonso: Há duas coisas que ajudam a entender isso. Uma é que esta é uma sociedade violenta. A gente gosta muito de se olhar como povo tranquilo, pacífico, cordial, mas o Brasil tem uma longa história de violência política, sistemática. Da proclamação da República até 1964, só de violência política com participação do Estado foram 19 casos de conflitos aterradores. Depois veio a ditadura militar. Se olhar a história do país, a violência está o tempo todo. Com a polarização política, a violência é mais intensa, mas o que aparece é algo que já está inscrito na sociedade. E a outra coisa é que a violência e a polarização estão vindo desde 2013. Havia grupos que iam às manifestações com taco de beisebol, hostilizavam, arrancavam bandeiras, agrediam manifestantes.

Valor: Mas a intensidade da violência é diferente agora...

Angela: Em junho de 2013 já tinha uma grande massa de insatisfeitos com o governo do PT por diferentes razões. Tinham grupos da esquerda, black blocs que usavam a violência contra o sistema bancário, contra símbolos do Estado. A violência é uma linguagem da política. Teve a violência da polícia contra os

manifestantes. Teve esses grupos mais à direita, variados, que começaram a aparecer. São pessoas que se apresentam pela força física, que vociferam em vez de fazer discurso. Elas se exprimem por palavras de ordem que são, em geral, de destruição do adversário. Não visam a persuasão.

Valor: E o que difere o atual momento?

Angela: Durante a gestão Dilma era uma mobilização contra o governo e eles foram vitoriosos. Houve uma certa articulação com o sistema político, mas ao contrário do que aconteceu com o impeachment do Collor, não apareceram lideranças que exprimissem os anseios daquela manifestação, que é de corte liberal a reacionário. Criou-se um vácuo e vários grupos tentaram ocupar. A mobilização foi bem sucedida em atacar sobretudo o PT, mas trouxe uma desmoralização da elite política como um todo. Começou a aparecer a defesa de que outras elites sociais deviam ocupar o lugar da elite política. Surgiram figuras do Judiciário, Joaquim Barbosa e Moro; depois, os empresários, Luciano Huck, Doria. E apareceu também a ideia, desde 2013, de que militares podiam ocupar esse papel. A candidatura Bolsonaro é o resultado disso. Ela cristalizou em torno de si esse sentimento difuso de que era preciso uma elite alternativa, capaz de operar os ânimos, inclusive à força. Bolsonaro é político, fez a carreira inteira na política, colocou os filhos na política, mas apresentou-se como alternativa. Nesse sentido ele é muito parecido com o Collor. Mas ele não é um líder, é mais um símbolo do que um líder.

Valor: Ele não lidera o anti-PT?

Angela: Quem foi às ruas durante o governo Dilma e combateu a gestão finalmente achou em que direção ir. Essas pessoas vinham ressentidas com diferentes dimensões de políticas petistas. Bolsonaro é um líder que não lidera. Ele libera. Ele não tem conexão orgânica com esses grupos. Não tem um partido estruturado. O apoio é de natureza mais difusa. É isso o que torna esse fenômeno muito mais perigoso do que a ala liberal que o apoia imagina. Mesmo que adote um discurso mais moderado, ele não vai controlar isso. Ele permitiu que viesse para o espaço público uma forma de ação direta, que não é por meio das instituições.

É mito que o povo é cordial e que elites são conciliadoras. Não parece que haja uma solução de conciliação

Valor: Bolsonaro disse que não tem como controlar seus apoiadores e afirmou ser vítima dessa violência. É um discurso insuficiente?

Angela: Ele funciona como um ímã, em que esses grupos vão vindo em torno dele, mas tem razão quando diz que não controla. A candidatura vem crescendo porque tem apoio de grupos diferentes. São três correntes. Tem os liberais que veem o Paulo Guedes como alternativa razoável e próxima do que imaginam. Tem os que acham que o anti-PT é a salvação da lavoura. Só que não basta ser contra o PT senão Alckmin teria ganho. Tem que ser visceralmente antipetista, capturar o ódio, o ressentimento ao PT. E tem o grupo que está votando no líder autoritário intervencionista e se expressa na rua por meio da violência. Esse é o grupo afinado com a candidatura e que vai operar num potencial governo. Se na campanha já tem sangue derramado, imagina se ele assumir. Ele não precisa dizer nada. É uma espécie de senha indireta, de que liberou geral.

Valor: O vice, general Mourão, defendeu intervenção militar em caso de caos. Isso pode construir as bases para uma ação autoritária do governo?

Angela: Temos muitos cenários possíveis. O mais benigno é o que o leão vai ser domado, que Paulo Guedes domará Bolsonaro, políticos tradicionais como Renan Calheiros vão organizar a base no Congresso, que será um governo de direita, com rompantes, mas sem grandes desatinos. É o que o mercado aposta. Mesmo no cenário mais benigno pode ter situação muito crítica de polarização social, porque vai ter a esquerda na rua e é provável que os defensores do Bolsonaro saiam em defesa do governo. As medidas que Guedes trará são impopulares, como a reforma trabalhista, da Previdência. Vai gerar grandes manifestações, pode ter greve do funcionalismo. No fim do regime militar teve mostras disso. Isso pode dar razão para intervenção, mas para intervir precisa de quadros e não é fácil dar golpe de Estado. Precisa de gente para ocupar todas as posições.

Valor: E o pior cenário?

Angela: O cenário mais crítico é o de generalização do que estamos vendo, de grande caça social às bruxas, em que grupos organizados, como milícias, vão operar livremente. Os grupos menos organizados que operam agora, diretamente, vão generalizar contra gays, que já começaram a ser vitimados, contra cotistas, artistas, intelectuais. Essa é a sequência normal dos golpes de Estado, do endurecimento dos regimes. Primeiro os diferentes na paisagem social; depois os críticos. É de se esperar intervenção nas universidades federais. Já vimos essa escalada.

Valor: Pelo fato de Bolsonaro ser mais um símbolo do que um líder, há o risco de ser substituído por uma outra força de direita?

Angela: Vai depender de quem levar para o governo. Mas esse tipo de figura como ele, Trump, funciona bem. Não são administradores do governo, propriamente. Alguém administra, assume o poder de fato e ele pode ficar como a face pública. Se for isso pode ser até um governo muito estável.

Valor: Mesmo com a renovação no Congresso?

Angela: A renovação é relativa. Kim Kataguiri, por exemplo, é um líder de movimento, mas não tem experiência parlamentar. O que esses novos não percebem é que vão ser engolidos por quem sabe. A não ser que cheguemos a uma situação filipina, de desmonte do Congresso. Senão é muito provável que líderes mais experimentados, do Centrão, MDB, DEM controlem porque sabem jogar o jogo. O MDB já deu mostras ao falar que não vai apoiar nenhum dos lados. Vai apoiar quem ganhar.

Valor: O que despertou tanto ódio nas ruas e nas redes sociais?

Angela: É preciso entender melhor o modo pelo qual a sociedade reagiu às políticas redistributivas e à mudança social que aconteceu no governo Lula. A ascensão social não se deveu exclusivamente às políticas petistas. Teve a economia internacional, mudança demográfica. E talvez a mudança não tenha sido tão assim... Mas teve mudança. O mais importante é como ela foi percebida. Há indícios de como a classe média, que não foi beneficiada diretamente, se sentiu negligenciada, ameaçada. Tem manifestações de um desconforto com a presença pública de grupos que até então eram subalternos. Esses grupos ficaram ameaçados em sua identidade.

Valor: Há uma dimensão moral?

Angela: Essa dimensão moral vem desde o Fernando Henrique, com a liberalização de costumes, sobretudo no campo dos comportamentos sexuais. Casais homossexuais adotam crianças, se beijam em público. Tivemos manifestações de que isso não é tolerado. Vai criando um clima de tensão, de gente com raiva do que ofende seu status ou crença.

Valor: Como explicar o avanço do bolsonarismo entre os beneficiados por políticas sociais?

Angela: O avanço entra pela chave do moralismo, da família, do cidadão de bem, da religião. E a ideia de que o PT fez sempre o discurso de nós e eles, o que fazemos e o que o adversário não fez. O discurso do Bolsonaro é o da nação, dos patriotas, que vem desde 2013. A ideia do Brasil acima de tudo, que não quer se dividir, uma só raça. E a esquerda demorou muito para disputar os símbolos nacionais. As Diretas Já foram muito eficientes em disputar esses símbolos do governo militar e agora eles retomaram. Agora a campanha do Haddad colocou o verde-amarelo, mas e é um pouco tarde. Desde 2013 a direita retomou os símbolos nacionais.

É preciso figuras de centro-direita que possam vir e dizer: não vamos defender nossas ideias com violência

Valor: É possível ter conciliação ou a tendência é de radicalizar?

Angela: Há dois mitos sobre a sociedade brasileira. Além do mito do povo cordial, há o de que as elites são conciliadoras. As elites políticas disputam o poder com unhas e dentes, tapas e socos. Não me parece que haja uma solução de conciliação. O que pode haver é uma grande coalizão de centro-direita, mas a esquerda vai para oposição.

Valor: Uma eventual vitória do PT vai incendiar o cenário?

Angela: Toda lenha já está na fogueira. A questão é se vai chegar algum bombeiro, porque qualquer um dos dois que ganhar vai sofrer oposição forte e eventualmente violenta nas ruas, nas instituições, na imprensa. Não vejo futuro próximo pacificado. Em 2013 teve a explosão e depois foi até decepcionante para analistas que achavam que vinha a grande revolução de esquerda. Acalmou. Em 2015 cresceu de novo, depois o impeachment. Agora tem essa outra onda eleitoral. Pode dar uma acalmada, mas é um conflito que não está resolvido. Somos uma sociedade profundamente desigual e dividida sobre o sentido que devemos ter. Isso não resolve de um dia para o outro, de uma eleição para outra. Vejo com muito pessimismo.

Valor: A ditadura já não assusta mais? Tem certa simpatia?

Angela: Tem. Quando olhamos os apoiadores do Bolsonaro, os mais velhos apoiam menos. Quem viveu a ditadura sabe que não é um governo comandando abstratamente. É o controle da vida cotidiana. Escolas, espetáculos artísticos, a circulação nas ruas, a internet. Os mais jovens, que não viveram essa experiência, não têm a imaginação da ditadura. O regime autoritário desrespeita valores em geral. Não é a vida dos líderes do PT que serão exilados, é de cada um.

Valor: É possível comparar esse radicalismo a outro momento histórico do país?

Angela: Tem muitas semelhanças com o final do processo de abolição. Teve uma mobilização social de duas décadas e acirramento do conflito mais para o final do processo, a partir de 1884, quando há a possibilidade concreta de abolição. A radicalização acontece no interior das instituições políticas, com dois grupos que não conseguem negociar. Tem uma eleição muito disputada, como tivemos em 2014, entre a oposição e o governo, e no período subsequente ganha um governo muito conservador. Esse governo fez algo que pode acontecer agora: não só reprime a oposição, mas libera grupos sociais que estão operando.

Valor: E como foi?

Angela: Os clubes da lavoura, as milícias escravistas começam a perseguir abolicionistas, escravos que fogem, desobedientes. Em fevereiro de 1888, na véspera da abolição, teve o linchamento de um delegado acusado de acoitar os escravos fugidos. O delegado era muito moderado e quem foi linchá-lo foi a elite social da cidade de Penha do Rio do Peixe, que depois disso mudou de nome para Itabira. A elite, a gente de bem foi com cassetete no meio da noite e não só lincharam como o fizeram na frente da filha pequena, da mulher, que também apanharam. É muito expressivo do que pode acontecer. A gente sempre pensa em quem está praticando violência são os brucutus. Quando esse processo é liberado, não são só os brucutus que operam violência. É a gente de bem que se defende do que acham que é o mal. Isso e a decisão dos abolicionistas de resistir levou a uma decisão política importante para desarmar o conflito. As elites sociais que estavam fora entraram como mediadores.

Valor: Como se deu a mediação?

Angela: Agora temos uma sociedade polarizada sem mediação. Naquela hora apareceram mediadores. A igreja apareceu, juízes, a coroa começam a aparecer e fazer uma solução negociada. Nenhum lado ganha, nenhum perde completamente mas vamos achar o caminho de pacificação. A questão agora é quem pode operar assim.

Valor: Quem poderia?

Angela: O Judiciário está comprometido, tomou lado o tempo todo, se politizou. A igreja pentecostal também. Essa é a hora que os líderes políticos que a nação reconhece como estadistas ou pessoas respeitáveis precisam vir a público e se apresentar, dizer que não é a mesma coisa. Tem um lado que é liberador da barbárie e precisamos de um compromisso que permita transitar para outro estado de coisas. Senão vamos nos destruir como economia, como sociedade, como institucionalidade política.

Valor: Não demorou muito para ter esse tipo de mediação? Até que ponto o pronunciamento de um estadista como Fernando Henrique conseguirá mudar um voto?

Angela: Precisaria mais do que pessoas como o Fernando Henrique. Precisaria de líderes da direita que falassem com responsabilidade. Líderes religiosos, do mercado, grandes empresários que são respeitados. Entrar em cena gente que é do mesmo campo do Bolsonaro. A esquerda já se posicionou toda. No caso da abolição, uma figura chave foi o Antonio Prado, que era ministro do governo Cotegipe, repressor. Era um grande fazendeiro de São Paulo, um bastião dos escravistas e trocou de lado. Disse: 'não dá mais, vamos a abolição'. Esse tipo

de figura é que precisa aparecer. São figuras de centro-direita que podem vir e dizer: não vamos defender nossas ideias com violência.

26. Xadrez da tolerância zero com o estado de exceção

<https://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-da-tolerancia-zero-com-o-estado-de-excecao-por-luis-nassif>

QUI, 01/11/2018 - 07:17 - ATUALIZADO EM 01/11/2018 - 10:01

Luis Nassif

Movimento 1 – as hipóteses de trabalho

Para tornar mais objetiva a análise vamos definir um conjunto de evidências prévias:

Evidência 1 – Jair Bolsonaro é um defensor do estado de exceção. Ponto. Havendo condições, implantará o Estado de Exceção em um país em que já se quebrou a mística da democracia estável que existia desde a Constituição de 1988.

Evidência 2 – Bolsonaro já apontou os movimentos populares como alvo de repressão. As mudanças em andamento na legislação, tentam enquadrar toda manifestação social na categoria de terrorismo.

Evidência 3 – antes mesmo de assumirem, os governadores eleitos de São Paulo e Rio de Janeiro já acenaram com um liberou geral para a violência policial em alta escala – com autorização para matar. Há perspectiva de massacres continuados e legalizados nas duas maiores cidades brasileiras.

Evidência 4 – o estado de exceção já está disseminado pela sociedade brasileira, na atuação concatenada de juízes e procuradores, na explosão de violência nas ruas e nas redes sociais, no avanço das milícias nas periferias das grandes cidades e favelas, nos abusos da Lava Jato. Ou seja, está fincada em uma base ampla da opinião pública.

Movimento 2 – a defesa inicial da democracia

Nos primeiros dias após as eleições, eclodiram abusos, mas, por outro lado, manifestações amplas em defesa da democracia. Advogados criminalistas organizaram comitês em defesa das futuras vítimas, a Procuradoria Geral da República tomou medidas contra as invasões de universidades, procuradores atuaram em vários estados contra tentativas de intimidação de professores, houve protestos generalizados contra as ameaças de Bolsonaro à Folha de São Paulo. E até o Ministro Luís Roberto Barroso anunciou que o STF estará coeso em defesa das minorias.

Democracia salva? Nem tanto.

Movimento 3 – como agem os ditadores

Sobre as estratégias de destruição das democracias, há um levantamento precioso no livro “Como as democracias morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblato.

Dizem eles:

A erosão da democracia acontece de maneira gradativa, muitas vezes em pequeníssimos passos. Tomado individualmente, cada passo parece insignificante – nenhum deles aparenta de fato ameaçar a democracia. Com efeito, as iniciativas governamentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade. Elas são aprovadas pelo Parlamento ou julgadas constitucionais por supremas cortes. Muitas são adotadas sob o pretexto de diligenciar algum objetivo público legítimo – e mesmo elogiável –, como combater a corrupção, “limpar” as eleições, aperfeiçoar a qualidade da democracia.

O livro lista uma série de medidas possíveis de serem tomadas, de acordo com as regras democráticas.

A democracia tutelada

Segundo os autores, na maioria das autocracias contemporâneas, não se eliminam todos os traços de dissensão. A estratégia consiste em marginalizar jogadores importantes, como políticos de oposição, líderes empresariais simpáticos à oposição, meios de comunicação, figuras culturais que desfrutam de status moral público. Ou se impede sua participação ou se recorre a subornos, oferecendo cargos públicos favores e outras prerrogativas.

A compra dos “árbitros”

Para tanto, é relevante o que os autores chamam de “a compra dos árbitros”, no caso instituições jurídicas e policiais. Autoridades fazendárias podem ser acionadas para atacar políticos, empresas e meios de comunicações críticos. A polícia poderá reprimir violentamente manifestações de oposição ao governo, ao mesmo tempo em que tolerará violências perpetradas por assassinos pró-governo, dizem os autores.

(...) Enquanto ditadores da velha guarda costumavam prender, exilar ou até matar seus rivais, os autocratas contemporâneos tendem a esconder sua repressão debaixo de um verniz de legalidade. É por isso que capturar os árbitros é tão importante.

O suborno e da chantagem

Um dos casos relatados foi o do Peru, no período Alberto Fujimori, o presidente eleito em 1990 que, depois, se converteu em ditador.

Seu braço direito, Vladimiro Montesinos, do Serviço Nacional de Inteligência, se valeu de todos os expedientes para enquadrar recalcitrantes. Gravou vídeos de políticos, juízes, congressistas, empresários, jornalistas, pagando ou recebendo subornos. Antes da implantação da ditadura, filmou autoridades em bordéis e outras atividades ilegais. Em sua folha de pagamento mantinha três magistrados da Suprema Corte, dois membros do tribunal Constitucional e um número “inacreditável” de juízes e promotores públicos. No final dos anos 90, toda rede de televisão relevante, jornais diários e tabloides populares estavam

na folha de pagamento do governo. Na superfície, o Peru parecia viver uma democracia.

No Brasil pré-impeachment, já havia suspeitas de tentativas de chantagem contra três Ministros do STF.

A perseguição aos adversários

Um resultado direto da “compra de árbitros” é o poder de condenar opositoristas. A condenação e prisão de Lula não é um episódio isolado. No final dos anos 90, na Malásia, o primeiro-ministro Mahatir Moahamad usou força policial para prender e condenar o opositorista mais relevante, Anawar Ibrahim, sob acusação de sodomia.

Na Venezuela, Leopoldo López, líder da oposição, foi preso e acusado de “incitação à violência” durante a onda de protestos contra o governo em 2014. Sem comprovação maior, alegou-se que a incitação havia sido “subliminar”.

As mudanças constitucionais

Outra maneira de implantar o estado de exceção é através de mudanças constitucionais, no sistema eleitoral ou nas cortes superiores.

Em 2002, na Malásia, para impedir a vitória da oposição, as autoridades redesenharam os distritos eleitorais, contrariando as tendências demográficas, reduzindo o número de cadeiras em regiões dominadas pela oposição.

Em 1999, o governo Hugo Chávez convocou eleições para uma Constituinte, concedendo a ela mesmo o direito de dissolver todas as demais instituições do Estado, incluindo a Suprema Corte. Ministros temerosos tentaram temporizar a decretaram a iniciativa como constitucional. Dois meses depois, a Suprema Corte foi dissolvida e substituída por um novo Tribunal Supremo de Justiça.

A ação contra os cartéis midiáticos

A parte mais vulnerável dos cartéis midiáticos são as ações fiscais. Gozando de plenos poderes no período que antecede as ditaduras, acabam se enrolando em manobras fiscais que, mais tarde, voltam-se contra eles próprios. É o caso das vulnerabilidades fiscais e penais (caso FIFA) das Organizações Globo.

Na Turquia, o conglomerado Doğan Yayın controlava 50% do mercado de mídia, o jornal mais lido do país, o Hurriyat, e vários canais de televisão. Em 2009, o governo o multou em quase 2,5 bilhões de dólares – mais do que o patrimônio líquido da empresa – por evasão fiscal. O grupo foi obrigado a vender grande parte de seus veículos, comprados por empresários favoráveis ao governo.

Na Rússia, Putin mandou prender Vladimir Gusinsky, dono de uma rede de TV independente, por “apropriação financeira indébita”. Foi-lhe oferecida a liberdade, em troca de abrir mão de sua rede, a NTV.

O mesmo ocorreu com o bilionário Boris Berezovsky, acionista controlador da emissora de televisão ORT. Quando passou a incomodar Putin, foi

desenterrado um caso antigo de fraude e Berezovski foi preso, exilado, deixando o grupo nas mãos de um sócio minoritário, que “gentilmente os pôs à disposição de Putin”.

Na Venezuela, Chávez investigou as irregularidades financeiras cometidas por Guillermo Zuloaga, dono da Globovisión. Precisou fugir do país para não ser preso e acabou vendendo a emissora a um empresário simpático ao governo.

Na Turquia de Erdoğan, as autoridades financeiras confiscaram o império industrial de Cem Uzan, o maior do país, por suas pretensões de lançar o Partido Jovem (PJ) e concorrer às eleições. Uzan fugiu para a França e seu grupo entrou em colapso.

A segurança nacional

Há vários gatilhos que podem ser acionados para legitimar momentos de exceção. Em 1969, depois de reeleito presidente das Filipinas, Ferdinand Marcos passou a estudar situações que seriam propícias para prorrogar seu mandato. Em julho de 1972, Manila foi sacudida por uma série de atentados a bomba sem autoria definida.

Em seguida, houve uma aparente tentativa de assassinar o Secretário de Defesa, sendo responsabilizados “terroristas comunistas”. Implantou a lei marcial com palavras vãs: “Meus compatriotas ... [isto] não é uma tomada militar do poder.” Garantiu 14 anos de ditadura.

Depois do 11 de setembro, dos atentados às torres Gêmeas, 93,55% dos norte-americanos aceitavam abrir mão de algumas liberdades civis para conter o terrorismo. Da mesma maneira que, na Segunda Guerra, o ataque contra Pearl Harbor levou a opinião pública a apoiar o confinamento de nipo-americanos em campos de concentração internos.

Depois que seu partido, o AKP, perdeu maioria parlamentar em junho de 2015, uma série de ataques terroristas do Estado islâmico permitiu a Erdoğan antecipar as eleições e retomar o controle do Parlamento, expurgando 100 mil juízes e funcionários públicos, fechando vários jornais e ordenando mais de 50 mil prisões.

Movimento 4 – as ameaças imediatas

Como se viu, um Presidente antidemocrático tem inúmeras possibilidades de atacar a democracia. E a estratégia usual é o desgaste diário, a soma de pequenas medidas, aparentemente irrelevantes, que acabam levando a desfechos autoritários.

Há alguns movimentos nítidos em direção ao arbítrio.

A Força-Tarefa de Inteligência

O Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018, assinado por Michel Temer, foi o passo mais ousado em direção à criminalização dos opositoristas. Ele passa a tratar o crime organizado como uma questão de segurança nacional. E constitui uma força presidida pelo general Sérgio Etchegoyen, do Gabinete de Segurança Institucional, constituída pelos serviços de inteligência da Marinha,

do Exército, da Aeronáutica, com o apoio da COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda), Receita, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Segurança Pública; Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública.

Entre causas relevantes, como os crimes cibernéticos e o terrorismo, [o PNI \(Plano Nacional de Inteligência\) relaciona as seguintes ameaças à segurança nacional:](#)

- Interferência externa, que é a atuação deliberada de governos, grupos de interesse, pessoas físicas ou jurídicas que possam influenciar os rumos políticos do País com o objetivo de favorecer interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais;
- Ações contrárias à soberania nacional, que atentam contra a autodeterminação, a não-ingerência nos assuntos internos e o respeito incondicional à Constituição e às leis.

Utilizar essas definições para enfrentar ameaças externas reais ou criminalizar movimentos populares, ou manifestações de críticos, dependerá apenas dos limites que forem impostos pelo STF.

Esta semana, o senador Magno Malta (não reeleito) apresentou proposta para ampliar a Lei Antiterrorismo, incluindo na definição de crimes “coagir governo” a “fazer ou deixar de fazer alguma coisa, por motivação política, ideológica ou social”.

O superministério de Sérgio Moro

O juiz Sérgio Moro é um ativista político que já demonstrou várias vezes pretender ultrapassar os limites da legalidade – como ocorreu com o vazamento das conversas de Dilma Rousseff e Lula, a detenção de jornalista crítico e liberando depoimentos de Antônio Palocci nas vésperas das eleições. E, agora, aceitando o convite para ser Ministro do candidato beneficiado por suas ações.

Indicado Ministro, terá sob sua supervisão a Segurança Pública (e a Polícia Federal), a Secretaria de Transparência e Combate à Corrupção, a Controladoria-Geral da União (CGU) e Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Se, de fato, acredita poder mudar o mundo com o direito penal, em pouco tempo terá embates grandiosos com Bolsonaro.

Se, ao contrário, embarcou no projeto de poder de Bolsonaro, se verá investido de um formidável poder intimidatório, valendo-se do poder do Executivo para disseminar denúncias contra críticos, ações contra Universidades (escudados nos pareceres da CGU), investidas contra movimentos sociais.

Movimento 5 – a tolerância zero contra o arbítrio

Nas últimas semanas, três instituições acordaram para os riscos da escalada do arbítrio: a Procuradoria Geral da República e o Ministério Público Federal, o Supremo Tribunal Federal e a mídia *mainstream*. Há sinais de que o Alto Comando das Forças Armadas tem preocupação em relação aos riscos para a

disciplina militar, desse liberou geral de Bolsonaro que tem muita ressonância nos escalões de baixo.

STF e PGR poderão agir apenas nos temas coletivos. Na base, haverá uma escalada de violência, em denúncias judiciais ou, pior, em violência explícita contra movimentos populares e contra pobres e negros de periferia.

Mais que nunca, a informação passa a ter uma função civilizatória, alertando não apenas a opinião pública informada, mas os organismos internacionais, a imprensa internacional, os tribunais superiores.

É hora de ver se o jornalismo e os tribunais se mostram, finalmente, à altura de suas responsabilidades.

27. Mano Brown e a música do PT

<https://carlosmelo.blogosfera.uol.com.br/>

Carlos Melo – C.Politico – Professor do INSPER - SPaulo

02/11/2018 00:59



Foto: Wilton Júnior/Estadão Conteúdo.

A realidade é que o PT tem muita dificuldade de encarar a realidade. Contribui para isto o romantismo da esquerda, o superdimensionamento de seu papel na política nacional, a arrogância oceânica e a vaidade temerária que possui. Isto

tudo, agora, reforçado pelo parcial sucesso no primeiro turno e por uma avaliação incorreta a respeito do resultado do segundo. Não compreendeu o que na lata lhe disse Mano Brown: “a cegueira que atinge lá [o eleitorado de Jair Bolsonaro] atinge nós também. Não tem o que comemorar.” Foi vaiado.

Disse mais o vocalista dos *Racionais*: afirmou não gostar de política “porque política não rima, não tem suíngue, não tem balanço, não tem nada que me interesse. Eu gosto de música.” A política já foi bossa nova, já foi *rock’n’roll*, já deu samba e fez Hip hop. Contudo, hoje é dissonante. Sua rima é pobre, o charme é zero, o resultado é ralo. Em especial, a banda do PT parou para ver o tempo passar. Calou o som que possuiu um dia.

O cidadão comum tem questões, medos e anseios que o sistema não compreende. Seu presente é incerto e ainda mais o futuro. Foram imensas as transformações que o atingiram na sua tradicional concepção de família, no que tinha por ideal como emprego; revolucionou a tecnologia o mundo do trabalho. Na segurança, no mais elementar ato de cidadania que é o de andar nas ruas, o terror de uma bala perdida encontrar um dos seus.

Mas nem por isso a política deixou de ser necessária, um imperativo para a humanidade, num mundo muito mais complexo que antes. Disse Caetano Veloso que “ele [Jair Bolsonaro] trouxe complexidade”; na verdade, JB a revelou. A complexidade que o PT não apreende, pois tanto quanto Bolsonaro parece fazer parte de outro século, de outra realidade. Com o agravante, como assinalou Mano Brown, de perder o pulso das ruas, muito mais que a eleição.

Em virtude disto, é inevitável reconhecer que o país precisa de uma nova oposição cuja maior virtude residirá na disposição para reconhecer erros e se corrigir, na organização de uma ampla frente capaz de reavaliar o mundo e reinterpretá-lo. Um mundo com Donalds Trumps, que fazem Marine Le Pen parecer uma freira moderada; num tempo em que o dimensional Jair Bolsonaro é eleito presidente num país multirracional, multicultural e multifacetado de glórias e tragédias.

O PT, no entanto, sob esta perspectiva, parece incapaz de reunir e arejar os derrotados por Bolsonaro: PDT, PSB, PSOL, PSTU, PCdoB, MDB, PSDB; a sociedade. Menos ainda aqueles que contra o PT anularam ou votaram no ex-capitão, e mesmo assim não se sentem representados porque, no fim, não era exatamente o que queriam.

O partido foi para a derrota acreditando que, na segunda-feira, ainda amanheceria como protagonista da oposição, sem que tivesse muito mais a dizer a não ser atribuir culpas aos outros por sua derrota diante de Bolsonaro. Uma derrota recheada de erros estratégicos, de teimosia, de estreitismo político, econômico e intelectual. Nem o parceiro PCdoB ficou para o café da manhã.

Suspeito que o PT não tenha, infelizmente, nada a dizer senão que, logo mais, sem tardar, irá lançar mão da surrada palavra de ordem “Fora Bolsonaro”, repetindo o que fez com Collor, FHC e mais recentemente com Michel Temer, sem mostrar as saídas do labirinto; apenas, mais uma vez, amaldiçoando a escuridão que de fato existe. E isto já não basta pois a realidade ficou, como indicou Caetano, mais complexa e Jair Bolsonaro é um aflitivo exemplo vivo disso, dessa complexidade e desse enigma que precisam ser decifrados.

Ok, reconheça-se que hoje é muito fácil falar mal do PT. Quase não há custo e ainda pode soar como providencial, oportunista e velado tributo à nova ordem que se instalou com a eleição. Mas, é melhor encarar a realidade de que há um longo caminho para a oposição e para reconstrução da política no Brasil.

Neste momento, o caminho consiste em baixar a bola do PT, até parareintegrar parcela de seus membros. Descobrir e colocar novos atores em cena. Encontrar novas rimas, novo balanço, redescobrir o suingue de uma nova política. Compor sua música.

Carlos Melo, cientista político. Professor do Insper.

28.O GOVERNO ENXUTO



Nas entrelinhas: O governo enxuto

<http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-o-governo-enxuto/>

Publicado em 01/11/2018 - 07:18 Luiz Carlos Azedo

“Bolsonaro falava em 10 ministérios. Agora, já são 15, incluídas duas polêmicas incorporações: Indústria e Comércio Exterior na Economia e Meio Ambiente na Agricultura”

A montagem de um governo mais enxuto, que caiba na Esplanada dos Ministérios, pode provocar uma crise no mercado imobiliário de Brasília, com o esvaziamento de dezenas de prédios e outros imóveis alugados pelo governo federal; afora isso, a ideia está sendo bem recebida pela opinião pública. É uma promessa que quase todos os candidatos fizeram, porém, muito difícil de cumprir.

Bolsonaro falava em 10 ministérios. Agora, já são 15, incluídas duas polêmicas fusões: a absorção da Indústria e Comércio Exterior pelo superministério da Economia, cujo titular será Paulo Guedes, um dos homens fortes do novo governo; e a incorporação do Ministério do Meio Ambiente pelo Ministério da Agricultura

No primeiro caso, a forte reação do lobby das indústrias provocou um recuo de Bolsonaro no segundo turno, mas acabou prevalecendo a intenção inicial. Ao anunciar a decisão, Paulo Guedes rebateu as críticas

com o argumento de que a decisão fará bem à indústria, apesar dos industriais. A frase foi vista como uma demonstração de truculência e inabilidade política do novo ministro, mas precisa ser apreciada com mais objetividade e menos partidarismo.

A existência de um superministério da Economia é estigmatizada em razão do fracasso do Plano Collor, lançado pelo então presidente Fernando Collor de Mello, que havia confiado a pasta à economista Zélia Cardoso de Mello. O confisco das cadernetas de poupança, peça fundamental no plano para acabar com a hiperinflação, iniciativa voluntarista, virou um tiro n'água, porque frustrou fortemente a classe média que havia apoiado Collor, e o plano de combate à hiperinflação deu errado.

Entretanto, o trabalho feito pelo então Departamento de Indústria e Comércio, que havia substituído o antigo ministério, deixou o grande legado do governo Collor: abertura da economia brasileira à globalização. Na época, o então diretor de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Paulo Velozzo Lucas, mais tarde eleito prefeito de Vitória pelo PSDB, foi convidado para o cargo. Entre os anos 1990 e 1992, sua equipe coordenou diversas ações para abrir e reestruturar a economia brasileira, entre as quais as negociações do Mercosul e da Rodada Uruguaí do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), da Organização Mundial de Comércio.

Meio Ambiente e Justiça

Outra polêmica tem sinal trocado. A incorporação do Ministério do Meio Ambiente ao Ministério da Agricultura, que está gerando protestos de todos os ex-ministros da pasta e até mesmo de líderes do agronegócio, como o atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Há um viés ideológico e regressista na decisão de Bolsonaro, que desconsidera questões de ordem técnica.

Pesa a visão dos militares sobre as reservas indígenas na Amazônia e a presença de ONGs internacionais que atuam na região, financiadas por governos estrangeiros e grandes empresas multinacionais. Essa questão, porém, já foi tratada no âmbito legislativo e tem vasta jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, inclusive quanto à liberdade de ação das Forças Armadas para defender o território. Há também o lobby dos parlamentares ligados a setores que estão mais preocupados em lutar contra os órgãos de fiscalização que combatem o desmatamento, a grilagem de terras, a violência no campo e o trabalho escravo.

O problema, porém, é muito mais amplo. Não se trata apenas da Amazônia. Há a ocupação desenfreada do Cerrado pela pecuária e a soja, que vem provocando a desertificação de algumas regiões, inclusive no Planalto Central. Mais do que a preservação da Mata Atlântica, cuja ocupação e manejo está sob relativo controle, a poluição do ar e dos rios

nas cidades brasileiras, além da destinação dos resíduos sólidos, são assuntos completamente fora do âmbito do Ministério da Agricultura.

Outra proposta é o fortalecimento do Ministério da Justiça, que incorporaria as atribuições do recém-criado Ministério da Segurança Pública, pasta para a qual deve ser convidado o juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal de Curitiba. A pasta será responsável por duas agendas fundamentais para a eleição de Bolsonaro: o combate ao crime organizado e à corrupção no governo federal.

O Ministério da Segurança Pública, sob comando de Raul Jungmann, iniciativa do governo Temer, possibilitou a criação de um sistema nacional de segurança pública e mudou a postura do governo federal em relação ao problema, que sempre ficou a cargo dos governos estaduais. Se o Ministério da Justiça mantiver o sistema unificado de segurança pública, pode ser que esse avanço seja preservado.

29. Frente pela democracia deve ser feita pela sociedade, defende André Singer

Publicado em: novembro 03 – 2018 - <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/11/frente-pela-democracia-deve-ser-feita-pela-sociedade-defende-andre-singer/>

45Share

Tweet

Da RBA

O professor de Ciências Políticas da USP André Singer defendeu nesta quinta-feira (1º) que os partidos políticos estão resistentes a construir uma frente democrática para enfrentar o ataque a direitos pelo governo Bolsonaro, mas que essa frente deve se impor no campo da sociedade civil, aglutinando diversas instituições que representam os trabalhadores, estudantes e movimentos sociais. “Os partidos terão de se somar a esta ampla frente da sociedade civil, ou ficarão sem base. Se o inverno é deles, a primavera é nossa”, disse sob aplausos, referindo-se à vitória da extrema direita nas eleições deste ano.

Singer expôs essas ideias em debate com os alunos de História da USP, realizado ontem a convite do Professor Ruy Braga sob o tema Como Construir a Resistência. Falaram também os professores de filosofia Marilena Chaui e Vladimir Safatle.

Singer analisou a conjuntura política atual sob três aspectos: avaliação da eleição; o que vem pela frente com o governo Bolsonaro; e o que o campo progressista pode fazer, que é a ideia de uma frente ampla no contexto da sociedade.

Sobre o resultado das eleições, ele disse que a diferença entre Haddad e Bolsonaro, que caiu de 18 para 10 pontos no segundo turno, foi um movimento de baixo para cima na sociedade que se mobilizou em defesa da democracia.”O resultado 55/45 (para Bolsonaro e Haddad respectivamente) é equilibrado. A democracia é a única garantia que a classe trabalhadora tem de continuar avançando.”

Singer também disse quê quem votou em Bolsonaro não é fascista. Os grupos que têm elementos fascistas são pequenos no conjunto da sociedade brasileira: “Boa parte dos eleitores votaram contra a crise, mas os eleitores não tomaram consciência do programa de governo vitorioso”, afirmou.

Ele afirmou que os grupos que defendem regressões no campo moral são minoritários. “Nós devemos nos unir e manter isolados esses grupos para formar uma nova maioria.” Singer considera que com a eleição de Bolsonaro um projeto autoritário está em curso. “Não tenho provas cabais, mas tenho convicção”, afirmou, provocando risos, em referência direta ao procurador Deltan Dalagnol, que fez essa afirmação sobre o suposto envolvimento do ex-presidente Lula em casos de corrupção.

“A nomeação de Sérgio Moro”, afirmou ainda, “é um indicativo disso: ele põe por terra a presença e isenção da Lava Jato”.

Situação já foi vencida

Já o professor de Filosofia Vladimir Safatle mostrou que “a situação que estamos vivendo hoje no Brasil já ocorreu em outros lugares e foi vencida”. Ele classificou a ascensão de Bolsonaro como a vitória de um projeto de neoliberalismo brutal, aliado a um regime autoritário com características fascistas. “O eleitor com desejo anti-institucional foi levado para extrema-direita”, afirmou Safatle e completou: “O antipetismo poderia ter ido para qualquer lado”. Para ele, o resultado da eleição também mostra a ressurreição dos fantasmas da ditadura civil-militar no Brasil e se traduz num culto ao terrorismo de estado e da tortura.

“O Bolsonaro é a parte torturador da ditadura, ele assume isso”, comentou ao analisar os segmentos que compõem os eleitores do candidato de extrema-direita. Safatle também disse que o programa econômico de Bolsonaro é falimentar e vai concentrar renda. “A população vai perceber rapidamente que a única maneira de governo será a de crise permanente”, argumentou.

O professor também ironizou o discurso falso moralista que predomina entre os eleitores do candidato do PSL. “O responsável pela crise não é o sistema financeiro, mas são os professores de História, que trouxeram para a sociedade o pensamento crítico”.

“O que o Bolsonaro fala não é bravata contra as minorias, mas é estratégia de governo enquanto a destruição econômica corre solta. Conhecemos essa

estratégia e vamos lutar contra ela. Cabe a nós assumir essa luta, ela vai durar um bom tempo, mas quando ela passar vamos lutar por uma sociedade mais justa, mais igualitária”, sustentou.

Ele considera que o campo progressista tem de voltar a falar com a sociedade de forma afirmativa e também fazer uma análise dos erros cometidos durante os governos Lula e Dilma.

45Share

Tweet

Editoria: PolíticaPalavras-chave: André Singer, antipetismo, Jair Bolsonaro, Resistência Democrática, USP

30. Bolsonaro fará guerra aos pobres

Celso Rocha Barros FSP 01 OCT

Postado por Magno Martins -

http://www.blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=194885

Achei que a ideia do anti-Lula fosse contra o que Lula tinha de ruim, não de bom

Em um tuíte de 2014 —publicado pelo jornal carioca Extra em 4 de outubro de 2016 (e depois apagado sem explicações)—, Carlos Bolsonaro defendeu que o Bolsa Família só seja oferecido a quem aceitar se submeter a laqueaduras (que impediriam as brasileiras pobres de terem filhos) ou vasectomias (que impediriam os brasileiros pobres de terem filhos).

A ideia, portanto, era que as mulheres pobres que quisessem ter filhos morressem de fome com seus filhos no colo.

A principal proposta de [Bolsonaro](#) para reduzir a mortalidade infantil, a propósito, é mandar as mulheres escovarem os dentes. Pois é, ele fala essas coisas.

Mas se não tiver jeito e o pobre acabar nascendo e sobrevivendo de algum jeito, a família Bolsonaro também tem duas sugestões para ele: trabalhar ganhando menos e morrer sem ver o filho formado.

A esquerda gosta de lembrar que [Bolsonaro](#) —cujo partido, o PSL, é o mais fiel a Temer nas votações no Congresso— votou a favor da reforma trabalhista. Isso não é nada, amigos.

Bolsonaro defende a criação de uma carteira de trabalho verde-amarela, diferente da azul porque não garante nenhum direito ao trabalhador.

Os trabalhadores mais pobres, que têm menos poder de barganha, acabariam sendo obrigados a aceitar a carteira verde-amarela e perderiam seus direitos.

Essa segmentação do mercado de trabalho arrisca aumentar de novo a distância entre os pobres e a classe média, distância que caiu durante o governo Lula.

Não sei, mas acho que quando o pessoal pediu um anti-Lula, acho que a ideia era que ele fosse “anti” o que o Lula tinha de ruim, não o que ele tinha de bom.

Mas o pessoal da carteira azul também não deve se entusiasmar, não. Pois, como vimos na semana passada, o vice de Bolsonaro defende a extinção do 13º salário e das férias.

Se você for pobre, faça a conta: pegue seu salário, deduza o que você vai perder com os cortes do Mourão, subtraia a CPMF que o Guedes vai cobrar e não se esqueça de que uma arma, a única política de segurança proposta por Bolsonaro, custa bem caro.

Bom, mas se os pobres receberem educação, estarão em melhor condição de competir no mercado de trabalho, certo?

A principal proposta de Bolsonaro para a educação é militarizar o ensino, o que o Mourão já disse que não dá para fazer.

Bolsonaro é contra as cotas, que ajudaram a aumentar o número de pobres nas universidades.

E, na sabatina do Jornal das Dez, na GloboNews, Bolsonaro reclamou da “tara” da garotada em ter um diploma.

Ninguém é mesmo obrigado a fazer faculdade. Mas a questão é que essa escolha deve ser feita com base nas preferências pessoais de cada jovem, não na classe social em que ele nasce.

E Bolsonaro não tem a menor ideia do que fazer para ajudar os filhos dos pobres a entrarem na universidade.

E aqui você poderia dizer: ah, mas no programa de governo dele tem uma proposta de renda mínima (aquela do Suplicy). Bom, vejam como Bolsonaro reagiu quando soube, pela imprensa (que bonito), que isso estava em seu programa de governo: “Meu Deus! Kkkkkkkk! É inacreditável!”.

Bolsonaro já voltou atrás em algumas dessas propostas, mas perceba o padrão: para cada ideia antipobre que ele abandona, logo cria duas novas.

E, aparentemente, o plano é mandar esse cara [disputar o segundo turno contra o PT](#).



ÁLVARO VASCONCELOS

31. Antes do apagar das luzes

https://www.publico.pt/2018/11/03/mundo/analise/apagar-luzes-1849687?fbclid=IwAR0oYrYX32IZfX0SCIXs9Tj4mkp89XHR0VHVFD AO_CjS72zWFBrgP3of1Hs

Alvaro Vasconcelos

Acordemos antes que as luzes se apaguem no Brasil. A normalização de Bolsonaro é uma ilusão, como aprendemos com Trump.

3 de Novembro de 2018, 7:00

Na semana anterior a Bolsonaro ser eleito, atravessei o Atlântico, em direção a São Paulo. Foi em 1987 que pela primeira vez rumei ao Brasil, em plena transição, quando decorriam os trabalhos da constituinte que promulgaria a constituição democrática de 1988. A Constituição do Brasil enuncia com detalhe único os direitos políticos e sociais que deveriam abrir um longo caminho para garantir os “valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. Sabiam os autores da constituição que era preciso defender a democracia e as liberdades dos seus inimigos, do regresso à noite da ditadura, da violação dos direitos humanos do coronel Ustra, celebrado como herói por Bolsonaro, responsável direto pela tortura e morte de opositores.

Serão as ameaças à liberdade uma singularidade brasileira ou estará o Brasil a ser contaminado pela mesma peste da política de ódio e mentira que atacou uma boa parte do mundo? Será a consciência de que o futuro do Brasil é o nosso futuro que explica a paixão que tantos democratas, um pouco por todo o lado, dedicaram às eleições brasileiras? Em Portugal, a essa consciência alia-se uma relação íntima que faz da eleição brasileira uma tragédia muito nossa.

Em São Paulo, no abastado Itaim Bibi, bairro de uma classe média que vê uma ameaça nos pobres do Brasil, os restaurantes transbordavam para as ruas. Entre risos e brindes, reinava a despreocupação, a par com a constante consulta das redes sociais: no WhatsApp caíam as fake news que alimentavam o ódio e confirmavam a crença no “mito” salvador do “comunismo”. É esta mesma classe média que, paradoxalmente, valoriza, a sua liberdade individual.

Nos meus interlocutores, nos dias de suspense que se seguiram, sobressaía a consciência aguda de que o império da razão e do pensamento humanista estava em perigo, a urgência de pensar a regressão civilizacional.

Celso Lafer republicou Hannah Arendt: *Pensamento, Persuasão e Poder*, lembrando que para a filósofa da banalidade do mal “a política determina o destino”, ou seja, são as opções dos homens que moldam o mundo, sem determinismos históricos ou atavismos próprios a um povo (como já se começa a ouvir, em Portugal, em relação à regressão brasileira).

Renato Janine Ribeiro, filósofo, acaba de publicar *A Pátria Educadora em Colapso*, título de mau presságio, sobre a sua experiência como Ministro da Educação. Para ele, a desigualdade extrema do Brasil, construída durante 500 anos, deve ser a prioridade da política e, como diz no livro, a etapa final do “combate à miséria é capacitar as pessoas pela educação”. Mas para já é preciso, diz angustiado, salvar a liberdade de ensinar do obscurantismo da caça às bruxas da “escola sem partido” e das propostas dos fundamentalistas evangélicos de ensinar o criacionismo e banir a influência do grande pedagogo humanista Paulo Freire.

No MASP e no Instituto Tomi Ohtake, a monumental exposição Histórias Afro-Atlânticas, que marca os 130 anos da abolição da escravatura, que fez do Brasil o segundo maior país negro do Mundo. No Miotaki, uma exposição sobre os anos mais duros da ditadura militar, num diálogo trágico com sentido. Como se fosse urgente afirmar, antes que fosse tarde, os valores da humanidade comum e da liberdade, lembrando quão dolorosa e incompleta foi a sua afirmação...

No dia 24, a 4 dias das eleições, com Renato Janine Ribeiro, o escritor Milton Hatoum e a politóloga Mara Telles, participei no seminário “As democracias perante a emergência da extrema-direita: que resposta?”

Milton Hatoum, autor da *A Noite da Espera* (sobre os anos da ditadura) relembra como Bolsonaro era o despertar dos fantasmas e as mazelas que assombram de há muito o Brasil, com referências à literatura brasileira, como a personagem Brás Cubas, o falso liberal, esclavagista e corrupto, do romance de Machado de Assis – referência clara aos falsos liberais de hoje, no Brasil e entre nós, que perante a extrema-direita esquecem os princípios que dizem defender.

Na USP, debatemos os 25 anos dos Acordos de Oslo para a Palestina, revoltados com a afirmação de Bolsonaro de que, como Trump, iria reconhecer Jerusalém como capital de Israel. Bolsonaro foi o candidato dos fundamentalistas evangélicos, que acreditam na profecia que Jesus só voltará à terra, para o juízo final, quando Israel anexar Jerusalém. [A influência do fundamentalismo religioso](#) no Congresso dá dimensão política à demonização dos direitos humanos, do feminismo, do combate à homofobia e da ecologia.

No dia do meu regresso, no longo caminho para Guarulhos, enquanto o taxista me dizia que Haddad tinha sido um grande prefeito de São Paulo, telefonou-me Geraldo Campos, professor universitário, que me relata a invasão da universidade pela polícia para retirar a propaganda eleitoral do PT, e a tentativa de prisão de um professor (denunciado por um aluno), por ter explicado o que era o fascismo, mesmo sem mencionar Bolsonaro. Para Geraldo, tal é sinistro presságio dos tempos que aí vêm.

Subscreva gratuitamente as newsletters e receba o melhor da actualidade e os trabalhos mais profundos do Público.

Contei-lhe o que me tinha dito Pedro Dallari, presidente da Comissão da Verdade: que a ameaça aos direitos humanos era real, mas que o Brasil não cairia facilmente no iliberalismo, pois qualquer violação da Constituição enfrentaria a séria oposição das instituições do Estado de direito (nomeadamente do judicial) e da sociedade civil.

A consciência de que pesa uma ameaça grave sobre todos, nomeadamente os intelectuais humanistas, é angústia comum a todos com quem falei. Portugal é para muitos país refúgio, ilha de democracia e de direitos numa Europa minada pelo mesmo mal que o Brasil: de nós, esperam solidariedade.

Como disse Milton Hatoum, recorrendo a *Grande Sertão: Veredas*, obra-prima de Guimarães Rosa: “Todo o caminho da gente é resvaloso... tenho medo? Não. Estou dando batalha.”

Antigo director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia

32. **'Ciro não contribuiu para nossa derrota', diz Manuela D'Ávila**

Candidata a vice na chapa de Fernando Haddad, a deputada do PCdoB reconhece que aliados subestimaram a capacidade eleitoral de Bolsonaro

Catarina Alencastro - 02/11/2018 - 15:57 / 02/11/2018 - 19:46 - <https://oglobo.globo.com/brasil/ciro-nao-contribuiu-para-nossa-derrota-diz-manuela-davila-23208003.com/brasil/ciro-nao-contribuiu-para-nossa-derrota-diz-manuela-davila-23208003>

Bem vindo ao Player Audima. Clique TAB para navegar entre os botões, ou aperte CONTROL PONTO para dar PLAY. CONTROL PONTO E VÍRGULA ou BARRA para avançar. CONTROL VÍRGULA para retroceder. ALT PONTO E VÍRGULA ou BARRA para acelerar a velocidade de leitura. ALT VÍRGULA para desacelerar a velocidade de leitura. Play! Ouça este conteúdo:0:0015:02AudimaAbrir menu de opções do player Audima.

PUBLICIDADE

BRASÍLIA — Em sua primeira entrevista após a derrota na corrida presidencial, **Manuela D'Ávila**(PCdoB), vice do petista **Fernando Haddad**, reconhece, ao GLOBO, que os partidos de esquerda subestimaram o potencial eleitoral de **Jair Bolsonaro** no segundo turno. A deputada estadual diz que a campanha petista conseguiu estabelecer uma forte conexão com as

ruas na reta final da corrida ao Planalto, mas considera que tanto ela quanto Haddad deveriam ter retomado a campanha de rua mais cedo após o primeiro turno.

Ao avaliar o comportamento do presidente do PDT, Ciro Gomes, no segundo turno, Manuela afirma que foi um "equivoco" o pedetista não ter se engajado na campanha de Haddad. Antecipar a disputa de 2022, diz, é "não compreender a necessidade de estarmos unidos".

SAIBA MAIS

[Alvo de críticas de Ciro Gomes, PT vai evitar confronto com PDT](#)



Manuela é mãe de uma menina de dois anos, que viajou com ela a 19 estados durante o processo eleitoral. Nos primeiros compromissos de campanha, ainda amamentava. Ela diz que sua maior contribuição nas eleições foi "mostrar que as mulheres que são mães podem ocupar os espaços públicos". A seguir, os principais trechos da entrevista:

Qual é o balanço da eleição?

Foi um processo cheio de particularidades. Teve um desfecho de uma mobilização social muito impressionante, muito bonita. O engajamento de pessoas sem nenhum partido, que nunca tinham se engajado, em defesa de causas muito valiosas, como a democracia e a liberdade. O resultado tem relação com muitos fatores. Lá atrás, em novembro do ano passado, já defendíamos, no PCdoB, uma união de esquerda mais ampla. No final, o

desfecho popular foi a construção da unidade que nós não conseguimos fazer nos partidos. Fiz um esforço lá atrás muito grande, dizendo que a unidade não era uma bandeira, que deveria se materializar na prática. E na prática a única que deixou de ser candidata fui eu, o que várias vezes foi criticado de forma machista dizendo que foi um gesto de submissão.

Por que não foi possível construir uma frente ampla de partidos de esquerda?

Os partidos têm as suas posições, que não são incorretas, são as que melhor representam o conjunto da sua militância, mas não tinham a avaliação exata do perigo que representava o adversário. Vários partidos subestimaram a hipótese de o Bolsonaro ir para o segundo turno. Esse nunca foi o meu caso. Eu, desde 2014, voltei para Porto Alegre muito por causa disso. Já percebia que havia uma mudança no tecido social, e que essa mudança teria impactos no processo eleitoral. Há bastante tempo eu dizia que o Bolsonaro era um candidato bastante forte. Quando tu faz essa avaliação, é mais fácil tirar as consequências dela. Se tu acha que esse cenário não é o mais provável, é mais fácil cometer o erro de lançar candidatura e achar que a unidade não é algo tão importante.

Quais foram os principais erros da chapa?

O erro geral foi subestimar o esquema de difusão de mensagens falsas pela internet e o incremento do uso do WhatsApp. Foi um erro não imaginar que esse mecanismo teria um impacto tão intenso na sociedade. Havia a ideia de que as eleições seriam como todas de 1989 para cá. Especialmente na comunicação, que era o formato de grandes partidos, tempo de TV e

campanha de rua. Teve quem apostou em TV e partidos, e quem apostou em rua e Internet. O Ciro teve uma internet exemplar. Teve pouquíssimo tempo de TV, mas, mesmo assim, conseguia reverberar suas ideias. Ele não tinha essa guerrilha do submundo, da baixaria, dos milhões de reais que financiam os boatos.

A senhora enxerga erros do PT nesse processo?

Qual a chapa que representava mais renovação do que a nossa? Uma chapa representada por uma mulher com uma trajetória construída sozinha no movimento social e por um professor, que não é um político tradicional. E a questão da temporalidade do lançamento da candidatura do Haddad entra num campo de hipóteses que não têm como serem aferidas. Porque a força do presidente Lula é real, ele era o primeiro colocado nas pesquisas até o dia 17 (de setembro), até ser oficialmente retirado. E a transferência deu certo, nós chegamos ao segundo turno. Muitos diziam que nós não chegaríamos a quatro pontos. O resultado foi positivo.

O quanto a figura do Lula preso prejudicou?

A rejeição do Haddad cresceu em função de uma campanha difamatória que sofremos pela internet, que envolveu milhares e milhares de pessoas. Avaliar a partir de programas de TV o que foi feito, o que foi dito, é não perceber o que aconteceu no processo eleitoral. A TV contou tão pouco que nosso adversário não teve a hombridade de debater e isso não pesou contra ele. Atribuo a rejeição às mentiras bárbaras que foram pregadas. Às vezes tenho a impressão de que as pessoas não têm noção da amplificação que tem uma mentira na internet: 70 perfis que publicaram notícias falsas sobre mim foram

compartilhados 300 mil vezes e somam 13 milhões de visualizações. A gente está falando de uma audiência gigantesca.

O PT foi muito cobrado por fazer a autocrítica pelos erros cometidos, o que não aconteceu.

O (governador do Maranhão) Flávio Dino falou uma vez que autocrítica é algo que se faz na prática. E vários pontos foram incorporados pelo programa de governo. Um deles, que conversei com Haddad, era a ausência de incorporação de mecanismos de controle pelas estatais, mecanismos que existem nos ministérios. Isso na prática é uma autocrítica.

O que deveria ter sido feito diferente?

Avalio que a frente ampla deveria ter sido construída. Fiz o que estava ao meu alcance para isso. Acredito que nós, no segundo turno, vimos que havia muita vontade do povo brasileiro de se engajar no processo eleitoral a nosso favor, mas isso aconteceu sobretudo nos últimos dez dias. Acho que a gente poderia ter ido para a rua ainda antes.

O PDT tem dito que não estará ao lado de PT e já começa a se movimentar para 2022.

A primeira coisa que temos que fazer é ouvir o recado das ruas, dos brasileiros e brasileiras que estiveram conosco especialmente no segundo turno. Quero estar com eles. Fazer a disputa de 2022 ou de qualquer coisa que o valha ou de hegemonismo de um partido sobre esse processo é não compreender a

necessidade de estarmos unidos para garantir que as liberdades individuais sejam garantidas e a Constituição, resguardada. Todas as outras questões são menores.

O Ciro contribuiu para a derrota de Haddad?

O Ciro teve uma participação brilhante no primeiro turno e ele foi quem viabilizou também, com seu elevado percentual de votos, o segundo turno. Ciro não contribuiu para nossa derrota. Ele contribuiu para a existência do segundo turno com a campanha que fez até o último dia em alta intensidade. Ele cometeu um equívoco em não se envolver no segundo turno.

Na reta final, Mano Brown disse que o PT perdeu a conexão com as ruas. Concorda?

Sim. Não o PT, o foco no PT é errado. Vários segmentos do setor democrático e progressista se descolaram, e a maior parte dos que votaram escolheu o nosso adversário. Não há prova maior do que o resultado das urnas. Se estivéssemos, como campo político, mais próximos da população, isso teria sido mais difícil de acontecer. Claro que a crítica do Brown é válida. Tanto que ele fala explicitamente da comunicação. Se você pensa a campanha a partir da TV e hoje um youtuber tem uma influência maior do que qualquer apresentador de televisão, tem uma dessintonia.

A esquerda vai ter que passar por uma correção de rumos?

A reta final do segundo turno já corrigiu o nosso rumo. É esse o rumo que temos que manter. De muita unidade popular, de uma militância na rua, ouvindo as pessoas, conversando. O movimento de virada de votos foi isso. Um movimento de humildade, de ir, de ouvir, de estabelecer laços, de ser mais compreensivo, de ouvir sobre os equívocos. A reta final para mim é a nossa nova posição.

Qual deve ser o papel do Haddad agora?

Ele vai voltar a dar aula, é o que ele faz, é o que ele fez quando saiu da prefeitura de São Paulo. Mas ele é o grande líder da oposição do Brasil hoje. Esse é o lugar em que a sociedade o colocou. Não sei como ele vai ocupar, não conversei com ele sobre isso. Ele voltou para São Paulo e voltei para Porto Alegre para marcar a banca do meu mestrado.

E a senhora?

Estou terminando o mestrado. Terminei durante a campanha, entreguei minha dissertação no dia do debate da Record, 30 de setembro. Agora só tenho que marcar a banca. Mas vou continuar militando, é o que faço a minha vida toda. Vou trabalhar na área de políticas públicas, sou jornalista, e vou continuar militando. O Brasil precisa que nos organizemos para dar um salto na nossa democracia.

A senhora manifesta muita preocupação com a disseminação de fake news.

Em 2015, vivi o que são as redes de mentira e já alertava que existiam grupos com financiamento não declarado, por não se tratarem de partidos, que construíam essas mentiras potencializadas pelas redes sociais. Para mim, tem um episódio que foi muito emblemático. Minha filha nasceu em agosto de 2015. Antes disso, viajei com meu marido para ele finalizar um disco e pedi uma licença atípica na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – era uma licença em que eu tinha todos os dias (de salário) descontados. Eu estava grávida. E, por alguma razão, inventaram que eu tinha feito o enxoval em Miami. Eu não conheço Miami. Achei graça. Quando me dei conta, nas redes sociais o debate que começou é se eu tinha direito de fazer um enxoval em Miami ou não. Ou seja: a mentira deu lugar a um debate de pós-verdade.

E a senhora não conseguiu desmentir essa informação?

Nunca ninguém parou para me perguntar se eu tinha feito. Não conheço Miami. Aquilo foi emblemático. Logo depois que a Laura nasceu, ela tinha dois meses, eu tava num show do meu marido e uma mulher me agrediu e acabou agredindo minha filha, que estava presa a mim. A mulher me bateu perguntando se eu tinha comprado o sling (pano com o qual a mãe amarra o bebê em seu corpo) em Miami. Eu tinha que ter comprado em Cuba, porque eu era comunista. Aí me dei conta de que, primeiro, existia alguém que financiava a amplificação da mentira. Porque não existe isso, de um país inteiro debater a falsa compra de um falso enxoval feita numa cidade que eu sequer conheço. Isso não acontece de graça. E, segundo, que o ódio das redes foi para as ruas, porque, se alguém tem coragem de bater num bebê de dois meses... Ali me dei conta da estrutura.

Como foi disputar a eleição com um bebê?

Foi lindo o nível de afeto que a campanha promoveu. Recebi declarações de mulheres, mães, o tempo inteiro. Isso foi muito forte e estimulante. Quando comecei a fazer a minha pré-campanha, a Laura ainda era amamentada e eu não sabia como ia ser, e tinha que levá-la comigo. E muitos questionavam: como assim, ela vai com a criança? Tenho uma filha de dois anos, e não aceito mudar como a educo. Foi algo que, no início, era uma imposição minha, em função da necessidade. E teve uma transformação. A primeira vez que vi isso foi quando desci no aeroporto, em Minas, e a Jô Moraes tinha organizado uma comitiva mirim. Todos os militantes que tinham filhos da idade da Laura levaram os filhos para acompanharem a agenda do dia inteiro. Foi a cena mais emocionante, porque vi que tinha virado um disco. E talvez tenha sido o que de mais importante fiz nesse processo eleitoral: mostrar que as mulheres que são mães podem ocupar os espaços públicos. Porque os espaços públicos nos são tirados quando somos mães de crianças. Por outro lado, por causa dela, mais me impactava a violência que eu sofria.

Qual foi o pior momento da campanha?

Não consigo compreender que tipo de gente faz uma mãe com uma criança no colo ter medo, como alguém consegue gritar com uma mulher com uma criança no colo. O pior momento de toda a eleição foi um dia em que eu estava num hotel em São Paulo tomando café com a Laura e uma mulher começou a gritar coisas horróricas para mim, e achei que ela ia me bater. E eu não conseguia responder, fiquei com o meu corpo na frente do corpinho dela, com medo de que a mulher batesse nela. E quando a mulher foi embora, eu não sabia o que fazer, pensei em chamar a polícia, pensei no circuito de câmera para identificá-la, porque tinha uma menor junto. E a Laura só me abraçou e falou: “o pão de queijo desse hotel é o melhor de todos, mamãe, fica tranquila”. Faço política

desde os 16 anos e nunca vi as pessoas se odiarem tanto por pensarem diferente. Nunca vivi isso. E muito menos com aquilo que é o mais sagrado, que é a maternidade. Então a dor e a delícia de ser quem sou foi isso.

Teve que repensar sua segurança?

Esta foi a sétima eleição que disputei. Nunca tinha mudado a minha rotina. Ando muito a pé em Porto Alegre, quase não dirijo, faço feira toda semana, inclusive com a Laura, nunca deixei de fazer. E nessa reta final da campanha, pela primeira vez na vida, comecei a andar com segurança o tempo inteiro. E fiz pela minha segurança, pela Laura e pelo Guilherme, meu enteado de 15 anos. Quem é político e tem visibilidade te não tem como tirar a camiseta ou o adesivo. A gente é o adesivo. Comecei a andar mais de carro, a andar menos sozinha e passei a andar com o pessoal que trabalha comigo. Mudei bastante. Fui obrigada a fazer porque o nível de violência e beligerância que tomou conta da sociedade brasileira foi muito grande.

O que a senhora espera do governo Bolsonaro?

Torço e desejo profundamente que ele cumpra, e que zelemos todos juntos, pelo texto da Constituição, que é o uniu o povo brasileiro depois de anos muito difíceis que vivemos. É por isso que vou trabalhar.

O que achou do fato de o juiz Sergio Moro ter aceitado o convite para o Ministério da Justiça?

Ao aceitar o convite para ser ministro da Justiça, Sergio Moro decide finalmente tirar a toga para fazer política.

Em 2022 você e Haddad reeditarão essa chapa para a Presidência?

Não sei, vou ser uma quarentona em 2022. Torço para que a gente consiga ter comigo, com Haddad, com Ciro, com Boulos e com centenas de novas lideranças que o Brasil tem um campo mais amplo. Seguirei sendo uma batalhadora dessa ideia: para mim a unidade é o caminho da vitória do povo, sempre.

33. A HORA MAIS ESCURA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2018/11/a-hora-mais-escura.shtml>

03.NOV.2018

André Singer

Domingo, 28 de outubro. Vou à janela e não enxergo tanques. Ligo a televisão e ouço o presidente eleito jurar que o seu “governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade”. No dia seguinte, abro o jornal e leio que a Folha se declara “confiante na Constituição de 1988, na força da democracia brasileira e na construção de um país para todos”.

Por que, então, a vitória de Jair Bolsonaro, com 58 milhões de votos sobre 47 milhões de Fernando Haddad, me parece prenunciar um golpe contra a liberdade? Porque um projeto autoritário alcançou o governo com respaldo popular. E, do ponto de vista da hegemonia, a maioria nas urnas dá mais poder aos antidemocratas do que os tanques de 1964.

“Mas veja”, me dizem colegas, “aí estão as instituições democráticas, funcionando a pleno vapor para preservar o Estado de Direito”. Por exemplo: ao entrevistar o novo presidente na segunda (29), William Bonner, editor-chefe do Jornal Nacional, defendeu a Folha, criticada pelo mandatário. Exercício pleno da liberdade de opinião.

Depois, na quarta (31), o Supremo Tribunal Federal (STF) referendou por unanimidade uma liminar provocada pela Procuradoria-Geral da República, segundo a qual, invadir universidades lesa “os direitos fundamentais de liberdade de manifestação do pensamento, de expressão da atividade intelectual, artística, científica, de comunicação e de reunião, previstos no artigo 5º da Constituição”.

Ocorre que no jogo que se começará a jogar em 1º de janeiro de 2019, a força promete falar mais alto do que a retórica. Durante a referida entrevista à Rede Globo, Bolsonaro anunciou uma guerra contra a Folha. Não apenas a chamou de mentirosa, como deu a entender que, em sua gestão, o jornal teria cortada a “propaganda oficial”. Quer, assim, sufocar economicamente a imprensa incômoda, que, aliás, ele proibiu de entrar na sua coletiva da quinta (1º/11).

Para completar, o capitão reformado entregou um superministério da Justiça para Sergio Moro, que teve a falta de juízo (passe o trocadilho) de aceitar. Em um mesmo passo, derrubou a aparência técnica da Operação Lava Jato e deu ao magistrado de Curitiba o comando dos instrumentos policiais da União. Com o gesto, Bolsonaro e Moro deixaram simultaneamente claro de que lado estava o Partido da Justiça e o que se deve esperar em matéria de perseguição político-judicial daqui a pouco.

Bolsonaro aquece os aviões para o bombardeio das cidadelas democráticas. Depois da derrota de domingo, de onde virá a energia para erguer um dique e deter a onda autoritária? Seremos agora capazes de construir a frente democrática que brilhou pela ausência durante a eleição?

André Singer
Professor de ciência política da USP, ex-secretário de Imprensa da Presidência (2003-2007). É autor de “O Lulismo em Crise”.

34.O guarda da esquina

03/11/2018 - <https://oglobo.globo.com/opiniao/artigo-guarda-da-esquina-23207225>

COLUNA

Daniel Aarão Reis DANIEL AARÃO REIS

Bolsonaro conseguiu a proeza de apresentar-se como uma alternativa a um sistema do qual fazia parte

Para o desgosto e medo de muitos, consumou-se a vitória de um candidato de extrema direita — inédita na história brasileira. As tentativas anteriores

— empreendidas por Plínio Salgado e Enéas Carneiro — não haviam chegado a 10% dos votos, apesar das tradições conservadoras. O próprio Jair Bolsonaro era considerado um azarão histriônico. Sua candidatura vagava no reino do inimaginável. Como em relação aos que o precederam, previa-se uma inevitável derrota, dado seu nível de rejeição. Mesmo que chegasse a um improvável segundo turno, seria vencido por um poste, diziam os adversários mais otimistas.

Mas não foi o que aconteceu.

Trata-se, agora, de explicar e interpretar o inesperado.

O sistema político falido foi, sem dúvida, um dos principais fatores. Incapaz de representar as demandas da sociedade, desqualificou-se. A cegueira dos principais partidos em propor sua reforma foi um suicídio. Envolvidos em conchavos eleitoreiros, tomados por um irritante aristocratismo, alérgicos a qualquer autocrítica, partidos e lideranças mostraram-se insensíveis à onda de descontentamento que crescia.

A crise econômica e os milhões de desempregados agravaram o quadro, acirrado pelos péssimos serviços públicos — transportes, saúde e educação — , cuja situação foi denunciada — em vão — pelas grandes multidões em 2013. Contribuiu também a situação ameaçadora da (in)segurança pública, encolhendo as pessoas, temerosas de bandidos, policiais e balas perdidas, num cotidiano infernal que ninguém aguenta mais. Para coroar o divórcio com grande parte da opinião pública, uma gestão mal conduzida de questões morais delicadas — a respeito das

quais prevaleceram a omissão e a corrida sem princípios pelos votos dos religiosos conservadores — jogou no colo dos tribunais a decisão sobre assuntos que deveriam ser discutidos abertamente.

Todas estas questões — não resolvidas — levaram à exasperação social e à descrença nas instituições democráticas.

Bolsonaro surfou nesta onda, conseguindo a proeza de apresentar-se como alternativa a um sistema do qual fazia parte. Deu sequência a uma tradição de líderes carismáticos que encarnam a vontade difusa — mas forte — de mudar “tudo o que está aí”. Com um linguajar direto, simplório, denunciando carências e mazelas, propondo soluções apocalípticas, o capitão do Exército convenceu a maioria de que ele era o “salvador da pátria” da vez.

É verdade que a vitória deve ser relativizada. Considerando-se o conjunto do eleitorado, teve um pouco menos de 40% de votos. E muitos de seus sufrágios foram mais resultado do veto ao adversário do que de uma escolha satisfeita. Assim, seria um equívoco caracterizar como “fascistas” ou “nazistas” os que o escolheram. O procedimento, além disso, impediria qualquer diálogo com pessoas que tateiam caminhos e que poderão, num momento seguinte, perceber o erro em que incorreram.

Seria pueril, contudo, não reconhecer a expressividade do sucesso de Bolsonaro. E a ameaça que significa para a frágil democracia que foi possível construir neste país. Não se trata apenas de políticas autoritárias que serão formuladas com incidência geral. Mas da intolerância que

tenderá a se disseminar em toda parte. As delações — estimuladas — entre vizinhos, entre estudantes contra os professores, entre funcionários e chefes, entre empregados e empregadores. As intimidações e a prática da violência contra adversários reais ou imaginados, as medidas de arbítrio de chefes, chefetes e chefões e até mesmo de juízes e autoridades, como ocorreu recentemente.

Para lidar com estes perigos, torna-se necessária a formação de uma frente ampla democrática, a cargo da cidadania, em cada lugar de trabalho, de estudo e de moradia, que não pode ficar à espera de nada e de ninguém.

É urgente a construção de linhas de defesa para a democracia, aqui e agora. Subestimar esta urgência é esquecer um antigo e sábio conselho: o maior perigo de uma ditadura não é o próprio ditador, mas o guarda da esquina.

[LEIA TODAS AS COLUNAS...](#)

35. O que prevê para o Brasil professor de Oxford que enxergou força política de Bolsonaro já em 2016

Nathalia Passarinho Da BBC News Brasil em Londres

- 2 novembro 2018 . <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46074179?fbclid=IwAR1oTRn2WUsVOUxt-jOBri-M1FEfbniUeh9hR4RMXWcptvPFdMR3q97qbqE>
 - Para Timothy J. Power, Bolsonaro deu voz a uma parcela da população que se opõe aos avanços em direitos de minorias e direitos sociais
- A ascensão e eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República retirou "das salas de jantar" e trouxe ao plano público um pensamento**

conservador que vinha fermentando no Brasil e encontrou no candidato do PSL seu porta-voz. A avaliação é do professor de ciência política da Universidade de Oxford Timothy J. Power, especialista em Brasil e diretor da *Oxford School of Global and Area Studies*.

Segundo Power, as mudanças em questões de costumes e direitos sociais nos últimos anos, como o casamento homoafetivo e a introdução de cotas raciais em universidades, tiveram um "efeito colateral": a reação de setores de direita que antes não manifestavam abertamente os seus pensamentos.

"Muitas pessoas se opunham a essas mudanças progressistas, mas não tinham uma voz para dizer isso. Bolsonaro articulava politicamente o que essas pessoas pensavam silenciosamente", disse o pesquisador em entrevista à BBC News Brasil.

"Essa rejeição a esses avanços se dava nas salas de jantar, mas Bolsonaro abriu caminho para expressar isso abertamente."

Power estuda o Brasil há mais de 30 anos e é autor de dezenas de livros e artigos sobre o sistema político brasileiro, entre os quais *Democratic Brazil Divided* (Brasil democrático e dividido) e *The Political Right in Postauthoritarian Brazil* (A Direita Política no Período Pós-autoritário Brasileiro).

Talvez também te interesse

-
- [É possível transformar o Brasil em um grande país, mas só se o povo deixar de ser encarado como um problema](#)
-

Ainda em 2016, o professor de Oxford já dizia considerar Bolsonaro competitivo e com chances de vitória em contraste com boa parte dos analistas políticos que, até mesmo a poucos meses do pleito, previam uma "desidratação" da candidatura.

[Pule YouTube post de BBC News Brasil](#)

Alerta: Conteúdo de terceiros pode conter publicidade

Final de YouTube post de BBC News Brasil

Ele sustentava essa visão com o que via como crescimento de uma onda de direita e uma revolta contra a "política tradicional" no Brasil, impulsionada pelos escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato.

Power afirma que o PT contribuiu para a eleição do capitão reformado do Exército e declara que o partido terá de se reformular se quiser ter relevância nacional.

Leia os principais trechos da entrevista:

BBC News Brasil - Bolsonaro convidou Sérgio Moro para ser ministro da Justiça e ele aceitou. Que consequências isso traz para a Lava Jato?

Timothy J. Power - Acredito que, depois de quatro anos de manchetes e avanços na investigação Lava Jato, ao aceitar esse cargo no Ministério da Justiça, o juiz coloca em risco alguns pontos de legitimidade dessas investigações. Então, me surpreende que ele tenha aceitado tão rapidamente esse convite. O PT vive dizendo, desde 2010, que a Justiça é parcial, que as investigações da Lava Jato tinham por objetivo de acabar com as chances eleitorais do partido em 2018.

Havia um obstáculo grande à eleição de Bolsonaro que era a figura do ex-presidente Lula. Ele foi preso e foi um obstáculo removido por ação direta do juiz Moro. E Bolsonaro venceu. Se Haddad perdeu a eleição por 10 pontos, com Lula teria sido mais competitivo. Agora, poucos dias após as eleições, Moro aceita o convite para ser superministro da Justiça. Isso reforça a narrativa do PT de vitimização pela Lava Jato. Então, coloca em risco a legitimidade das investigações e prejudica os juizes e promotores que vão continuar com as apurações.

BBC News Brasil - E que mensagem Bolsonaro quer passar com a escolha de Moro?

Power - Bolsonaro é um político. Ele diz que não é, mas qualquer político quer chamar para o gabinete os nomes mais aprovados pela população. Poucas personalidades gozam de muita popularidade e é inegável que Moro é um dos nomes mais conhecidos do Judiciário. É natural que seja feita essa sondagem. Então, o que me surpreende não é o convite, é a decisão de Moro de aceitar. Bolsonaro ganhou a eleição porque existiam duas clivagens no eleitorado. Primeiro, uma rejeição a 'tudo o que está aí', do *establishment*, da classe política em geral. Ele se apresentava como *outsider*. Mas a segunda clivagem é o antipetismo, a rejeição ao partido e à figura do ex-presidente Lula. Para muitos antipetistas o Moro era um santo, um herói dessa luta contra o PT. Então, Bolsonaro está, de certa forma, consolidando esse laço antipetista.



Direito de imagem MAURO PIMENTEL/AFP Image caption Sérgio Moro aceitou nesta quinta convite para ser ministro da Justiça de Bolsonaro. Daqui a três anos, a expectativa é que ele seja indicado ministro do STF

BBC News Brasil - A nomeação de Moro não pode significar um fortalecimento da Polícia Federal e do Ministério Público em investigações de corrupção?

Power - É uma hipótese. A Polícia Federal vinha ganhando muita autonomia nos últimos anos. Não precisa de mais um impulso externo. O que Bolsonaro está fazendo ou promete fazer via medida provisória é juntar vários órgãos do governo federal, inclusive o COAF, para o superministério da Justiça.

O Moro é especializado na investigação de lavagem de dinheiro. Mas acho que a Polícia Federal já está bem sem essa necessidade (de reforço de autonomia). A indicação do Moro tem um valor maior simbólico do que operacional.

BBC News Brasil - Que tipo de influência a presença de Moro pode ter na relação de Bolsonaro com os outros Poderes, em especial com o Judiciário e o Supremo?

Power - Estou tentando ver um lado positivo. Acho que a presença do Moro no governo poderia evitar duas coisas. Primeiro, pode vir a evitar ataques diretos à independência do Judiciário e ao Supremo, porque caberia à figura do Moro defender o Judiciário. E talvez possa mudar um pouco o tom do Bolsonaro em relação à polícia e à violência urbana no Brasil.

Bolsonaro propõe um tipo de lei de Talião para o país inteiro. O Moro vem de outra tradição. Pode ser que ele tenha um efeito positivo ao sentar à mesa com outros ministros do governo que adotam uma visão mais linha-dura com relação à atuação policial.

BBC News Brasil - Em 2016, o senhor já dizia que a candidatura de Bolsonaro era competitiva, numa época em que os outros especialistas não acreditavam que ele iria tão longe. Por quê?

Power - Os astros teriam que estar bem alinhados para Bolsonaro se eleger, mas eu acreditava e ainda acredito que o Brasil passa por uma tempestade perfeita: crise econômica muito prolongada, uma crise política que se tornou mais aguda com o impeachment, a crise da corrupção e a crise da segurança pública. Então, todos esses fatores levaram o Brasil a uma crise multidimensional.

Esse tipo de crise favorece o surgimento de uma pessoa que se apresente como *outsider*. Ele não é um outsider propriamente dito, é um deputado federal desde 1990. Mas, em termos de política nacional, do Executivo, ele é um *outsider*. Se você era um eleitor brasileiro que queria mandar um basta para a classe política, não havia melhor opção que Bolsonaro.



Direito de imagem ALEXANDRE CASSIANO HANDOUT Image
caption Segundo Power, há uma rejeição ao politicamente correto, à autocensura das pessoas, aos avanços em políticas sociais e de direitos humanos dos últimos governos.

BBC News Brasil - Mas uma parcela do eleitorado se identifica com as ideias de Bolsonaro.

Power - Sim, outro fator é a rejeição ao politicamente correto, à autocensura das pessoas, aos avanços em políticas sociais e de direitos humanos dos últimos governos. Muitas pessoas se opunham a essas mudanças progressistas, mas não tinham uma voz para dizer isso. O Bolsonaro falava abertamente. Então, muitos eleitores afirmavam que Bolsonaro articulava politicamente o que eles pensavam silenciosamente. É a mesma coisa que os eleitores americanos diziam do Trump. Quando comecei a ouvir esses comentários no Brasil também, percebi que ele teria uma chance de tocar nesse ponto de insatisfação.

BBC News Brasil - O Brasil tinha o que os especialistas chamavam de direita envergonhada, uma direita que não se apresentava como tal publicamente, talvez por causa da memória recente da ditadura militar. Hoje, parece que temos uma direita orgulhosa. Como essa direita surgiu?

Power - Primeiro, surgiu como uma reação à crise de segurança pública. É a versão brasileira da *mano dura* que a gente observa na América Central, nas Filipinas e em outros países. Isso torna mais legítimo o discurso anticrime. A nova direita acredita que são dois os grupos que prejudicam o Brasil: os criminosos e os defensores dos direitos humanos. Eles consideram os defensores dos direitos humanos como defensores de bandidos. Esse é um discurso do Bolsonaro há muitos anos.

De certa forma, o Bolsonaro inovou esse discurso no Brasil e esses 50 deputados que o seguiram para a Câmara ecoaram esse discurso. Se tornou mais legítimo dizer isso. Segundo, é o *backlash* (reação negativa) a avanços em direitos raciais, de minorias de gênero e direitos humanos em geral. Essa rejeição a esses avanços se dava nas salas de jantar, mas Bolsonaro abriu caminho para expressar isso abertamente.

A nova direita, que tem voz no PSL e no Partido Novo, vai sentir liberdade de expressar uma nova identidade. E o ponto de referência serão os 13 anos de governo do PT. Esses partidos vão se apresentar como a melhor manifestação de hostilidade a esse período.

BBC News Brasil - Bolsonaro mandou mensagens distintas nas suas primeiras manifestações após a eleição. Ele manteve a crítica forte ao PT e o ataque a parte da imprensa. Por outro lado, disse que vai defender a democracia e as liberdades. O que essas primeiras falas mostram sobre como será o futuro governo?

Power - De todas as candidaturas modernas à Presidência do Brasil, nunca houve uma pessoa menos controlada por marqueteiros do que Jair Bolsonaro. Ele não terceirizou a campanha dele como Lula fez em 2002. Para entrar no mainstream da política brasileira, ele mudou o tom e os símbolos do PT com muito sucesso. Isso foi uma terceirização do petismo para marqueteiros. O Bolsonaro não passou por essa fase.

Os filhos dele são os únicos assessores dele. É uma política familiar. Então, o Bolsonaro não tinha muita orientação e instrução por marqueteiros. Ele agia com base na forma como ele percebia o clima da campanha. Em momentos, ele recuava e elogiava as instituições e a Constituição. Em outros momentos, usava um tom mais agressivo quando se dirigia ao público. É o mesmo tom esquizofrênico do Donald Trump. O que ele fala no comício, retira no dia seguinte. Acho que teremos de nos acostumar com esse comportamento daqui para frente.

Oxford

BBC News Brasil - Pelo que se viu até agora, há algum indício de que Bolsonaro vá moderar seu tom? Ou vai manter o discurso inflamado?

Power - Acho que a população gosta de políticos mais autênticos, então, quem erra bastante e é intuitivo não é necessariamente uma pessoa que não vai ter aprovação popular. Ele ganhou com folga a eleição e ele vai ser, ao meu ver, um presidente popular e bem avaliado nos primeiros anos.

O que as pessoas admiram no Bolsonaro é o estilo, a comunicação direta, a falta de autocensura. Bolsonaro hoje não deve nada a nenhum cacique partidário. Quem é o presidente do PSL? Quem é o presidente da Câmara que vai condenar o que Bolsonaro disser? Acho que ele vai manter o estilo intuitivo.

Vai errar pelo caminho, mas também tende a crescer em popularidade com essa autenticidade.

BBC News Brasil - E o que se pode esperar da relação entre Bolsonaro e Congresso?

Power - Acho que Bolsonaro vai terceirizar a relação com o Congresso para alguns políticos profissionais que ele já está convidando para compor o gabinete. Ele deve se limitar a falar diretamente com a população. A gente já viu esse estilo com outros presidentes. Ronald Reagan era assim. Ele era bom comunicador, falava com a população e focava em princípios bem básicos: família, segurança, soberania nacional. Mas no dia-a-dia de política pública nua e crua, Bolsonaro não deve mexer.

Acho que vai ter uma bifurcação na aprovação do governo e do presidente. As pessoas vão começar a distinguir uma de outra. Uma coisa é o presidente, sua pessoa e sua fala com a nação. Outra coisa é o desempenho do governo e a relação com o Congresso. No primeiro mandato, Lula tinha aprovação 10 a 15 pontos percentuais maior que a aprovação do governo. Com o Reagan era a mesma coisa. Vejo um caminho parecido com Bolsonaro.

BBC News Brasil - Para aprovar reformas impopulares, ele vai ter de lançar mão dos mecanismos tradicionais de negociação, do toma lá, dá cá?

Power - Eu não vejo alternativa. A classe política pode tolerar essa esquizofrenia durante alguns meses ou um ano. A lua de mel funciona durante um tempo, mas pode ser que (sem estímulos) os líderes do Congresso se recusem a aprovar reformas radicais, como a reforma da Previdência.

BBC News Brasil - Qual vai ser o papel do PT agora, como oposição?

Power, se PT olhar para o passado, focando na defesa da liberdade de Lula e no discurso de 'golpe', vai perder relevância nacional

Power- Existem dois caminhos. Um deles é o voltado para o passado: focar no impeachment, a que eles chamam de golpe, e na prisão do Lula. A ida de Moro para o Ministério da Justiça confirma para eles a visão de que a Justiça era parcial e eles podem se atrair pela teoria conspiratória. Seria um caminho ruim para o partido. É muito difícil se recuperar de um discurso voltado para o passado.

O outro caminho é olhar para o futuro. PT tem de passar por um período de autocrítica e reflexão para lidar com o antipetismo no eleitorado. Fora do Nordeste, o PT quase não existe como força eleitoral. Ele tem que se perguntar: 'vamos voltar a ser um partido nacional ou vamos ser um partido regional baseado no Nordeste?'

BBC News Brasil - Cid Gomes e Ciro Gomes dizem que o PT elegeu Bolsonaro. Faz sentido essa afirmação?

Power - O Bolsonaro, durante todo o ano de 2018, estava rezando para ter um segundo turno com o PT. Conseguiu e venceu. Se ele tivesse qualquer outro adversário no segundo turno seria uma eleição muito mais competitiva.

Haddad conseguiu 45% de votos, fruto da rejeição a Bolsonaro e da presença do PT no Nordeste. Mas qualquer outro candidato, especialmente um candidato nordestino, como Ciro Gomes, teria chances maiores no segundo turno.

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube? Inscreva-se no nosso canal!

[Pule YouTube post 2 de BBC News Brasil](#)

Alerta: Conteúdo de terceiros pode conter publicidade

Final de YouTube post 2 de BBC News Brasil

[Pule YouTube post 3 de BBC News Brasil](#)

Alerta: Conteúdo de terceiros pode conter publicidade

Final de YouTube post 3 de BBC News Brasil

[Pule YouTube post 4 de BBC News Brasil](#)

Alerta: Conteúdo de terceiros pode conter publicidade

Final de YouTube post 4 de BBC News Brasil

36. Marcelo Zero: Trump está adorando o novo Brasil que engatinha, de quatro, pelo cenário mundial, sujando suas fraldas, seus interesses e memória



Reprodução de vídeo

<https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-trump-esta-adorando-o-novo-brasil-que-engatinha-de-quatro-pelo-mundo-sujando-suas-fraldas-seus-interesses-e-memoria.html>

03/11/2018 - 10h36

[Facebook](#)[Twitter](#)[WhatsApp](#)[Email](#)[Print](#)

Grande Porto Rico

por Marcelo Zero, via whatsapp

Porto Rico é um “estado associado” dos EUA.

Anexado em 1898 pelos norte-americanos, após a guerra contra a Espanha, Porto Rico é um território subordinado, que não faz parte dos Estados Unidos.

Seus habitantes, embora tenham a cidadania norte-americana, não podem votar para eleger o presidente, senadores ou deputados. No Congresso, Porto Rico tem apenas um **Resident Commissioner**, com direito a voz, mas sem direito a voto.

Dessa forma, Porto Rico não é nem um Estado soberano nem um Estado dos EUA. Porto Rico fica num limbo de soberania.

É, na verdade, uma colônia dos EUA. Tal status é reconhecido até pela ONU.

Com efeito, o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Descolonização declarou que os EUA deveriam “permitir que o povo de Porto Rico tome decisões de maneira soberana e enfrente seus urgentes problemas econômicos e sociais, incluindo o desemprego, a marginalização, a insolvência e a pobreza”. Em vão.

Entretanto, o caso de Porto Rico, embora extremo, não chega a ser exatamente um ponto totalmente fora da curva, na América Latina. A bem da verdade, muitos países da região, mesmo não sendo colônias formais, têm uma forte relação de dependência, em relação aos EUA.

O Brasil, por suas vastas proporções territoriais, demográficas e econômicas, era, até pouco tempo, uma exceção parcial a essa realidade latino-americana.

Com efeito, tivemos períodos em que nos alinhamos subordinadamente aos interesses geopolíticos norte-americanos, como no período Dutra, nos governos Castelo Branco e Médici e nos governos FHC.

Mas também tivemos períodos em que o Brasil tentou ativamente afirmar seus interesses próprios no cenário regional e mundial de forma mais autônoma.

Foram os casos, por exemplo, da Política Externa Independente (PEI) do período de Jânio Quadros e João Goulart, do “pragmatismo responsável” de Geisel e, sobretudo, da política externa “ativa e altiva”, implantada nos governos do PT.

Nesse último período, o Brasil fez avanços extraordinários em seu protagonismo mundial.

Investimos muito na integração regional, fortalecendo o Mercosul e criando a Unasul e a Celac.

Demos prioridade à vertente Sul-Sul da política externa e estabelecemos sólidas parcerias estratégicas com outros países emergentes, como a China, a Índia e a Rússia. Reaproximamos-nos à África e criamos laços de cooperação inéditos com regiões como a do Oriente Médio, por exemplo.

Com isso, diversificamos muito nosso comércio exterior e nosso fluxo de investimentos, bem como ampliamos extraordinariamente nossas exportações e nossos superávits, algo que foi fundamental para a superação da vulnerabilidade externa da nossa economia, a qual vivia pendurada no FMI.

Criamos o grupo dos BRICS, contribuindo para conformação de uma ordem internacional mais multipolar.

Fomos indispensáveis para a transformação do G7 em G20 e exercemos nossa respeitada liderança em todos os grandes foros mundiais.

Lula converteu-se no primeiro presidente brasileiro a ter dimensões mundiais. O “cara”, segundo Obama.

Todos esses avanços estão sendo celeremente destruídos pelo golpe. Como se sabe, hoje temos uma política externa passiva e submissa. Voltamos a nos alinhar aos interesses norte-americanos na região e no mundo.

Porém, temos, agora, um sério agravante. Esse sério agravante chama-se Bolsonaro, o “capitão-que-bate-continência-para-a-bandeira-dos-EUA”.

Com efeito, se fizer o que está acenando, Bolsonaro fará com que a política externa do Brasil se converta num ponto totalmente fora da curva, em relação à sua história e às suas tradições.

Uma coisa é aliar-se aos EUA, mantendo, porém, alguns espaços para a defesa de seus interesses próprios, como o Brasil fez, por exemplo, na era FHC.

Na época, mesmo priorizando as relações com o grande irmão do Norte, não abandonamos a integração regional e as relações com alguns países emergentes.

Outra coisa, entretanto, é a promessa de terra arrasada de Bolsonaro. A total submissão do país aos interesses dos EUA, em nome de um feroz anticomunismo totalmente deslocado e extemporâneo, que faria até McCarthy corar. O que se prenuncia é a inteira perda de soberania.

O novo superministro da economia do capitão já deixou claro, de forma bastante grosseira, que o Mercosul e a Argentina não são prioridades, não terão qualquer relevância. Isso causou grande rebuliço num bloco que é fundamental para economia brasileira e para a paz em nossa região.

Trata-se de completa ignorância, por parte de quem pretende governar o Brasil.

A Argentina já foi nosso primeiro parceiro comercial. Mesmo depois da crise, é nosso terceiro parceiro comercial.

Entre 2003 e este ano exportamos para o Mercosul nada menos que US\$ 276 bilhões, com um superávit a nosso favor de cerca US\$ 100 bilhões.

Saliente-se que as exportações brasileiras para o bloco são, em mais de 90%, de produtos industrializados, com alto valor agregado.

Em contraste, no que tange às nossas exportações para a União Europeia, a China e os EUA, os percentuais de manufaturados são de 36%, 5% e 50%, respectivamente.

Portanto, o Mercosul compensa, em parte, a nossa balança comercial negativa da indústria.

Entretanto, o “posto Ipiranga” talvez não ligue para isso, pois já avisou que não terá políticas para promover nossa industrialização.

Ao contrário, terá políticas para inviabilizá-la, pois pretende abrir totalmente nossa economia e extinguir o BNDES, nosso grande instrumento de financiamento da indústria. De agora em diante, a indústria brasileira só terá desincentivos.

Obviamente, essa negligência criminosa em relação ao Mercosul estender-se-á a toda a integração regional, bem como às alianças estratégicas com blocos e países emergentes.

O único relevante, agora, será a relação privilegiada com EUA e aliados, como Israel, por exemplo.

A aliança firme com Trump, evidenciada pelas declarações de Bolsonaro, pelo efusivo e único comunicado de felicitações do presidente dos EUA ao recém-eleito e pela recente visita do embaixador norte-americano ao capitão, bem como à talvez decisiva participação de Steve Bannon na campanha eleitoral, já suscitou a advertência severa de Beijing, que não admitirá retrocessos em sua parceria estratégica com o Brasil, o qual nos beneficia enormemente.

A China é nosso primeiro parceiro comercial. No ano passado, exportamos para lá US\$ 47 bilhões, com um superávit a nosso favor de US\$ 20 bilhões. Em contraste, exportamos apenas US\$ 26, 8 bilhões para os EUA, com um superávit a favor do Brasil de somente US\$ 2 bilhões, dez vezes menor que o obtido com a China.

Ademais, é a China que alimenta o Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (CRA), instrumentos financeiros que poderiam contribuir muito para nosso desenvolvimento.

O posto Ipiranga e o capitão parecem ignorar esses fatos que são do conhecimento de alunos do primeiro ano do curso de Relações Internacionais.

A sabujice política e ideológica do capitão chega ao ponto de anunciar a transferência da embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém e o fechamento da embaixada da Autoridade Palestina no Brasil, emulando Trump.

Trata-se de uma estupidez inacreditável, de uma ruptura clara não apenas com política externa ativa e altiva, mas com toda nossa tradição diplomática no tratamento do tema.

Com efeito, o Brasil é um defensor histórico da solução dos “dois Estados” para a solução do conflito israelo-palestino e, por isso, acompanha a determinação da ONU, inscrita na Resolução 181 de sua Assembleia Geral, de que Jerusalém é uma cidade de status internacional.

É por isso também que à exceção dos EUA de Trump, do Brasil do capitão e da Guatemala, um satélite norte-americano, todos os países mantêm embaixadas em Tel Aviv.

Os países árabes e muçulmanos estão adorando essa iniciativa desastrosa do capitão.

Exportamos US\$ 11,6 bilhões para o Oriente Médio, em 2017. Para Israel, exportamos somente US\$ 466 milhões.

Tal decisão é, como se vê, muito pragmática e inteligente. Está em perfeita sintonia com os interesses da nossa agroindústria e com os milhões de descendentes de árabes que temos no nosso país.

Mas isso é só o começo. O ex-embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, já anunciou que apoia a humilde solicitação do capitão, no sentido do Brasil entrar na OTAN.

O que um país do Atlântico Sul fará na OTAN não parece muito claro. O que é evidente é que tal decisão fará o Brasil rumar para o fundo do “posso”, em termos de soberania.

Se concretizada, essa preclara decisão tornará o Brasil um satélite definitivo, que orbitará fielmente, de forma canina, os interesses geoestratégicos dos EUA no mundo.

Obviamente, tal iniciativa inviabilizará a participação do Brasil no BRICS. Nem Beijing nem Moscou aceitariam um membro da OTAN no seu clube.

O que virá depois?

Uma aventura militar na Venezuela? A liderança, na América do Sul, contra o “marxismo cultural”, seja lá o que isso for?

Medidas protecionistas contra a China, acompanhando Washington?

A extinção do Mercosul e da Unasul? Um pedido para que o Brasil se torne Estado associado dos EUA, como Porto Rico?

Não sabemos. Contudo, pelo andar da carruagem (seria melhor dizer carroça), só falta isso mesmo.

O que é certo é que a combinação de ultraneoliberalismo do posto Ipiranga com a subordinação política e ideológica do capitão que bate continência para a bandeira dos EUA rompe com todo resquício de soberania que nos sobrava, após o golpe.

Com tal combinação, que subverte por inteiro a nossa tradição diplomática, mesmo a do período neoliberal anterior, nos tornaremos uma nulidade geopolítica.

Não seremos apenas um país menor, seremos um país desprezível. Formal ou informalmente, seremos colônia, a exportar *commodities* para quem conseguirmos exportar. E não serão muitos os países, pelo visto.

Trump, aquele que aprisionou crianças brasileiras, e os grandes interesses do capital estão adorando esse novo país que engatinha, de quatro, pelo cenário mundial, sujando as suas fraldas, seus interesses e sua memória.

Só falta batizá-lo. Que tal “Gran Puerto Rico”?

37. O que levou Bolsonaro ao Planalto: um balanço das eleições de 2018

<http://midianinja.org/brantjoao/o-que-levou-bolsonaro-ao-planalto-um-balanco-das-eleicoes-de-2018/?fbclid=IwAR3LulsQsHte3l0qY7SS44GcSFFNzLbLnj1Z4VFiUQ03hLEDjDO9Qv9asPg>

WhatsAppTelegramTwitterFacebook -

02/11/2018 10:03 - João Brandt.

A eleição mal acabou e Bolsonaro já começou o que anuncia ser um governo desastroso para o país. De toda forma, acho que a compreensão dessa eleição é fundamental para pensar no caminho adiante.



Arrisco aqui um balanço das eleições de 2018, não sem antes fazer duas ressalvas. Estive envolvido como voluntário na campanha presidencial do PT em dois momentos: primeiro na formulação do programa, quando coordenei o capítulo das políticas de comunicação. Depois, logo após o primeiro turno, em ações de engajamento de ativistas. Assim, tudo o que falo deve ser lido com lentes que considerem este viés.

A outra ressalva: errei muito nas previsões que fiz este ano. Não que tenha menosprezado o perigo de Bolsonaro – achava que tínhamos que discuti-lo a sério –, mas menosprezei sim sua capacidade de arregimentar tanto apoio

popular e de conduzir a campanha sem apoios partidários e tempo de TV. Menosprezei também a rejeição popular a Alckmin e ao PSDB. Vários amigos alertaram sobre o potencial de Bolsonaro (Leonardo Sakamoto, Pedro Abramovay e Pablo Ortellado, para citar só alguns), mas não consegui enxergar por completo o movimento subterrâneo que acontecia.

Apresento minhas percepções como uma contribuição adicional a vários outros balanços já publicados. Faço ele aqui sustentado em nove pontos:

- Resultado geral
- A condenação e a prisão de Lula
- A não aliança entre o PT e Ciro
- O antipetismo
- A perspectiva antissistema e anticorrupção
- A dificuldade em desconstruir o antipetismo
- Os acertos e erros da campanha
- Notícias falsas e o papel do whatsapp
- A resiliência do PT e o lugar da 'nova política'

• Resultado geral

Uma eleição que elegeu Bolsonaro não pode ser lida senão como um desastre. Considerando uma perspectiva de esquerda, é verdade que o PT sobreviveu bem, fez 45% no segundo turno, elegeu a maior bancada e 4 governadores. Também é verdade que o PSOL elegeu 10 deputados e passou a cláusula de barreira. Tudo isso é importante e deve entrar na conta, mas mesmo assim o balanço é horrível. Mas diferentemente de alguns colegas que apontam apenas as responsabilidades da esquerda, acho que precisamos incluir os setores conservadores na análise. Não dá para falar dessa eleição sem entender como foram construídos os sentimentos antissistema, anticorrupção e antipetista. Se os erros da esquerda bastassem para explicar os resultados, o primeiro turno não teria terminado com o Alckmin com 5% e a Marina com 1%. Mais que tudo: não dá para falar desta campanha sem tocar na condenação e na prisão de Lula.

• A condenação e a prisão de Lula

O golpe de 2016 começa logo após as eleições de 2014, mas só se consumou com a condenação de Lula em segunda instância e com sua prisão em 2018. Sem a condenação, Lula era o favorito para ganhar as eleições; sem a prisão, causaria muitos estragos como articulador político. A ação penal que o condenou não para de pé. Moro e os desembargadores do TRF-4 dizem que Lula ganhou um apartamento – em que nunca dormiu, nunca teve a chave, nunca saiu do nome da construtora – em troca de 'atos indeterminados' praticados em favor da OAS. Um escândalo. A imprensa brasileira, via de regra, validou o processo, porque sabia que era preciso trabalhar com decisões heterodoxas como essa para impedir que Lula voltasse à Presidência da República. Ainda assim, o PT manteve sua candidatura, já que o TSE tem jurisprudência que permitiria a Lula fazer campanha e ter seu nome na urna mesmo sub judice – nesta eleição, houve cerca de 1.400 candidatos nessa situação. No meio dessa disputa, o Comitê de Direitos Humanos da ONU tomou decisão liminar que obrigava o Estado brasileiro a manter os direitos políticos de Lula – e, portanto, sua candidatura. Mesmo neste quadro, o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal fizeram enorme ginástica para deixar Lula de fora. Tacitamente,

as cortes apontaram que não era possível comprometer o arranjo político promovido pelo golpe.

- A não aliança entre o PT e Ciro

Diante da impossibilidade de manter a candidatura de Lula e tendo em conta o resultado de vitória de Bolsonaro, a conclusão mais fácil é de que a frente ampla era desejável e poderia ter gerado um resultado diferente. Minha dúvida sincera é se ela era possível ou se era mera quimera. A meu ver, nenhum dos lados topou abrir mão do mínimo para a aliança se viabilizar. O PT não queria abrir mão da cabeça de chapa porque tinha o líder disparado nas pesquisas (Lula), calculava que sua sobrevivência política estava ligada à candidatura presidencial e precisava manter a candidatura de Lula para fortalecer a denúncia de prisão política. Ciro, por sua vez, desde 2017 falava claramente em se afastar do PT e não topava ser vice nem de Lula nem de qualquer outro candidato do PT. A manobra do PT que gerou a neutralidade do PSB foi uma reação às tentativas de Ciro de aglutinar PCdoB e PSB com seu PDT. Os dois movimentos não me parecem obscenos – fazem parte do jogo da política –, mas mostram que nenhuma das partes queria mesmo compor com a outra.

Se a aliança, ainda assim, tivesse saído, não é fácil prever o que teria acontecido. A falta de protagonismo do PT poderia ter lhe custado uma bancada muito menor no Congresso e o enfraquecimento de sua referência junto à sociedade. Ciro, por sua vez, mesmo que fosse cabeça de chapa, poderia ter o antipetismo contra si. Ele concorreu sem a etiqueta de petista e teve 12% dos votos, então é difícil alegar força eleitoral de um candidato que teve menos da metade dos votos de Haddad, que pela primeira vez disputava uma eleição nacional. Isso mostra que em termos de peso eleitoral, Ciro tinha menos votos a entregar do que o PT.

De toda forma, acho que é um erro tentarmos explicar essa eleição a partir desta variável da aliança PDT-PT, como se uma estratégia diferente fosse necessariamente levar a um resultado diferente. Pode ser que sim, mas a análise precisa levar em conta o fenômeno do crescimento da direita nos últimos anos no Brasil e no mundo, a lava-jato e sua seletividade, o golpe, a perseguição a Lula e a narrativa midiática que se coloca em posição adversária não apenas ao PT, mas à própria política. Ou seja, é preciso lembrar que tinha muito jogo além daquele jogado pela esquerda e centro-esquerda.

- O ‘antipetismo’

Acho que há dois problemas ao se falar de antipetismo. Um é adotar a generalização sem compreender as diferentes origens da rejeição ao PT nessas eleições. O outro é negar a ideia de que haja um antipetismo e dizer que ele é só um disfarce para a luta de classes e a defesa de uma agenda regressiva. Os principais argumentos de rejeição ao PT observados nas redes eram: 1) o PT quebrou o Brasil e nos trouxe a esse estágio da crise econômica; 2) os governos do PT desorganizaram a sociedade brasileira e nos levaram a essa crise política e social (sensação de insegurança, violência e ‘crise moral’) em que estamos; 3) o PT roubou muito e é o partido mais corrupto do Brasil. Além disso, estava presente a perspectiva dos que sempre rechaçaram o PT por divergência ideológica. Assim, o antipetismo é uma generalização que carrega motivações distintas.

Havia ainda um sentimento de mudança, que rechaçava o PT não por um ‘antipetismo orgânico’, mas por uma percepção de que era preciso buscar uma

opção 'nova', apostar em um caminho diferente. Em diálogo com esses aspectos, o detalhamento da motivação de voto em Bolsonaro nas últimas pesquisas mostrava três grupos relativamente iguais em tamanho: aqueles organicamente de ultradireita, tanto em questões políticas e sociais como econômicas; aqueles que não tinham Bolsonaro como primeira opção, mas topavam ir com ele por serem contra o PT e aqueles que nem são tão antipetistas, mas viam em Bolsonaro uma possibilidade de mudança.

- A perspectiva antissistema e a anticorrupção

A todos os aspectos do antipetismo listados acima somou-se o questionamento a todo o sistema político, que fez com que partidos e candidatos tradicionais tenham perdido muito espaço. Esse questionamento é diariamente alimentado pela mídia tradicional pela cobertura extensa e sensacionalista sobre casos de corrupção, de menor e maior monta, que acaba por eclipsar a complexidade do funcionamento da gestão pública. Nessa cobertura, os veículos se afirmam como paladinos da moralidade, vigilantes da atuação pessoalmente desonesta dos políticos. No entanto, pouco contribuem para a compreensão do funcionamento do Estado e do caráter estrutural da corrupção dadas as regras do jogo da política brasileira.

É evidente que a corrupção é um problema grave, mas a forma como ela é tratada é que corrói a confiança no sistema político e na democracia. Apenas para tomar alguns exemplos: a propina da Odebrecht, a empresa mais implicada na lava-jato, é estimada em R\$ 10,5 bilhões em nove anos, ou cerca de R\$ 1,17 bi por ano. Uma enormidade de dinheiro, mas cerca de 1% do orçamento anual da Saúde ou da Educação, ou 0,1% do orçamento anual do Executivo federal. Também não se compara com benefícios que o Estado brasileiro concede para os grandes grupos empresariais. Em 2017, em uma única operação, uma comissão do Ministério da Fazenda isentou o Itaú de pagar R\$ 25 bilhões em impostos – mais de duas vezes toda a propina da Odebrecht. O programa de renegociação de dívidas (REFIS) de 2017 esperava arrecadar R\$ 13 bi, mas negociações no Congresso diminuíram essa expectativa para R\$ 0,5 bi. Ou seja, só o Congresso liberou “uma Odebrecht na lava-jato” para os sonegadores.

Ou seja, a corrupção é um problema grave, mas os prejuízos financeiros diretos que ela traz não a transformam no problema mais grave do Brasil. É evidente que o debate é mais complexo – como já tratei [aqui](#) – mas é difícil dizer que os efeitos para população são piores do que uma política de juros pró-rentistas ou um teto de gastos públicos que retira bilhões por ano da educação e da saúde, por exemplo.

Ao simplificar o debate, a mídia tradicional traz a ideia de que tudo poderia ser muito diferente, como se a corrupção fosse apenas um desvio de caráter dos políticos vistos individualmente. Essa perspectiva traz a impressão de que todos os interesses escusos presentes no jogo político poderiam ser eliminados de uma hora para outra, numa visão idealizada da política. Esse questionamento, quando carrega a expectativa de uma mudança súbita e repentina, traz graves riscos para a democracia, pois estimula, direta ou indiretamente, o desprezo pelas instituições políticas.

- A dificuldade em desconstruir o antipetismo

Em cenário totalmente desfavorável, a campanha de Haddad não conseguiu produzir um discurso que rebatesse os três elementos principais que o enfraqueciam: a crise econômica, a crise política e social e os casos de

corrupção da lava-jato. Os três elementos eram fatos fortes, palpáveis e sentidos pela população. Portanto não havia como argumentar contra os fatos, mas sim disputar sua interpretação, o que é difícil em um contexto de muitos anos de ataques da mídia, de seletividade do judiciário e do Ministério Público e da exploração política desses fatos pelo centro e pela direita.

Em uma eleição, fica muito difícil mostrar que a crise econômica não foi fruto apenas dos erros do governo Dilma (como as desonerações), mas se alimentou e foi alimentada fortemente pela crise política e por um cenário internacional desfavorável. Haddad tentou fazer isso nos debates, mas é um argumento complicado para sustentar porque não há contrafactual possível. Haddad também tentou mostrar que a crise política foi alimentada por uma movimentação da oposição que não aceitou o resultado eleitoral de 2014 e que promoveu o golpe de 2016. Entretanto, isso exigia que a população interpretasse o PT não só como um ator político que cometeu erros, mas também como vítima de uma oposição que desrespeitou a soberania do voto popular.

O PT também não conseguiu produzir um discurso que desse à corrupção o tamanho que ela tem – nem maior nem menor, como citei no ponto acima. Muito menos tinha um discurso convincente para lidar com o tema da segurança pública, em um cenário de crescimento dos homicídios e de forte sensação de insegurança da população. Dizer que a responsabilidade é dos estados ou que temos de investir em políticas sociais não convence ninguém. Apresentar medidas técnicas de reorganização de responsabilidades federativas também não conseguiu dialogar com o medo e o senso de urgência dos eleitores. Ou seja, ao fim, a campanha de Haddad estava em desvantagem em todos os debates importantes das eleições.

Foram inúmeras as pessoas que sugeriram que o partido deveria fazer uma autocrítica sobre o envolvimento de integrantes do partido com a corrupção e sobre os erros do governo Dilma. Haddad reconheceu vários erros e defendeu punição para todos os envolvidos com corrupção, mas os que cobravam a autocrítica defendiam um discurso mais solene, que implicaria no reconhecimento de que o partido era institucionalmente responsável pelos casos descobertos pela lava-jato. Fazer a autocrítica dessa forma significaria legitimar a narrativa seletiva que atribuía ao partido um papel significativamente diferente dos outros nos escândalos apurados na lava-jato, o que não corresponde à realidade. Nesse sentido, é difícil entender como Jair Bolsonaro, que construiu sua história política no Partido Progressista (partido que mais implicados tinha na lava-jato e que apareceu em todos os escândalos de corrupção), pôde aparecer como mais honesto que Haddad. De um jeito ou de outro, espremido entre a narrativa seletiva e o risco de cavar a própria cova, o PT não encontrou uma forma de diminuir o amargor causado pela lava-jato na boca dos eleitores.

- Os acertos e erros da campanha

Os elementos tratados no ponto anterior compõem o cenário que já estava dado no início da campanha eleitoral, ou no momento em que Haddad assumiu a candidatura petista, em 11 de setembro. Tudo que se poderia produzir a partir daí tinha esse pano de fundo, já complicadíssimo. Durante a campanha, havia muitos esforços paralelos a serem feitos: apresentar o candidato à população, mostrar que era o candidato de Lula, gerar confiança pessoal nele, impedir o crescimento da rejeição além da já ‘precificada’, e tentar lidar com todos aqueles elementos listados acima que compõem o antipetismo. Além disso, a campanha

tinha também que tentar rebater a enxurrada de mentiras e notícias falsas. Tarefa inglória.

A campanha conseguiu apontar Haddad como o candidato do Lula e ativar a memória positiva de parte da população. Todo o primeiro turno foi gasto praticamente nesse esforço. A crítica a Bolsonaro demorou demais a aparecer. Quase ocorreu na eleição federal o que aconteceu na eleição municipal, quando Doria bateu Haddad no primeiro turno sem ter sido atacado pela campanha petista. Na virada para o segundo turno, a campanha conseguiu se reposicionar e trazer elementos fortes para o tabuleiro: mostrar como Bolsonaro defendia as mesmas bases econômicas e antipopulares do rejeitado Michel Temer, como ele defendia a violência contra opositores e minorias, e relembrar os avanços do governo petista de Lula. Conseguiu também apresentar o candidato e, ao fim, conquistar a confiança de parte significativa do eleitorado. Mas não conseguiu mostrar que Bolsonaro passou grande parte da sua carreira no partido com mais envolvidos na lavajato (PP). E, principalmente, foi tarefa muito difícil rebater as notícias falsas.

Além disso, a campanha não conseguiu produzir fatos novos na virada para o segundo turno. Seria preciso uma ampliação significativa, a partir de uma negociação política de alto nível, para gerar algum fato político novo. Sem isso, o único fato político relevante até a véspera da eleição foi a matéria da Folha de S.Paulo que mostrou a existência de financiamento empresarial para difusão em massa de mensagens de whatsapp, configurando caixa 2.

Essa ausência de fatos políticos relevantes por parte da campanha atrasou o engajamento espontâneo dos apoiadores de Haddad, que só ganhou tração na última semana. No dia anterior à eleição, as declarações de Joaquim Barbosa e Rodrigo Janot foram sinalizações importantes, mas não houve tempo de valorizá-las politicamente.

• Notícias falsas e o papel do Whatsapp

Um dos grandes personagens dessa campanha foi o whatsapp. Diferentemente das eleições dos EUA, em que o protagonismo foi do Facebook, aqui o debate e a distribuição massiva de conteúdo (inclusive mentiras) aconteceram principalmente no aplicativo de mensagens. A ocorrência de fake news nas eleições foi especialmente intensa a partir dos sete dias anteriores ao primeiro turno, que terminou com Bolsonaro à frente com 46% dos votos válidos. A difusão de mensagens em massa esteve voltada fundamentalmente a criar medo em um eleitorado conservador a partir de questões morais, com a divulgação de mentiras sobre a vida pessoal e a história política de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila. As notícias falsas eram sobre questões pouco importantes para o grande debate político, mas de grande relevância para parte significativa do eleitorado. Um dos exemplos mais emblemáticos foi o suposto 'kit gay'.

A rede de whatsapp de Bolsonaro foi construída ao longo de pelo menos três anos, com uma estratégia profissional de criação de grupos políticos e de interesse geral a partir de administradores que atuavam de forma discreta, mas intencionalmente partidária. Fazendo um paralelo com as formas tradicionais de militância, eles organizaram um competente trabalho de base durante esses anos. Ao mesmo tempo, durante as eleições, as redes de Bolsonaro tiveram alto engajamento orgânico, que se combinou com apoio pago para difusão de mensagens em massa, especialmente às vésperas do primeiro turno, como foi revelado por reportagens do jornal Folha de S. Paulo. Esses envios eram ilegais,

já que baseados em financiamento não contabilizado (caixa 2) e em bases de dados compradas.

De sua parte, o PT e os outros partidos não tinham uma estratégia nem de longe similar. A partir da última semana antes do primeiro turno, montou-se uma estratégia de campanha baseada na distribuição de conteúdos top-down para milhares de grupos, que se somou a estratégias descentralizadas de iniciativa de vários coletivos em todo o país. Mas mesmo ao final da campanha não era possível comparar o peso das duas redes.

É difícil mensurar o peso que as notícias falsas tiveram na decisão de voto, mas o fato de grande parte delas estar sustentada em valores morais permite presumir algum nível de influência no voto especialmente de eleitores evangélicos. Para se ter uma ideia, em pesquisa Datafolha publicada no dia 25 de outubro, a diferença de intenções de voto entre Bolsonaro e Haddad era de 12 pontos. Dependendo da religião, a diferença se alterava muito. Entre católicos, a diferença era de 1 ponto, enquanto entre evangélicos a diferença era de 33 pontos.

Ao fim, essas eleições deixaram claro que o whatsapp não pode ser considerada apenas uma ferramenta de comunicação interpessoal. Pela possibilidade de redistribuição exponencial das mensagens e da formação de grupos e listas de distribuição, é uma ferramenta de comunicação de massa. O grande problema do debate político pelo whatsapp é que ela é uma ferramenta de comunicação de massa protegida por total privacidade e anonimato, sem qualquer transparência (críticas similares têm sido feitas por Pablo Ortellado e Leonardo Sakamoto). Isso cria um espaço público ao mesmo tempo volumoso e obscuro, propício para a disseminação de notícias falsas e para a sustentação de um debate público de baixo nível.

A impossibilidade de identificar os responsáveis pelas postagens originais no whatsapp combinado com o volume de mensagens e a velocidade de disseminação criou um cenário de desinformação em que não havia como discernir fatos, interpretações e mentiras. O ambiente durante as eleições foi de 'apocalipse informacional'. Este tema parece de grande relevância não apenas para o período eleitoral, mas para todo o debate político realizado nas redes, e exige reflexão sob pelo menos dois aspectos: de um lado, o impacto, para a democracia, da comunicação de massa combinada com anonimato e privacidade. De outro, a ausência de formação educacional da população para leitura crítica das informações.

- A resiliência do PT e o lugar da nova política

Considerando todos os elementos desfavoráveis, os 31 milhões de votos obtidos por Haddad no primeiro turno (29% dos votos válidos) e as 56 cadeiras obtidas na Câmara pelo PT são um resultado excepcional, que demonstram a resiliência do partido. Comparado com a queda da bancada do PMDB e do PSDB e com a votação de Alckmin e Marina, o PT mostra que continua contando com a fidelidade de parte do eleitorado e segue sendo o maior partido da esquerda brasileira. Os 16 milhões de votos a mais obtidos no segundo turno, que fizeram Haddad chegar a 45% dos votos válidos, vieram principalmente de apoiadores de Ciro Gomes, Geraldo Alckmin, Marina Silva e Guilherme Boulos, inclusive pessoas que não apoiariam o PT em situações outras, mas o fizeram ante a candidatura de Jair Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, houve mais renovação na Câmara dos Deputados do que em todas as eleições desde 1998. Dos 513 deputados que vão tomar posse em 2019, 49% foram reeleitos, número que variou de 54% a 58% entre 1998 e 2014. A maior parte da renovação foi puxada pela direita, especialmente pelo PSL. Na esquerda e centro-esquerda, o PT e o PDT trouxeram nomes novos no Nordeste, enquanto o PSOL trouxe nomes novos no Sudeste e Sul. Mulheres identificadas como parte da renovação política foram bem votadas, como Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Tábata Amaral (PDT-SP), Marília Arraes (PT-PE) e Talíria Petrone (PSOL-RJ).

A ideia de renovação também fez com que nomes antes desconhecidos fossem eleitos governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Distrito Federal, Amazonas, Rondônia e Roraima. Vários políticos tradicionais não foram eleitos, como Romero Jucá, Eunício Oliveira, Eduardo Suplicy, César Maia, Lindbergh Farias, Edison Lobão, Marconi Perillo, Cristovam Buarque, Magno Malta, Beto Richa e Roberto Requião. A onda de renovação parece ter sido mais arrasadora para a centro-direita que para a esquerda, mas significou, na prática, um congresso mais conservador.

Ao fim, a eleição presidencial se transformou num plebiscito entre dois plebiscitos: rejeição ao PT x rejeição a Bolsonaro. Parte da população preferia a volta do PT, com seus acertos e seus erros, a dar poder a um ex-militar autoritário e tosco. Outra parte preferia tirar o PT, mesmo que em uma guinada radical à direita, que acabou prevalecendo.

O fato de as eleições terem terminado com um enorme gás da militância de esquerda e com a tendência de diminuição da diferença entre Haddad e Bolsonaro faz com que a derrota eleitoral não necessariamente venha a se transformar em derrota política. Por mais que os prenúncios sobre o governo Bolsonaro sejam tenebrosos, sua capacidade de impulsionar a agenda regressiva em relação a direitos civis e direitos sociais vai depender da capacidade de reação e das estratégias de organização da oposição, que vai se reunir em torno de diferentes polos.

No entanto, é preciso lembrar todos os dias que o maior líder político brasileiro das últimas décadas está preso arbitrariamente. Enquanto Lula não estiver livre, a democracia brasileira estará maculada. No dia em que eu encerrava este texto, o juiz Sérgio Moro, algoz de Lula, aceitava o convite para ser Ministro da Justiça de Bolsonaro, desvelando totalmente o caráter político da operação lava-jato. Dá vontade de seguir o textão, mas isso já é assunto da próxima temporada dessa série.

Depoimentos

Vão pra Venezuela , viados!

: "No domingo passado (28), poucas horas antes de Jair Bolsonaro ser eleito presidente, o motorista de uma SUV branca e sua mulher, caricaturas da burguesia paulistana, ao nos verem —meu companheiro, uma amiga e eu— com adesivo pró-Haddad na camisa, saindo de um restaurante nos Jardins, abriram a janela do carro e gritaram: “Vão pra Venezuela, veados!”.

Calhou de eu estar lendo uma obra seminal da literatura brasileira quando a maioria dos brasileiros, sob o pretexto de evitar que o Brasil se transformasse numa Venezuela, elegeu o único candidato capaz de transformar o Brasil numa Venezuela. O único que prometera, durante a campanha, acabar com a oposição e com a imprensa livre (a que o contradiz e o desafia).

Quando a maioria dos brasileiros decidiu entregar suas vidas e a de seus filhos à pior escória (não era visível?), em nome da pátria e da economia, negando o bê-á-bá da lógica e da inteligência, para não falar simplesmente em suicídio, no caso de não terem sido enganados, eu estava lendo um clássico da literatura brasileira, onde tudo é inversão: vitória é derrota, justiça é massacre, civilização é barbárie.

Nesse livro sobre uma guerra insensata e irresponsável, escrito por um homem de formação militar e publicado há mais de cem anos, há passagens que, arrancadas do contexto histórico, produziram em mim o efeito de uma projeção macabra. Vejamos.

“Colhida de surpresa, a maioria do país inerte e absolutamente neutral, constituiu-se veículo propício à transmissão de todos os elementos condenáveis que cada cidadão, isoladamente, deplorava.”

“As maiorias conscientes, mas tímidas, revestiam-se, em parte, da mesma feição moral dos medíocres atrevidos que lhes tomavam a frente. Surgiram, então, na tribuna, na imprensa e nas ruas —sobretudo nas ruas— individualidades que nas situações normais tomariam à pressão do próprio ridículo.”

“E como o exército se erigia, illogicamente, (...) em elemento ponderador das agitações nacionais, cortejavam-no, captavam-no, atraíam-no afanosamente e imprudentemente. (...) O fetichismo político exigia manípulos de farda.”

“Se um grande homem pode impor-se a um grande povo por influência deslumbradora do gênio, os degenerados perigosos fascinam com igual vigor as multidões tacanhas. Ora, entre nós, se exercitava o domínio do caput mortuum [“cabeça morta”, resíduo inútil, restolho] das sociedades.”

“A força portentosa da hereditariedade (...) arrasta para os meios mais adiantados —enlucados e encobertos de tênue verniz de cultura— trogloditas completos. Se o curso normal da civilização em geral os contém, e os domina (...), recalçando-os na penumbra de uma existência inútil, de onde os arranca às vezes a curiosidade dos sociólogos extravagantes ou as pesquisas da psiquiatria, sempre que um abalo profundo lhes afrouxa em torno a coesão das leis, eles surgem e invadem escandalosamente a História.”

Como em “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, não cabe agora chorar o leite derramado, mas também não custa chamar à responsabilidade aqueles que nos últimos anos brincaram com a opinião pública, investidos da inconsequência de quem joga uma partida de Banco Imobiliário antes de dormir.

Tanto faz se o candidato que a maioria dos brasileiros elegeu se revelará um déspota ou um medíocre (os dois não se excluem). Por suas declarações contraditórias e desconstruídas, obedecendo a uma tática dissuasiva de morde-e-assopra, com afirmações abjetas seguidas de pedidos de desculpa, temo que só venhamos a descobrir as mudanças radicais sonhadas por um governo que se sustenta na aliança entre neopentecostalismo e ideal militar quando for tarde demais.

O problema não é ele; somos nós. Até o último minuto, jornalistas, juristas, empresários, banqueiros, economistas e políticos insistiram no processo de normalização do inadmissível, chegando a defender que a incompetência e o despreparo eram a garantia de um candidato inofensivo.

Não foram poucos a compartilhar do sofisma. Na verdade, avolumaram-se conforme se aproximavam da consternação (e da vergonha) final. Comportaram-se como se estivessem diante de mais uma banalidade, tomando as mesmas decisões que tomariam em ocasiões normais, sempre pensando no seu quinhão, de olho no bolso, na carreira ou no futuro pessoal.

Não admira se em menos de quatro anos também estiverem achando (se é que já não acham) que lugar de veado é na Venezuela. Ou em alguma outra representação do inferno."
Bernardo Carvalho

Calhou de eu estar lendo uma obra seminal da literatura brasileira quando a maioria dos brasileiros, sob o pretexto de evitar que o Brasil se transformasse numa Venezuela, elegeu o único candidato capaz de transformar o Brasil numa Venezuela. O único que prometera, durante a campanha, acabar com a oposição e com a imprensa livre (a que o contradiz e o desafia).

Quando a maioria dos brasileiros decidiu entregar suas vidas e a de seus filhos à pior escória (não era visível?), em nome da pátria e da economia, negando o bê-á-bá da lógica e da inteligência, para não falar simplesmente em suicídio, no caso de não terem sido enganados, eu estava lendo um clássico da literatura brasileira, onde tudo é inversão: vitória é derrota, justiça é massacre, civilização é barbárie.

Nesse livro sobre uma guerra insensata e irresponsável, escrito por um homem de formação militar e publicado há mais de cem anos, há passagens que, arrancadas do contexto histórico, produziram em mim o efeito de uma projeção macabra. Vejamos.

“Colhida de surpresa, a maioria do país inerte e absolutamente neutral, constituiu-se veículo propício à transmissão de todos os elementos condenáveis que cada cidadão, isoladamente, deplorava.”

“As maiorias conscientes, mas tímidas, revestiam-se, em parte, da mesma feição moral dos medíocres atrevidos que lhes tomavam a frente. Surgiram, então, na tribuna, na imprensa e nas ruas —sobretudo nas ruas— individualidades que nas situações normais tomariam à pressão do próprio ridículo.”

“E como o exército se erigia, illogicamente, (...) em elemento ponderador das agitações nacionais, cortejavam-no, captavam-no, atraíam-no afanosamente e imprudentemente. (...) O fetichismo político exigia manipulosos de farda.”

“Se um grande homem pode impor-se a um grande povo por influência deslumbradora do gênio, os degenerados perigosos fascinam com igual vigor as multidões tacanhas. Ora, entre nós, se exercitava o domínio do caput mortuum [“cabeça morta”, resíduo inútil, restolho] das sociedades.”

“A força portentosa da hereditariedade (...) arrasta para os meios mais adiantados —enluvados e encobertos de tênue verniz de cultura— trogloditas completos. Se o curso normal da civilização em geral os contém, e os domina (...), recalçando-os na penumbra de uma existência inútil, de onde os arranca às vezes a curiosidade dos sociólogos extravagantes ou as pesquisas da psiquiatria, sempre que um abalo profundo lhes afrouxa em torno a coesão das leis, eles surgem e invadem escandalosamente a História.”

Como em “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, não cabe agora chorar o leite derramado, mas também não custa chamar à responsabilidade aqueles que nos últimos anos brincaram com a opinião pública, investidos da inconsequência de quem joga uma partida de Banco Imobiliário antes de dormir.

Tanto faz se o candidato que a maioria dos brasileiros elegeu se revelará um déspota ou um medíocre (os dois não se excluem). Por suas declarações contraditórias e desconstruídas, obedecendo a uma tática dissuasiva de morde-e-assopra, com afirmações abjetas seguidas de pedidos de desculpa, temo que só venhamos a descobrir as mudanças radicais sonhadas por um governo que se sustenta na aliança entre neopentecostalismo e ideal militar quando for tarde demais.

O problema não é ele; somos nós. Até o último minuto, jornalistas, juristas, empresários, banqueiros, economistas e políticos insistiram no processo de normalização do inadmissível, chegando a defender que a incompetência e o despreparo eram a garantia de um candidato inofensivo.

Não foram poucos a compartilhar do sofisma. Na verdade, avolumaram-se conforme se aproximavam da consternação (e da vergonha) final. Comportaram-se como se estivessem diante de mais uma banalidade, tomando as mesmas decisões que tomariam em ocasiões normais, sempre pensando no seu quinhão, de olho no bolso, na carreira ou no futuro pessoal.

Não admira se em menos de quatro anos também estiverem achando (se é que já não acham) que lugar de veado é na Venezuela. Ou em alguma outra representação do inferno.”
Bernardo Carvalho

Nada de morrer na praia

Os únicos derrotados são os que se resignam. A vida é uma luta permanente, com avanços e retrocessos. Devemos aprender com os erros cometidos e começar de novo. Não há derrota definitiva, nem vitória definitiva (José Pepe Mujica)

Tem muita razão o don Pepe. Apesar do choque com o resultado das eleições, que materializou o espectro do fascismo, não é hora de baixar a guarda. Como em qualquer processo de luto – e luta -, há um tempo necessário para elaborar as perdas e chorar. Depois, é botar de novo o pé na estrada.

A surra foi dolorosa e torrencial. Com exceção do Nordeste, a extrema-direita venceu em todas as regiões do país. No sul, sudeste e centro-oeste, teve quase 70% dos votos válidos. Levou de barbada nas capitais, novamente excetuadas as nordestinas. Curitiba deu-lhe 76,5%, Boa Vista 78,3% e Goiânia 74,2%. Com os quase 60 milhões de votos conseguidos, não se pode atribuir apenas às elites a sedução totalitária. O discurso messiânico, em tempos de fragilidade econômica e social, penetrou fundo na massa brasileira. Para a esquerda e os setores liberais, a pergunta fundamental agora é: como se chegou nesse ponto? Na busca de respostas, é importante não cair em tentações reducionistas.



O desespero é mau conselheiro. Respeito os que desanimaram com as urnas, mas, como dizia o Cazuza, o tempo não para. Lembro onde estava no dia 25 de abril de 1984. No quarto de um hotel em Porto Alegre, acompanhava a votação da Emenda Dante de Oliveira. Foi em torno dela que se mobilizaram milhões de pessoas pelo retorno das eleições diretas para presidente. Por apenas 22 votos, foi derrotada. O sentimento instantâneo de frustração do povo deu lugar à

busca de alternativas. O fim da ditadura foi adiado para 1985, mas isso já é outro

papo. O importante aqui é registrar a capacidade de adaptação à dinâmica da História, esta senhora caprichosa, como dizia Eduardo Galeano.

Dois filmes que admiro apontam elementos importantes na transição entre desapontamento e reação. O primeiro é Tucker, pouco celebrado filme do Coppola. Conta a história de Preston Tucker, irrequieto inventor, que, no final dos anos 40, desenvolveu um projeto inovador de automóvel. Mais barato do que os modelos das grandes empresas, tinha itens pioneiros de segurança e um desenho arrojado. O potencial de conquista do mercado atçou a cólera do oligopólio automobilístico. O lobby no Congresso americano foi acionado (o país do livre mercado adora um lobby ...) e o projeto de Tucker abortado. Quando se esperava um final depressivo, eis que nosso inventor tira do bolso do colete uma nova ideia. Desenvolvida, ela resultou nos frigobares. Pois é, se um caminho fica bloqueado, a melhor solução não será encher a cara ou embarcar no Santo Daime. Melhor trabalhar para desbloquear o caminho. No caso das eleições, trabalho político.

O segundo é o clássico Os 7 samurais, do mestre Kurosawa. Cito de memória.



Um grupo de samurais desempregados é contratado por aldeões pobres para defender a aldeia do ataque iminente de assaltantes. Um dos guerreiros, maltrapilho e irritadiço, é Toshiro Mifune. No clímax da história, a

batalha contra os assaltantes, o samurai maltrapilho finca um pequeno trapo no alto de uma elevação dentro da aldeia. Diz para todos que, no auge da luta, aquele símbolo seria o estímulo para prosseguirem. A bandeira de luta. Uma noção cara a nós da esquerda. A questão do momento é descobrir a bandeira

que unificará forças dispersas (por vaidades personalistas e/ou afirmação categórica de hegemonias). A batalha será duríssima, a sessão não tem hora pra acabar e os assaltantes estão muito bem armados.

Falei em dois filmes, mas não resisto a incluir um pequeno trecho da peça Rasga coração, do Vianinha. Manguari Pistolão, provável alterego do próprio autor (ou de seu pai), acabara de expulsar o filho Luca de casa. Mesmo com a dor da separação, não renuncia às tarefas políticas. Liga para colegas de trabalho, convocando uma assembleia. Ao fundo, ouve-se “se tu queres ver a imensidão do céu e mar/refletindo a prismaticização da luz solar/rasga o coração, vem te debruçar/sobre a imensidão do meu penar”. Retrato de uma geração que colocava a transformação radical do mundo como prioridade máxima. Acho que a gente precisa recuperar a paixão por este tipo de projeto, sem abrir mão da vida pessoal, dos afetos, das paixões que não sejam estritamente políticas. Equilíbrio delicado, que, parece, Vianinha vinha trabalhando antes da morte precoce.

Vamos entrar numa fase de análise da derrota e construção de estratégias de resistência. Como atrair para o trabalho coletivo o mundão de gente que participou lindamente da campanha eleitoral ? Como renovar a esperança na política ? É arregaçar as mangas e fortalecer a musculatura de partidos, movimentos populares, sindicatos, organizações culturais. A volta às bases, que Mano Brown, em estado de ira santa, fez questão de reivindicar no meio da festa.

Tenho uma proposta de hino para esta fase: a música Desesperar jamais, do Ivan Lins. Para quem não conhece, ou se esqueceu, era mais ou menos assim (só a primeira parte): Desesperar jamais/Aprendemos muito nesses anos/Afinal de contas não tem cabimento/Entregar o jogo no primeiro tempo/Nada de correr da raia/Nada de morrer na praia.

Jacques

segunda-feira, 29 de outubro de 2018

A luta



Há muito tempo eu disse à minha filha que, ao adotar o pensamento de esquerda, ela havia escolhido o lado que sempre perde. Embora com vitórias importantes na melhoria da vida dos deserdados, a luta de classes tem privilegiado os ricos ao longo da triste História dos homens. **E assim tem sido desde quando a desorganização social conduziu à exploração do homem pelo homem, como define a consagrada expressão de Marx.**

O que eu não disse na ocasião é que as derrotas, as perseguições e as injustiças nunca fizeram a melhor parte da humanidade desistir da utopia. E depois de cada combate perdido – como a lenda de Sísifo - um novo ciclo recomeça, em condições muitas vezes mais duras ainda. Pensar os ferimentos, reunir os que continuam a acreditar no futuro e continuar a viagem, que não tem fim mas que justifica o ato de viver. Não há maior nobreza do que ficar ao lado dos vencidos.

Celso Japiassu às 03:59 - https://celsojapiassu.blogspot.com/2018/10/a-luta.html?m=1&fbclid=IwAR2c1g4Eb8SOUE-NhOivhEH_xF6ASUVPNpUFOrbjFFrhq9cqI93ZU3bchH0

PROPOSTA DE UMA INEVITÁVEL COALIZÃO. Feita por gente muito séria. Que percebe, ao contrário de tantas almas ingênuas (ou néscias), que com fascismo não se brinca.

São Paulo , 18.10.2018

Carta às lideranças democráticas: frente para governar
Restam apenas dez dias para a eleição que vai definir, por um bom tempo, o futuro da democracia no Brasil. O postulante de extrema-direita, Jair Bolsonaro (PSL), em primeiro lugar nas pesquisas, segue com gestos desabridos que visam estimular as agressões contra ativistas, mulheres, gays e negros que se espalham país afora desde a divulgação dos resultados do primeiro turno. As atitudes do candidato prenunciam uma escalada de natureza fascista caso não sejamos capazes de produzir uma rápida reversão do quadro eleitoral. Enquanto isso, no outro lado do espectro político, assiste-se a uma incrível sucessão de desencontros, pautados por questões menores face à gravidade do quadro. Não é hora para esmiuçar os motivos, mais ou menos justificados, para a desunião dos líderes do campo democrático até aqui, mas o fato é que, por razões diversas, a necessária frente democrática ainda não se formou. Estamos convencidos que é chegada a hora de superar barreiras e fazer o necessário para impedir que o pior aconteça.

O candidato Fernando Haddad (PT), que representa no segundo turno a esperança da sociedade brasileira na democracia, deve ir além do que já foi e propor agora um governo de coalizão, caso vença o autoritarismo em 28/10. Preservados os compromissos fundamentais que garantam o cumprimento de um programa capaz de gerar emprego e renda para a população pobre, que deles necessita com urgência, é preciso chamar os antigos adversários para assumir, junto com ele, o poder e governar o Brasil de maneira unitária. Ciro Gomes, Geraldo Alckmin, João Amoedo, Marina Silva e Guilherme Boulos, candidatos presidenciais até pouco tempo atrás, expressaram na campanha convicções democráticas, apesar de diferenças muito significativas entre si. Por isso, devem ser explicitamente convidados, não só para integrar a urgente coligação eleitoral, mas para compor o Executivo federal, de modo a fazer de Haddad o candidato de uma verdadeira frente de salvação nacional. Ainda há tempo, embora curtíssimo, para produzir uma onda de esclarecimento que reverta a iminente vitória do fascismo. Mais dia, menos dia, o povo brasileiro irá acordar do pesadelo ditatorial, mas se os dirigentes nacionais não estiverem à altura dos acontecimentos, o despertar só virá depois de muito sofrimento, para o qual é nosso dever advertir.

Caso o chamado de unidade efetiva não seja feito, ou seja recusado, que cada um dos nominados carregue com a sua responsabilidade

pública pela catástrofe que se anuncia. A história vai cobrar das lideranças políticas o que fizerem ou deixarem de fazer nestas horas decisivas.

André Singer Antônio Claudio Mariz de Oliveira
Belisário dos Santos Jr Celso Amorim
José Carlos Dias Luiz Carlos Bresser-Pereira
Luiz Felipe de Alencastro Margarida Genevois
Maria Hermínia Tavares de Almeida
Paulo Nogueira Batista Jr. Paulo Sérgio Pinheiro
Roberto Schwarz Rubens Ricupero

Carta aberta de Manuel Castells aos intelectuais do mundo

Publicado em: outubro 8, 2018



“Em uma situação assim, nenhum intelectual, nenhum democrata, nenhuma pessoa responsável do mundo em que vivemos, pode ficar indiferente”. (Foto: Ramiro Furquim/Sul21)

Manuels Castells (*)

Amigos intelectuais comprometidos com a democracia:

O Brasil está em perigo. E, com o Brasil, o mundo. Porque, depois da Eleição de Trump, a tomada do poder por um governo neofascista na Itália e da ascensão do neonazismo na Europa, o Brasil pode eleger presidente um fascista, defensor da ditadura militar, misógino, sexista, racista e xenófobo, que obteve 46% dos votos válidos no primeiro turno da eleição presidencial. Pouco importa quem seja seu oponente. Fernando Haddad é a única alternativa possível. É um acadêmico respeitável e moderado, candidato pelo PT, um partido hoje em dia desprestigiado por ter se envolvido no processo de corrupção generalizado do sistema político brasileiro. Mas a questão não é o PT, mas sim uma presidência de um Bolsonaro capaz de dizer a uma deputada, em público, que ela “não merece ser estuprada”. Ou que o problema da ditadura não foi a tortura, mas sim que não tivesse matado mais ao invés de torturar.

Em uma situação assim, nenhum intelectual, nenhum democrata, nenhuma pessoa responsável do mundo em que vivemos, pode ficar indiferente. Eu não represento ninguém além de mim mesmo. Nem apoio nenhum partido. Acredito, simplesmente, que se trata de um caso de defesa da humanidade. Se o Brasil, o país decisivo da América Latina, cair em mãos deste desprezível e perigoso personagem, e dos poderes fáticos que o apóiam, os irmãos Koch entre outros, nos precipitaremos ainda mais fundo na desintegração da ordem moral e social do planeta, a qual estamos assistindo hoje.

Por isso, escrevo a todos vocês, aos que conheço e aos que gostaria de conhecer. Não para que subscrevam essa carta como se fosse um manifesto de políticos, mas sim para pedir-lhes que tornem pública, em termos pessoais, sua petição para uma ativa participação no segundo turno das eleições presidenciais, dia 28 de outubro, e nosso apoio a um voto contra Bolsonaro, argumentando segundo o que cada um pensa e difundindo sua carta por meio de seus canais pessoais, redes sociais, meios de comunicação, contatos políticos, qualquer formato que difunda nossos protestos contra a eleição do fascismo no Brasil. Muitos de nós temos contatos no Brasil, ou temos contatos que têm contatos. Contate-mo-los. Um what's é suficiente, ou uma chamada telefônica pessoal. Não vai nos fazer um falta uma #. Somos pessoas, milhares, milhões potencialmente falando, no mundo e no Brasil. Ao longo de nossa vida, adquirimos com nossa luta e integridade uma certa autoridade moral. É hora de utilizá-la neste momento antes que seja muito tarde.

Eu farei isso, já estou fazendo. E rogo, simplesmente, que cada uma e cada um faça o que possa.

() Doutor em sociologia pela Universidade de Paris, é professor nas áreas de sociologia, comunicação e planejamento urbano e regional e pesquisador dos efeitos da informação sobre a economia, a cultura e a sociedade*

PENSANDO BEM

Luiz Felipe Miguel

Pensando bem, eu acho que posso sobreviver a uma era bolsonariana.

Eu sou homem. Sou hetero. Sou aquilo que no Brasil é chamado de branco.

Se eu não vestir minha camiseta vermelha, ninguém vai me agredir na rua.

Paro de falar de Brasil e volto a trabalhar só com teoria política. Talvez tenha que usar um ou outro eufemismo, mas, no geral, eles não vão mesmo entender o que estou dizendo.

Certamente vão cortar minhas verbas de pesquisa. Posso olhar pelo lado bom:

é menos trabalho. Também vão cortar minha bolsa de pesquisador, mas isso eu compenso com o imposto que pagarei a menos depois da reforma tributária do Paulo Guedes.

Vou ver minhas turmas de estudantes minguando, conforme as políticas de inclusão forem desmontadas e as mensalidades passarem a ser cobradas. Também é trabalho a menos. A universidade vai ficar mais cinza, mais silenciosa, mais morta, mas eu sempre posso me refugiar na minha casa.

Minha casa que também ficará mais silenciosa e mais cinza. Alguns dos meus amigos não terão a mesma sorte que eu e sumirão: eles têm a cor errada, eles dirigem seus afetos para as pessoas erradas, eles falam as palavras erradas. Talvez seja até melhor. Nos tempos que virão, a amizade pode ser uma coisa perigosa.

Se os artistas forem silenciados, tanto melhor: há tanto dos clássicos que ainda preciso conhecer!

Não sei atirar, mas tenho dinheiro para comprar uma bela pistola, um coldre vistoso, e ostentar pela rua minha condição de cidadão de bem.

Sim, eu posso sobreviver. Ao contrário do que ocorre com muitos outros, não está em risco minha integridade física, minha vida ou minha sobrevivência material. Basta eu ficar no meu canto. Basta eu me tornar insensível ao sofrimento à minha volta. Basta eu trair as pessoas de quem gosto. Basta eu abrir mão da minha dignidade, da minha humanidade, da possibilidade de me encarar no espelho. Basta eu me tornar um monstro.

Texto do professor Luis Felipe Miguel. -- O autor é professor titular de ciência política na UnB.

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10212901665037297&id=1260255422

Hora de voto

Mais do que nunca é preciso insistir em nossos valores, na democracia

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República

07 Outubro 2018 | <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral/hora-de-voto,70002535994>

A fragmentação partidária, os sentimentos exaltados e o personalismo triunfante não respondem às necessidades do povo e do País. Na vida política não basta ter ou imaginar que se tem razão, é preciso que a mensagem seja sentida pelas pessoas e que elas escutem e queiram avançar na direção proposta. Até agora o caminho das reformas e do equilíbrio não parece ser o preferido pela maioria. O eleitorado decidirá hoje os adversários que se enfrentarão no segundo turno. Ainda é tempo de parar a marcha da insensatez. Uma coisa é certa: o eleito ao final de outubro terá de obedecer à Constituição e tanto os que nele votaram como os que a ele se opuseram terão de respeitar o resultado das urnas.

O que está em jogo não é o partido tal ou qual, nem se o candidato é bom ou mau ser humano. Mas, sim, o que pretende e poderá fazer. Terá capacidade de juntar pessoas e forças políticas para governar? Dará rumo à Nação? Concorde com o que ele propõe e avalie que será capaz de fazê-lo? Para responder é preciso analisar o quadro político, social e econômico em que o novo presidente vai operar. Não se trata de escolher o candidato apenas por seus atributos pessoais nem pelo que dizem os partidos (os quais em geral silenciam sobre os verdadeiros problemas), mas, principalmente, pelo que o candidato já fez e por sua capacidade política.

Depois de 2013 os governos do PT levaram a economia à recessão. Como disse na carta que escrevi recentemente aos eleitores, há problemas gritantes no País, a desorganização das finanças públicas e o desemprego são sinais deles. A rigidez dos privilégios burocráticos dificulta cortar os gastos com o funcionalismo. As desigualdades gritantes da Previdência, em especial entre alguns servidores públicos e trabalhadores do setor privado, criam castas de beneficiários, muitos dos quais se aposentam cedo com proventos muito acima do que seria justo receberem.

Diante dessas e de outras despesas obrigatórias, o governo federal acumulou nos últimos cinco anos déficits de R\$ 540 bilhões. O que havia sido um superávit de cerca de 3% do PIB desde 1999, algo maquiado a partir do segundo governo Lula, se tornou um déficit de mais de 2% do PIB a partir de 2015, graças ao descalabro fiscal e ao desastre econômico produzido pelo governo Dilma. Acrescidos das despesas com juros, a sequência de déficits primários fez a dívida pública do governo federal se aproximar de R\$ 4 trilhões e a do Estado brasileiro em seu conjunto superar os R\$ 5 trilhões este ano. A dívida total, já perto de 80% do PIB, continua a subir, a despeito da queda da taxa básica de juros nos dois últimos anos. No ritmo de crescimento que a dívida vem apresentando - ela se situava pouco acima de 50% do PIB em 2011 -, chegará um momento em que só com inflação alta, que corrói o valor real da despesa do governo, o Estado brasileiro poderá financiar-se. O roteiro desse filme todos os que têm mais de 50 anos conhecem muito bem. E ele termina mal, com o empobrecimento do País e, sobretudo, das pessoas socialmente mais vulneráveis. Voltaríamos assim a um passado tenebroso, sobretudo para os mais pobres.

O agravamento da crise seria dramático para uma sociedade desigual e fragilizada por cinco anos de recessão seguida de recuperação econômica anêmica. O desemprego atinge entre 12% e 13% da população ativa, cerca de 13 milhões de pessoas. Sem falar nos que estão ocupados, mas sem carteira de trabalho, cerca de 38 milhões, e afora os chamados “desalentados”, que desistiram de procurar emprego. A soma ultrapassa os 60 milhões de adultos que estão ou correm o risco de cair na pobreza ou na extrema pobreza.

Ao desemprego somam-se o medo da violência crescente, em alguns casos da própria polícia, e a expansão do crime organizado. A sensação de desordem, a insegurança e a agonia do desemprego são a realidade cotidiana de dezenas de

milhões de pessoas. Para muitas não resta opção que não seja aderir ou acomodar-se ao crime organizado, ou encontrar consolo espiritual e solidariedade nas igrejas.

Como falar de “democracia” nestas circunstâncias, se falta o pão e a segurança é precária? Por trás está um sistema político regado a corrupção e uma cultura de permissão e leniência com quem atua, no andar de cima, à margem das leis. O povo vê nos partidos e nos candidatos mais ligados a eles os responsáveis por tudo isso. Procuradores e juizes, frequentemente com razão, mas não raro sem o zelo e o equilíbrio que se espera dos profissionais do Direito, reforçam a sensação de que toda a política é suja e nenhum político escapa à podridão.

Quase todos os candidatos, especialmente os que aparecem à frente, nem sequer abordam com seriedade os problemas reais que estão por trás do mal-estar das pessoas. Estas, no desespero, agarram-se a aparentes soluções polares, mais por identificação simbólica que por adesão racional. Sentem medo, quando não horror, da volta ao lulopetismo e aderem ao candidato que promete tudo resolver no grito, quando não na bala, ou, no polo oposto, juntam-se em torno da nostalgia de um passado idealizado que, se tentar se repetir, comprometerá gravemente o futuro do País.

Mais do que nunca, é preciso insistir em nossos valores, a democracia entre os principais. Além de valores, quem pede o voto do povo deve ser capaz, no mínimo, de reorganizar as finanças públicas e as pôr a serviço dos maiores interesses da população e do País. É por isso que votarei em Alckmin: ele não apenas diz, mas fez. Basta comparar os resultados das políticas públicas de seus governos, inclusive na segurança e na oferta de serviços de saúde e educação, com a situação dramática de alguns outros Estados e do governo federal. Entre os principais candidatos é quem pode juntar forças para dar rumo novo ao governo.

É preciso parar a marcha da insensatez. Ainda há tempo. A hora é agora.

“Pelo amor de Deus!” – um recado de Chico Whitaker

Assisti ontem à noite o longo programa da Globo News comentando a pesquisa eleitoral do Data Folha divulgada também ontem. Não tive paciência para assisti-lo até o fim, mas o que vi já me deixou estarecido e preocupado. Não pelos resultados da pesquisa, dando ampla vantagem a Bolsonaro, porque imaginava que hoje mesmo outras pesquisas relativizariam esses resultados – como realmente já aconteceu, com a pesquisa da Vox Populi. O que me deixou estarecido e preocupado foram as calmas e posadas interpretações dadas pelos jornalistas presentes – o famoso “time” da Globo News – após as explicações técnicas do responsável pela pesquisa.

Era como se, ao lado da sala em que estavam, o fogo estivesse crepitando e eles nem o ouvissem nem vissem a fumaça escapando pela porta. Davam de barato que a eleição estava resolvida, certamente imaginando que poderiam dessa forma desanimar milhões de ouvintes que ainda não aceitaram Bolsonaro, levando-os a jogar a toalha e desistir de “virar o jogo” nesta última semana. Não diziam nem uma palavra – num belo exemplo de mau jornalismo - sobre a descoberta da milionária caixa 2 de Bolsonaro para disparar milhões de mensagens visando continuar a espalhar mentiras para induzir a parcela da população, que caiu na armadilha do antipetismo, a votar no capitão reformado.

Candidamente diziam que Bolsonaro e seus apoiadores foram mais rápidos e tiveram maior habilidade que Haddad para usar esse instrumento moderno de comunicação que são as redes sociais. E ingenuamente procuravam interpretar, como se estivessem num seminário acadêmico, porque a maioria dos eleitores, segundo a pesquisa, prefere Bolsonaro ao mesmo tempo em que 75% o consideram o mais autoritário e 55% o que mais defende os ricos. Pareciam nunca ter sido informados que, por detrás do uso que Bolsonaro está fazendo da tecnologia das mensagens mentirosas e dirigidas, estão especialistas internacionais regamente pagos, que já mostraram sua eficácia em eleições como a de Trump nos Estados Unidos ou a do Brexit na Inglaterra. É inacreditável que não o saibam – no mundo inteiro se fala disso, com muita preocupação com o futuro das democracias. Não caberia pelo menos dar alguma informação sobre o Caixa 2 de Bolsonaro e conjecturar sobre o efeito explosivo desse “fato novo”, que pode vir até a embaralhar totalmente o processo eleitoral em curso?

Como esse “time” é formado por pessoas que se supõe serem inteligentes e bem informadas, só se pode concluir que estavam obedecendo ordens. De

quem? Do General de pijama designado para “assessorar” o Presidente do STF? Do General Etchegoyen, que assinou há pouco com Temer um estranho decreto que se assemelha ao AI-5? Do General Mourão, que se tornaria Presidente se Bolsonaro fosse eleito mas sofresse mais do que se deseja e se espera na operação já marcada para janeiro de 2019?

Há generais demais nessas conjecturas. Agreguemos uma envolvendo um civil: estariam esses jornalistas recebendo ordens de João Roberto Marinho, dono da Globo, de quem o mínimo que se espera é que tenha percebido, entre as “operações” que se escondem detrás da eventual eleição de Bolsonaro, a comandada por Edir Macedo para a Record desbancar a Globo no domínio da TV brasileira?

Se estas reflexões chegarem até Haddad, atrevo-me a uma sugestão: que ele constitua desde já, na semana que vem, um Conselho de Crise, constituído por personalidades nacionais que gozem do respeito de muita gente para assessorá-lo, eleito ou não eleito, a partir de já, na batalha jurídica e política que está começando a se armar em torno do “caixa2noticiasfalsas” de Bolsonaro. Entre estes conselheiros porque não também Fernando Henrique Cardoso, cuja neutralidade, num momento tão decisivo para o país, causa estranheza até entre os intelectuais seus pares, aqui e no mundo inteiro?

É possível que essa batalha leve agora à cassação do registro do candidato ou, depois das eleições, à sua não diplomação e até à negação de sua posse. E na pior das hipóteses, à necessidade de se construir uma Frente Ampla de Oposição a um Governo Civil ou – por que não? – a um regime militar, como aliás metade dos brasileiros já consideram que há chance de acontecer, segundo pesquisas divulgadas hoje mesmo, pela mesma Data Folha. Na hipótese mais favorável para o Brasil, que será a eleição de Haddad, um Conselho como esse permitiria que o novo Presidente contasse com o grande apoio social de que terá necessidade, consideradas as condições em que o país lhe será confiado.

Com meus 86 anos já não tenho tanto tempo à frente para ver qual será o futuro do Brasil. Mas penso nos meus filhos e netos, assim como nos jovens pobres, negros, indígenas, quilombolas, homossexuais, portadores de deficiências, ativistas de esquerda, que podem ser vitimados pela lógica de guerra estimulada por Bolsonaro, apoiada em armas e na violência. E peço a todos, dos jovens aos idosos como eu, que estejamos 24 horas por dia, desta semana em que entramos, atentos a aproveitar toda e qualquer possibilidade de, pacientemente, procurar convencer eleitores de Bolsonaro que foram enganados com as mentiras espalhadas, para mudar seu voto. E estimular apoiadores de Haddad a se engajarem incansavelmente nesse trabalho cívico.

Quem ouviu, pelo rádio ou pela Internet, uma entrevista de Bolsonaro com alguns jornalistas, há alguns dias, deve ter ficado impressionado, como eu, com as vezes em que ele disse a frase “pelo amor de Deus”, antes de responder a cada uma das perguntas que lhe faziam. Mas nós é que devemos repeti-la –

“pelo amor de Deus, Ele não!” - diante do desastre que pode acontecer no Brasil no domingo 28!

19/10/2018

Disponível também em <https://senospermittedsonhar.wordpress.com/2018/10/19/pelo-amor-de-deus-um-recado-de-chico-whitaker/>

PENSANDO BEM

Luiz Felipe Miguel

Pensando bem, eu acho que posso sobreviver a uma era bolsonariana.

Eu sou homem. Sou hetero. Sou aquilo que no Brasil é chamado de branco.

Se eu não vestir minha camiseta vermelha, ninguém vai me agredir na rua.

Paro de falar de Brasil e volto a trabalhar só com teoria política. Talvez tenha que usar um ou outro eufemismo, mas, no geral, eles não vão mesmo entender o que estou dizendo.

Certamente vão cortar minhas verbas de pesquisa. Posso olhar pelo lado bom: é menos trabalho. Também vão cortar minha bolsa de pesquisador, mas isso eu compenso com o imposto que pagarei a menos depois da reforma tributária do Paulo Guedes.

Vou ver minhas turmas de estudantes minguando, conforme as políticas de inclusão forem desmontadas e as mensalidades passarem a ser cobradas. Também é trabalho a menos. A universidade vai ficar mais cinza, mais silenciosa, mais morta, mas eu sempre posso me refugiar na minha casa.

Minha casa que também ficará mais silenciosa e mais cinza. Alguns dos meus amigos não terão a mesma sorte que eu e sumirão: eles têm a cor errada, eles dirigem seus afetos para as pessoas erradas, eles falam as palavras erradas. Talvez seja até melhor. Nos tempos que virão, a amizade pode ser uma coisa perigosa.

Se os artistas forem silenciados, tanto melhor: há tanto dos clássicos que ainda preciso conhecer!

Não sei atirar, mas tenho dinheiro para comprar uma bela pistola, um coldre vistoso, e ostentar pela rua minha condição de cidadão de bem.

Sim, eu posso sobreviver. Ao contrário do que ocorre com muitos outros, não

está em risco minha integridade física, minha vida ou minha sobrevivência material. Basta eu ficar no meu canto. Basta eu me tornar insensível ao sofrimento à minha volta. Basta eu trair as pessoas de quem gosto. Basta eu abrir mão da minha dignidade, da minha humanidade, da possibilidade de me encarar no espelho. Basta eu me tornar um monstro.

Texto do professor Luis Felipe Miguel. -- O autor é professor titular de ciência política na UnB.

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10212901665037297&id=1260255422

Anexo

Artigos Paulo Timm – ELEIÇÕES 2018

Eleições 2018 – Um novo Brasil? Paulo Timm -

http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/181031111043ELEICOES_Novo_Br2.pdf

1. Lições das eleições presidenciais

Paulo Timm – Especial A FOLHA, Torres . out 04

Na quinta feira anterior ao domingo das eleições, dia 4 de outubro, assistimos aos últimos acordos dos candidatos à Presidência, neste ano da graça de 2018. Terá acabado o programa eleitoral dito gratuito, porque pago pelo Governo, no rádio e televisão, que chega aos mais recônditos grotões do território geográfico e social do país. E os candidatos terse-ão confrontado pela última vez, tal como nas últimas eleições, na telinha da Globo. Reta final, na qual é sempre possível alguma surpresa. A tendência mostra dois vencedores no primeiro turno: Bolsonaro, pela direita, x Haddad, pela esquerda, com uma diferença de 10 pontos, aproximadamente, a favor do primeiro. As surpresas poderão ser uma eventual vitória de Bolsonaro no primeiro turno ou uma ultrapassagem, de última hora, de Ciro Gomes, do PDT, sobre o petista. Afinal, chegamos às urnas com

quase um terço dos eleitores ainda inseguros quanto à sua participação. Vai que... Ambas alternativas, entretanto, dadas como improváveis, embora possíveis. Bolsonaro e Ciro foram, enfim, foram os protagonistas com melhor performance pessoal na atual campanha. Podem surpreender.

Quais as lições que podemos tirar desta eleição presidencial?

Persiste, entre nós, o embate entre duas visões de mundo: Conservadores versus Progressistas, nome mais geral para identificar, respectivamente, direita e esquerda. Conservadores são mais identificados com a manutenção da ordem, seja ela social, cultural ou econômica. Reagem ao ritmo das transformações, hoje alimentados pelos 20 milhões de evangélicos. Progressistas, como o nome sugere, são mais favoráveis às mudanças, que identificam como progresso, em quaisquer dos âmbitos da sociedade. Uns e outros mudam de fisionomia, mas subsistem, nos seus vários tons – menos de 50! - no cenário eleitoral, desde 1950.

Naquela época venceu Getúlio Vargas, que era o candidato progressista sob a sigla do Partido Trabalhista Brasileiro. Ganhou, levou, mas não chegou ao fim do mandato, tamanha a campanha conservadora que se abateu sobre ele, que estaria acobertado por um “Mar de Lama”. Curiosamente, à então Oposição, associaram-se os comunistas, que não o viam com bons olhos, desde os tempos que penaram nas prisões a tentativa de derrubar o regime em 1935. Suicidou-se Vargas em 1954, para não ser deposto. Com isso virou a conjuntura, graças à forte comoção social dos trabalhadores urbanos, sob a qual sossobraram os órgãos de imprensa que o combatiam. Vieram as eleições de 1955 e, de novo, o embate entre as duas facções ideológicas, bastante moderadas: Apoiado pela esquerda, reunificada depois da morte de Vargas, JK vence e abre o Brasil para os gloriosos “Anos Dourados”, quando pontificaram a Bossa Nova, o Cinema Novo, as grandes obras das 30 Metas de seu Plano de Governo, sobre o qual erigia-se o produto da ciência e arte da engenharia brasileira, a nova capital, Brasília. Apesar da euforia da época, tropeçam as forças progressistas que apoiavam JK, na sua sucessão, quando apresentaram o General Lott como candidato, ao feitiço da “vassourinha” da direita: Sobe o controvertido Jânio Quadros, apoiado pela UDN tendo como Vice, verdadeira loucura, um Vice eleito pela esquerda, João Goulart. Votava-se, então, separadamente, para Presidente e para Vice. Daí o paradoxo. Duram apenas sete meses as ilusões conservadoras. Jânio renuncia, abre-se uma grave crise militar, pela objeção da caserna à posse de Jango, Brizola resiste na Legalidade e, enfim, voltam os progressistas, por linhas tortas, à Presidência, com Goulart para completar o mandato interrompido. Ressentidos, inconformados e radicalizados, os conservadores o derrubam, porém, com apoio militar imbuídos da ideologia da Segurança Nacional da Guerra Fria, em 31 de março de 1964, num dia que se prolongará na escuridão autoritária por 21 anos. Redemocratização e nova campanha presidencial em 1989. Ganham, surpreendentemente, os conservadores, endossando o nome de Collor, numa reedição de Jânio, que derrota um Lula ainda tímido no segundo turno. Abre-se, então, um caminho de grande renovação dos quadros da política nacional, tanto à esquerda, pela

projeção do lulo-petismo, quanto da direita, que sufragará Fernando Henrique Cardoso, com ampla penetração nas classes médias urbanas, por duas vezes: em 1994 e 1998. Progressistas e Conservadores, passam, a partir daí, por grandes metamorfoses internas, deslocando-se, cada vez mais, para duas tendências da social-democracia, como inspiração de mudança gradual: O PSDB, de FHC, distante da velha direita militarista e o PT, de Lula, independente dos comunistas e trabalhistas históricos, com apoio da Igreja Católica inspirada na Teologia da Libertação, do novo sindicalismo que se associaria a uma combativa central – CUT - e grande parte da inteligência. Em 2002, 2006, 2010 e 2014 os petistas levam a melhor, mas sucumbem no impeachment da Dilma em 2016, no bojo de uma radicalização cada vez maior de um e outro lado, com um consequente debilitamento do centro.

Em 2018, mais uma vez, assistimos a contenda histórica entre Conservadores e Progressistas, matizada, porém, pela radicalização polarizada das respectivas tonalidades. A direita civilizada globalista do PSDB perde espaço para um novo personagem, Bolsonaro, que personifica, quase sozinho, mas com competência -soterrando as pretensões de aliados ideológicos como Amoedo, Meirelles e Alkmin - o anti-petismo, enquanto o PT, em seus desdobramentos com a prisão de Lula, opta por uma solução mais à esquerda, em aliança com Pcdob, como solução à sua própria crise. O velho centro, representado durante toda a redemocratização pelo PMDB se esvai, empurrado à direita pelo Governo Temer, ficando reduzido à menores expressões regionais dissidentes no nordeste. Isso, aliás abriu uma brecha para novas narrativas, como Ciro Gomes, do PDT e Marina Silva, da Rede, ainda carentes de confirmação.

Erram, pois, todos os que insistem que o Brasil nunca teve Partidos. Não só os teve, como fez sua História no embate ideológico entre correntes competitivas e concorrentes. Ao longo das crises, sempre houve, entretanto, uma opção centrista que apontava, não propriamente para uma conciliação nacional, como a análise crítica insiste em frisar, mas como caminho possível para o desenvolvimento com democracia, tal como foram JK, em 1955, Tancredo Neves, em 1961, e Ulysses Guimarães, na redemocratização, com epílogo na Constituição Cidadã de 1988, que cumpre, hoje, 30 anos. Aqui, vale ressaltar o que tem sido um requisito de funcionamento da democracia: a auto-contenção, seja no plano subjetivo, seja no plano objetivo das proposições. Mas o Brasil mudou e trouxe no bojo de suas transformações novos desafios que parecem dificultar este exercício. Lástima! Ao voto, pois (!), como prefere a maioria dos brasileiros em recente pesquisa da Datafolha - <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/05/datafolha-democracia-e-a-melhor-forma-de-governo-para-69-dos-brasileiros-ditadura-em-certas-circunstancias-e-opcao-para-12.ghtml> . Este o critério para o aprofundamento da democracia-entre-nós e não seu desastre, como muitos, em vários lugares do mundo, já o pressentem. Não por acaso o best-seller do momento é um livro sobre o fim das democracias. Eis, para concluir, o cenário:

O Fim da democracia -

<https://ocultorevelado.webnode.pt/euro.../o-fim-da-democracia/>

O Fim da democracia. O poder já mudou de mãos. Os verdadeiros donos do mundo já não são os governos, mas sim os donos dos grupos das multinacionais ...

Os militares e o fim da democracia — CartaCapital

<https://www.cartacapital.com.br/.../os-militares-e-o-fim-da-d...>

14 de abr de 2018 - A democracia no Brasil acabou. O último lance foi dado pelo Exército, xeque-mate. A declaração do general Eduardo Villas Bôas de que o ...

O Fim Da Democracia - 9788528603903 - Livros na Amazon Brasil

<https://www.amazon.com.br/Fim-Democracia-Jean-.../.../8528603903>

Compre O Fim Da Democracia, de Jean-Marie Guehenno na Amazon.com.br Livros. Confira livros em oferta e lançamentos na Amazon Livros.

O fim da democracia? - Revista Cult

<https://revistacult.uol.com.br/home/o-fim-da-democracia/>

5 de jun de 2017 - Um dos mais importantes filósofos vivos, o canadense Charles Taylor, que tem livro lançado no Brasil, ataca o “infoentretenimento” e alerta ...

O fim da democracia do ocidente - Enviadas Por Leitores - JusBrasil

<https://por-leitores.jusbrasil.com.br/.../o-fim-da-democracia...>

Já faz algum tempo que o mundo vem passando por mudanças. Aquilo que há alguns anos era debatido pelas crianças dentro das salas de aula e pelos ...

O fim do século democrático | Instituto Mercado Popular

mercadopopular.org/2018/04/o-fim-do-seculo-democratico/

23 de abr de 2018 - Os cidadãos de todo o mundo eram atraídos pela democracia liberal não apenas ... e uma estrutura de alianças comuns está chegando ao fim.

Como as democracias morrem

[Visualizar livro](#)

<https://www.youtube.com/watch?v=gHPuCNQEJQM> – vídeo sem tradução

<https://www.youtube.com/watch?v=R8QL1fVBjI8> – vídeo com tradução

<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/02/steven-levitsky-intolerancia-hoje-mata-democracia-aos-poucos.html> - press

Uma análise crua e perturbadora do fim das democracias em todo o mundo Democracias tradicionais entram em colapso? Essa é a questão que Steven Levitsky e Daniel Ziblatt - dois conceituados professores de Harvard - respondem ao discutir o modo como a eleição de Donald Trump se tornou possível. ... [Google Books](#)

Autor: [Steven Levitsky](#)

A erosão dos direitos civis

<http://revistamirante.wordpress.com/>

A VOZ DO POVO NAS URNAS

No combate a essa adulteração, a essa corrupção que infecciona e debilita o regime, não darei quartel" - Jânio Quadros, 1961 – durou sete meses no Governo...

Foi para acabar com esta pouca vergonha que lutei tanto...F.Collor 1989 – durou dois anos e meio no Governo...

“Vai haver uma limpeza como nunca houve antes nesse país. Vou varrer os vermelhos do Brasil. Ou vão embora ou vão pra cadeia”. Bolsonaro 2018 – Vai durar quanto..?

Anônimo

No dia 17 de outubro de 1930, Thomas Mann proferia no Beethoven-Saal, em Berlim, sua palestra intitulada *Ein Appell an die Vernunft* (Um apelo à razão). Ao mesmo tempo, membros da *Sturmabteilung (SA)*, a milícia paramilitar nazista, tentavam perturbar o evento e impedir que o escritor falasse

José Malaquias

Acabando a campanha eleitoral, falam as urnas: A voz do povo, que é a Deus. Diziam os antigos romanos VOX POPULI, VOX DEI , quando inventaram as eleições na sua cidade, mandando cunhar a expressão nas urnas, querendo dizer que a maioria é que está com a razão. Nem sempre dá certo, mas à falta de melhor recurso na tomada de decisões relativas à vida pública, a ideia democrática vara os séculos e nunca se cansa de voltar à cena. (Fonte: Será o pé do Benedito? - Ed Planeta - Mario Prata). Assim, cerca de 147 milhões de brasileiros são chamados a decidir sobre seu destino. País polarizado, os vencedores mandarão, os vencidos respeitarão, desde que, claro, seus direitos como minoria também sejam respeitados. Nos tempos antigos, esse último quesito não era levado em conta. Nos atuais, é um imperativo, percebido ainda no século XVIII por Alexis de Tocqueville em sua obra clássica sobre “A Democracia na América”:

“Para viver livre é necessário habituar-se a uma existência plena de agitação, de movimento, de perigo; velar sem cessar e lançar a todo momento um olhar inquieto em torno de si: esse é o preço da liberdade.”

Há dúvidas sobre isso entre os analistas que percebem um certo medo dos eleitores quanto à sobrevivência desta essência democrática. Os contendores acusam-se mutuamente de serem riscos à estabilidade constitucional do país. Para um estudioso das eleições no Brasil, Paulo Baía, o PT erra, aliás, ao acusar Bolsonaro de fascista. O povo, para ele, entende o contrário, pois mistura fascismo com esquerda e acaba elevando o medo de que Haddad represente maior risco ao país. O tempo nos dirá melhor. A conferir.~

Uma alerta para quem quer ouvir.

Grupos de pesquisas focais qualitativas indicam que a campanha que fala em medo de perder a democracia no Brasil é percebida como favorável a Jair Bolsonaro.

Para o sentimento da população, segundo esses grupos de pesquisa, quem põe em risco a democracia é o PT.

O antipetismo se enxerga como um movimento democrático contra a ditadura que para eles o PT representa.

É uma constatação ao avaliar pesquisas qualitativas, não é uma opinião pessoal.

Na verdade, estas eleições representam mais um capítulo, com cheiro de epílogo para os mais otimistas, das surpreendentes manifestações de junho de 2013, cujo caráter se identifica mais hoje do que àquela época como “anti-sistema”: 86% dos brasileiros repudiam os políticos e conferem baixíssimos índices de credibilidade aos Partidos e Congresso Nacional. É [Alberto Carlos Almeida](#), Cientista Político, autor de “A Cabeça dos Brasileiros”, quem pontualiza :

“Tenho dados de pesquisa: o anti petismo é muito menor do que o anti sistema. O anti petismo é uma metáfora de rejeição do sistema.

Como o PT já estava no Poder, àquela época, há já mais de 10 anos, vindo a ser fortemente atingido pela Lavajato mais tarde, foi duramente punido nestas eleições, que tirou de cena não só Dilma Roussef, vencida em seu pleito ao Senado por Minas Gerais, mas também Suplicy, em São Paulo, e Lindberg, no Rio, muito embora tenha mantido sua poderosa estrutura que garantiu a maior bancada na Câmara dos Deputados. Pior sorte tiveram o PMDB, com exceção das Alagoas de Renan Calheiros, e o PSDB. Este, mesmo com a eventual vitória do controvertido João Dória, em São Paulo, e Cesar Leite, no Rio Grande do Sul, foi ferido de morte. Perdeu o rumo. Dificilmente voltará ao que era antes. A renovação, portanto, ao atingir todos os grandes partidos, demonstra que há uma certa verdade na afirmação de Alberto Carlos. E ele arremata: *“A elite da esquerda, isto é, a esquerda escolarizada do FB e twitter está cometendo um erro crasso, está entrando no jogo do Bolsonaro. Ele segue a cartilha do Steve Bannon, polariza acerca de temas sobre os quais nada poderá fazer. Cabe limitar a discussão na resolução dos problemas reais da população: geração de empregos, melhoria do bem-estar, saúde, educação, saneamento básico, fornecimento de água, pavimentação de ruas. É isso que realmente importa. Se ganhar, será para resolver tais coisas que terá sido eleito. (...) (...) Haddad ganhará se tiver mais votos. Terá mais votos se recuperar o eleitorado de classe baixa, em particular do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (mas não só). Esse eleitorado não vota em Ciro nem no PSDB. O que se cobra de Haddad, ir para o centro, não o levará à vitória, é ineficiente para obter votos. Eleitoralmente seria melhor, p.ex., o apoio dos evangélicos. Porém, junto à elite que se dedica à política, simbolicamente seria importante o gesto de união de Fernando Henrique e Ciro, seja para viabilizar um eventual governo Haddad, seja para no mínimo sinalizar uma possível resistência a eventuais medidas de fechamento da democracia. Em suma, FH e Ciro não ajudam o PT ganhar essa eleição, tampouco Haddad ir para o centro ou fazer a tal auto-crítica. De novo, estou pensando apenas no voto, na eficiência de obter-se os votos tradicionais do PT. Demandar isso do PT e de Haddad é uma típica exigência de uma bolha que não decidirá esta eleição.”*

Mas segue o barco na toada dos sinuelos... Enquanto isso, um dos 50 tons de Temer, na dianteira das pesquisas, vai preparando o terreno para a vitória e posse em 01 janeiro de 2019. Já cogita de aproveitar vários colabores da área econômica, começando pelo Presidente do Banco Central. Será que vai “chamar o Meirelles” de novo..? Outros, do chamado *dream team* da economia estão confiantes que ficam nos seus cargos. - "Ganhamos, dizem eles", eufóricos. O resto está loteando cargos, todos afirmando que era realmente necessária a “renovação” (!?) da Política no Brasil.

Enfim, concluindo: O eleitor de Bolsonaro, mais instruído e com maior nível de renda, votou pela mudança de Partidos mais do que contra o PT e acabará percebendo que, fora o estilo pessoal, autoritário e rompante, pouco muda institucionalmente. Cultura política é uma coisa muito enraizada na História. Talvez haja um deslocamento do Poder Moderador de fato da Justiça para as Forças Armadas, temerosas que o aventureirismo lhe comprometa a boa imagem. A própria Justiça Eleitoral o monitorará de perto, ameaçando, aqui e acolá com o processo dos fake News. Vale, pois, a lembrança:

Na jornada do herói existe uma necessidade latente de buscar a si mesmo e de compreender de onde as suas ações vêm.

A propósito está muito boa a matéria da Época mostrando a estratégia da campanha do Bolsonaro, a partir do depoimento de um ex-colaborador: criação de grupos demograficamente segmentados com adesão não voluntária, a partir de bases de dados obtidas ilegalmente; em paralelo, uma estrutura piramidal, utilizando a transmissão para encaminhar propaganda e ordens aos militantes; por cima de tudo, a coordenação da cúpula em outra plataforma, o Telegram. Ou como adverte esta crítica - [Virginia Botelho](#):

Estes fatos ocorreram nos últimos 3 dias:

** Esta semana varias iniciativas firam deflagradas para denunciar o uso de modo ilícito de redes sociais para propagar noticias falsas sobre Fernando Haddad e a Manuela D'Avila.*

** Pablo Ortellado e mais dois pesquisadores publicaram um longo artigo no jornal de elevado prestígio NYtimes. O artigo faz um detalhado relato do uso das táticas usadas pela campanha Bolsonaro nas redes sociais. Os dados foram produzidos pela Agencia Lupa, que faz pesquisa de comportamento politico em redes sociais no Brasil.*

** Folha de Sao Paulo publica longa matéria sobre o financiamento ilícito de empresas e empresários na campanha Bolsonaro, que usa essencialmente as redes sociais e mais explicitamente o WhatsApp. Ha pessoas contratadas para espalhar nas redes a propaganda e 60% destas mensagens são noticias falsas. A lei brasileira define este financiamento de empresas como ilegal, e enquadra-se no crime do famoso 'caixa dois'.*

A incerteza, entretanto, é a marca do futuro do Brasil 2019-22. Aprendamos a conviver com ela.

Em tempo: Toda solidariedade ao jornalista portoalegrense Juremir Machado, um dos maiores intelectuais do Rio Grande do Sul, que se demitiu após ser censurado em Programa na Rádio Guaíba, da Rede Record, ao ser vetado por Bolsonaro como entrevistador..

A POLÍTICA NO DIVÃ

Paulo Timm – Especial A FOLHA, Torres RS – OCT 2018

Na explicação das origens da democracia, os gregos antigos recorriam ao mito. Teseu, cujo nome significa “o homem forte por excelência”, filho do Rei Egeu, de Atenas, foi enviado pelo pai para liquidar o minotauro, a besta que exauria a cidade com seu apetite por jovens. O minotauro era uma mistura de homem e touro e tivera origem numa traição da mulher do Rei Minos, de Creta, com um touro que lhe havia sido presenteado por Poseidon. Em Creta, também vivia um célebre arquiteto, Dédalo. Quando Minotauro nasceu, Minos, envergonhado fez com que Dédalo construísse um labirinto para ali deixar o menino monstruoso. O labirinto tinha inúmero corredores, salas e galerias, todos dispostos de uma maneira a nunca se achar a saída e confundir até o mais sábio dos homens.

A história começa numa batalha entre Creta e Atenas. O Rei Minos, de Creta, vitorioso, exigiu um tributo dos perdedores: todos os anos Atenas deveria enviar sete rapazes e sete moças para serem devorados pelo Minotauro no labirinto. Teseu foi enviado à Creta como parte deste tributo, junto com outros jovens. Mas deveria viajar à ilha com a ideia de derrotar a besta. Fez-se ao mar com a recomendação do pai de que, em seu retorno à casa, caso tivesse sucesso na empreitada, deveria ter içada uma vela branca em sua embarcação. Seria o sinal para as boas vindas.

Quando chegou à ilha de Creta, Teseu despertou a paixão de Ariadne, filha de Minos e Pasífae e, graças à sua ajuda, conseguiu se guiar no labirinto e decepar o dinossauro com a espada encantada da amada, saindo vitorioso nesta jornada.

Embriagado pela vitória, esqueceu-se, porém de içar a vela branca em sua entrada de volta ao porto de Atenas, tal como lhe pedira o pai. Em desespero, ao imaginar o filho fracassado, Egeu joga-se ao mar, que tem seu nome. Traído por sua negligência Teseu encontra a cidade devastada pela tristeza. Não lhe bastara a ousadia e esperteza da vitória contra a besta. Na jornada do herói existe uma necessidade latente de buscar a si mesmo e de compreender de onde provêm as suas ações. Tudo, cada passo, lhe é pertinente. E fatal. Teseu reconcentrado em si, atira-se, então, ao duro exercício da reorganização da cidade e aí inventa a democracia como uma nova forma de mobilização e governo.

Nossa democracia não exige muitas narrativas, nem recursos mitológicos. Vivemos, aliás, num mundo em que tudo se explica por átomos, células e números. Estórias são vistas como ficções tendenciosas. Ela, a democracia, simplesmente aí está e só costuma ser valorizada quando, mercê das crises políticas, mergulhamos em regimes autoritários. Até o estudo de História está em crise. Tudo se volta para o futuro...Felizmente, as últimas pesquisas demonstram que a grande maioria dos brasileiros prefere a democracia à ditadura, embora alguns a creiam necessária “em alguns casos” (!), num sinal de que ainda flertamos com a ordem imposta.

Resta saber, então, qual o futuro da nossa democracia depois das eleições de 2018?

As opiniões, aqui, estão tão divididas quanto as urnas. Para a esquerda, Bolsonaro é um grande risco à democracia, à vista de seus pronunciamentos ao longo da já longa carreira política como deputado, nos quais enaltece o regime militar de 1964-85 e estigmatiza avanços culturais da Agenda Pós Moderna. É difícil o salto do século XIX para o XXI... Do outro lado, à direita, ao contrário, é Haddad, como representante do PT e de Lula, o maior risco à democracia: o “bolivarismo”.

Não pretendo equacionar em poucas linhas tamanho conflito de opiniões. Cá tenho eu, a minha própria. Digo, apenas, que o eleitor inclinou-se, por razões ainda a serem reveladas, pela última versão, a ponto de sair em massa para votar não só em Bolsonaro, um político primário, como em seus seguidores em vários Estados, a formando uma bancada federal de mais de 50 parlamentares e impulsionando candidaturas ao Governo de importantes unidades da federação, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O comparecimento às urnas, ao contrário do que se pensava, foi, não só elevado, como estimulado, provavelmente, pelo desejo de liquidar a alternativa de esquerda. A onda conservadora explodiu nas urnas e levou de roldão, com exceção do Nordeste, tanto os partidos de esquerda, como o centro tradicionalmente conciliador, começando pela trituração do PMDB e também o PSDB, para não falar em Ciro Gomes e Marina. Este fato, verdadeiramente inédito, dá o que pensar. A onda bolsonarista tem o mesmo caráter, talvez com sinal trocado, ainda que contraditório, da Revolução de 1930: Pretende soterrar

um modelo de privilégios e conluios políticos eivados no regime constitucional de 1988, concertados pelo que se denomina patrimonialismo.

Na verdade, pouco importa se os seguidores de Bolsonaro são fascistas e os de Haddad bolivaristas. O que importa é que se envolvem em processos que acabam produzindo riscos. A consciência crítica deve, então, se perguntar: - Como chegamos a isso...? Ou vamos simplesmente admitir que se trata de uma fatalidade?

Ora, a fatalidade está para a Natureza, que é a Cidade de Deus, assim como a responsabilidade está para a Sociedade, que é a Morada dos Homens. Não se culpe, portanto o destino, pelo que nos ocorre. Ele é produto de ações humanas, inclusive suas, nossas. Reconhecer isso é o primeiro passo para a entender a realidade, lembrando sempre da máxima de Disraeli : “Nada na Política é desprezível”. Nem os detalhes, nem os grandes movimentos.

Diante, disso, a espera - como esperança- de milhões, a consumir-se em caráter definitivo no dia 28. Depois, o futuro.

Segue o barco. Ou é a Nau dos Insensatos?

Paulo Timm . Especial A FOLHA, Torres RS OCT 2018

O avanço não foi só de Bolsonaro, foi de gente com seu perfil: pouca experiência política e/ou de execução, chegando de surpresa a posições importantes.

Renato Janine Ribeiro . FB

'A nau dos insensatos' (1494), de Sebastian Brant (1457-1521), foi um longo poema satírico, de caráter moralizante, no qual o autor descreve o mundo e seus habitantes como uma nau cujos passageiros perturbados nem sabem, nem se importam para onde estão indo. O leitmotiv cultural da nau dos insensatos era uma paródia da *arca de salvação*, tal como a Igreja era percebida. Este mesmo sentimento vamos encontrar, hoje em dia, em outro autor, Milan Kundera, sobretudo no romance “A Festa da Insignificância”, como assinala Anna Maria Monteiro:

“Lançar luz sobre os problemas mais sérios e, ao mesmo tempo, não proferir uma única frase séria, estar fascinado pela realidade do mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, evitar qualquer realismo, eis A Festa da Insignificância, onde o riso, inspirado na nossa época, é cômico porque perdeu todo o seu sentido de humor.”

O tema me lembra um depoimento, que recolhi de uma leitura sobre as Assembleias que deram origem à democracia, como forma de governo na Grécia Antiga. Um personagem, saindo de casa para uma daquelas reuniões políticas pergunta ao vizinho, ainda ocupado com seu trabalho, se não ele também não irá, ao que este responde: - “Àqueles encontros, em que os sábios dão conselhos e os tolos decidem como querem...?”

Pois assim é a democracia: Um enigma que se presta a várias interpretações e testes. Não obstante, com todos os seus percalços e defeitos, para os quais os

gregos inventaram até a ditadura como salvaguarda temporária, sujeita a rígida regulamentação que evitasse sua perpetuação, vivemos e morremos sob ela e por ela.

No Brasil, vários derrotados, personalidades e Partidos, sobretudo PSDB e PMDB. O primeiro não só saiu-se mal com Alckmin candidato, como caiu na Câmara de 53 deputados para 30, enquanto o MDB caiu de 66 para 34, deixando para trás seu próprio Presidente e principal articulador, Romero Jucá. Vencedores, dois candidatos à Presidente no primeiro turno às – Jair Bolsonaro x F. Haddad – , sujeitos a um desfecho no próximo dia 28. Sem apelação. Ganha o que fizer 50% dos votos mais um. Bolsonaro saiu e está na frente, segundo Datafolha do dia 10 passado, com 58% das preferências. Vitória dos conservadores. Ambos, entretanto, são campeões de rejeição, sendo que, como eu até já falei há algumas colunas, o que for menos aceito cairá fora. Restará para suas hostes neste difícil pleito, o caminho da árdua oposição. Gostaríamos de votar pelo critério de preferência, numa figura que nos enchesse de esperança e orgulho. Não será assim. A maior parte dos brasileiros votará “contra” e, rigorosamente, ninguém sabe direito o que nos espera nos próximos 4 anos. Também no processo eleitoral estamos numa espécie de perigoso desamparo, sem muita segurança, não na mecânica eleitoral, que alguns colocam sob suspeição, mas no futuro da escolha. As implicações não estão apenas na formação do Ministério. (Será mesmo verdade que Alexandre Frota, também eleito, vai ser o Ministro da Educação? Deus nos live!) .Projetam-se no Judiciário. Durante o próximo mandato presidencial, Celso de Mello e Marco Aurélio Mello serão compulsoriamente aposentados do Supremo. Imaginem indicações como Deltan Dallagnol , caso ganhe Bolsonaro, como a matemática parece indicar? E quem ocuparia o Banco Central e Ministério da Fazenda, caso Haddad ganhe e que seja capaz de acalmar o sacrossanto “Mercado”. Chamar o Meirelles, de novo...? Um dos gurus do liberalismo, Gustavo Franco, diz que uma vitória de Bolsonaro trará muita confusão:

<https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7377944/bolsonaro-eleito-sera-pessimo-para-economia-diz-gustavo-franco> E o que vai acontecer no Congresso Nacional, que teve imensa renovação no Senado , o mesmo ocorrendo com a Câmara dos Deputados: Mais de 50% de “novos” parlamentares, mais conservadores que os anteriores, ainda que sob velhas siglas, o mesmo processo de captura paroquial de votos, a mesma e velha cultura política da cooptação.

Eis o relato de um especialista:

Alberto Carlos Almeida – FB 7 de outubro às 21:32 .

O resultado para o Senado mandou um recado claro para os políticos. Houve uma ampla rejeição ampla àqueles com mandato. O Senado se tornou mais fragmentado, com dezenas de eleitos inexperientes. Será um grande teste para o Brasil.

Senadores que perderam o mandato:

- Jorge Viana (PT)
- Eunício Oliveira (MDB)
- Cristóvam Buarque

- Ricardo Ferraço (PSDB)
 - Magno Malta
 - Lúcia Vânia (PSB)
 - Edison Lobão (MDB)
 - Flexa Ribeiro (PSDB)
- Roberto Requião (MDB)
 - Lindberg Farias (PT)
 - Romero Jucá (MDB)
- Cássio Cunha Lima (PSDB)

Políticos importantes e muito conhecidos que disputaram para o Senado e não foram eleitos:

- Zeca do PT
- Sarney Filho
- Marconi Perillo
- Dilma Roussef
- César Maia
- Garibaldi Alves
- Eduardo Suplicy
- Beto Richa

Senadores reeleitos:

- Renan Calheiros (MDB)
 - Randolfe
- Ciro Nogueira (PP)
- Paulo Paim (PT)
- Humberto Costa (PT)

Desta vez, o espetáculo das celebridades nos brindou com uma estrela de mais de dois milhões de pontas: Janaína, a algoz de Dilma...Pudesse escolher, eu preferiria a Marta, ou a Leila do vôlei, aliás eleita senadora em Brasília... Verdade que há o sopro da sigla bolsonarista – PSL -, com alguns governadores, talvez Minas Gerais, e cerca de 50 deputados, equivalente à bancada petista. Mas o que quer dizer mesmo a sigla PSL? Qual a sua inspiração doutrinária? Qual o seu Projeto para o Brasil? Ninguém sabe. Espera-se (!) que não repita nem a República Velha, do Café com Leite, nem a Nova República, do Strogonof de asa de frango. Como? Um milhão para quem acertar. Acho que não teremos nem fascismo, caso Bolsonaro se confirme, nem Bolívarismo, se Haddad for eleito, duas das principais acusações em cena, entre uns e outros dos contendores. A propósito, sigo o pensamento de Angelina Peralva:

“Mas falar de fascismo não adianta muito. É preciso dar respostas, apontar caminhos. E se nos for dada a oportunidade de ganhar tempo, mais 4 anos, saber que a luta não terá terminado nesse momento. Ela estará apenas começando.”

Bolsonaro segue os passos de Jânio Quadros, em 1960, e Collor de Mello, em 1989, embora menos preparado: Muita Onda e pouca profundidade. Penso, aliás, que o Brasil não aproveitou as eleições para discutir com frieza seus principais problemas econômicos, como a inserção num mercado mundial sob intensa guerra comercial, a questão da Reforma do Estado e da Política, inclusive o Pacto Federativo, a Questão Fiscal e Tributária e a Política Social, cada vez mais premida pelo envelhecimento de uma população muito pobre. Vá o feito! Não dá mais tempo. Parece, na verdade, que fomos atropelados pelas circunstâncias. Mas sobreviveremos. La nave va, como dizem os castelhanos...

Fim

A VOZ DO POVO NAS URNAS

Paulo Timm – Especial A FOLHA, Torres RS 22 OCT -2018

No combate a essa adulteração, a essa corrupção que infecciona e debilita o regime, não darei quartel" - Jânio Quadros, 1961 – durou sete meses no Governo...

Foi para acabar com esta pouca vergonha que lutei tanto...F.Collor 1989 – durou dois anos e meio no Governo...

“Vai haver uma limpeza como nunca houve antes nesse país. Vou varrer os vermelhos do Brasil. Ou vão embora ou vão pra cadeia”. Bolsonaro 2018 – Vai durar quanto..?

Anônimo

No dia 17 de outubro de 1930, Thomas Mann proferia no Beethoven-Saal, em Berlim, sua palestra intitulada Ein Appell an die Vernunft (Um apelo à razão). Ao mesmo tempo, membros da Sturmabteilung (SA), a milícia paramilitar nazista, tentavam perturbar o evento e impedir que o escritor falasse

José Malaquias

Acabando a campanha eleitoral, falam as urnas: A voz do povo, que é a Deus. Diziam os antigos romanos VOX POPULI, VOX DEI, quando inventaram as eleições na sua cidade, mandando cunhar a expressão nas urnas, querendo dizer que a maioria é que está com a razão. Nem sempre dá certo, mas à falta

de melhor recurso na tomada de decisões relativas à vida pública, a ideia democrática vara os séculos e nunca se cansa de voltar à cena. (Fonte: Será o pé do Benedito? - Ed Planeta - Mario Prata). Assim, cerca de 147 milhões de brasileiros são chamados a decidir sobre seu destino. País polarizado, os vencedores mandarão, os vencidos respeitarão, desde que, claro, seus direitos como minoria também sejam respeitados. Nos tempos antigos, esse último quesito não era levado em conta. Nos atuais, é um imperativo, percebido ainda no século XVIII por Alexis de Tocqueville em sua obra clássica sobre “A Democracia na América”:

“Para viver livre é necessário habituar-se a uma existência plena de agitação, de movimento, de perigo; velar sem cessar e lançar a todo momento um olhar inquieto em torno de si: esse é o preço da liberdade.”

Há dúvidas sobre isso entre os analistas que percebem um certo medo dos eleitores quanto à sobrevivência desta essência democrática. Os contendores acusam-se mutuamente de serem riscos à estabilidade constitucional do país. Para um estudioso das eleições no Brasil, Paulo Baía, o PT erra, aliás, ao acusar Bolsonaro de fascista. O povo, para ele, entende o contrário, pois mistura fascismo com esquerda e acaba elevando o medo de que Haddad represente maior risco ao país. O tempo nos dirá melhor. A conferir.~

Uma alerta para quem quer ouvir.

Grupos de pesquisas focais qualitativas indicam que a campanha que fala em medo de perder a democracia no Brasil é percebida como favorável a Jair Bolsonaro.

Para o sentimento da população, segundo esses grupos de pesquisa, quem põe em risco a democracia é o PT.

O antipetismo se enxerga como um movimento democrático contra a ditadura que para eles o PT representa.

É uma constatação ao avaliar pesquisas qualitativas, não é uma opinião pessoal.

Na verdade, estas eleições representam mais um capítulo, com cheiro de epílogo para os mais otimistas, das surpreendentes manifestações de junho de 2013, cujo caráter se identifica mais hoje do que àquela época como “anti-sistema”: 86% dos brasileiros repudiam os políticos e conferem baixíssimos índices de credibilidade aos Partidos e Congresso Nacional. É [Alberto Carlos Almeida](#), Cientista Político, autor de “A Cabeça dos Brasileiros”, quem pontualiza :

“Tenho dados de pesquisa: o anti petismo é muito menor do que o anti sistema. O anti petismo é uma metáfora de rejeição do sistema.

Como o PT já estava no Poder, àquela época, há já mais de 10 anos, vindo a ser fortemente atingido pela Lavajato mais tarde, foi duramente punido nestas eleições, que tirou de cena não só Dilma Roussef, vencida em seu pleito ao

Senado por Minas Gerais, mas também Suplicy, em São Paulo, e Lindberg, no Rio, muito embora tenha mantido sua poderosa estrutura que garantiu a maior bancada na Câmara dos Deputados. Pior sorte tiveram o PMDB, com exceção das Alagoas de Renan Calheiros, e o PSDB. Este, mesmo com a eventual vitória do controverso João Dória, em São Paulo, e Cesar Leite, no Rio Grande do Sul, foi ferido de morte. Perdeu o rumo. Dificilmente voltará ao que era antes. A renovação, portanto, ao atingir todos os grandes partidos, demonstra que há uma certa verdade na afirmação de Alberto Carlos. E ele arremata: *“A elite da esquerda, isto é, a esquerda escolarizada do FB e twitter está cometendo um erro crasso, está entrando no jogo do Bolsonaro. Ele segue a cartilha do Steve Bannon, polariza acerca de temas sobre os quais nada poderá fazer. Cabe limitar a discussão na resolução dos problemas reais da população: geração de empregos, melhoria do bem-estar, saúde, educação, saneamento básico, fornecimento de água, pavimentação de ruas. É isso que realmente importa. Se ganhar, será para resolver tais coisas que terá sido eleito. (...) (...) Haddad ganhará se tiver mais votos. Terá mais votos se recuperar o eleitorado de classe baixa, em particular do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (mas não só). Esse eleitorado não vota em Ciro nem no PSDB. O que se cobra de Haddad, ir para o centro, não o levará à vitória, é ineficiente para obter votos. Eleitoralmente seria melhor, p.ex., o apoio dos evangélicos. Porém, junto à elite que se dedica à política, simbolicamente seria importante o gesto de união de Fernando Henrique e Ciro, seja para viabilizar um eventual governo Haddad, seja para no mínimo sinalizar uma possível resistência a eventuais medidas de fechamento da democracia. Em suma, FH e Ciro não ajudam o PT ganhar essa eleição, tampouco Haddad ir para o centro ou fazer a tal auto-crítica. De novo, estou pensando apenas no voto, na eficiência de obter-se os votos tradicionais do PT. Demandar isso do PT e de Haddad é uma típica exigência de uma bolha que não decidirá esta eleição.”*

Mas segue o barco na toada dos sinuelos... Enquanto isso, um dos 50 tons de Temer, na dianteira das pesquisas, vai preparando o terreno para a vitória e posse em 01 janeiro de 2019. Já cogita de aproveitar vários colabores da área econômica, começando pelo Presidente do Banco Central. Será que vai “chamar o Meirelles” de novo..? Outros, do chamado *dream team* da economia estão confiantes que ficam nos seus cargos. - "Ganhamos, dizem eles", eufóricos. O resto está loteando cargos, todos afirmando que era realmente necessária a “renovação” (!?) da Política no Brasil.

Enfim, concluindo: O eleitor de Bolsonaro, mais instruído e com maior nível de renda, votou pela mudança de Partidos mais do que contra o PT e acabará percebendo que, fora o estilo pessoal, autoritário e rompante, pouco muda institucionalmente. Cultura política é uma coisa muito enraizada na História. Talvez haja um deslocamento do Poder Moderador de fato da Justiça para as Forças Armadas, temerosas que o aventureirismo lhe comprometa a boa imagem. A própria Justiça Eleitoral o monitorará de perto, ameaçando, aqui e acolá com o processo dos fake News. Vale, pois, a lembrança:

Na jornada do herói existe uma necessidade latente de buscar a si mesmo e de compreender de onde as suas ações vêm.

A propósito está muito boa a matéria da Época mostrando a estratégia da campanha do Bolsonaro, a partir do depoimento de um ex-colaborador: criação de grupos demograficamente segmentados com adesão não voluntária, a partir de bases de dados obtidas ilegalmente; em paralelo, uma estrutura piramidal, utilizando a transmissão para encaminhar propaganda e ordens aos militantes; por cima de tudo, a coordenação da cúpula em outra plataforma, o Telegram. Ou como adverte esta crítica - [Virginia Botelho](#):

Estes fatos ocorreram nos últimos 3 dias:

** Esta semana varias iniciativas firam deflagradas para denunciar o uso de modo ilícito de redes sociais para propagar noticias falsas sobre Fernando Haddad e a Manuela D'Avila.*

** Pablo Ortellado e mais dois pesquisadores publicaram um longo artigo no jornal de elevado prestígio NYtimes. O artigo faz um detalhado relato do uso das táticas usadas pela campanha Bolsonaro nas redes sociais. Os dados foram produzidos pela Agencia Lupa, que faz pesquisa de comportamento político em redes sociais no Brasil.*

** Folha de Sao Paulo publica longa matéria sobre o financiamento ilícito de empresas e empresários na campanha Bolsonaro, que usa essencialmente as redes sociais e mais explicitamente o WhatsApp. Ha pessoas contratadas para espalhar nas redes a propaganda e 60% destas mensagens são noticias falsas. A lei brasileira define este financiamento de empresas como ilegal, e enquadra-se no crime do famoso 'caixa dois'.*

A incerteza, entretanto, é a marca do futuro do Brasil 2019-22. Aprendamos a conviver com ela.

Em tempo: Toda solidariedade ao jornalista portoalegrense Juremir Machado, um dos maiores intelectuais do Rio Grande do Sul, que se demitiu após ser censurado em Programa na Rádio Guaíba, da Rede Record, ao ser vetado por Bolsonaro como entrevistador..

Impressões de véspera

Paulo Timm . A FOLHA, Torres RS OCT 26 NOV

O processo eleitoral correu satisfatoriamente no Brasil, apesar das manipulações dos fakenews, não restritas ao nosso país. Vamos ter que aprender a lidar com isso no futuro. Quanto aos resultados, demonstram que o país é bastante dividido entre esquerda x direita. Nas últimas eleições a maioria ficou com a esquerda. Desta vez, talvez fique com a direita, ou o que se parece com um e outro, com pequena diferença entre um e outro. O país, enfim, está dividido ideologicamente, o que não é ruim como muitos pensam. Ruim é a intolerância e pior ainda o recurso à

violência na defesa das posições. Ainda chegaremos ao ponto em que estão Portugal e Chile, onde as diferenças, profundas, são partes da vida pública.

A direita, porém, sofreu maiores traumas do que a esquerda. Vejamos:

A hegemonia da direita voltou aos setores mais afinados com o discurso autoritário, praticamente destruindo o PSDB, que desde 2004 se afirmara sobre velhas lideranças oriundas do regime militar. Acresça-se ao desempenho pessoal de Bolsonaro neste processo, encarnando não apenas uma imagem de anti-sistema, mas também sua articulação com grandes massas evangélicas afinadas com sua defesa da família tradicional e valores conservadores, a emergência de dois Partidos de direita, o Novo, de Amoedo, e o PSL, do próprio Bolsonaro, com uma bancada que tenderá ser a maior da Câmara dos Deputados e alguns Governadores de importantes Estados, mormente Minas Gerais.

A esquerda, mesmo se for derrotada, sai vitoriosa, com amplo apoio em margem considerável do eleitorado brasileiro. Segue, na esquerda, a hegemonia do PT, tendo feito uma grande bancada na Câmara e reafirmando seu controle, junto com PCdoB no Maranhão e em vários Estados. Quebrou a cara quem imaginou que a LAVAJATO destruiria o PT. Abateu, sim, algumas lideranças, mas o Partido vai dar trabalho por muitos anos, distante de Haddad. O PDT e Ciro Gomes cresceram no cenário nacional, mas falta-lhes maior envergadura orgânica interna e de relações com a Sociedade Civil e Inteligência nacionais para disputar com o PT a liderança na Oposição. Não obstante, tudo indica que Ciro se preservou para tentar voltar em 2022 como um candidato viável. O PSB poderá, entretanto, ter um novo papel a partir de uma eventual vitória de França em São Paulo, provavelmente em aliança com PDT, Marina, PPS e alguma outra agremiação de centro esquerda que emerja neste processo.

Com o deslocamento da hegemonia da direita para um extremo francamente autoritário e a incapacidade do PT em construir uma Frente Democrática, com participação de liberais, empresários e classes médias, capaz de lhe fazer frente com folga competitiva, confundiu-se o sentimento anti-sistema com o anti-petismo, debilitando a alternativa HADDAD. Isso levou de roldão o PMDB tradicionalmente vocacionado como fiel da balança, quer no processo eleitoral, quer na construção da governabilidade.

Se Bolsonaro se confirmar como Presidente há apreensões generalizadas, tanto do Mercado, quanto das opiniões externa e interna, sobre seu curso e estabilidade. Seu discurso é anti-sistema político mas não anti-sistema econômico. Sua ideologia é difusa, devendo oscilar entre sentimentos arraigados de nacionalismo militar, que impõe um mínimo de soberania em decisões estratégicas e corporativas e um vago liberalismo. Deverá, coerente com sua formação militar, a ser fortemente centralizador, sem, contudo capacidade política - técnica e administrativa - para operar como árbitro de decisões conflitantes de seus colaboradores. O mesmo aconteceu com Temer. Viveu indo e voltando sobre questões cruciais, sem ter clareza sobre o melhor caminho. Resta, neste processo, saber quem o influenciará, à falta de ideologia, partido, colaboradores articulados. Aqui duas vertentes: A família e o próprio Exército. Até que ponto, por exemplo, esta instituição tolerará afundar-se em sua boa imagem na sociedade em decorrência da instabilidade de Bolsonaro? Não creio,

pessoalmente, que as Forças Armadas aceitem ser levadas à qualquer aventura golpista.

Quem viver verá...

Não obstante, como me dizem os amigos petistas: Nada está decidido. O PT sempre foi um Partido de chegada e conseguiu nas últimas duas semanas tirar a militância e simpatizantes de casa para ir às ruas. Nunca se viu tanta gente, voluntariamente, nas ruas, nos coletivos, nas praças, dispostas a defender a democracia com HADDAD. Parece que enterramos, mesmo, o passado vergonhoso das campanhas milionárias financiadas com desvios de recursos públicos...

VIVA A DEMOCRACIA!

Primeiras Impressões

(Crónica – Observatório das Eleições Brasileiras 2018)

<https://forumdemosnet.wordpress.com/2018/11/02/primeiras-impressoes/#more-1928>

*Por Paulo Timm**



Pedro Cardozo, o “Agostinho” de A GRANDE FAMÍLIA fala para os portugueses – <https://www.facebook.com/diogo.legionario/videos/1877001882419267/?t=459>

O processo eleitoral correu satisfatoriamente no Brasil, apesar das manipulações dos *fakenews*, não restritas ao nosso país. Vamos ter que aprender a lidar com isso no futuro. Uma constatação positiva: Parece que demos um fim às campanhas milionárias financiadas com desvio de recursos públicos.

Quanto aos resultados, demonstram que o país é bastante dividido entre esquerda x direita. Nas últimas eleições , de 2002 a 2014, a maioria ficou com a esquerda. Desta vez, ficou com a direita ou o que se parece com um e outro, além do que diferencia um do outro enquanto Projetos para o Brasil. O país, enfim, está dividido ideologicamente, o que não é ruim, como muitos pensam. Ruim é a intolerância e pior ainda o recurso à violência na defesa das posições. Ainda chegaremos ao ponto em que estão Portugal e Chile, onde as diferenças, profundas, são partes da vida pública. Ruim, também a diluição das posições mais centristas, até aqui representadas nacionalmente pelo PMDB, o qual foi varrido sem apelação.

A direita, porém, sofreu maiores traumas do que a esquerda.

Vejamos:

A hegemonia da direita voltou aos setores mais afinados com o discurso autoritário, destroçando o PSDB, que desde 2004 se afirmara sobre velhas lideranças oriundas do regime militar. Foi a consequência da falta de um ajuste de contas mais profundo com os crimes daquele regime. Tergiversamos demais. Acresça-se ao desempenho pessoal de Bolsonaro neste processo, encarnando não apenas uma imagem de anti-sistema, mas também sua articulação com grandes massas evangélicas afinadas com sua defesa da família tradicional e valores conservadores, a emergência de dois Partidos de direita: O Novo, de Amoedo, e o PSL, do próprio Bolsonaro. Este ficará com uma bancada que deverá ser a maior da Câmara dos Deputados – podendo chegar a 70 deputados -, acrescida, ainda pelo Centrão – e alguns Governadores de importantes Estados, mormente Minas Gerais. Com isso, os analistas calculam que o novo Presidente poderá, inclusive, aprovar Emendas Constitucionais.

A esquerda, ampliada além dos votos em Haddad no primeiro turno, mesmo derrotada, sai vitoriosa, com amplo apoio em margem considerável do eleitorado brasileiro: 45%. Segue, nesta “esquerda”, a hegemonia do PT , que conseguiu uma grande bancada- 56 deputados – na Câmara, vindo a reafirmar-se, junto com PCdoB no Maranhão e em vários Estados do Nordeste, como seu mais importante segmento. Quebrou a cara quem imaginou que a LAVAJATO destruiria o PT. Abateu, sim, algumas lideranças, mas o Partido vai dar trabalho por muitos anos, distante de Haddad, a quem foi oferecida, desdenhosamente, a Presidência do Instituto Perseu Abramo.

O PDT e Ciro Gomes cresceram no cenário nacional, mas falta-lhes maior envergadura orgânica interna e de relações com a Sociedade Civil e Inteligência nacionais para disputar com o PT a liderança na Oposição. Não obstante, tudo indica que Ciro se preservou para tentar voltar em 2022 como um candidato viável. O PSB poderá ter um novo papel, com eixo no Estado de Pernambuco, provavelmente em aliança com PDT, Marina, PPS e alguma outra agremiação de centro esquerda que emerja neste processo. Já surge no horizonte, também, uma Frente Democrática de Oposição a Bolsonaro, integrada não por Partidos, mas personalidades nacionais, dentre eles vários consagrados Cientistas

Políticos, como Wanderley Guilherme dos Santos, abrindo-se, com isso, dois caminhos para a esquerda: Resistência ao que entendem como fascismo em curso, defendida pelo PT, e Oposição Democrática, por parte dos que têm uma análise de que o curso é de autoritarismo radical, mas com sobrevivência de brechas institucionais, tanto no Congresso, como na Justiça, que devem ser explorados.

Entre as causas do fracasso de Haddad também dois entendimentos. Para o PT e aliados houve manipulação do processo desde o impeachment de Dilma, culminando na prisão de Lula e seu impedimento à candidatura, além da enxurrada da *fakenews* financiados ilegalmente por grandes empresas. Para outros, mais inclinados, agora, à criação da mencionada Frente Democrática, houve erro de Lula e PT ao insistirem com candidatura própria. Explicam:

Com o deslocamento da hegemonia da direita para um extremo francamente autoritário e a incapacidade do PT em construir uma Frente Democrática, com participação de liberais, empresários e classes médias, capaz de lhe fazer frente com folga competitiva, confundiu-se o sentimento anti-sistema com o anti-petismo, debilitando a alternativa HADDAD.

Confirmado Bolsonaro, há apreensões generalizadas, tanto do Mercado, quanto das opiniões externa e interna, sobre seu caráter e estabilidade. Poderá, continuar o aprofundamento **do autoritarismo legal, no sendeiro do Lawfare, que hoje vai se identificando com um novo tipo de Estado de Exceção, ou , simplesmente fazer um governo errante, tropeçando nos seus próprios passos. Isso se não descambar para uma variante do Presidencialismo de Coalizão, com o recurso a um Partido de Massas, com capacidade de pressão sobre o Congresso, que embora seja mais provável que penda para o fascismo descarado, pode sempre surpreender.** Sua ideologia é difusa, devendo oscilar entre sentimentos arraigados de nacionalismo militar, que impõe um mínimo de soberania em decisões estratégicas e corporativas e um vago liberalismo. Deverá, coerente com sua formação militar, a ser fortemente centralizador, sem, contudo, suficiente capacidade política – técnica e administrativa – para operar como árbitro de decisões conflitantes de seus colaboradores. Resta, neste processo, saber quem o influenciará, à falta de ideologia, partido, colaboradores articulados. Aqui duas vertentes: A família e o próprio Exército. Até que ponto, por exemplo, esta instituição tolerará afundar-se em sua boa imagem na sociedade em decorrência da instabilidade de Bolsonaro? Não creio, pessoalmente, que as Forças Armadas aceitem ser levadas à qualquer aventura golpista. Quem viver verá.... VIVA A DEMOCRACIA!